LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018 DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Novembro de 2017

RELATÓRIO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018

EMPENHO PRAGMÁTICO,
PARTILHA DOS FRUTOS DO DESENVOLVIMENTO

Governo da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Relatório das Linhas de Acção Governativa
para o Ano Financeiro de 2018

Índice

Introdução 7

Pontos relevantes da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2018 — Empenho pragmático, partilha dos frutos do desenvolvimento 11

1. Continuidade do aperfeiçoamento dos cinco mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida dos cidadãos 12
2. Aceleração de diversas construções urbanas 21
3. Promoção contínua do desenvolvimento estável da economia 27
4. Aprofundamento dos trabalhos de reforma da Administração Pública 33

Conclusão 37

Apêndice 1: Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano 2018 41

Apêndice 2: Calendário das principais acções governativas do Governo da RAEM para o ano 2018 43

Índice

Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2018 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

——— Síntese ———

Área da Administração e Justiça 185

Área da Economia e Finanças 219

Área da Segurança 261

Área dos Assuntos Sociais e Cultura 291

Área de Transportes e Obras Públicas 321

Comissariado contra a Corrupção 361

Comissariado da Auditoria 371

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2018

——— Síntese ———

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2018 (Síntese) 379

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2018

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2018

Chefe do Executivo CHUI SAI ON
14 de Novembro de 2017

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica de Macau, apresentar a esta nobre Assembleia as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2018.

No ano transacto, a conjuntura interna e a externa mantiveram-se complexas e em constante mutação. Com as vantagens do regime «um país, dois sistemas», superámos dificuldades, conseguimos promover a recuperação gradual da economia, aperfeiçoar continuamente a institucionalização dos regimes, melhorar constantemente a vida dos residentes, manter a estabilidade financeira e a taxa de desemprego no nível de 2% e manter, em geral, um desenvolvimento social estável.

Até finais de Setembro de 2017, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 127.945 milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 355.567 milhões de patacas. O saldo orçamental do ano financeiro de 2016 foi de 21.681 milhões de patacas e, findo o processo de liquidação, o montante global da reserva extraordinária irá atingir os 377.248 milhões de patacas, contabilizando, assim, a reserva financeira um montante global de 505.193 milhões de patacas, enquanto que a reserva cambial irá atingir 157.930 milhões de patacas. O Governo cumpre rigorosamente o princípio de manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, nos termos da Lei Básica de Macau, implementando políticas financeiras sólidas.

O ano 2017 é o segundo ano da implementação do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau, na continuação de um primeiro ano bem sucedido, com uma taxa de conclusão de 80%, prevendo-se que a taxa de conclusão do corrente ano atinja igualmente um nível razoável.

Estamos cientes que o sistema jurídico e a coordenação entre os serviços são os pontos menos satisfatórios na acção governativa. Empenhar-nos-emos no reforço da direcção concentrada e na restruturação de funções e implementaremos, rigorosamente, o regime de responsabilidade dos dirigentes.

O Governo iniciou, de forma ordenada, os diversos trabalhos de acção governativa, tendo criado a Comissão de Trabalho para a Construção de «Uma Faixa, Uma Rota», vocacionada para a coordenação da participação e do apoio da RAEM na construção de «Uma Faixa, Uma Rota»; foram recolhidas opiniões junto dos diversos sectores da sociedade relativamente à participação de Macau no plano de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau; foi organizado o transporte transfronteiriço com vista à entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau; iniciou-se o processo legislativo da «Lei de Bases de Gestão de Áreas Marítimas»; deu-se início à segunda fase do reajustamento da Administração Pública.

Este ano, enfrentámos em conjunto um grande desafio, causado pelo tufão mais devastador desde 1953, ano em que se iniciaram os registos de tufões em Macau. Com a entreajuda dos cidadãos, com o grande apoio do Governo Central, que permitiu a assistência prestada pela Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo, pelas províncias do Interior da China e pelas instituições do Governo Central estabelecidas em Macau, e juntamente com os diversos sectores da sociedade, o Governo superou dificuldades e envidou todos os esforços na assistência e reparação após a catástrofe. A vida dos residentes de Macau está a voltar, gradualmente, à normalidade e não se registaram grandes alterações na conjuntura da estabilidade económica e social.

A catástrofe permitiu-nos reflectir aprofundadamente e motivou-nos para avançar, de forma persistente. O Governo criou a «Comissão para a Revisão do Mecanismo de Resposta a Grandes Catástrofes e o seu Acompanhamento e Aperfeiçoamento» e, com o auxílio do grupo de especialistas da Comissão Nacional da China para Redução de Desastres, concluiu o «Relatório de trabalho sobre a avaliação da passagem do tufão "Hato" do grupo de especialistas da Comissão Nacional para a Redução de Desastres», que visa fazer um balanço e tirar proveito das experiências, no sentido de identificar os problemas existentes e definir orientações de aperfeiçoamento.

No 19.º Congresso do Partido Comunista da China, o Secretário-geral, Xi Jinping, anunciou as novas missões e estratégias dos diversos sectores da sociedade da China na nova era. Hong Kong, Macau e a política «um país, dois sistemas» foram incluídos no sistema de governação nacional, sendo definidos novos objectivos e planos. O relatório de Xi Jinping demonstra o grande apoio que o Estado atribui aos trabalhos de Hong Kong e

Macau, bem como o carinho do Estado para com os compatriotas de Hong Kong e Macau. As referências aos trabalhos de Hong Kong e Macau possuem um forte carácter ideológico e instrutivo, pelo que devemos reflectir profundamente e concretizá-los de forma plena.

No próximo ano, continuaremos a aproveitar da melhor forma as oportunidades decorrentes do desenvolvimento do Estado, a implementar empenhadamente o Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM, a reforçar a consciência da conjuntura social e de risco, a aumentar a capacidade de resposta a emergências e a aperfeiçoar o respectivo mecanismo. Continuaremos a trabalhar em prol dos interesses dos residentes, a aperfeiçoar constantemente as diversas políticas e medidas, de forma a construir uma base sólida e favorável ao futuro desenvolvimento da RAEM.

Pontos relevantes da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2018 — Empenho pragmático, partilha dos frutos do desenvolvimento

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

No Plano Quinquenal para o Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau estão definidas as oito principais estratégias de desenvolvimento que têm como objectivo central a elevação da competitividade da cidade e a promoção geral da posição e projecção de Macau na cooperação regional e nas relações internacionais.

No próximo ano, o Governo, seguindo a orientação das oito estratégias de desenvolvimento, continuará a especificar as acções governativas do ano numa perspectiva estratégica, dando acompanhamento às acções já realizadas, examinando-as e aperfeiçoando-as de modo a impulsionar a materialização dos objectivos definidos.

1. Continuidade do aperfeiçoamento dos cinco mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida dos cidadãos

A construção de «Um Centro, Uma Plataforma» tem como ponto de partida «o desenvolvimento em prol do povo e a partilha dos frutos do desenvolvimento» que é também o seu ponto de chegada. Iremos consolidar o respectivo modelo de suporte, que compreende várias vertentes e é de protecção múltipla, para aperfeiçoar continuamente os cincos mecanismos eficientes de longo prazo relativos ao sistema de segurança social, habitação, educação, serviços médicos e formação de quadros qualificados, e continuaremos a optimizar os projectos relacionados com a vida dos cidadãos.

(1) Consolidação do sistema de segurança social e aperfeiçoamento das medidas em benefício do bem-estar dos cidadãos

O Regime de previdência central não obrigatório foi aprovado pela Assembleia Legislativa, e entrará em vigor no dia 1 de Janeiro do próximo ano. O Governo irá aperfeiçoar o sistema de segurança social em três vertentes, o regime da segurança social de dois níveis, a assistência social e os benefícios sociais, com vista a promover o espírito de solidariedade e de apoio aos mais desfavorecidos, consolidando, assim, as bases do sistema de segurança social.

No corrente ano, no âmbito dos trabalhos pós-catástrofe, o Governo lançou várias medidas urgentes de apoio destinadas ao alívio da pressão social e económica dos residentes, comerciantes e pequenas e médias empresas afectados pela passagem do tufão. Até Outubro, foram lançados 36 projectos e medidas, somando um total de despesas de 1.757 milhões de patacas.

Propomo-nos, em Janeiro de 2018 e de acordo com o mecanismo de avaliação, manter o valor do índice mínimo de subsistência em 4.050 patacas, e pretendemos dar continuidade

ao Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo e reforçar as medidas de apoio provisório e urgente.

Propomo-nos continuar a atribuir às famílias beneficiárias do subsídio do apoio financeiro uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio. O Governo continuará a atribuir apoios especiais aos três tipos de famílias em situação vulnerável. O subsídio especial será atribuído através do Programa de inclusão e harmonia na comunidade.

Será dada continuidade à implementação da isenção de renda às famílias arrendatárias de habitações sociais, e mantida a atribuição de abono de residência aos agregados familiares da lista de espera de habitação social que preencham os requisitos.

O Governo dará a maior atenção à situação dos portadores de deficiência, promovendo a transformação do subsídio provisório de invalidez numa medida de longo prazo e acompanhando os trabalhos de revisão do Regime de Segurança Social com aqueles relacionados.

Propomo-nos manter os montantes anuais do subsídio de invalidez normal e do subsídio de invalidez especial, respectivamente em 8.000 e em 16.000 patacas. Os indivíduos portadores de deficiência, que preencham os requisitos e que sejam trabalhadores por conta de outrem, continuarão a beneficiar de um subsídio mensal complementar aos rendimentos de trabalho, num valor até 5.000 patacas, e os respectivos empregadores beneficiarão de uma dedução à colecta do imposto complementar de rendimentos ou do imposto profissional, no valor de 5.000 patacas por cada um desses trabalhadores contratados.

Será dada continuidade à concessão, em cada ano lectivo, do subsídio para pagamento de propinas aos estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas: 4.000 patacas para cada estudante dos ensinos infantil e primário, 6.000 patacas para cada estudante do ensino secundário geral e 9.000 patacas para cada estudante do ensino secundário complementar. Continuaremos a atribuir, em cada ano lectivo, o subsídio para aquisição de material escolar: 2.400 patacas para cada estudante dos ensinos infantil e primário e 3.100 patacas para cada estudante do ensino secundário. O subsídio de alimentação, no montante de 3.600 patacas, será igualmente atribuído, em cada ano lectivo e a cada estudante.

Continuaremos a dinamizar o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego, para elevar o nível de independência dos indivíduos em situação vulnerável. Será dada continuidade à concessão da subvenção de rendimentos, até ao montante mensal de 5.000 patacas, aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixos rendimentos e que reúnam os requisitos.

Manter-se-á o valor da Pensão para Idosos em 3.450 patacas, mas propomo-nos aumentar o valor do subsídio para idosos para 9.000 patacas.

De acordo com a lei que regula as «Contas Individuais de Previdência», cada residente permanente de Macau qualificado tem direito a uma verba de activação de 10.000 patacas,

injectada pelo Governo na sua conta individual, e propomo-nos, no próximo ano, continuar a injectar na conta individual de cada residente uma verba adicional de 7.000 patacas, proveniente do saldo orçamental.

Pretendemos manter o Programa de Comparticipação Pecuniária, e propomo-nos atribuir, em 2018, o montante de 9.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 5.400 patacas a cada residente não permanente.

Manter-se-á o subsídio para aquisição de manuais escolares, aumentando-se o valor para 2.200 patacas, para cada estudante do ensino infantil, 2.800 patacas, para cada estudante do ensino primário, e 3.300 patacas, para cada estudante do ensino secundário.

A concessão do subsídio de propinas para cada estudante de Macau que frequente o ensino na província de Guangdong terá continuidade, e propomo-nos alargar a concessão do subsídio a todo o ensino não superior, concedendo um subsídio de propinas, num montante até 6.000 patacas, para cada estudante de Macau que frequente o ensino secundário ou primário, e num montante até 8.000 patacas para cada estudante de Macau que frequente o ensino infantil. A cobertura geográfica do subsídio será alargada a todas as cidades da província de Guangdong.

Continuaremos a conceder o subsídio para aquisição de material escolar, no montante de 3.000 patacas, aos estudantes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior e de pós-graduação.

A terceira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, com a duração de três anos, será também utilizada para promover a aprendizagem contínua, sendo concedido a cada residente de Macau que complete 15 anos de idade o respectivo subsídio no montante de 6.000 patacas.

Pretendemos, também, manter o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, com o valor de 600 patacas para cada residente permanente de Macau, mas será prolongado o prazo de utilização e serão aperfeiçoados os métodos de atribuição. Daremos, ainda, continuidade à atribuição da subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 200 patacas por mês por cada unidade habitacional. Manteremos a subvenção do pagamento das tarifas de água aos consumidores. Continuaremos a atribuir benefícios de tarifas de autocarro, destinados aos idosos, estudantes, cidadãos portadores de deficiência e a toda a população.

Serão implementadas medidas políticas de promoção de nascimentos saudáveis e de aumento da taxa de natalidade, e propomo-nos aumentar o montante do subsídio de nascimento atribuído pelo Fundo de Segurança Social para 5.000 patacas, podendo ser candidatado por ambos os progenitores.

Com a aplicação das subvenções e comparticipações acima mencionadas, o Governo prevê despesas na ordem dos 12.890 milhões de patacas.

Continuarão a ser adoptadas medidas de redução e isenção fiscal, designadamente a manutenção em 600.000 patacas do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre as operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais; a isenção do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a redução da contribuição predial urbana para residentes de Macau até 3.500 patacas; a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir o primeiro imóvel para efeitos de habitação beneficiarão da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel relativamente à respectiva unidade habitacional, até 3 milhões de patacas do valor da propriedade. Para além disso, no próximo ano, implementar-se-á a isenção do imposto do selo sobre leilões.

Propomo-nos lançar uma medida de redução do Imposto sobre Veículos Motorizados, calculada proporcionalmente de acordo com o limite máximo, destinada aos proprietários de veículos destruídos aquando da passagem do tufão "Hato" que optem por adquirir viaturas novas - o Governo prevê reduções de imposto na ordem dos 227 milhões de patacas.

Iremos prestar apoio ao grupo social de rendimentos médios, sendo mantida a redução de 30% no imposto profissional, com o limite de isenção em 144.000 patacas. O Governo prorrogará a medida de devolução de 60% do imposto profissional referente ao corrente ano aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, sendo o limite máximo de devolução aumentado para 14.000 patacas. As devoluções de imposto supramencionadas terão lugar em 2019.

Com a aplicação das referidas medidas de isenção e redução de taxas e impostos e de devolução de imposto, o Governo da RAEM deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 3.851 milhões de patacas.

(2) Reforço das garantias de habitação e construção de uma cidade com condições ideais de habitabilidade

Melhores condições de habitabilidade requerem necessariamente recursos de solos e uma gestão eficaz por parte do Governo.

Têm sido dado acompanhamento aos casos de reversão de terrenos e tratados devidamente os que não foram aproveitados dentro do prazo previsto, e até Setembro já haviam sido proferidos 57 despachos de declaração de caducidade de concessões de terrenos, que envolvem uma área de 470.000 m^2. Quanto aos terrenos que tenham a sua

reversão definitiva declarada, iremos considerar o seu aproveitamento prioritário com a construção de habitações e instalações públicas.

Continuaremos a aperfeiçoar o planeamento urbanístico e iremos, no próximo ano, finalizar os trabalhos de adjudicação da elaboração do plano director urbanístico e avançar para a elaboração do respectivo projecto. Iremos, com base no plano geral de toda a Zona A dos Novos Aterros, desenvolver o respectivo planeamento por zonas.

Em articulação com as estratégias marítimas nacionais e com o seu planeamento, e considerando o posicionamento do desenvolvimento urbanístico de Macau, iremos concluir a elaboração do «Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas da Região Administrativa Especial de Macau a médio e longo prazo (2016-2036)», que servirá de alicerce à gestão das zonas marítimas, ao seu aproveitamento, desenvolvimento e protecção.

Para acelerar a renovação urbana, iremos realizar consultas relativas ao projecto de disponibilização de habitações temporárias e às percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução predial e serão implementados benefícios fiscais e criada uma empresa de capitais públicos, com vista a aperfeiçoar progressivamente o ambiente urbano, através da elaboração de projectos por zonas.

Prosseguiremos com a política de habitação pública assente no princípio de que a habitação social tem um papel principal e a habitação económica um papel secundário. Concluída que foi, no corrente ano, a selecção de cerca de 3.800 agregados familiares em lista de espera de habitação social, foi aberto, no início de Novembro, um novo concurso de habitação social e iremos garantir processos de apreciação e de aprovação das candidaturas rigorosos, por forma a assegurar uma utilização racional dos recursos públicos. Mais, a proposta do «Regime jurídico da habitação social» já foi também remetida à Assembleia Legislativa, para apreciação.

Ao finalizarmos a construção de 19 mil fracções de habitação pública, demos também início aos trabalhos do projecto «pós 19 mil». A construção de um total de 28 mil fracções de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros será realizada em quatro fases e encontra-se actualmente em elaboração o projecto da planta de condições urbanísticas relativa às 7.000 fracções da 1.ª fase; o estudo de implementação das obras de construção de habitação pública na Avenida Wai Long na Taipa, dividido em quatro fases, tem a 1.ª fase já concluída, a 2.ª fase será finalizada no 1.º trimestre do próximo ano e a conclusão do relatório final está prevista para o 4.º trimestre do próximo ano, projecto esse que, de acordo com uma análise preliminar, poderá contemplar cerca de 6.500 fracções habitacionais. Está previsto que no terreno da antiga Central Térmica possam ser construídas 1.000 fracções de habitação pública, cuja planta de condições urbanísticas já foi emitida, e que no terreno situado a oeste do Cotai, na Avenida dos Jogos Olímpicos da Ásia Oriental, sejam construídas cerca de 2.000 fracções de habitação pública, projecto que está a ser objecto de acompanhamento. Prevê-se a abertura de um novo concurso para a aquisição de habitações económicas, dentro de dois anos.

Iremos reforçar o mecanismo de gestão e controlo da qualidade de construção de habitações públicas, e procederemos a um planeamento científico e racional das instalações públicas complementares. Será instalado um complexo de equipamentos de trânsito e de apoio social junto das habitações públicas de Seac Pai Van, incluindo um centro comercial e um centro polivalente de actividades comunitárias com vista à satisfação das necessidades quotidianas dos habitantes.

A par de impulsionarmos plenamente a construção de habitações públicas, iremos também acelerar a apreciação e aprovação dos projectos de edifícios privados destinados à habitação, promovendo o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

(3) Melhoria na construção da cidade saudável e promoção da harmonia familiar

O Governo, imbuído do princípio governativo «Tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção» e com base na optimização da rede dos cuidados de saúde primários, irá reforçar a cooperação e a complementaridade com as instituições privadas de saúde e sem fins lucrativos, com vista a optimizar a prestação dos serviços médicos.

Iremos executar o programa eHR e aperfeiçoar as aplicações de telemóveis e a plataforma electrónica de informações, para disponibilização de informações de saúde aos residentes.

Serão intensificadas as acções de controlo do tabagismo nos termos legalmente definidos e consolidada a inspecção da segurança alimentar, e bem assim incentivados os cidadãos a criarem hábitos alimentares saudáveis. Iremos promover a generalização da medicina tradicional chinesa e dos seus medicamentos nos bairros comunitários e vamos aprofundar a construção de uma cidade saudável.

Iremos implementar a coordenação da formação de especialidades médicas, sua avaliação e atribuição de qualificação, dando um impulso à instituição do «Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde», com vista à formação de equipas médicas especializadas.

Iremos acelerar as obras das infra-estruturas do sistema de saúde, incluindo as obras de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e do Edifício de Especialidade de Saúde Pública, bem como as obras de ampliação e reconstrução das instalações da rede dos cuidados de saúde primários. Está prevista, para o 1.º trimestre do próximo ano, a conclusão das obras de construção do Centro de Reabilitação de Ká-Hó, em Coloane, e o Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde entrará em funcionamento em meados do próximo ano.

Iremos aumentar, de uma forma generalizada, o número de vagas nos diversos serviços de reabilitação, vamos implementar o «Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio», optimizar a avaliação de deficiências e aumentar as vagas nos serviços de cuidado diurno para doentes com demência. Iremos divulgar e executar as «Normas

arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM», melhorando o ambiente sem barreiras nas instalações de serviços sociais.

Avançaremos com a implementação efectiva de estratégias para enfrentar a problemática do envelhecimento populacional. Procuraremos elevar o nível de saúde dos idosos, mulheres e crianças, reforçar a relação entre pais e filhos e criar mais instalações recreativas para crianças, promovendo o conceito de família harmoniosa e de «cuidado mútuo entre gerações e convívio interactivo entre idosos e crianças». Iremos aprofundar a divulgação da «Lei de bases da política familiar», com o intuito de tornar a unidade familiar num importante alicerce do progresso da nossa sociedade.

Como apoio à população idosa em todos os níveis, iremos implementar as medidas associadas ao «Plano Decenal de Acção dos Serviços de Apoio a Idosos», materializar os objectivos a médio prazo definidos no âmbito do «mecanismo de protecção dos idosos de Macau» e lançar planos de actividade para a melhoria da condição física das pessoas idosas e criar nos centros de saúde serviços de avaliação do estado de saúde destinados a este grupo populacional.

O Governo tem dado a maior atenção ao problema da mobilidade das pessoas idosas, fisicamente fragilizadas ou portadoras de deficiências que habitam em prédios antigos e que têm dificuldades em subir e descer escadas. Com base na optimização dos serviços já existentes de cuidados domiciliários e de apoio a deslocações, o Governo planeia lançar no próximo ano um «plano de apoio à mobilidade dos residentes em prédios antigos com dificuldades de deslocação», em colaboração com as instituições prestadoras de serviços sociais.

Será disponibilizado apoio à integração laboral dos idosos que pretendam encontrar emprego e será lançado um plano para idosos junto das empresas sociais, atribuindo subsídios às empresas que ofereçam empregos a idosos. Serão reforçados os serviços complementares de apoio a idosos isolados ou fisicamente fragilizados, e aumentar-se-á o número de vagas nos lares de idosos, estando previsto um total de 2.300 vagas no próximo ano.

Com vista a garantir uma maior protecção à saúde das mulheres grávidas e dos recém-nascidos, iremos optimizar os exames de diagnóstico pré-natal e implementar medidas de apoio ao aleitamento materno, bem como iremos dar a maior importância à educação e aos serviços médicos prestados a crianças com necessidades especiais. Elaboremos um «plano quinquenal de serviços de creche (2018-2022)» e no próximo ano será concretizada a meta das 11 mil vagas nas creches, para satisfazer as necessidades das crianças de 2 anos de idade. A par disso, daremos também atenção à distribuição equilibrada das creches pelas diferentes zonas.

A proposta do «Regime de acreditação profissional e inscrição para assistente social» foi remetida à Assembleia Legislativa, para apreciação.

Prosseguiremos com a implementação paralela das estratégias de promoção do desporto para todos e do desporto de alto rendimento, no sentido de melhorar a condição física dos cidadãos e elevar o nível da competitividade desportiva local. A rede das instalações desportivas públicas em Macau, estabelecida há cerca de 10 anos, em 2006, deve acompanhar o rápido desenvolvimento da sociedade e adaptar-se às necessidades decorrentes do crescimento populacional, pelo que carece de ser revista e aperfeiçoada no sentido de optimizar o planeamento das instalações desportivas e elevar a média da superfície desportiva *per capita*; a construção do Centro de Formação e Estágio de Atletas será acelerada, e estamos empenhados em encontrar terrenos destinados a mais estabelecimentos desportivos, assim como iremos expandir as ciclovias e os trilhos pedonais.

(4) Implementação da linha orientadora «Promover a prosperidade de Macau através da educação» e impulso à construção de Macau através da formação de talentos

Continuaremos a envidar todos os esforços na implementação das estratégias de desenvolvimento «Promover a prosperidade de Macau através da educação» e «Construir Macau através da formação de talentos». No próximo ano, iremos alocar mais recursos à educação e reforçar a instituição de regimes a fim de pôr em prática a igualdade educacional.

Atendendo a que o «Regime do ensino superior» entrará em vigor no próximo ano, o Governo irá acompanhar empenhadamente o processo legislativo dos diplomas complementares e a constituição das novas estruturas previstas, tais como o Conselho do Ensino Superior e o Fundo do Ensino Superior. Aumentaremos os recursos destinados à investigação e à exploração da tecnologia e reforçaremos a integração entre a indústria, a academia e a investigação, intensificando a cooperação e promovendo a inovação na área tecnológica, designadamente através da concretização do Acordo-Quadro para a promoção da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Quanto ao ensino não superior, os regulamentos administrativos relativos ao «Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local» e às «Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local» vão ser implementados em pleno a partir do ano lectivo de 2019/2020, promovendo-se assim a organização curricular baseada em critérios científicos. Será implementado de forma programada o novo modelo de avaliação global das escolas, assente na auto-avaliação por parte das escolas conjugada com uma avaliação externa.

Iremos finalizar com a maior celeridade a revisão dos diplomas legais relativos à educação técnica e profissional e ao «regime educativo especial», com vista a fomentar um desenvolvimento educativo diversificado.

Será reforçada a educação do amor pela Pátria e por Macau nos estabelecimentos de ensino, mediante a cooperação entre o Governo e as forças cívicas, com vista a elevar a consciência nacional e a reforçar a identidade nacional dos estudantes.

Sendo os jovens o futuro de Macau, esperamos que as novas gerações aproveitem as oportunidades de auto-qualificação, esforçando-se para lutar por um futuro promissor e pela realização dos maravilhosos sonhos da sua vida.

Iremos executar a estratégia de formação de jovens e de desenvolvimento de talentos e aperfeiçoaremos o excelente sistema existente que tem a unidade familiar como alicerce, a educação como suporte e as políticas e recursos disponibilizados pelo Governo como orientação, para promover a formação de jovens e de talentos com a colaboração de todos os sectores da sociedade. Empenhar-nos-emos no alargamento do âmbito da participação de jovens nos assuntos sociais, incutindo neles o sentido de missão e de responsabilidade em servir a sociedade.

No próximo ano, com base no «Programa Mil Talentos», o Governo irá coordenar prioritariamente o lançamento de programas destinados a jovens, designadamente o «programa de visitas de jovens para a promoção do conhecimento da realidade nacional», o «programa de empreendedorismo e inovação juvenil na Grande Baía » e o «programa de jovens dedicados ao combate à pobreza». Serão atribuídos subsídios financeiros a jovens, privilegiando actividades em quatro áreas, incluindo programas destinados à divulgação da cultura e da história chinesas, participação em competições nacionais de marca, acções de intercâmbio e cooperação entre estudantes do ensino superior de Macau, do Interior da China e do estrangeiro, e a organização de fóruns juvenis de conteúdo rico e diversificado.

O Governo irá optimizar meios permanentes de intercâmbio com os jovens, auscultando atentamente as suas opiniões e inteirando-se das suas exigências, com vista a desenvolver, com maior flexibilidade e pragmatismo, a inteligência juvenil e a sua força empreendedora, criando um ambiente inovador para a sua formação e desenvolvimento. Continuaremos a apoiar os jovens na inovação, na criação de negócios e no emprego e reforçaremos a assistência subsequente e as medidas complementares.

No próximo ano, será lançado o «Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau» e concretizado o «Programa de Estímulo à Formação e aos Exames de Credenciação dos Quadros Qualificados» no sentido de incentivar os residentes a obter credenciações; continuaremos a implementar o «plano de acção de visita a Macau de talentos no exterior» por forma a atrair os talentos de Macau no estrangeiro a participarem na construção da RAEM; continuaremos a aperfeiçoar as funções da Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados, proporcionando informações de referência para o alívio da escassez de talentos nos diversos sectores.

Será reforçada a formação de talentos profissionais do sector tecnológico, realizando estudos sobre o desenvolvimento do ensino e da formação nas áreas da ciência e da engenharia; iremos integrar e optimizar as diversas políticas e medidas destinadas à formação de quadros qualificados em língua portuguesa e elevar a potencialidade global de Macau enquanto «base de formação de quadros bilingues de chinês e português»;

procuraremos elevar a qualidade, em geral, da educação turística, de modo a tornar Macau numa base de educação e de formação turística.

2. Aceleração de diversas construções urbanas

(1) Aperfeiçoamento dos mecanismos de emergência e intensificação da segurança pública

Iremos concretizar a estratégia do desenvolvimento destinada ao reforço da construção de infra-estruturas de *software* e *hardware*, dando prioridade à vida e aos bens dos cidadãos, bem como à segurança pública, com vista a elevar solidamente a capacidade e o nível da prevenção e redução de desastres.

Tendo em consideração as medidas de prevenção quotidiana e o tratamento de emergências, melhorar-se-á o respectivo mecanismo, dirigido por uma entidade governamental e com participação social. Serão reforçadas a coordenação e a liderança a nível hierárquico, bem como as operações conjuntas dos serviços públicos. Estamos empenhados na instituição de regimes, no investimento nos recursos e na articulação das medidas de curto, médio e longo prazo, visando a criação de um mecanismo eficiente de longo prazo para prevenção e redução de desastres.

Medidas de curto prazo: Todos os serviços públicos irão iniciar a elaboração de planos de operações de contingência, que servirão de base para a elaboração de um plano integral. Será criado um serviço público vocacionado para a protecção civil e coordenação de contingências, responsável pela coordenação das tarefas de rotina relacionadas com a prevenção e redução de desastres, tais como o treino e simulacros de protecção civil, o acompanhamento de emergência e a realização de acções de sensibilização sobre segurança junto da sociedade, a gestão de materiais necessários à prevenção e à redução de desastres, e centros de realojamento, em caso de necessidade.

Iremos aperfeiçoar os diplomas legais relativos à gestão e controlo de riscos, bem como à resposta a crises. Serão prioritariamente alterados os regulamentos administrativos relativos ao sistema de alarme na área de meteorologia e revista a definição de níveis de tufões e «*storm surge*» de modo a aumentar a capacidade de alerta para estes fenómenos catastróficos.

Iremos, mediante um modelo de administração integrada, aperfeiçoar as infra-estruturas destinadas à prevenção de cheias e à drenagem da zona do Porto Interior, que inclui a construção de uma nova estação elevatória no Porto Interior, e prevê-se, para o primeiro semestre do próximo ano, a abertura de concursos para execução destas obras; iremos proceder ao estudo e à concepção das obras de elevação de diques, efectuar uma inspecção e verificação completa das sarjetas dos drenos subterrâneos e das saídas da tubagem nas zonas costeiras e procederemos atempadamente à reparação e instalação de válvulas móveis para evitar a intrusão de água do mar; no próximo ano terão início as obras provisórias de prevenção de inundações ao longo da zona do Porto Interior e até à zona

da Ilha Verde; iremos reforçar a comunicação com o Interior da China e implementar, com a maior brevidade possível, a construção de barragens móveis de marés.

Iremos cooperar estreitamente com os organismos hídricos do Interior da China relativamente às obras da quarta conduta de abastecimento de água a Macau, estando prevista a conclusão no corrente ano das obras relativas ao trecho do Interior da China, tendo sido já iniciadas as relativas ao trecho de Macau. Poderemos elevar, desta forma, a capacidade de funcionamento seguro e da reserva de água das estações de tratamento de água em situações de emergência.

Iremos disponibilizar mais meios de comunicação em situações de emergência, clarificando a responsabilidade social das entidades televisivas e de telecomunicações na transmissão de mensagens de alerta. Iremos estabelecer sistemas eficazes de alerta nas principais fronteiras e nas zonas baixas costeiras, de modo a transmitir atempadamente mensagens de emergência.

Vamos acompanhar a avaliação das edificações afectadas por calamidades e realizar estudos sobre a definição de critérios de resistência das janelas ao vento; aperfeiçoaremos a gestão dos locais e parques de estacionamento subterrâneos e melhoraremos o mecanismo de escoamento de água em situações «*storm surge*».

Iremos examinar e verificar cuidadosamente os aspectos mais vulneráveis dos equipamentos de abastecimento eléctrico, rever os critérios a observar na concepção e instalação de instalações eléctricas, por forma a aumentar a segurança no abastecimento da electricidade.

Será intensificada a cooperação com o Interior da China, particularmente com a Província de Guangdong e com a Cidade de Zhuhai, no sentido de estabelecer um regime especial de passagem fronteiriça em estado de emergência.

Medidas de médio e longo prazo: Será reforçada a capacidade de funcionamento seguro da própria cidade e, no âmbito do planeamento urbanístico dos Novos Aterros, será dada prioridade às infra-estruturas, incluindo o planeamento das redes de canalização subterrânea e a concepção de construções resistentes ao vento.

Iremos promover activamente a construção do terceiro canal entre a Rede de Energia Eléctrica de Macau e a Rede de Electricidade Nanfang; aceleraremos a construção de novas unidades geradoras de gás, de modo a garantir a não interrupção do abastecimento eléctrico das instalações essenciais. Iremos desenvolver um plano director de prevenção e combate a catástrofes da Rede de Energia Eléctrica de Macau, promovendo uma implementação célere dos projectos de modificação necessários.

Iremos proceder a um planeamento bem ponderado de médio a longo prazo no domínio do abastecimento de água, aumentando para uma escala maior a nossa capacidade de armazenamento de água e, como meta a atingir na 1.ª fase, será aumentado o volume de armazenamento em 1,05 milhão de metros cúbicos.

Será criado um sistema de gestão de informações de crises recorrendo a meios técnicos como os megadados, de modo a promover a partilha de informações entre os serviços intervenientes em situações de calamidade e a estabelecer uma plataforma uniformizada de divulgação de informações. A par disso, serão elevados os padrões de desempenho das redes de telecomunicações e reforçada a suportabilidade dos respectivos equipamentos.

Será construído um novo edifício destinado ao Centro de Protecção Civil e Coordenação de Contingência na Península de Macau, reforçando as infra-estruturas de *software* e *hardware* do centro de comando unificado. Será instituído um mecanismo de avaliação global de riscos catastróficos e de capacidade de resposta a emergências por terceiros.

Iremos aprofundar o desenvolvimento dos recursos humanos para a prevenção e redução de desastres com o intuito de formar uma equipa de socorro e assistência em situações de emergência, especializada e altamente eficiente; reforçaremos a formação profissional do pessoal dos serviços meteorológicos e de outros serviços públicos.

Será iniciada, no próximo ano, a elaboração do «plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)», cujos objectivos, uma vez definidos, serão progressivamente postos em prática.

O Governo irá empenhar-se na construção de uma cidade de segurança a vários níveis, nomeadamente irá aperfeiçoar o policiamento comunitário, promover o policiamento inteligente, instituir um centro de segurança de redes, elevando a qualidade dos corpos militarizados e aumentando a sua eficiência e capacidade de execução da lei; será intensificada a cooperação regional na área de segurança com vista ao combate e à prevenção dos diversos tipos de criminalidade; irá ser reforçada a realização de simulacros anti-terroristas, atribuindo-se a devida importância às acções de combate ao terrorismo, e no próximo ano serão traçados planos mais completos e profissionalizantes para a realização de simulacros anti-terroristas no aeroporto internacional e nos estabelecimentos de diversões; serão aperfeiçoados os equipamentos profissionais para o policiamento marítimo, tudo a fim de salvaguardar com total empenho a segurança pública na RAEM.

Em articulação com a construção do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau, está prevista a entrada em funcionamento do novo Mercado Abastecedor, ainda este ano. O Governo irá reforçar a sua gestão e optimizar as condições de exploração.

(2) Construção de uma cidade inteligente e aumento da competitividade urbana

Iremos, acompanhando as tendências evolutivas, implementar com maior celeridade a estratégia do desenvolvimento da construção de uma cidade inteligente. No próximo ano, o centro para computação em nuvem (*Cloud*) e a plataforma de megadados, cujo exclusivo pertencerá ao Governo, deverão estar basicamente concluídos para entrar em funcionamento. Em observância da Lei da Protecção de Dados Pessoais e recorrendo ao suporte deste centro e desta plataforma e à troca de dados de forma mais célere entre os

serviços públicos, o Governo da RAEM irá apresentar progressivamente à população os resultados obtidos em vários domínios, tais como assuntos administrativos, trânsito, turismo, cuidados de saúde e segurança.

Pretendemos acelerar a elaboração do plano de desenvolvimento a longo prazo para o sector das telecomunicações, actualizando deste modo os respectivos diplomas legais e regulamentando a emissão e renovação de licenças. Iremos reforçar a supervisão dos serviços de telecomunicações, garantir a qualidade das redes e ampliar a área coberta pelas redes sem fio. Através do Grupo de Trabalho Interdepartamental, será promovido o comércio electrónico e apoiado o desenvolvimento da plataforma de pagamento electrónico através de uma terceira parte. Impulsionar-se-á intensivamente tanto o desenvolvimento científico e tecnológico como a generalização da Ciência e incentivar-se-á a exploração de aplicações para dispositivos móveis inteligentes.

(3) Reordenamento integrado do trânsito para construir uma cidade com condições ideais de circulação

Tendo dado grande importância à atenuação dos problemas causados pelo trânsito, o Governo irá, conjugados os diversos métodos, resolvê-los de modo integrado, com vista a criar um ambiente de mobilidade que seja conveniente, ecológico e de alta eficiência, para os cidadãos.

Conseguimos obter resultados preliminares no controlo de veículos automóveis, registando-se, desde o início do corrente ano até Setembro, uma taxa de crescimento negativa de 3%; iremos promover continuadamente a utilização de veículos ecológicos e eléctricos.

Iremos aperfeiçoar o Sistema de Gestão e Inspecção das Instalações Rodoviárias. Com recurso a meios científicos, o Governo irá intensificar a fiscalização de obras e gerir os espaços rodoviários por forma a diminuir o impacto resultante dessas obras rodoviárias junto dos cidadãos.

Melhorar-se-á o ordenamento das redes de autocarros para que seja elevado o nível dos serviços prestados. Serão remodeladas, de forma acelerada e integrada, as instalações do Terminal de Autocarros das Portas do Cerco, ampliado o espaço e melhorada a zona de espera de passageiros.

Iremos aperfeiçoar os serviços prestados por táxis, combatendo severamente as irregularidades de acordo com a lei. Prevê-se que o «Regime jurídico do transporte de passageiros em táxis» seja submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no próximo ano. Em resposta às exigências da sociedade quanto aos serviços prestados por táxis, um total de 100 táxis especiais entrarão ao serviço a partir do próximo ano.

Promover-se-á, junto dos cidadãos, o conceito de passeios ecológicos, melhorando-se a rede pedonal e explorando-se novos circuitos pedonais, a fim de criar um ambiente pedonal de qualidade.

Proceder-se-á dinamicamente ao avanço da construção do metro ligeiro e criar-se-á com a brevidade possível uma operadora responsável pelas instalações e pelo funcionamento do sistema do metro ligeiro. Será continuadamente promovido o trabalho legislativo sobre a «Lei do sistema de transporte de metro ligeiro».

Iremos construir, de forma acelerada, as infra-estruturas de tráfego. Uma vez recebida a resposta oficial do Governo Central respeitante ao relatório do estudo de viabilidade para a construção da obra da quarta ligação Macau-Taipa, está previsto o início do respectivo processo de concurso. Aproveitando em pleno as vantagens da proximidade do Aeroporto Internacional de Macau, do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e da estação do metro ligeiro, será construído um centro intermodal integrado de trânsito e transportes das ilhas para as áreas marítima, terrestre e aérea, reforçando as ligações de Macau a outras partes, tanto a nível regional como a nível internacional, no sentido de fornecer, deste modo, aos cidadãos e turistas, serviços de transporte de alta eficiência, convenientes e rápidos.

Iremos fomentar a articulação entre as instalações de tráfego transfronteiriças e aumentar a eficiência de mobilidade em matéria de trânsito regional. As obras relacionadas com a construção das superestruturas e das instalações acessórias da zona de administração do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau estarão concluídas aquando da finalização da obra desta ponte. A cooperação estreita entre Guangdong, Hong Kong e Macau garantirá uma operação eficiente e uma boa gestão desta ponte, após a sua entrada em funcionamento.

(4) Protecção do ambiente ecológico e promoção do desenvolvimento verde

O desenvolvimento verde, da reutilização de recursos recicláveis e da vida com baixo teor de carbono são os meios fundamentais para a construção da civilização ecológica e também objectivos do desenvolvimento na concretização integrada do progressivo melhoramento da qualidade de vida da população. Com recurso à implementação do ensino aprofundado sobre a ecologia e protecção ambiental, à promoção da indústria verde e à motivação da vida verde, o Governo dará impulso à construção integral de uma civilização ecológica com vista a materializar o desenvolvimento harmonioso entre o homem e a natureza.

Divulgar-se-á o «Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017-2026)», concretizando a meta da redução de resíduos de Macau nos próximos dez anos. Será desenvolvida a obra relativa ao melhoramento de características geológicas do aterro para resíduos de materiais de construção e avançar-se-á com o plano da 3.ª fase da obra de ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau. Iremos realizar aceleradamente os trabalhos de optimização e de concepção de infra-estruturas do sistema de tratamento de águas residuais de Macau e preparar a construção de instalações de tratamento central de resíduos orgânicos.

Com vista a pôr em prática a medida de redução de resíduos, será promovido o trabalho legislativo em 3 áreas: o «Plano de apoio financeiro à aquisição de equipamentos para o sector de recolha de resíduos», o «Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau» e a «Limitação do uso de sacos de plástico».

Iremos iniciar de imediato o trabalho de planeamento da replantação e da protecção de árvores e acelerar a arborização. Será desenvolvido faseadamente o plano de arborização e reparação ao longo da Linha da Taipa do Metro Ligeiro no próximo ano.

Iremos reforçar a cooperação regional e a gestão concertada no âmbito da protecção ambiental e acompanhar, de forma firme, o trabalho relacionado com a disposição de materiais inertes resultantes de demolições e construções de Macau ao longo da área costeira do Interior da China.

(5) Desenvolvimento da multiculturalidade e reforço do «*Soft Power*» cultural

O Governo irá materializar a estratégia de desenvolvimento para a criação da nova imagem «Macau cultural», aumentando a competitividade da cidade. A partir dos meados do Século XVI, Macau tornou-se no centro intermodal da «Rota Marítima da Seda», tendo tido a cultura chinesa como a predominante e acumulado também a multiculturalidade com características culturais portuguesas. Nas edificações existe uma mistura de características arquitectónicas de Lingnan e de estilos arquitectónicos do Sul da Europa que se reflectem mutuamente. Durante várias centenas de anos, diferentes línguas, crenças religiosas, culturas, hábitos e costumes têm coexistido aqui em Macau de forma harmoniosa, criando deste modo uma base essencial para a instituição de uma plataforma de intercâmbio cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Temo-nos empenhado na sensibilização para a importância da transmissão de culturas e na construção de infra-estruturas culturais, como também temos salvaguardado o património cultural tangível e intangível, e por este motivo o Governo reforçará a formação profissional, de modo a elevar continuadamente o nível profissional respeitante à salvaguarda do património de Macau. Serão promovidas continuamente a inventariação e a classificação dos bens imóveis e das manifestações do Património Cultural Intangível, será elaborada a Lista do Património Cultural Intangível, criado o sistema de monitorização do património e iniciado o trabalho relacionado com a elaboração do regulamento administrativo relativo ao Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau.

Prosseguir-se-á o trabalho de divulgação cultural e da educação artística. Incentivar-se-á a arte original e local. Para enriquecimento da vida cultural da população, iremos promover também o intercâmbio cultural com o exterior, o que permitirá mostrar ao mundo os encantos de Macau, caracterizados pela sua diversidade cultural.

Empenhar-nos-emos no desenvolvimento do trabalho sobre o estudo e a divulgação da história e cultura. Será intensificada a educação para a história e cultura destinada à população, nomeadamente aos jovens, para que sejam reforçados a autoconfiança e o orgulho na cultura do povo chinês, solidificando assim o seu espírito de identidade nacional e popular.

Os macaenses e os portugueses residentes em Macau possuem culturas, costumes e hábitos característicos, o que lhes permite desempenhar um papel importante no

fomento do intercâmbio cultural entre a China e os países estrangeiros, participando no estabelecimento da RAEM, com os seus valiosos esforços e contributos.

3. Promoção contínua do desenvolvimento estável da economia

Em 2017, a economia do Interior da China manteve uma conjuntura de crescimento estável. A economia mundial regista uma tendência crescente de recuperação, e a economia de Macau, apresenta também um comportamento favorável ao seu desenvolvimento. Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional e uma das empresas de classificação internacional consideraram que a macroeconomia de Macau possui uma sólida capacidade de resistência.

Para o próximo ano, pese embora a existência de factores incertos no desenvolvimento da economia mundial, encaramos com um optimismo cauteloso a perspectiva do desenvolvimento económico de Macau, prevendo-se que a nossa economia continue a apresentar um crescimento positivo.

(1) Consolidação das bases do sector dominante e construção de uma cidade com óptimas condições para turismo e lazer

Iremos concretizar, de forma constante, a estratégia do desenvolvimento que fomenta a fusão das indústrias com a *internet*. Iremos empenhar-nos em incentivar as indústrias tradicionais a injectarem uma nova vitalidade, de modo a animar o desenvolvimento das indústrias emergentes.

Impulsionar-se-á o desenvolvimento saudável e estável dos sectores do turismo e do jogo, através da revisão e do aperfeiçoamento dos respectivos diplomas legais, e elevando a capacidade e o nível de controlo e execução da lei com recurso a meios tecnológicos. Serão regulamentadas as operações dos promotores do jogo e promovido o jogo responsável, com vista a aumentar a competitividade do sector do jogo a nível internacional.

O Governo incentivará as operadoras do jogo a explorarem persistentemente os negócios não ligados ao jogo, inserindo mais elementos no novo cenário de turismo e de lazer. Continuaremos a apoiar as operadoras do jogo a adquirirem prioritariamente bens e serviços às pequenas e médias empresas locais, no sentido de promover activamente o desenvolvimento interactivo entre as operadoras do jogo, as pequenas e médias empresas locais, os estabelecimentos antigos com características singulares e as empresas dos sectores cultural e criativo, entre outros.

Serão implementados os objectivos definidos no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM e no «Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau» que respeitam ao desenvolvimento do turismo. A par disso, optimizar-se-ão a fiscalização e a avaliação da capacidade turística e reforçar-se-á a gestão de instalações dos pontos

turísticos, desenvolvendo-se assim o turismo inteligente e enriquecendo-se a experiência turística.

O Governo irá consolidar e expandir o mercado turístico. Será fortalecido o intercâmbio com as cidades internacionais, reforçada a cooperação turística a nível regional, bem como serão explorados e divulgados os itinerários diversificados multidestinos. Ao mesmo tempo, iremos continuar a aumentar os recursos turísticos e a incentivar a criação de mais instalações turísticas adequadas ao turismo familiar.

Iremos impulsionar a construção de hotéis de classificação inferior, de parques temáticos originais, de centros comerciais integrados, entre outras instalações. Desenvolver-se-ão plenamente as características da multiculturalidade de Macau e explorar-se-ão novos produtos do turismo cultural. Aproveitando a oportunidade do sucesso da candidatura de Macau a «Cidade de Gastronomia», o Governo continuará a impulsionar a cultura característica da gastronomia local. Expandir-se-ão os benefícios económicos do turismo, de forma radial, até aos bairros comunitários locais, quer em termos de promoção do desenvolvimento do turismo comunitário, quer em termos de apoio à dinamização das pequenas e médias empresas.

(2) Promoção do crescimento das indústrias emergentes e fomento da diversificação adequada da economia

Continuaremos a apoiar a indústria de convenções e exposições, que tem vindo a registar um maior crescimento, inovando os métodos para o seu desenvolvimento. A par disso, dando «prioridade às convenções» como orientação, tentaremos atrair para Macau a realização de mais convenções e exposições profissionais, internacionais, bem como de marcas, promovendo assim o desenvolvimento do sector. Iremos estimular os organizadores de convenções e exposições a realizarem visitas guiadas aos diferentes bairros comunitários locais, com vista a fomentar a visita e o consumo dos turistas de negócios, presentes em feiras e exposições e de alto nível, nesses bairros, contribuindo assim para o impulso do desenvolvimento integrado das indústrias conexas e das pequenas e médias empresas.

Iremos duplicar esforços na promoção das indústrias culturais e criativas e reforçar o intercâmbio e a cooperação regionais. Reforçar-se-á o trabalho de formação de profissionais e de recursos humanos na área de gestão destas indústrias, bem como promover-se-á activamente a construção de espaços e instalações culturais e criativas. O Fundo das Indústrias Culturais irá lançar novos subsídios específicos de apoio às empresas culturais e criativas na criação das suas marcas e nas áreas de *design*, moda, espectáculos culturais e imprensa, entre outros.

Conseguimos obter os frutos preliminares do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa construído por Guangdong e Macau: a finalização, ainda este ano, da plataforma de serviços púbicos, de natureza eminentemente técnica e a instalação progressiva do primeiro grupo de projectos chaves no parque, criou condições para valorizar os produtos fabricados por empresas de Macau e para atrair mais empresas desta indústria

para a exploração do parque. Em relação ao registo de produtos de medicina tradicional chinesa de Macau, com os resultados obtidos em Moçambique, país que foi escolhido como projecto piloto, o trabalho de registo de produtos na União Europeia foi activado. No próximo ano, aprofundar-se-á integralmente a formação de quadros técnicos da indústria da medicina tradicional chinesa e, aproveitando os recursos técnicos do Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, utilizaremos os resultados de estudos científicos originais no fabrico de produtos de medicina tradicional chinesa, materializando gradualmente a industrialização e a internacionalização da medicina tradicional chinesa.

Iremos desenvolver activamente o sector financeiro com características próprias de Macau, privilegiando as actividades de locação financeira e de gestão de fortunas. Será fortalecida a construção de infra-estruturas financeiras, promovido o estabelecimento de uma «base central de dados sobre informações de crédito» e concluída a revisão do Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira. Aproveitando o estabelecimento em Macau da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, fornecer-se-ão os serviços financeiros em prol da construção de «Uma Faixa, Uma Rota». Iremos acelerar o trabalho preparatório da criação do Fundo para o Desenvolvimento e Investimento da RAEM.

O Governo está empenhado em incentivar as indústrias tradicionais a desenvolverem e a produzirem artigos de alto valor acrescentado, pelo que serão aperfeiçoados os respectivos diplomas legais. Dar-se-á apoio às empresas na sua ampliação, utilizando como pontos de partida os sectores alimentar e farmacêutico. Aproveitando as oportunidades da optimização constante de diversas infra-estruturas locais e transfronteiriças no âmbito do trânsito, têm-se coordenado o trabalho da construção do Centro Logístico no posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, impulsionando assim o desenvolvimento do sector. Simultaneamente, fomentar-se-á o desenvolvimento sinérgico com os respectivos sectores, contribuindo para a diversificação adequada da economia de Macau.

(3) Aperfeiçoamento das diversas medidas de apoio e auxílio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas

As pequenas e médias empresas representam mais de 90% do número total das empresas de Macau. Elas desempenham um importante papel no impulsionamento da diversificação adequada da economia e exercem uma função positiva na promoção da estabilidade social. O apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas tem sido sempre uma das prioridades das acções governativas. O Governo incentiva as pequenas e médias empresas ao auto-aperfeiçoamento e à introdução de técnicas e métodos de gestão avançados, como forma de aumentar a sua competitividade.

Lançámos o «Plano de acção de apoio às pequenas e médias empresas», e aperfeiçoámos continuamente as diversas medidas de apoio financeiro e administrativo, reforçando o auxílio prestado a essas empresas e aliviando sua pressão. Continuaremos

a apoiar as pequenas e médias empresas na procura de recursos humanos, a prestar-lhes serviços complementares neste domínio, e a assegurar, em tempo oportuno, a tramitação dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes por elas apresentados.

No próximo ano, iremos aperfeiçoar o regime de licenciamento vigente, coordenar os procedimentos de trabalho dos serviços com intervenção nesta área, adoptar a aplicação dos megadados, reduzir a sobreposição de tarefas e criar um ambiente com condições favoráveis para os cidadãos e para o sector empresarial.

Aproveitando as oportunidades provenientes da construção da cidade inteligente, iremos orientar as pequenas e médias empresas para a inovação dos modelos de comércio, para a exploração do mercado de *internet* e do comércio electrónico, para a optimização de equipamentos técnicos e para a formação dos quadros técnicos necessários, reforçando a sua cooperação com o sector do comércio electrónico do Interior da China e lançando bases para a abertura do mercado do comércio electrónico com os países de língua portuguesa. Iremos reforçar o apoio às lojas tradicionais com características próprias na recriação das suas marcas e no aumento da reputação e da qualidade dos serviços prestados, contribuindo, deste modo, para o impacto da marca. O Plano de Apoio a Jovens Empreendedores, já revisto e aperfeiçoado, contribui quer para reforçar a formação de jovens empreendedores, quer para aliviar as dificuldades económicas das novas empresas.

Iremos aproveitar os recursos com características próprias dos bairros comunitários e impulsionar a participação das pequenas e médias empresas em convenções e exposições e em actividades festivas. Em articulação com as vantagens da indústria de convenções e exposições, serão preservadas as características tradicionais. Iremos impulsionar a cooperação entre os diversos bairros da cidade na realização de actividades promocionais de consumo e criar conjuntamente uma marca de actividades festivas de consumo nos bairros comunitários. Será, ainda, incentivada a introdução de mais elementos inovadores nestas actividades.

(4) Aumento da competitividade de emprego dos residentes e construção da cidade habitável

O Governo irá promover acções de formação profissional, diversificada e pragmática, de médio e alto nível, que permitam aumentar as técnicas profissionais e a competitividade de emprego. Empenhar-nos-emos na promoção da participação das pequenas e médias empresas e dos residentes, especialmente dos jovens, do pessoal técnico e de gestão e dos profissionais no aperfeiçoamento da construção dos *software* e *hardware*, de modo a estimular uma cultura inovadora e a aumentar a capacidade empreendedora e de emprego dos residentes, durante o processo de construção.

Tem sido, deste sempre, prioridade do Governo a garantia dos direitos e interesses dos trabalhadores locais. Iremos apreciar e aprovar, de forma rigorosa e nos termos de lei, os pedidos de importação de trabalhadores não residentes e aperfeiçoar a gestão do mercado de trabalhadores domésticos. Iremos, ainda, aperfeiçoar o mecanismo de saída de

trabalhadores não residentes, persistir no princípio de que a importação de trabalhadores não residentes visa somente suprir a insuficiência de recursos humanos locais, garantir o acesso prioritário dos residentes ao emprego e promover um melhor desenvolvimento laboral dos residentes.

Iremos acompanhar a revisão da «Lei das relações de trabalho», dando prioridade à licença de paternidade remunerada, à sobreposição dos dias de descanso semanal com os feriados obrigatórios e à compensação dos feriados obrigatórios. O regime de trabalho a tempo parcial e o salário mínimo estão já integrados na lista das propostas de lei para os anos de 2018 e 2019, respectivamente. O Governo irá dar a maior importância às opiniões dos diversos sectores da sociedade, reunir consensos e, nessa sequência, promover o processo legislativo.

(5) Aprofundamento da cooperação regional e integração no desenvolvimento nacional

Continuaremos a aprofundar as estratégias da cooperação regional e da plataforma económica e a empenhar todos os esforços na implementação articulada do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM com o planeamento geral do País. Iremos participar activamente na cooperação regional, tomando em consideração as necessidades do País e as especificidades e o posicionamento de Macau. Iremos aproveitar da melhor maneira as políticas favoráveis delineadas pelo País para Macau, empenhando-nos na complementaridade de vantagens, para nos desenvolvermos e prosperarmos unidos com o País.

Empenhar-nos-emos na articulação da estratégia de desenvolvimento de Macau como um «Um Centro, Uma Plataforma» com a iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota» e com o planeamento do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, com vista ao desenvolvimento conjunto de projectos prioritários. Será criado um serviço especializado para coordenar a cooperação regional, visando elevar a qualidade e o nível da cooperação. Estaremos focados na cooperação nos âmbitos do livre fluxo de comércio, da integração financeira e do entendimento entre os povos, e em promover o entusiasmo nos diversos sectores da sociedade e, ainda, em incentivar a adopção pelas empresas do modelo de cooperação «aproveitar o desenvolvimento das grandes empresas para impulsionar o progresso das mais pequenas», com vista à participação na cooperação regional.

Continuaremos a impulsionar a construção de «Uma Plataforma» e a promover a função coordenadora da comissão para o desenvolvimento da plataforma entre a China e os países de língua portuguesa, empenhando-nos em articular a construção de «Uma Plataforma» com a diversificação adequada da economia, com vista à sua mútua e interactiva dinamização e desenvolvimento.

Nos termos do «Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong--Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía», os três Governos irão envidar esforços para tornar a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau numa região

económica mais dinâmica, numa área com uma qualidade de vida elevada e que ofereça boas condições para viver, trabalhar e viajar e numa zona piloto de cooperação aprofundada entre o Interior da China, Hong Kong e Macau, contribuindo em conjunto para a construção de uma área metropolitana de nível mundial.

No processo do desenvolvimento da estratégia nacional de construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau deve participar de forma activa e eficaz e com flexibilidade nos respectivos trabalhos de construção, potencializando de forma plena e aprofundada, as vantagens singulares próprias, nomeadamente do sistema, do posicionamento regional e do legado histórico-cultural, atendendo às necessidades do País e às nossas características próprias. Esperamos que esta participação contribua para o desenvolvimento sustentável de Macau, e que em especial sejam criadas condições e proporcionadas oportunidades para o desenvolvimento e fortalecimento das nossas pequenas e médias empresas, permitindo que os residentes de Macau partilhem os frutos da estratégia do desenvolvimento nacional e do projecto da construção da Grande Baía.

Será reforçada a comunicação com o Governo Central e com Hong Kong e Guangdong, no sentido de coordenar e resolver as grandes questões e os assuntos de cooperação decorrentes do processo do desenvolvimento da Grande Baía. Iremos articular as sete áreas prioritárias de cooperação no âmbito da Grande Baía, bem como construir uma base de intercâmbio e de cooperação que «tendo a cultura chinesa como dominante, promove a coexistência de diversas culturas e apoia a participação dos diversos sectores da sociedade local na construção da Grande Baía».

Continuaremos a envidar esforços na promoção da construção de diversas infra-estruturas transfronteiriças de grande envergadura, assim como iremos inovar os modelos de inspecção fronteiriça, no sentido de facilitar a passagem nas fronteiras.

Será aprofundada a cooperação em várias vertentes relacionadas com a vida da população, nomeadamente nas da educação, dos cuidados médicos e da segurança pública, elevando a capacidade de gestão social e o nível dos serviços públicos prestados. Iremos incentivar a inovação no sector educacional, a nível dos modelos de educação, através do aproveitamento das oportunidades decorrentes quer da construção da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, quer do intercâmbio entre as cidades.

Iremos também aprofundar a cooperação entre Guangdong e Macau, participar activamente na construção das zonas-piloto de comércio livre, designadamente de Hengqin de Zhuhai e de Nansha de Guangdong, e promover a liberalização do comércio de serviços entre Macau e o Interior da China, para em conjunto criarmos um ambiente comercial competitivo a nível mundial.

Iremos coordenar e planear as relações de cooperação com as várias províncias e regiões do Interior da China, com vista a expandir o espaço de desenvolvimento de Macau. Continuaremos a aprofundar a cooperação regional com a Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, para em conjunto explorarmos os mercados dos países lusófonos,

da União Europeia e do Sudeste Asiático. Iremos promover a cooperação Fujian-Macau. Continuaremos empenhados na criação da marca «Parceria de Cooperação Pequim-Macau», e impulsionaremos os trabalhos preparatórios para a criação do Parque de Cooperação entre Jiangsu e Macau. A par disso, continuaremos a aprofundar a cooperação entre Sichuan e Macau, bem como a explorar o intercâmbio e a cooperação com as regiões industriais tradicionais, localizadas nas regiões do Centro-Oeste e do Nordeste do Interior da China. De igual modo, iremos melhorar constantemente o mecanismo de comunicação entre Hong Kong e Macau, e maximizar as funções da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

4. Aprofundamento dos trabalhos de reforma da Administração Pública

Iremos implementar uma estratégia de desenvolvimento traduzida no melhoramento do sistema de políticas públicas e, com uma atitude responsável perante os nossos residentes, trabalharemos de forma positiva, governaremos com diligência e assumiremos com coragem as responsabilidades, promovendo diversos trabalhos no âmbito da reforma da Administração Pública e da elevação da capacidade de governação do Governo, a todos os níveis.

(1) Inovação da Administração Pública e elevação da qualidade dos serviços prestados

É prioridade da acção governativa a construção de um governo diligente, íntegro, eficiente e justo, alicerçado no Estado de Direito, e empenhado no aperfeiçoamento contínuo do sistema e da capacidade de governação.

A 1.ª fase da reorganização de funções e estruturas dos serviços públicos foi concluída este ano. No período entre 2015 e 2017, quinze serviços públicos foram reestruturados, tendo sido extintos seis serviços; onze organismos consultivos foram reestruturados e três foram extintos. A par disso, iniciou-se a 2.ª fase de reorganização de funções, com a duração de três anos, que abrange em especial dezassete serviços públicos das diversas áreas, designadamente da economia e finanças, da segurança e dos transportes e obras públicas.

Com base na implementação da estratégia governativa de «racionalização de quadros e simplificação administrativa», será estudada aprofundadamente a reforma do mecanismo de funcionamento da Administração Pública, proporcionando assim alicerces sólidos para a elevação da eficácia da acção governativa, através de duas vertentes, a da estruturação organizacional e distribuição de funções, e a do modelo de funcionamento.

Será promovida a optimização dos diversos procedimentos interdepartamentais relativos à economia e ao bem-estar da população, e estamos empenhados em aumentar as modalidades de serviços inteiramente efectuados por via electrónica, bem como em aperfeiçoar o serviço «*one stop*», com vista a prestar à população serviços públicos mais céleres e de melhor qualidade.

Os trabalhadores da Administração Pública são um valioso património do Governo, e a acção governativa depende do seu esforço e da sua dedicação. Após auscultação das opiniões da Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública e das associações dos trabalhadores dos serviços públicos, o Governo irá propor, em Janeiro do próximo ano, a actualização do valor do multiplicador indiciário para 85 patacas, sendo a respectiva proposta de lei remetida à Assembleia Legislativa.

No próximo ano serão realizadas consultas relativas à segunda fase dos trabalhos de revisão do Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e à proposta preliminar do regime de actualização das remunerações por escalas salariais.

Impulsionaremos de forma estável a gestão do desempenho do Governo e aperfeiçoaremos o mecanismo de avaliação dos serviços públicos prestados. A par disso, iremos optimizar o regime de promoção dos trabalhadores da Administração Pública, dando maior importância às suas capacidades e ao seu desempenho, e pretendemos proporcionar-lhes mais oportunidades de formação e de promoção.

Iremos rever o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, regulamentar as normas de responsabilização nas quatro grandes vertentes, a administrativa, a política, a jurídica e a ética, e aperfeiçoar os regimes complementares no âmbito da responsabilização. Iremos, ainda, aprofundar os trabalhos de avaliação do desempenho, optimizar os factores e padrões de avaliação e aperfeiçoar o mecanismo de avaliação por terceiros, assim como, reforçar a consciência nacional e a consciência de responsabilidade dos dirigentes dos diversos níveis, empenhando esforços para formar uma boa cultura administrativa alicerçada nos princípios de «governação centrada na população» e de «equivalência entre poder e responsabilidade».

(2) Reforço do regime jurídico e promoção da boa governação da sociedade

Continuaremos a respeitar rigorosamente o princípio fundamental «um país, dois sistemas», a defender a Constituição da Pátria e a Lei Básica de Macau, e a promover a estabilidade do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau. Neste ano, com a atenção e a participação de todos os sectores da sociedade de Macau, e nos termos da nova «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau», concluíram-se com sucesso os trabalhos das eleições da 6.ª Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, tendo sido eleitos e nomeados os deputados para a nova Assembleia Legislativa de Macau. No próximo ano, nos termos da Lei Básica de Macau e com base num estudo preliminar e consulta, será iniciado o processo legislativo para a criação de um órgão municipal sem poder político.

O aperfeiçoamento de canais que possibilitem a participação da população nos assuntos sociais e a criação de mecanismos de comunicação diversificados são aspectos importantes para a concretização de uma boa governação. O Governo continuará a atribuir grande importância à formação de talentos vocacionados para a governação e a promover o aperfeiçoamento e a reestruturação dos organismos consultivos, procurando a sua

renovação e um aumento da participação de quadros profissionais. Iremos aumentar a transparência da acção governativa e elevar a capacidade de interpretação e de execução das políticas. A par disso, empenhar-nos-emos, nos termos da lei, na salvaguarda das liberdades de imprensa, de edição e de expressão.

Continuaremos empenhados no apoio à melhoria das instalações, dos equipamentos e dos recursos humanos dos órgãos judiciários e, bem assim, na optimização do mecanismo de formação com vista a elevar os conhecimentos profissionais e o reforço da experiência social dos agentes do sistema judiciário.

Será implementada a coordenação da produção legislativa, com o objectivo de garantir a sua qualidade. No próximo ano, iremos promover a revisão de várias leis, designadamente da Lei de Bases da Organização Judiciária, do Código de Processo Civil e do Código Penal, e a elaboração de diplomas legais relativos às áreas marítimas.

O Comissariado Contra a Corrupção continuará empenhado no combate à corrupção e no tratamento dos assuntos da provedoria de justiça, salvaguardando os direitos e interesses legais dos cidadãos. Serão ainda promovidas diversas acções destinadas a reforçar a consciência de integridade dos trabalhadores da Administração Pública e dos cidadãos e a elevar a capacidade de fiscalização dos cidadãos.

O Comissariado de Auditoria, firme nos princípios da legalidade e da independência na execução das acções de auditoria, continuará empenhado na optimização de recursos humanos, e as novas tecnologias serão plenamente aproveitadas para elevar a eficácia de auditoria e intensificar as auditorias concomitantes.

Conclusão

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A nossa acção governativa ainda apresenta insuficiências, e os desafios decorrentes da coexistência de novos e velhos problemas mantêm-se. Apesar disso, estamos convictos que Macau dispõe actualmente das melhores oportunidades de todos os tempos, permitindo assim a nossa aproximação à meta da partilha dos frutos do desenvolvimento. Confrontados com novas conjunturas, devemos actuar com um espírito inovador e um empenho pragmático. Devemos estar preparados e empenhados na auscultação da opinião pública, adoptando medidas de resposta adequadas aos riscos e desafios que nos são colocados, procurando soluções pragmáticas a questões existentes, e progredindo rumo ao caminho traçado, da melhor maneira e da forma mais segura, projectando-nos para o futuro.

Encontramo-nos actualmente numa fase importante de enriquecimento e de elevação para um novo patamar da teoria e da prática relativas aos princípios «um país, dois sistemas» e «Macau governado pelas suas gentes», com alto grau de autonomia. Vivemos também numa época de lutadores. Com o suporte da Pátria e firmemente alicerçados nesta terra, o Governo da RAEM irá planear um desenvolvimento a longo prazo, em conjugação de esforços com a população. Iremos promover, empenhadamente, a continuidade do valor fundamental do amor pela Pátria e por Macau, transmitindo assim o sentimento de pertença nacional. Manter-nos-emos fiéis às convicções originais, progredindo em conjunto, de forma solidária, harmoniosa e tolerante. Será também promovida a sensibilização para os valores da moralidade social, da ética profissional, da virtude familiar e da moralidade pessoal, reunindo assim a mais poderosa força espiritual para a construção de um bom lar.

Iremos assimilar profundamente o espírito do relatório do 19.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, apresentado pelo Secretário-geral Xi Jinping, e conhecer os novos conceitos, o novo pensamento e as novas estratégias naquele delineadas, que visam a salvaguarda dos interesses fundamentais da população. Sempre orientados para a salvaguarda do bem-estar da população, mantemo-nos empenhados no desenvolvimento da economia e na melhoria da qualidade de vida da população, em prol do desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade.

O Governo persiste em zelar pela defesa de «um país» e em aproveitar as vantagens do segundo sistema. No processo da nossa integração com o desenvolvimento geral do País, temos vindo a desenvolver plenamente as nossas próprias vantagens e características, tomando a iniciativa de transformar a força exterior numa dinâmica própria de Macau, de modo a elevar o desenvolvimento da iniciativa «Um Centro, Uma Plataforma» a um novo patamar.

O sucesso de uma causa grandiosa depende da participação de toda a sociedade. Iremos certamente fortalecer a autoconfiança na nossa teoria e no nosso sistema, congregando o consenso e os esforços de toda a sociedade para o aceleramento, em todos os domínios, da construção da RAEM. Iremos proporcionar espaços mais alargados para

o crescimento e o desenvolvimento dos jovens, apoiar a participação das mulheres nos assuntos mais diversificados da sociedade, e daremos continuidade à promoção da função de ponte de ligação dos chineses ultramarinos, quer com o interior, quer com o exterior, e, assim, incrementar a sensação de realização e elevar a sensação de felicidade dos cidadãos no processo da construção conjunta e da partilha dos frutos do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos confiantes e encorajados para trabalhar proactivamente no aproveitamento das oportunidades que nos são oferecidas por uma nova era, assumindo empenhadamente as nossas responsabilidades sociais e missões históricas, contribuindo assim para a materialização do sonho chinês de revitalização da nação chinesa, em prol da prosperidade e da estabilidade duradouras de Macau.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a esta Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores da Administração Pública pelo grande apoio dado ao Governo da RAEM no ano que passou, como também agradecer ao Governo Central e às respectivas instituições estabelecidas em Macau o grande apoio que têm vindo a proporcionar ao desenvolvimento da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.

Apêndice 1:

Projectos de lei a serem entregues em 2018 pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Projectos de lei a serem entregues em 2018 pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau

N.° de ordem	Designação dos diplomas
1.	Criação de órgãos municipais sem poder político
2.	Lei do registo de embarcações
3.	Alteração à Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho)
4.	Lei das relações de trabalho a tempo parcial
5.	Alteração ao regime jurídico da actividade seguradora
6.	Estatuto dos Agentes das Forças de Segurança de Macau
7.	Lei de cibersegurança
8.	Licenciamento e funcionamento dos hotéis
9.	Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde
10.	Estatuto das Escolas Particulares
11.	Deontologia profissional e regime disciplinar de arquitectos, engenheiros e urbanistas
12.	Lei do sistema de transporte de metro ligeiro

Apêndice 2:

Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2018

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2018 (Domínio da Administração Pública)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(1) Promoção da reorganização de funções e estruturas				
1.	Reorganização ordenada da estrutura administrativa e organismos consultivos	(1) No ano de 2018, será dada continuidade à implementação da segunda fase de reorganização de funções e estruturas, através do acompanhamento ordenado da reorganização ou fusão de serviços das áreas de Economia e Finanças, Transportes e Obras Públicas e Segurança, dando-se porém prioridade para reorganizar os serviços da área de Transportes e Obras Públicas. Para se articular com a revisão da lei relativa à protecção do consumidor, será reorganizado o Conselho de Consumidores, de modo a reforçar a gestão e capacidade de execução dos trabalhos relativos à protecção dos direitos e interesses do consumidor.	2017	2019
		(2) Dar-se-á prioridade ao acompanhamento da reorganização de organismos consultivos, incluindo os referentes à protecção dos consumidores e aos assuntos cívicos e municipais, optimizando-se progressivamente o sistema consultivo, no sentido de materializar o princípio governativo "tomada de decisão política baseada em critérios científicos".	2018	Acção permanente
2.	Preparação para a criação de órgãos municipais sem poder político	No ano de 2018, em cumprimento rigoroso das disposições consagradas na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e atendendo às opiniões da sociedade recolhidas no âmbito da consulta pública sobre os órgãos municipais sem poder político, proceder-se-á a estudos aprofundados sobre a elaboração da proposta de criação de órgãos municipais sem poder político, bem como iniciar-se-á o respectivo processo legislativo.	2018	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(2) Empenhamento no desenvolvimento do Governo Electrónico				
3.	Optimização contínua dos procedimentos interdepartamentais de prestação de serviços	Em 2018, serão escolhidos como objecto de optimização dez procedimentos interdepartamentais que dizem respeito à economia e vida dos cidadãos, para que sejam intensificados os serviços *"one stop"*.	2018	2018
4.	Promoção da electronização de serviços públicos	Os serviços públicos continuarão a prestar, pelo menos, mais 15 serviços totalmente electronizados, conforme o seu plano de electronização nesta área, nomeadamente referentes à segurança social, produtos sujeitos a imposto (pagamento, isenção, restituição e consulta de imposto de consumo), concursos de admissão ao Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Polícia de Segurança Pública e ao Corpo de Bombeiros e acção social complementar da função pública.	2018	2018
		(1) Lançamento do pedido *online* de certidões de registo e notariado, podendo-se, através desta iniciativa, pedir nomeadamente as certidões de registo predial, comercial e automóvel, as certidões de nascimento e de casamento;	1.º trimestre de 2018	1.º trimestre de 2018
		(2) Lançamento do serviço de obtenção de senhas *online*;	1.º trimestre de 2018	1.º trimestre de 2018
		(3) Criação do sistema "Apostilha da Convenção da Haia/ Consulta sobre o andamento de pedido", que facilita aos cidadãos a consulta *online* sobre a autenticidade de documentos e o andamento de pedido.	1.º trimestre de 2018	1.º trimestre de 2018
		(4) Em 2018, será melhorado o sistema que permite a consulta *online* sobre a data de levantamento de documentos de identificação. Na fase inicial, a consulta *online* sobre o andamento do pedido será aplicada aos	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		bilhetes de identidade de residente, aos documentos de viagem e aos certificados de registo criminal, abrangendo posteriormente outros tipos de certificados. Além disso, o serviço de pedido *online* continuará a alargar o seu âmbito de aplicação, estando planeado o lançamento de pedido *online* de "certificado de dados pessoais".		
		(5) No âmbito da simplificação dos procedimentos referentes ao pedido de bilhete de identidade para recém-nascidos, os cidadãos poderão, mediante o boletim de nascimento (cartão branco) emitido pela Conservatória do Registo Civil, em vez de certidão de nascimento, pedir a emissão do bilhete de identidade para recém-nascidos.	4.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2018
		(6) Será planeada a instalação de quiosques de auto-atendimento na Conservatória do Registo Civil, permitindo que, logo após o registo de casamento em Macau, a respectiva actualização seja feita através daqueles quiosques.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2018
		(7) Foi lançada em 2017 a primeira fase do "Serviço interdepartamental de alteração de morada", permitindo assim que os residentes, ao efectuarem a alteração das referidas informações do seu ficheiro de identidade nos quiosques de multi-aplicações que se encontram em vários locais de Macau, autorizam a Direcção dos Serviços de Identificação a enviar essas novas informações aos serviços públicos por si seleccionados. Em 2018, este serviço será prestado em mais serviços públicos e locais de instalação.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(8) Será desenvolvido um estudo sobre a implementação do serviço de pedido *online* de "mudança dos planos de aplicação das contribuições do Regime de Previdência", que entraria formalmente em vigor em 2019.	2017	2019
		(9) Em 2018, o pagamento electrónico poderá gradualmente ser efectuado em quiosques de multi-aplicações, com vista a que os serviços públicos reúnam condições para o lançamento de serviços de auto-atendimento que requeiram pagamento.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
		(10) Continuar-se-á a alargar o número de pontos de prestação de serviços de auto-atendimento, instalando quiosques de multi-aplicações no edifício da zona de administração do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Além dos quiosques de auto-atendimento existentes na Direcção dos Serviços de Identificação, no Centro de Serviços da RAEM da Areia Preta e no Edifício do Serviço de Migração de Pac On na Taipa, serão instalados, no Posto de prestação de serviços em Seac Pai Van, quiosques de auto-atendimento para pedido de certidões que funcionarão 24 horas por dia.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2018
		(11) Em 2018, será estudada a criação de uma plataforma de serviços de cotação electrónica no âmbito da imprensa, pela qual os serviços públicos poderão dirigir directamente à Imprensa Oficial os seus pedidos de cotação de preços, efectuar encomendas directas e acompanhar o andamento da execução em cada fase.	1.º trimestre de 2018	1.º trimestre de 2019

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
5.	Melhoria da gestão interna electronizada e da respectiva regulamentação	(1) Serão ajustadas e aumentadas, em tempo útil, as funções da "Plataforma de gestão e serviços para os trabalhadores dos serviços públicos", reforçando-se a divulgação da sua utilização, para que mais serviços públicos possam, mediante este instrumento electrónico de gestão, lidar com os assuntos de recursos humanos e de administração no dia-a-dia e elevar a eficiência da gestão administrativa interna. Está previsto que, em 2018, a referida Plataforma seja utilizada, a título definitivo ou experimental, por mais de 50 serviços e entidades públicas.	2018	2018
		(2) A proposta da regulamentação do Governo Electrónico será concluída segundo os resultados da respectiva consulta.	2017	2018
		(3) Será estudado um enquadramento geral que seja adequado ao desenvolvimento a longo prazo do Governo Electrónico da RAEM e um mecanismo de coordenação. A regulamentação do Governo Electrónico será feita tendo em conta os aspectos relativos à organização, regime jurídico, critérios, padrões técnicos, etc.	2018	2018
6.	Optimização do Portal do Governo e das infra-estruturas do Governo Electrónico	(1) Dar-se-á continuidade à optimização do novo Portal do Governo e será efectuada uma integração entre a conta individual única, a aplicação de telemóvel "Serviços do Governo de Macau" e os sítios electrónicos dos serviços públicos.	Acção permanente	Acção permanente
		(2) Tendo em consideração a construção da "Plataforma de serviços de dados abertos", proceder-se-á a um estudo sobre a integração entre esta plataforma e o Portal do Governo, de modo a reforçar gradualmente a função deste Portal como a janela de informações e serviços prestados pela Administração.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(3) Serão prosseguidos os trabalhos de construção do segundo Centro de Dados do Governo, constituindo a sua articulação com o actual Centro de Dados do Governo uma valorização efectiva da capacidade actual dos "serviços de infra-estrutura em nuvem".	2017	2019
7.	Empenhamento na melhoria das medidas de facilitação no âmbito do turismo	(1) Em 2018, para efeitos de preparação para a emissão da nova geração de documentos electrónicos de viagem da RAEM, será planeado um estudo e um desenho sobre os meios de segurança destes documentos.	2.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2019
		(2) Com o forte apoio do Governo Popular Central e a colaboração empenhada do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM, serão envidados esforços para procurar que outros países e territórios concedam mais comodidades aos titulares dos documentos de viagem da RAEM. Paralelamente, continuar-se-á a prestar atenção às informações internacionais sobre o turismo, tornando públicas atempadamente as notícias sobre o privilégio de isenção de visto, de visto à chegada e de visto electrónico que outros países ou territórios concedem aos titulares dos documentos de viagem da RAEM. Em 2018, o Governo da RAEM dará prioridade à negociação com os países americanos sobre a isenção recíproca do visto de entrada.	Acção permanente	Acção permanente
(3) Optimização contínua do regime da função pública				
8.	Continuação do regime de recrutamento uniformizado	(1) Em 2018, será sucessivamente concluída a etapa de avaliação de competências profissionais ou funcionais para as carreiras de técnico superior, de adjunto-técnico e de auxiliar realizada pelos diversos serviços públicos em 2017.	2017	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Em 2018, serão abertos concursos de avaliação de competências integradas referentes às habilitações de licenciatura e de ensino primário, criando gradualmente um modelo permanente de concursos.	2018	2019
9.	Optimização sustentável da reforma do regime de carreiras e do regime remuneratório	(1) Em 2018, serão desenvolvidos trabalhos de consulta sobre a proposta da revisão da segunda fase do "regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos" lançada em 2017. Posteriormente, proceder-se-á ao tratamento e à análise das opiniões de consulta recolhidas, bem como à elaboração do relatório final da consulta e à iniciação dos trabalhos da revisão de articulados.	2018	2019
		(2) Será realizada consulta sobre a proposta preliminar da "actualização das remunerações por escalas salariais" junto dos trabalhadores dos serviços públicos. Na base da análise das opiniões de consulta, propor-se-á a nova proposta e o horário de execução do sistema de actualização das remunerações.	2017	2018
10.	Continuação da revisão da avaliação, do acesso e do estatuto dos trabalhadores dos serviços públicos	(1) Relativamente ao regime de avaliação de desempenho, serão definidos factores e indicadores de avaliação, de acordo com as exigências de competências dos trabalhadores de diversos níveis, articulando o desempenho dos trabalhadores de diferentes níveis com o desempenho organizacional, no sentido de harmonizar o acompanhamento dos trabalhos da execução da acção governativa, a gestão corrente e os procedimentos de avaliação de desempenho dos trabalhadores, simplificando, deste modo, os trabalhos de avaliação. Em 2018, após a optimização dos regimes acima mencionados, serão desencadeados os respectivos trabalhos de revisão dos articulados e de consulta.	2017	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Quanto ao regime de acesso, serão ponderados principalmente os factores de avaliação e a evolução da carreira dos trabalhadores, conjugando com os factores de antiguidade, de capacidade e de desempenho, por forma a facultar meios adequados para o acesso. Em 2018, após a optimização dos regimes acima mencionados, serão desencadeados os respectivos trabalhos de revisão dos articulados e de consulta.	2017	2018
		(3) Em 2018, continuar-se-á a revisão do estipulado sobre as remunerações e abonos do ETAPM, incluindo os trabalhos de tratamento das opiniões de consulta, a definição da proposta de revisão e a produção jurídica e legislativa.	2017	2018
(4) Reforço da formação das capacidades dos trabalhadores				
11.	Reforço da formação jurídica dos trabalhadores dos serviços públicos	Serão alargados os destinatários do programa de formação de conhecimentos jurídicos gerais para trabalhadores dos serviços públicos de diferentes níveis até ao pessoal de direcção e chefia. Em simultâneo, será efectuada uma revisão integral sobre a concepção e a reserva de formadores dos programas de formação jurídica geral destinados aos trabalhadores de diferentes níveis, servindo de base para os futuros trabalhos de optimização dos programas de formação jurídica.	Acção permanente	Acção permanente
12.	Realização de formação sobre a Lei Básica e a situação nacional aos trabalhadores dos serviços públicos	Continuarão a realizar-se seminários sobre a Lei Básica e acções de formação sobre a situação nacional destinadas ao pessoal de direcção e chefia e aos trabalhadores dos serviços públicos do nível médio e alargar os destinatários dos seminários sobre a Lei Básica para os técnicos.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
13.	Preparação da organização de acções de formação sobre "Uma Faixa, Uma Rota" destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos	A partir do ano 2018, serão organizadas acções de formação sobre "Uma Faixa, Uma Rota" destinadas aos quadros médio e superior.	2.º trimestre de 2018	Acção permanente
14.	Formação de quadros qualificados da área de tradução chinês-português	(1) Continuar-se-á a promover o "Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa — II Edição", de modo a formar mais quadros qualificados da área de tradução chinês-português de qualidade.	2017	2021
		(2) Através da cooperação interdepartamental, serão disponibilizados estágios *in loco* e formação de tradução e interpretação aos estudantes finalistas do ensino secundário que frequentam curso de tradução chinês-português.	3.º trimestre de 2018	2.º trimestre de 2019
		(3) Serão organizadas palestras sobre o prosseguimento de estudos na área de tradução e respectivas saídas profissionais, apresentando aos estudantes finalistas das escolas secundárias que ministram cursos de língua portuguesa a actual situação, a necessidade de quadros qualificados no Governo da RAEM e o futuro na área de tradução chinês-português, por forma a incentivá-los, aquando da escolha de disciplinas, a optar pela área de tradução chinês-português.	2018	2018
(5) **Valorização no apoio aos trabalhadores**				
15.	Promoção de serviços de apoio aos trabalhadores dos serviços públicos	(1) Em 2018, para além de continuar a organizar diversas actividades culturais e recreativas destinadas	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		aos trabalhadores dos serviços públicos, planeia-se, ainda, a criação de um centro de actividades para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a atribuir diversos abonos aos trabalhadores necessitados dos serviços públicos, atenuando a pressão de vida sentida pelos trabalhadores de base.		
		(2) Continuarão a ser prestados serviços de aconselhamento psicológico aos trabalhadores dos serviços públicos para promover a sua saúde física e psicológica. Continuar-se-á a aperfeiçoar os procedimentos de funcionamento do "Regime da gestão do tratamento de queixas apresentadas, por trabalhadores dos serviços públicos" por forma a reforçar a comunicação entre os superiores hierárquicos, subordinados e colegas e criar um ambiente de trabalho harmonioso.	Acção permanente	Acção permanente
		(3) Continuar-se-á a organização das associações de trabalhadores da função pública a participarem em actividades comunitárias de convivência, promovendo, deste modo, o espírito de apoio e energia positiva dos trabalhadores. A par disso, organizar-se-ão *workshops* destinados às associações de jovens trabalhadores, prestando apoio na atenuação da pressão frequentemente sentida pelos jovens em geral, no seu planeamento de vida, na comunicação interpessoal e nas questões sobre a família e o casamento, no sentido de promover a saúde física e psicológica dos trabalhadores.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(6) Implementação da avaliação periódica do desempenho				
16.	Criação do mecanismo de avaliação do desempenho	A partir de 2018, serão periodicamente recolhidas, por entidade académica terceira, opiniões dos cidadãos sobre os serviços prestados por diversos serviços públicos, procedendo constantemente à avaliação da qualidade dos serviços prestados.	2018	Acção permanente
(7) Promoção da abertura de dados do Governo				
17.	Promoção dos trabalhos de publicitação de dados do Governo	(1) Serão promovidos, ordenadamente, trabalhos de publicitação de dados do Governo, que consistem principalmente em criar uma "plataforma de serviço de publicitação de dados do Governo", de modo a formar gradualmente um mecanismo de gestão eficaz.	2017	2019
		(2) Em articulação com a aplicação de megadados da RAEM e a criação de uma cidade inteligente, planeia-se organizar, em 2018, uma série de acções de formação sobre cidade inteligente e megadados destinadas aos funcionários públicos dos quadros médio e superior, por forma a aumentar a capacidade de gestão de dados do pessoal de direcção e chefia.	2018	2018
(8) Optimização de diversas tarefas eleitorais				
18.	Revisão das eleições para a sexta Assembleia Legislativa	Após a realização, sem incidentes, das eleições da sexta Assembleia Legislativa em 2017, o Governo da RAEM irá, em 2018, colaborar com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL) na revisão da execução das tarefas desenvolvidas durante o processo das eleições, para que a CAEAL apresente posteriormente um relatório de balanço das eleições ao Chefe do Executivo, com sugestões de optimização das eleições.	2018	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
19.	Optimização dos trabalhos de recenseamento eleitoral	(1) Estudar-se-á o aperfeiçoamento do sistema de recenseamento eleitoral e dos respectivos serviços, ponderando alargar o âmbito de serviço, melhorar o sistema *online* de recenseamento eleitoral para facilitar os eleitores.	2018	2018
		(2) Continuar-se-á a colaborar com as associações sociais e entidades educacionais no alargamento dos meios de divulgação, especialmente na adopção de novos media na divulgação de informações, na generalização de conhecimentos sobre as eleições, na promoção da consciência sobre eleições íntegras e do desenvolvimento estável de um sistema político democrático.	Acção permanente	Acção permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2018 (Domínio da Justiça)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(1) Aperfeiçoamento contínuo da coordenação da produção legislativa				
20.	Aperfeiçoamento contínuo da coordenação da produção legislativa	(1) Cumprimento escrupuloso do mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa e fiscalização geral da situação do progresso dos planos legislativos anuais.	2018	2018
		(2) Acompanhamento contínuo da situação do cumprimento das Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa nos diversos serviços, reforçando a fiscalização das acções de produção dos projectos legislativos, estudando a elaboração do mecanismo de avaliação e acompanhamento após a produção legislativa, continuando atento à situação da aplicação dos diplomas legais, recolhendo opiniões e propostas dos vários sectores sociais sobre a execução dos diplomas legais, de modo a que o mecanismo da coordenação da produção legislativa corresponda melhor às necessidades reais, aperfeiçoando continuamente o sistema normativo da RAEM.	2018	Acção permanente
		(3) Enriquecimento contínuo da equipa de pessoal de produção legislativa e de tradução jurídica, proporcionando formação diversificada. Por um lado, através da partilha e troca de experiências nos serviços da área de justiça internos, elevar a técnica e o nível de tratamento independente dos juristas nas acções de produção dos projectos legislativos. Por outro lado, fornecer cursos de formação profissional aos juristas dos serviços públicos, elevando continuamente os	2018	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		conhecimentos na produção jurídica e o domínio e capacidade de aplicação das técnicas legislativas dos formandos, a fim de fornecer condições mais favoráveis à execução do mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa.		
(2) Grande empenho na construção do sistema jurídico				
21.	Criação de órgãos municipais sem poder político	Empenhar-se fortemente nas acções legislativas para a criação dos órgãos municipais sem poder político, incluindo os processos legislativos internos, apresentando-os à Assembleia Legislativa para apreciação.	2017	2018
22.	Revisão do regime de condicionamento administrativo	A equipa interdepartamental de produção de diplomas legais continuará o acompanhamento das acções de consulta, elaborando o relatório de síntese da consulta e, com base nisso, procederá às acções de produção dos projectos legislativos, esforçando-se para a sua apresentação ao processo legislativo.	2017	2018
23.	Elaboração da Lei do registo de embarcações	Conclusão do processo legislativo interno sobre a Lei do registo de embarcações, esforçando-se por apresentar o projecto de lei à Assembleia Legislativa para apreciação.	2016	2018
24.	Revisão da Lei n.º 7/89/M (Actividade publicitária)	Proceder, na primeira metade do ano de 2018, com base nas orientações da revisão elaborada preliminarmente, a consulta pública, auscultando as opiniões das individualidades de diversos sectores sociais e desenvolver as acções de produção de diplomas legais.	2017	2018
25.	Elaboração da revisão do regime jurídico para o cumprimento da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição	Acompanhamento contínuo da revisão e alteração das leis locais correspondentes à Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição, esforçando-se pela conclusão da elaboração da proposta de lei em 2018.	2018	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
26.	Lei do sigilo	Promoção ordenada das acções legislativas do regime de sigilo, estudando e tomando por referência as experiências legislativas do regime de sigilo de outros países ou regiões, bem como proceder a consulta pública, ouvindo as opiniões de individualidades dos diversos sectores sociais.	2018	2018
27.	Revisão do Código de Processo Civil	Com base na análise das opiniões recolhidas na consulta preliminar dos sectores e nos resultados de intercâmbio no âmbito das conferências internacionais, concluir rapidamente os trabalhos de produção dos projectos de leis e demais instrumentos legislativos complementares, para entrar oficialmente no processo legislativo.	2016	2018
28.	Revisão das disposições do Código Penal sobre os crimes relativos a pessoas colectivas e a cartões de crédito	Ouvir as opiniões dos órgãos judiciais, serviços policiais, associação de advogados, associações académicas e associações da sociedade civil e, com base na recapitulação e análise das opiniões dos vários sectores da sociedade e ainda conjugando com as políticas em matéria penal em Macau e a realidade social, desenvolver os trabalhos de produção das propostas de lei.	2017	2018
29.	Trabalhos de recensão e adaptação legislativa	(1) O grupo de trabalho conjunto para a recensão e adaptação da legislação original, composto pelo Governo da RAEM e pela Assembleia Legislativa, irá proceder ao estudo sobre a situação de vigência e o modo de tratamento de 280 leis e decretos-leis publicados desde 1988 até 1999, tomando por referência o modo de trabalho adoptado pela Lei intitulada "Determinação de não vigência de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1987", prevendo a conclusão do trabalho de produção do projecto em 2018 e a sua apresentação ao processo legislativo.	2016	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Após aprovação das duas leis sobre a determinação de não vigência de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1999 será determinado quais as leis e decretos-leis originais ainda vigentes. Quanto aos diplomas ainda vigentes, o grupo de trabalho conjunto irá continuar, a partir da investigação a nível técnica legislativa, proceder aos respectivos trabalhos legislativos.	2016	2018
30.	Trabalhos legislativos sobre o regime de arbitragem e conciliação	Na primeira metade do ano de 2018, irá analisar e estudar as opiniões recolhidas pelos operadores da prática jurídica e pelos serviços públicos, a fim de aperfeiçoar os textos das duas propostas de lei sobre o regime de arbitragem e o regime de conciliação, prevendo-se a conclusão do processo legislativo interno em 2018.	2016	2018
(3) Promoção diversificada da divulgação jurídica				
31.	Divulgação da Constituição e da Lei Básica	(1) Acções de generalização e divulgação jurídica junto dos jovens. Desenvolver as actividades de divulgação da Constituição e da Lei Básica junto dos estudantes de Macau que frequentam os seus estudos no Interior da China, realizando actividades temáticas de divulgação jurídica nas instituições do ensino superior do Interior da China onde há mais estudantes de Macau, aprofundando gradualmente o conteúdo das palestras relativas à generalização jurídica realizadas nas escolas primárias e secundárias, das palestras temáticas relativas à Constituição e à Lei Básica realizadas nas instituições do ensino superior e dos colóquios «Chá-Convívio sobre a Nação», e produzindo *DVDs* e materiais didácticos de generalização jurídica destinados às escolas, cuja tema abrange a Constituição e a Lei Básica e que sensibilizam os estudantes para respeitar as leis.	2018	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Realizar uma série das actividades comemorativas do 25.º aniversário da promulgação da Lei Básica, convidando mais associações civis, em particular as associações de juventude, para a realização conjunta de actividades, para que os jovens desenvolvam, de forma plena, a sua criatividade e capacidade de imaginação no lançamento de novos meios e formas dinâmicas de generalização jurídica, por forma a aumentar de forma constante o interesse pelas acções de generalização jurídica e a participação pública, promovendo jogos temáticos de questionários *online* com prémios, bem como actualizando permanentemente o conteúdo do *Website* sobre a Constituição e a Lei Básica, plataforma que permite ao público a obtenção de mais informações sobre a generalização jurídica.	2018	2018
32.	Outras acções de divulgação jurídica	Desenvolver o trabalho de divulgação jurídica através de diversos meios de comunicação e plataformas, reforçando a comunicação inter-serviços para estabelecer um modelo de cooperação mais estreita e desenvolvendo-se conjuntamente o trabalho de divulgação jurídica, tendo em consideração temas diferentes e visando, nomeadamente, a promoção dos novos diplomas legais promulgados, bem como continuar a cooperar com várias associações civis, para que, mediante a criação conjunta de uma plataforma de divulgação e promoção e de um mecanismo de divulgação conjunta, seja estabelecido um bom ambiente social em que as leis são cumpridas.	Acção permanente	Acção permanente
33.	Divulgação contínua sobre a protecção consular	Continuar a divulgação das informações relativas aos direitos e deveres fundamentais dos residentes, à Lei da Nacionalidade, à protecção consular, aos serviços consulares, entre outros, através de vários meios, nomeadamente a publicidade feita na televisão, rádio, jornais, edições especiais, *websites* temáticos	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		e jogos com atribuição de prémios. Em colaboração com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM, será enviado pessoal às escolas e associações para realizar palestras e exposições fotográficas. Nas principais festividades e nos feriados, serão emitidas recomendações de segurança em viagem através da rádio, com vista a consciencializar os cidadãos dos riscos nas suas viagens, dando deste modo maior atenção à protecção consular e aos serviços consulares.		
(4) Intensificação ordenada da formação judiciária				
34.	Formação dos magistrados	(1) Quanto às acções de formação para ingresso dos magistrados, o Governo da RAEM irá adaptar-se de forma activa às necessidades no âmbito da formação de magistrados em ambos os órgãos judiciais, envidando todos os esforços para lhes prestar assistência e apoio.	Acção permanente	Acção permanente
		(2) Relativamente à formação contínua e actualização dos magistrados, o Governo da RAEM irá continuar a cooperar com as instituições de formação, nomeadamente o Instituto Nacional de Formação de Magistrados Judiciais da República Popular da China, o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público da República Popular da China e o Centro de Estudos Judiciários de Portugal, no sentido de realizar diversas actividades ou cursos de formação dirigidos aos magistrados efectivos.	Acção permanente	Acção permanente
35.	Formação dos oficiais de justiça	(1) O início do "Quarto curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça judicial e de oficial de justiça do Ministério Público", com a duração de 12 meses, está previsto para a segunda metade do mês de Fevereiro de 2018.	1.º trimestre de 2018	1.º trimestre de 2019

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Continuação da realização dos cursos de formação para acesso à categoria de escrivão judicial adjunto do Ministério Público, à de escrivão judicial adjunto dos tribunais, à de escrivão judicial principal dos tribunais e à de escrivão do Ministério Público principal, que tinham sido iniciados.	3.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2018
		(3) Organização oportuna doutros cursos de formação de acesso para os oficiais de justiça, conforme as necessidades de ambos os órgãos judiciais.	Acção permanente	Acção permanente
(5) Participação positiva no intercâmbio internacional				
36.	Promoção da cooperação judiciária internacional	1) Continuar a acompanhar os procedimentos de celebração formal do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas e do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com a Mongólia, procedendo a negociações relativas ao Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária em Matéria Civil e Comercial.	3.º trimestre de 2014	2018
		2) Continuar a acompanhar os procedimentos de celebração formal com a República Federal da Nigéria do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.	3.º trimestre de 2014	2018
		3) Proceder a negociações com a República da Coreia relativas ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.	3.º trimestre de 2013	Acção permanente
		4) Promover as negociações com a República Portuguesa relativas ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.	2017	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		5) Dar início às negociações com a República Socialista do Vietname e com a República das Filipinas relativas ao Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.	2017	Acção permanente
		6) Dar início à concertação com a República Federativa do Brasil sobre os assuntos relativos à negociação e celebração do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, do Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.	2017	Acção permanente
37.	Participação positiva nos assuntos internacionais	1) Continuar a participar nas actividades das organizações internacionais, nomeadamente em diversas reuniões realizadas pelas organizações internacionais, incluindo o Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH), entre outros.	2018	Acção permanente
		2) Cumprir pontualmente as obrigações internacionais, incluindo a apresentação ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas do 2.º relatório sobre a situação do cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, bem como participar, quer no Exame Periódico Universal, quer nas reuniões do Comité para a Eliminação da Discriminação Racial relativas à aplicação da Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial na República Popular da China.	2018	Acção permanente
		3) Desenvolver o terceiro programa de cooperação na área jurídica com a União Europeia, bem como proceder, em 2018, à realização de 11 actividades e à apresentação à União Europeia do respectivo relatório intercalar.	2018	2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(6) Intensificação do desenvolvimento da cooperação inter-regional				
38.	Cooperação judiciária inter-regional	Relativamente ao acordo sobre a citação e notificação de actos judiciais em matéria civill e comercial e sobre a implementação da Convenção sobre Aspectos Civis do Rapto Internacional de Crianças, continuar a manter um contacto estreito com a RAEHK, estando previsto que a celebração do acordo com esta Região seja formalizada em 2018.	2017	2018
39.	Área dos assuntos notariais	Continuar a efectuar o intercâmbio e cooperação com a Província de Guangdong, estabelecendo um mecanismo permanente relativo aos intercâmbios e visitas recíprocas entre os notários das duas regiões e promovendo o desenvolvimento da respectiva actividade das duas partes, bem como manter contacto em relação à criação do mecanismo de verificação dos instrumentos públicos de Guangdong e de Macau e planear uma visita ao Ministério da Justiça do Estado, no sentido de trocar opiniões sobre a referida matéria e outros assuntos relativos à cooperação jurídica.	2016	2018
40.	Área da arbitragem e conciliação	Reforçar a cooperação e o intercâmbio com as instituições de arbitragem competentes do Interior da China, continuar a impulsionar e concretizar a cooperação em matéria de arbitragem e conciliação através de visitas recíprocas e aprendizagem mútua, bem como analisar a possibilidade de programação de cooperação para a formação do pessoal e da criação de um mecanismo permanente de comunicação.	2018	Acção permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2018 (Domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos		Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(1) Melhoramento do sistema relativo aos assuntos municipais					
41.	Expansão da rede de serviços comunitários	(1)	Criação de um "Centro de Serviços da RAEM nas Ilhas" na Taipa, com o objectivo de estender os serviços prestados pelo "Centro de Serviços da RAEM" da zona norte para o da Taipa, e de modo a prestar serviços de melhor qualidade e conveniência aos moradores dessa zona.	2017	2.º trimestre de 2019
		(2)	Instalação, dentro do novo Complexo Municipal do Mercado do Patane, de um centro de actividades com uma área de 2.000 metros quadrados, no qual vai estar disponível uma zona para idosos, zona de leitura de jornais e revistas, sala de estudos, auditório, entre outros, com vista a proporcionar aos indivíduos de diferentes faixas etárias e às famílias deste bairro comunitário um espaço interior agradável para actividades de lazer.	3.º trimestre de 2015	4.º trimestre de 2018
		(3)	Construção na Ilha Verde de um centro de actividades e um quiosque de educação cívica, para melhorar as instalações destinadas aos serviços comunitários e promover a educação cívica do bairro.	2017	2.º trimestre de 2019
		(4)	Ampliação de vários serviços electrónicos, tais como estudar a aquisição de quiosques de auto-atendimento de agência única, no sentido de facilitar o tratamento dos respectivos serviços fora do horário de expediente, por parte dos cidadãos; adicionar ao Centro de Serviços da RAEM um serviço *online* de obtenção de senhas e função de alerta para o portador de senha; lançar, por fases, as "Instalações Municipais EasyGo"; criar uma plataforma electrónica para fornecedores - Aquisição *Online*.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo		Previsão de início	Data de conclusão prevista
42.	Optimização da construção de instalações municipais	(1)	O Centro Comercial de Seac Pai Van entrará em funcionamento em 2018, onde se irá disponibilizar instalações de exploração de produtos alimentares frescos e vivos, produtos secos, artigos de uso diário, zonas de restauração e de compras abertas 24 horas por dia para o fornecimento de produtos alimentares secos e frescos, artigos de uso diário, aparelhos electrodomésticos, produtos domésticos e outros alimentos.	2017	2.º trimestre de 2018
		(2)	Em 2018, tenciona-se melhorar o sistema de ar-condicionado do Mercado Municipal da Horta e Mitra, do Mercado Municipal da Taipa e do Mercado Municipal do Bairro Iao Hon, bem como concluir o projecto de ampliação e optimização do Mercado Municipal da Taipa. Em contrapartida, ir dar-se continuidade à concretização dos trabalhos de construção do auto-silo do Parque de Seac Pai Van.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2019
		(3)	O Laboratório do IACM mudar-se-á, em 2018, para o novo mercado abastecedor, e irá também alargar a sua área de análise, aumentar a eficiência e a exactidão das análises através da aquisição de novos equipamentos, proporcionando aos cidadãos melhores serviços com profissionalismo.	2017	4.º trimestre de 2018
		(4)	Desenvolvimento do trabalho de planeamento do crematório, envidando-se todos os esforços para concluir, em 2018, o projecto de concepção geral e realizar o respectivo concurso público.	2017	4.º trimestre de 2019
43.	Melhoramento dos regimes regulamentares relativos aos assuntos cívicos	(1)	Em 2017, realizou-se consultas públicas sobre o regime de gestão dos mercados públicos e o regime de gestão dos vendilhões. Em 2018, serão elaborados os relatórios finais conforme os resultados da consulta pública, bem como lançados os trabalhos preparatórios para a	2017	4.º trimestre de 2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		elaboração duma lei relativa ao regime de gestão dos mercados públicos e doutra relativa ao regime de gestão dos vendilhões.		
		(2) Elaboração do relatório final da consulta pública sobre a Lei de Controlo Sanitário Animal e Médico-Veterinária, bem como a conclusão da elaboração da lei e entrada no processo legislativo.	2017	4.º trimestre de 2018
		(3) Na preparação da construção do crematório, proceder-se ao mesmo tempo aos trabalhos preliminares legislativos para os respectivos regulamentos complementares.	2017	4.º trimestre de 2018
(2) Garantia integral da Segurança Alimentar				
44.	Reforço do mecanismo de supervisão de produtos alimentares	(1) Persistência na melhoria das acções de inspecção, amostragem e análise e execução da lei, para combater rigorosamente as infracções praticadas por estabelecimentos ou indivíduos em matérias reguladas pela Lei de segurança alimentar.	Acção permanente	Acção permanente
		(2) Promoção do Plano de Registo para o Sector Alimentar, bem como da recolha e organização das informações sobre as entidades que produzem e comercializam géneros alimentícios não sujeitos à regulamentação de licenças, como lojas de *take away* e lojas *online*. Reforço da monitorização e das vias de controlo através de legislação.	Acção permanente	Acção permanente
		(3) Definição das normas de segurança alimentar sobre os requisitos sanitários no processo de produção e comercialização de géneros alimentícios, e revisão das Orientações de Técnicas Higiénicas de Géneros Alimentícios, de acordo com as necessidades reais de operação do sector.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(4) Realização de inquéritos sobre o consumo de alimentos por parte dos alunos das escolas secundárias de Macau, para avaliar o impacto de diversas substâncias dos géneros alimentícios na saúde humana.	4.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2018
45.	Promoção da educação sobre segurança alimentar	(1) Realização de uma análise quantitativa e qualitativa do grau de conhecimento sobre segurança alimentar da sociedade de Macau, combinada com os hábitos de alimentação dos cidadãos, para definir as informações sobre géneros alimentícios mais pertinentes e sugestões de nutrição.	Acção permanente	Acção permanente
		(2) Definição de um Guia de Operação Higiénica, de acordo com a situação actual de controlo do mercado e as características do sector, para ajudar o sector a melhorar a gestão da segurança alimentar.	Acção permanente	Acção permanente
		(3) Continuação da realização do Programa de Incentivo à Formação de Supervisores de Higiene Alimentar, Palestra sobre Regras Básicas de Higiene Alimentar, Palestra sobre Higiene Alimentar em Escolas, palestras temáticas e outras actividades de formação, utilizando os meios de comunicação electrónicos ou impressos para reforçar a educação sobre segurança alimentar.	Acção permanente	Acção permanente
46.	Reforço da cooperação regional na área da segurança alimentar	(1) Prosseguir com a realização da Reunião de Trabalho sobre o Intercâmbio e a Cooperação Guangdong – Macau na Área da Segurança Alimentar e com a Palestra sobre Segurança Alimentar com Especialistas da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, e com a cooperação aprofundada na área de estudo e pesquisa de intercâmbio sobre riscos de segurança alimentar, assim como o alargamento da partilha de informações sobre segurança alimentar na região e actividades de formação de pessoal.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Continuar a participar em acções de cooperação no âmbito da segurança alimentar a nível internacional e regional, utilizando a plataforma regional de cooperação e intercâmbio, para reforçar a notificação de informações sobre segurança alimentar e prevenir e responder oportunamente a incidentes de segurança alimentar. Reforçar-se ainda a cooperação e intercâmbio entre as regiões na área de gestão e tecnologia de segurança alimentar, garantindo em conjunto a segurança alimentar.	Acção permanente	Acção permanente
		(3) Promover a concretização do "Acordo-Quadro para a Promoção da Construção da Grande Baía", reforçando a facilitação do desembaraço aduaneiro e de mercadorias e a cooperação com a Administração de Inspecção e Quarentena de Entrada e Saída de Zhuhai, para, com base no "Acordo de Cooperação entre Zhuhai e Macau, no Desenvolvimento do Estudo de Viabilidade da Aplicação do Certificado Electrónico de Sanidade de Animais Vivos para Consumo Fornecidos para Macau", verificar a viabilidade da aplicação do certificado sanitário electrónico. A par disso, estudar-se-á a simplificação das medidas de inspecção de géneros alimentícios importados do Interior da China, assim como o reforço da cooperação na importação e exportação de géneros alimentícios, para alargar o âmbito de comércio de importação.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2019
(3) Promoção de um estilo de vida verde				
47.	Embelezamento das ruas da cidade	Realização de vários projectos de embelezamento e construção de vias, incluindo as obras de melhoramento dos passeios do Istmo de Ferreira do Amaral, de Iao Hon e do Hipódromo, o	3.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2019

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		embelezamento do pavimento da zona de lazer do Reservatório, a repavimentação em betume da Rua dos Hortelãos, da Rua da Tranquilidade, da Avenida do Coronel Mesquita, da Avenida da Ponte da Amizade e da Avenida Norte do Hipódromo, para proporcionar boas condições de circulação para peões e veículos.		
48.	Criação de uma cidade verde habitável	(1) Devido à passagem do tufão "Hato", muitas árvores ficaram danificadas. Os trabalhos de recuperação dos espaços verdes serão desenvolvidos numa fase a curto prazo e outra a médio e longo prazo. No que diz respeito ao curto prazo, serão colocados principalmente arbustos floridos e sempre-verdes e flores de relva, no sentido de aumentar, o mais rápido possível, a percentagem de espaços verdes da cidade. Quanto ao médio e longo prazo, irá concluir, em primeiro, o estudo do plano, que será concretizado passo a passo, sendo o "Bom aproveitamento de terrenos e árvores" considerado o principal objectivo e serão plantados sobretudo tipos de árvores de alta resistência ao vento. A par disso, dar-se-á continuidade ao planeamento e construção de alpendres verdes nas zonas de lazer e locais públicos, assim como se adicionar 50 pontos de apreciação de flores aromáticas em parques e jardins, áreas ajardinadas e zonas de lazer, para criar um espaço urbano agradável e verde, cheio de aromas e cores.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2020
		(2) Desenvolvimento dos trabalhos de recuperação de áreas verdes ao longo das rotas do metro ligeiro, de acordo com a situação da conclusão da obra de metro ligeiro e da transferência das áreas ajardinadas.	Acção permanente	Acção permanente
		(3) Prosseguir-se com a realização de exposições de floricultura e respectivas actividades de grande escala, face às diferentes características do clima das quatro estações do ano.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
49.	Reforço da conservação do ecossistema	(1) Concretização do Plano Quinquenal que visa a protecção ambiental, o Governo da RAEM efectuará a remodelação de um hectare das zonas florestadas e a plantação de 1.000 pés de árvores. Em relação aos estragos em cerca de 500 hectares de floresta e 500.000 pés de árvores após a passagem do tufão "Hato", o IACM irá desenvolver, através de cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau em relação à Grande Baía, um plano de recuperação da vegetação florestal das Ilhas de Macau em conjunto com a Administração Florestal da Província de Guangdong e a Faculdade de Ciências da Vida da Universidade Sun Yat-Sen.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2020
		(2) Prosseguir-se com a plantação de 3.000 pés de mangal no canal de Shizimen.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
		(3) Continuar-se a avançar com a recolha e reutilização das madeiras dos espaços verdes, transformando-os em fertilizante orgânico para utilização nas acções de manutenção da arborização.	Acção permanente	Acção permanente
		(4) Continuação da realização do plano de recuperação das terras húmidas do Parque de Seac Pai Van, bem como a recuperação das faunas nativas de ribeirinhas.	Acção permanente	Acção permanente
		(5) Em 2018, ocupando 30.000 metros quadrados no Parque de Seac Pai Van, o Jardim Ecológico do Trilho de Plantas Medicinais e Aromáticas e o Jardim de Plantas Medicinais Chinesas do Sul serão concluídos e abertos ao público.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2018

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(6) O Pavilhão do Panda Gigante será submetido a uma obra de ampliação, que visa acrescentar dois dormitórios para animais, dividindo em duas partes o espaço para actividade ao ar livre para melhor satisfazer as necessidades básicas dos quatro membros da Família Feliz dos pandas gigantes.	2017	3.º trimestre de 2018
		(7) Acompanhamento do "Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía", nomeadamente com a construção conjunta de uma Grande Baía saudável e o melhoramento do mecanismo de cooperação no âmbito da construção ecológica e de protecção ambiental. Reforçar-se-á a cooperação com a região de Hengqin e Zhuhai relativamente às terras húmidas, através da concretização do projecto de troca de pés de mangal, da realização do estudo sobre a possibilidade de criação de terras húmidas interligadas entre Zhuhai e Macau, e procurar demarcar a zona costeira de Hengqin, a zona situada em frente a Macau, como uma área de plantação de mangais. Em conjugação com o mangal de Macau, irá procurar-se criar uma zona de mangal nas margens do rio, estabelecendo um habitat ecológico na costa oeste do Rio das Pérolas para a passagem do Inverno das aves da espécie colhereiro de bico preto (*Platalea minor*).	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2019
		(8) Criação de um mecanismo de comunicação constante, reforçando a protecção e a comunicação de informação sobre os animais em vias de extinção, combatendo de forma eficaz os actos ilegais que prejudiquem os animais ou plantas em vias de extinção.	1.º trimestre de 2018	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(9) Desenvolver-se, em colaboração com a Administração de Inspecção e Quarentena de Entrada e Saída de Zhuhai, a análise da viabilidade de certificados electrónicos de inspecção de pés de árvores e flores de Zhuhai importadas para Macau, implementando, passo a passo, a digitalização dos certificados fitossanitários de pés de árvores e flores importadas para Macau, salvaguardando as suas qualidades.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2018
(4) Manutenção da higiene ambiental				
50.	Reforço do sistema contra inundações e marés altas	(1) Prosseguir-se com a renovação do sistema de drenagem que se encontra sobrecarregado, realizar a obra de separação de águas pluviais e águas residuais e melhorar a capacidade de descarga de água nas zonas baixas. Planear, para 2018, a construção da drenagem de águas pluviais a partir da Avenida do Comendador Ho Yin até à Bacia Norte do Patane para descarga em direcção ao mar, no sentido de melhorar a evacuação de águas pluviais de Toi Sán, Fai Chi Kei e Ilha Verde; substituir os esgotos nas Rua George Chinnery, Rua Nova, Calçada dos Remédios e Travessa do Abreu; desenvolver a substituição dos esgotos na Estrada do Reservatório, optimizar a obra de drenagem da Vila de Coloane e continuar a obra das estações elevatórias da Rotunda Ouvidor Arriaga, na Taipa, para melhorar, de forma gradual, o sistema de descarga de águas da cidade.	Acção permanente	Acção permanente
		(2) Desenvolver trabalhos do aumento da altura dos dispositivos de controlo de circuitos, caixas eléctricas das estações elevatórias, instalações de equipamentos de geração de electricidade de reserva, alerta por *SMS* em caso de anomalia nas estações elevatórias,	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2020

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		equipamento de monitoramento remoto, substituição gradual por bombas de água com maior capacidade de sucção nas estações elevatórias antigas, com vista a elevar a capacidade do *hardware* das estações elevatórias; continuar-se a substituição de válvulas de retenção deterioradas no Porto Interior, para reduzir a ocorrência do refluxo de água do mar através de tubos de drenagem.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2020
		(3) Concretizar-se a construção da drenagem de águas pluviais e da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior, esforçando-se desenvolver, no início de 2018, o processo de concurso, iniciando, o mais rápido possível, a referida obra.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2019
51.	Optimização das instalações sanitárias públicas	(1) Melhoria contínua das instalações dos sanitários públicos e à sua gestão, avançando-se com o trabalho de renovação, expansão e construção, bem como com o aumento do número de sanitários públicos abertos 24 horas por dia.	Acção permanente	Acção permanente
		(2) Prosseguir-se com a instalação gradual do sistema automático com sensor para abertura das portas dos depósitos do lixo e com o sistema de monitorização da quantidade de lixo, de forma a facilitar a deposição adequada de lixo nos contentores por parte do público.	Acção permanente	Acção permanente
(5) Construção de bairros comunitários harmoniosos				
52.	Desenvolvimento duma vasta gama de actividades de educação cívica	(1) Os Princípios de Vida com Cortesia continuarão a ser o tema central da educação cívica, passando a herança da cultura e os valores tradicionais da China e criar em conjunto uma sociedade harmoniosa.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		(2) Através das actividades "Uma Passeata pelas Ruas de Macau – Conhecer Macau" e a Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau, fortalecer-se-á o sentimento de pertença e orgulho em Macau e na Pátria, ajudando o público a conhecer melhor a implementação bem sucedida em Macau do princípio "Um País, dois sistemas".	Acção permanente	Acção permanente
		(3) Continuação da realização do "Colóquio sobre Educação Cívica" para elevar a noção de responsabilidade e participação do público na sociedade.	Acção permanente	Acção permanente
		(4) Através de realização de inquérito de grande escala sobre a educação cívica, apurar-se-á os conhecimentos da população sobre a educação cívica, analisando a percepção dos turistas nas qualidades civis dos residentes de Macau e os resultados efectivos das actividades de educação cívica.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

Calendário das principais acções governativas da área da Economia e Finanças para o ano de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
Desenvolvimento do sector das convenções e exposições (MICE) com "Prioridade às Conferências", pautado pela elevação da sua qualidade				
1.	Melhoramento da eficácia das actividades da MICE	Organizar a 9ª edição do "Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas".	1.º semestre de 2018	1.º semestre de 2018
		Organizar o "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental 2018" (MIECF), com foco no endereçamento de convites a empresas da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas para participarem no supracitado evento e na realização de actividades alusivas ao tema de finanças verdes.	1.º semestre de 2018	1.º semestre de 2018
		Organizar a 23ª edição da "Feira Internacional de Macau", introduzindo uma maior quantidade de elementos alusivos à "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e uma visita de estudo empresarial a várias cidades inseridas naquela Região .	2.º semestre de 2018	2.º semestre de 2018
		Organizar a "Exposição dos Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa" (PLPEX), posicionando-a como uma feira virada para os produtos importados da Lusofonia.	2.º semestre de 2018	2.º semestre de 2018
		Planear, organizar e apoiar a organização de uma série de feiras e convenções sobre marcas de Macau, prestando ainda acompanhamento aos respectivos resultados alcançados para procurar melhorar o seu nível de profissionalismo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Introduzir mais elementos relacionados com a "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", os Países de Língua Portuguesa e a Iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", promovendo, assim, a parceria efectiva entre as empresas e organismos das diversas regiões envolvidas.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
2.	Introdução de mais eventos de conferências e feiras de qualidade, promovendo o desenvolvimento do MICE de Macau rumo ao profissionalismo, internacionalização e adaptação ao mercado	Divulgar e promover, em conjunto com os "Embaixadores das Convenções" as vantagens de Macau no sector MICE, atraindo a realização em Macau de mais actividades de convenções e exposições, analisando ainda a viabilidade de introdução de feiras e conferências mais diversificadas no território.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Implementar e aperfeiçoar as medidas de apoio ao sector MICE, assegurando a atribuição efectiva de recursos através de mecanismos de avaliação prévia e de inspecção in loco.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Promover exposições verdes, introduzindo em algumas feiras o cartão de acesso "passe único de MICE", lançando o referido cartão, numa primeira fase, a favor dos representantes das associações comerciais e empresas locais.	1.º trimestre de 2018	Trabalho com continuidade
3.	Encaminhamento aos visitantes profissionais de feiras e conferências para visitarem os bairros comunitários locais	Lançar itinerários de consumo para incentivar os visitantes profissionais de feiras e conferências para visitarem os bairros comunitários locais, incentivando, ainda, a organização de visitas guiadas aos mesmos.	1.º trimestre de 2018	Trabalho com continuidade
		Incentivar os organizadores do MICE a programarem a organização de feiras e exposições nos mesmos períodos ou períodos consecutivos da realização de grandes eventos ou festividades de Macau, de modo a proporcionar a captação mútua de potenciais clientes.	1.º trimestre de 2018	Trabalho com continuidade
4.	Apoio ao sector MICE na elevação da sua qualidade profissional	Implementar continuamente o "Programa de Apoio para a Formação de Profissionais da Área de Convenções e Exposições".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Realizar, em colaboração com os organismos competentes do Interior da China, os "Cursos de Formação de Talentos de Convenções e Exposições de Macau", incentivando mais operadores do sector a obter certificações profissionais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Reforçar a cooperação regional no âmbito da formação de profissionais do sector MICE, reservando vagas das acções de formação para os operadores do sector da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e dos Países de Língua Portuguesa.	1.º trimestre de 2018	Trabalho com continuidade
5.	Aperfeiçoamento dos trabalhos estatísticos do sector MICE	Aperfeiçoar a conta satélite do sector MICE de Macau, procurando a elaboração e divulgação regular dos respectivos resultados.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
Apoio ao desenvolvimento do sector da medicina tradicional chinesa (MTC)				
1.	Reforço da base de desenvolvimento do sector da MTC	Acelerar a construção do software e hardware do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Acelerar os trabalhos de construção das incubadoras.	Já iniciado	1.º semestre de 2018
		Acelerar os trabalhos de construção de edifícios habitacionais para quadros qualificados e peritos.	4.º trimestre de 2017	2.º semestre de 2019
2.	Preparação para a construção, numa primeira fase e em países de língua portuguesa, do centro da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e da plataforma de registo de produtos no exterior	Intensificar a divulgação e aplicação da MTC em Moçambique, dando início aos preparativos para a criação de um Centro da MTC naquele país.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Colocar em funcimamento a Plataforma de Registo de Produtos da MTC na União Europeia.	Já iniciado	Em 2019
		Criar gradualmente uma rede de mercado baseada em Portugal e virada para a União Europeia.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2018
		Reforçar a divulgação e aplicação da MTC em Moçambique, negociando com os países da ASEAN sobre o estabelecimento da relação e cooperação no âmbito da mesma matéria.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
3.	Aproveitamento integral das plataformas de cooperação e dos recursos profissionais, prestando apoio às empresas locais no desenvolvimento dos seus produtos e reforçando a cooperação com o Interior da China	Prestar assistência às empresas de Macau para desencadearem trabalhos de desenvolvimento secundário dos seus produtos, apoiando, ainda, outras sem produção de artigos para lançarem trabalhos de investigação e de criação de projectos respectivos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		A Guangdong-Macau Pharmaceutical Co., Ltd. irá envidar esforços para obter a certificação de boas práticas de fabricação (GMP) da China Continental e iniciar a admissão de pedidos para fabrico de produtos.	Já iniciado	4.º trimestre de 2018
		Aprofundar a cooperação com Guangdong, Fujian e Sichuan, encetando ainda negociações com a Província de Jilin sobre o estabelecimento da cooperação na área da medicina tradicional chinesa.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Aceleração do desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias				
1.	Promoção da construção da "Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países da Língua Portuguesa"	Incentivar a construção do "Centro para a regularização das transacções em RMB entre a China e os Países de Língua Portuguesa", promovendo, junto das empresas e instituições dos países de expressão portuguesa, as actividades financeiras em RMB.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Visitar e promover, junto das cidades do Interior da China, nomeadamente as localizadas na Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-HongKong-Macau, as actividades de locação financeira, as de regularização das transacções em RMB, para os países de língua portuguesa e o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Estimular as instituições financeiras de Macau para prestarem serviços financeiros com características próprias, à Região Metropolitana da Grande Baia Guangdong-HongKong-Macau, aos países de língua portuguesa, e aos países e regiões situados ao longo do percurso de "Uma Faixa, Uma Rota".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
2.	Promoção do crescimento e desenvolvimento do sector da locação financeira	Promover a revisão do Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Promover a revisão do Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais à Locação Financeira.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Atrair a vinda e o estabelecimento de mais sociedades de locação financeira de qualidade em Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
3.	Apoio ao alargamento e desenvolvimento das actividades de gestão de fortuna por parte dos operadores do sector	Dar início, de acordo com as necessidades verificadas na exploração de actividades, ao estudo de aperfeiçoamento do regime jurídico e ao reforço das infra-estruturas respectivos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Introduzir produtos financeiros denominados em RMB e outros produtos de investimento e de gestão de fortuna.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
4.	Desenvolvimento de quadros profissionais na área financeira através da formação e da atracção da vinda de talentos	Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino superior e instituições de formação locais, e instituições profissionais do Interior da China e do exterior, para lançamento de cursos de qualificação profissional e de acções de formação de natureza prática.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Introduzir, na área financeira e de forma apropriada, talentos profissionais e quadros de gestão de alto nível do Interior da China e do estrangeiro.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
Aceleração da construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" de Macau, promovendo a sua integração com a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota"				
1.	Apoio aos produtos dos Países de Língua Portuguesa na exploração de mercados, promovendo a construção do "Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa"	Fomentar a penetração dos produtos lusófonos na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong – Hong Kong – Macau e nos outros mercados do Interior da China, organizando, a favor das empresas agenciadoras e produtores respectivos, sessões de bolsas de contacto na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", nomeadamente em Foshan, Zhaoqing, Huizhou, Dongguan.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Alargar o estabelecimento de postos para exibição de produtos lusófonos instalados no Interior da China, até Shenzhen e Zhaoqing.	Em 2018	Em 2018
		Fortalecer a cooperação com as associações comerciais locais para organização de actividades promocionais e de venda dos produtos dos países de língua portuguesa, disponibilizando ainda espaços a favor do sector empresarial para realizarem as suas acções de divulgação de produtos e marcas, reforçando a promoção das funções de plataforma desempenhada pelo território.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
2.	Impulso às trocas económicas e comerciais bilaterais entre o Interior da China, os Países de Língua Portuguesa e os países localizados ao longo de "Uma Faixa, Uma Rota"	Enriquecer eventos de feiras e conferências de Macau com elementos dos países de língua portuguesa e de "Uma Faixa, Uma Rota", realizando, em conjunto com os representantes das províncias e regiões do Interior da China, acções para prospecção de mercados no exterior e, organizando os representantes empresariais do exterior para penetrarem nos mercados da China Continental.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Introduzir elementos dos países de língua portuguesa nas feiras e convenções realizadas no Interior da China, promovendo os seus produtos e serviços, assim como negociações interactivas empresariais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Organizar delegações empresariais de Macau e do Interior da China (incluindo empresas das províncias e regiões do Pan-Delta do Rio Pérolas) para visitarem os países lusófonos e participarem nas suas feiras e exposições, realizando actividades de visitas de estudo, de intercâmbio, de promoção comercial e de prospecção.	1.º trimestre de 2018	Em finais de 2018
		Organizar delegações empresariais de Macau para visitarem a Indonésia ou Myanmar e participarem em feiras e exposições locais.	1-º trimestre de 2018	3.º trimestre de 2018
		Proceder ao estudo sobre a organização conjunta de delegações empresariais de Guangdong e Macau para visitas de estudo aos países e regiões localizados ao longo de "Uma Faixa, Uma Rota".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
3.	Promoção do intercâmbio e cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, nos âmbitos económico e comercial, da capacidade produtiva e dos recursos humanos	Lançar o serviço de navegação empresarial sino-lusófona, disponibilizando vários serviços de apoio, nos âmbitos de instalações de hardware, de ligações e apoio na fase inicial, de exploração e negociação dos projectos, de procura e de estabelecimento de parcerias.	1.º trimestre de 2018	Trabalho com continuidade
		Promover Macau como uma zona de arbitragem de disputas entre as empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, em matéria comercial.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Desencadear activamente negociações sobre a celebração da «Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento» com os países de língua portuguesa e os localizados ao longo do percurso de "Uma Faixa, Uma Rota" que ainda não tenham formulado este tipo de acordo com o território.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos atinentes à extensão de aplicação da «Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal» na RAEM.	Já iniciado	Em 2018
		Finalizar os trabalhos preliminares de investigação e estudo destinados ao melhoramento do sistema de seguro de crédito para importação, exportação e trânsito de mercadorias.	Já iniciado	4.º trimestre de 2018
		Promover a cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, nos âmbitos da capacidade produtiva e dos recursos humanos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Prestar apoio à organização de acções de formação para os países lusófonos, promovendo a construção de uma "Base de Formação de Talentos Bilingues nas Línguas Chinesa e Portuguesa".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar apoio à realização de uma avaliação por terceira parte sobre a eficácia e as perspectivas de futuro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa após quinze anos da sua constituição, a fim de analisar, de forma abrangente, os resultados e experiências alcançados.	Já iniciado	4.º trimestre de 2018
4.	Prestação de apoio financeiro à cooperação empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e ao empreendedorismo e aplicação de investimentos dos jovens	Proporcionar apoio financeiro e serviços de consultadoria às empresas de Macau e do Interior da China para exploração dos mercados dos países lusófonos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Incentivar e apoiar os jovens e profissionais do sector financeiro no aproveitamento das oportunidades proporcionadas pelo "Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa" para se candidatarem aos estágios facultados por grandes instituições financeiras.	Em 2018	Conclusão dos trabalhos da primeira fase no 1.º trimestre de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
Promoção do desenvolvimento saudável e ordenado do sector do jogo				
1.	Fomento do desenvolvimento sinérgico entre o sector do jogo e as actividades não relacionadas com o jogo	Fiscalizar a situação do desenvolvimento das actividades extra-jogo promovidas pelas operadoras de jogo, promovendo uma maior aplicação de recursos e consequentemente uma elevação de receitas respectivas, no âmbito da exploração das mesmas actividades supracitadas.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
2.	Ajustamento e controlo de dimensão do sector do jogo	Apreciar com rigor os pedidos respeitantes à atribuição de mesas de jogo em conformidade com o princípio de manutenção de uma taxa média anual não superior aos 3% em relação ao crescimento do número total das mesas de jogo nos próximos dez anos contados a partir de 2013.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
3.	Auditoria das contas financeiras dos promotores de jogo	Estudar a definição de instruções e realização de auditorias específicas relativamente aos problemas verificados no decurso da auditoria feita aos promotores de jogo nos últimos tempos.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Examinar os procedimentos adoptados pelos promotores de jogo quanto à notificação das transacções de avultado montante e avaliar a respectiva eficácia.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
4.	Reforço da fiscalização das actividades do jogo	Enviar pessoal para proceder à fiscalização in loco, dando continuidade à aplicação da medida de proibição da utilização de telefone em mesas do jogo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Proceder à auditoria sobre os requisitos mínimos de controlo interno aplicados pelas operadoras de jogo em termos da tecnologia informática, efectuando, de forma contínua, auditoria sobre os seus registos contabilísticos.	Em 2018	Em 2018
		Optimizar o mecanismo de cooperação e coordenação com os serviços de segurança pública locais e com os casinos, reforçando a gestão da equipa de inspecção do jogo e sua formação.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Estreitar a cooperação com as entidades competentes locais e do exterior, no intuito de combater as plataformas suspeitas da prática de jogos de fortuna ou azar adulterados ou ilegais, intensificando a divulgação das informações correspondentes.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Recolher dados das máquinas de jogo através da interconexão de sistemas informáticos e da verificação aleatória e in loco, acelerando, ao mesmo tempo, os trabalhos de inspecção e exames feitos às máquinas recém-instaladas ou às que sofreram alterações técnicas substanciais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
5.	Aperfeiçoamento do regime jurídico relacionado com o sector do jogo	Melhorar constantemente o Regime Jurídico da Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar em Casino.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Promover a elaboração e alteração dos diplomas e regulamentos legais do respectivo sector que incluem, entre outros, a lei que define o condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos; o regulamento administrativo que estabelece o regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistemas de jogo, bem como o regulamento administrativo que regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino, além da criação de um regime sancionatório das infracções administrativas pela violação das legislações da área do jogo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
6.	Fomento do jogo responsável	Organizar acções promocionais do jogo responsável, alargando o âmbito dos seus destinatários até aos turistas.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Organizar "Curso com diploma para instrutores do jogo responsável de Macau"	Em meados de 2018	Em meados de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Organizar "Curso para formadores do jogo responsável de Macau"	4.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
		Elevar o número de quiosques informativos sobre o jogo responsável, procurando a instalação destas máquinas em cerca de 80% dos casinos existentes na RAEM.	Já iniciado	Em 2018
7.	Optimização dos serviços prestados	Simplificar os procedimentos de pedido de autorização administrativa relativamente à venda de rifas, sorteios ou outras actividades similares, alargando o âmbito de aplicação dos serviços electrónicos para apresentação de pedidos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Rever e melhorar as medidas de supervisão sobre novos modelos de exploração de actividades de sorteio.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Impulsionamento da reconversão e valorização da indústria transformadora				
1.	Elevação da qualidade do desenvolvimento da indústria transformadora, melhorando o regime e reforçando a formação respectivos	Planear o desenvolvimento dos respectivos trabalhos a partir das actividades relacionadas com a produção de medicamentos, fabricação de produtos alimentares e saudáveis, bem como fabricação de vestuário de alta qualidade, etc., organizando cursos de formação benéficos para o crescimento da respectiva indústria.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Aperfeiçoar a regulamentação do comércio internacional de diamantes brutos, fomentando o desenvolvimento dos trabalhos preparativos para a produção legislativa do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley.	Já iniciado	Conclusão da elaboração dos referidos projectos da lei no 3.º trimestre de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Promover a implementação, por parte das autoridades competentes do Interior da China, da medida de controlo prévio antes da inspecção dos produtos de Macau exportados para o Interior da China, procedendo à inspecção e desalfandegamento rápidos e alargando, de forma progressiva, o âmbito da aplicação da medida de inspecção prévia.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Continuar a negociar com as autoridades competentes do Interior da China, no sentido de aperfeiçoar as normas reguladoras do comércio de mercadorias previstas no Acordo CEPA, revendo os critérios de origem respeitantes aos produtos beneficiadores da isenção dos direitos aduaneiros definida nesse Acordo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Aprofundamento da cooperação económica regional e participação activa na construção da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau"				
1.	Aprofundamento da cooperação com a "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e as outras províncias e regiões inseridas na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas	Privilegiar, prioritariamente, o reforço da cooperação com as plataformas de cooperação de Hengqin, Nansha e Qianhai e a Zona Piloto de Comércio Livre; Impulsionar o estabelecimento dos projectos recomendados no "Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau", com a brevidade possível;	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Reforçar a cooperação no tocante à participação mútua em feiras e conferências, organizando conjuntamente esses eventos, ou realizando conferências (feiras) em dois destinos distintos, e reforçando a cooperação em MICE verde;		
		Prestar apoio na introdução de jovens empreendedores de Macau no Vale de Criação de Negócios para Jovens de Macau em Hengqin;		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Apoiar as organizações de jovens empreendedores de Zhuhai, Macau e Portugal no estabelecimento de ligações e no reforço da parceria para as *startups* das três partes.		
		Impulsionar o intercâmbio económico e comercial em dois sentidos entre Zhuhai, Macau e os Países de Língua Portuguesa; Concretizar, em colaboração com o Município de Zhongshan, a construção conjunta da "Zona Exemplar de Cooperação Plena Guangdong-Macau" na Nova Zona de Cuiheng, fomentando a cooperação nas áreas de desenvolvimento económico e industrial, cultura, turismo, inovação e empreendedorismo juvenil e emprego; Reforçar a cooperação financeira com Cantão, designadamente nas áreas de serviços de liquidação em RMB *offshore*, serviços financeiros transfronteiriços e serviços de intermediação financeira;	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Privilegiar a Área de Comércio Livre de Nansha como plataforma para apoiar as empresas de Macau, vocacionadas para os produtos alimentares dos Países de Língua Portuguesa, na penetração no mercado do Interior da China por via do posto fronteiriço de Nansha.		
		Aprofundar a cooperação Guangdong-Macau nos domínios de serviços, de propriedade intelectual, entre outros; Estudar a viabilidade de os indivíduos de Macau que trabalham e vivem em Guangdong terem o direito de usufruir de um melhor tratamento no domínio da sua vida quotidiana e bem-estar.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Acompanhar, em conjunto com Hong Kong, o andamento dos trabalhos quanto à concretização do "Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre Hong Kong e Macau"; Impulsionar o intercâmbio e a cooperação Hong Kong-Macau na área da propriedade intelectual, entre outras.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Organizar delegações empresariais locais a Fujian para participação em feiras e exposições relevantes, apoiando as empresas de Fujian para participarem em feiras e exposições realizadas em Macau;	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Organizar conjuntamente com empresas de Fujian, visitas de estudo aos Países de Língua Portuguesa.		
		Organizar delegações de representantes do Pan-Delta do Rio das Pérolas para visitas de estudo aos Países de Língua Portuguesa; Participar e articular-se com os trabalhos da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas na área de propriedade intelectual.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
2.	Apoio às empresas e residentes de Macau para um melhor aproveitamento do Acordo CEPA	Aprofundar o conhecimento da comunidade local sobre o Acordo CEPA através da organização de sessões de esclarecimento, da prestação de serviços na modalidade de "entrega de serviços ao domicílio", do reforço da aplicação dos meios de comunicação quer tradicionais quer avançados, etc..	Já iniciado	Trabalho com continuidade
3.	Alargamento das redes de contacto económico e comercial de Macau, a nível internacional	Destacar pessoal para participar nas actividades e acções de formação realizadas por organizações internacionais de cariz económico e comercial, a fim de reforçar as suas qualificações e capacidade de prestação de serviços. Participar nas actividades organizadas pela UNESCAP e pela Cooperação Económica da Ásia-Pacífico.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
Apoio aos residentes na elevação da sua qualidade e competitividade no emprego, salvaguardando os seus direitos e interesses de trabalho respectivos				
1.	Apoio aos residentes na participação em acções de formação e na obtenção da certificação profissional através de exames	Reforçar a formação de pessoal qualificado dos diversos sectores, organizando e aperfeiçoando mais cursos de formação profissional prática com certificação e alvos definidos, proporcionando testes e certificação de várias técnicas profissionais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Introduzir, com base no actual "Plano de formação para trabalhadores domésticos", cursos de formação de prestação de cuidados a crianças e idosos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar continuidade à organização e ao aperfeiçoamento do "Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações" e do "Curso de formação sobre desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo", co-organizado pelas partes laboral, empregadora e estatal.	1.º trimestre de 2018	Em finais de 2018
		Criar o "Plano de formação de cozinheiros do sector de hotelaria e restauração".	2.º trimestre de 2018	Em finais de 2018
		Estudar a co-organização, com instituições do ensino superior, de cursos de profissões com potencialidades de desenvolvimento e com diploma.	2.º trimestre de 2018	Em finais de 2018
		Continuar a organizar formação subsidiada para pescadores durante o período de defeso de pesca.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Organizar cursos de formação profissional adequados para idosos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Criar um grupo interdepartamental da Área da Economia e Finanças para analisar e aperfeiçoar a configuração da actual formação profissional, com o intuito de formar, com alvos bem definidos, pessoal qualificado de acordo com as necessidades.	Em 2018	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
2.	Optimização dos serviços de apoio ao emprego	Efectuar, de forma contínua, a optimização dos serviços "one-stop" de apoio ao emprego.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Reforçar o estudo e a análise do mercado de trabalho e da situação da procura e oferta de mão-de-obra.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Introduzir novos instrumentos de avaliação para aperfeiçoamento dos serviços de avaliação da capacidade profissional e alargamento da cobertura dos seus utentes.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Lançar o "Curso com certificação de ensino sobre a linguagem gestual para indivíduos com deficiência auditiva".	Já iniciado	2.º semestre de 2018
		Organizar acções de recrutamento destinadas exclusivamente a indivíduos com deficiência.	3.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
		Apoiar a reinserção social de indivíduos e o reforço das suas capacidades de empregabilidade, mediante medidas de facilitação da sua admissão para frequência de cursos programados para o efeito na modalidade de "formação conjugada com testes de certificação".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Proporcionar aos indivíduos de baixos rendimentos, desempregados ou indivíduos com falta de técnicas, cursos de formação profissional na modalidade de "formação primeiro, emprego depois", prestando aos formandos, no fim do curso, o serviço de colocação profissional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
3.	Aperfeiçoamento da gestão dos trabalhadores não residentes, reforçando a fiscalização do trabalho	Concretizar o mecanismo de saída de trabalhadores não residentes do sector da construção civil, reduzindo por fases o respectivo número.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Fiscalizar as acções de recrutamento de pessoal das empresas de grande dimensão e do sector da construção civil, a fim de garantir a prioridade no acesso ao emprego dos residentes locais, alargando, em 2018, a aplicação desta medida a outros sectores de actividade económica, apoiando assim, a integração laboral ou a mudança de emprego de mais candidatos a emprego.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Combater o trabalho ilegal através da cooperação interdepartamental.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Prestar aconselhamento sobre direitos e interesses laborais através da prestação de serviços na modalidade de "entrega de serviço ao domicílio", procedendo a visitas inspectivas regulares aos diferentes estaleiros de obras e agências de emprego e à verificação da documentação exigida por lei.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Promover a consulta de direitos e interesses laborais *online* e o serviço de marcação prévia para apresentação de queixas *online*, lançando o sistema de consulta *online* do andamento dos casos de conflitos laborais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
4.	Reforço na fiscalização e promoção da segurança e saúde ocupacional	Reforçar os trabalhos de fiscalização, divulgação e sensibilização da segurança e saúde ocupacional no sector da construção civil, realizando vistorias em todos os estaleiros de obras de Macau pelo menos três vezes em cada ano, procedendo ainda à fiscalização do reforço da coordenação e gestão dos procedimentos de trabalho entre os empreiteiros e subempreiteiros, e ao estabelecimento de orientações claras e medidas de fiscalização.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Continuar a organizar cursos de formação e actividades de promoção relativas à segurança e saúde ocupacional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Organizar competições, encorajar e apoiar as empresas dos sectores da construção civil e da restauração, entre outros, na criação gradual do regime de gestão de segurança e saúde ocupacional e cultura de segurança.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar continuidade à realização de cursos de formação e de exames públicos no âmbito do "cartão de segurança ocupacional na construção civil", desencadeando trabalhos de avaliação sobre a eficácia e insuficiência do regime em questão, face às exigências resultantes do desenvolvimento da sociedade.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Estudar a organização de cursos de formação sobre a segurança e saúde ocupacional, de nível elementar, a favor dos sectores de hotelaria e de restauração.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Reforçar as visitas inspectivas e a promoção da segurança e saúde ocupacional nos sectores do jogo e da restauração, continuando a desenvolver a actividade de "Promoção e sensibilização de segurança e saúde ocupacional no sector do jogo".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Proceder à divulgação regular das informações sobre a segurança junto do pessoal de segurança, gestão e engenheiros, discutindo a introdução de acções de formação sobre a segurança e saúde ocupacional na lista de cursos de aperfeiçoamento complementar do "Regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo".	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
		Em articulação com os trabalhos de produção legislativa sobre a "Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil", serão feitas a divulgação e a promoção plenas do seu conteúdo.	Em 2018	Em 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
5.	Aperfeiçoamento dos projectos legislativos da área do trabalho	Acompanhar a produção legislativa relativa à plena implementação do salário mínimo e ao trabalho a tempo parcial.	Já iniciado	Entrada em processo legislativo em 2018
		Alterar a "Lei das relações de trabalho" no que concerne prioritariamente a disposições sobre licença de paternidade remunerada e sobreposição do descanso semanal com dias de feriado obrigatório.	Já iniciado	Entrada em processo legistativo em 2018
		Dar acompanhamento aos trabalhos de alteração do "Regime de licenciamento de agências de emprego e seu funcionamento".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar acompanhamento aos trabalhos de alteração do "Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil"; Dar acompanhamento aos trabalhos de alteração do "Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil"; Dar acompanhamento aos trabalhos de elaboração da proposta de lei sobre as "Regras de gestão do pessoal nas obras de empreitada em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras"; Dar acompanhamento aos trabalhos de revisão do montante de indemnização por cessação da relação de trabalho por despedimento, previsto na "Lei das relações de trabalho".	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
Fomento da melhoria do ambiente de negócios e apoio à elevação da capacidade operacional das micro, pequenas e médias empresas				
1.	Apoio às pequenas e médias empresas na elevação da sua competitividade e no desenvolvimento dos seus negócios via *online* e *offline*	Dar prosseguimento à implementação das actividades promocionais do comércio electrónico e respectivas medidas de incentivo, ajudando as empresas locais a identificarem oportunidades de negócios e reduzirem os custos operacionais e de propaganda, mediante o alargamento da aplicação do comércio electrónico.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Continuar a proporcionar a PMEs incentivos financeiros e séries de medidas de apoio para a sua participação em feiras e exposições a realizar tanto em Macau como no exterior.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		No intuito de prestar apoio às lojas antigas com características específicas de Macau na remodelação da suas próprias marcas e na manutenção da sustentabilidade do seu desenvolvimento, dar-se-á assistência ao estabelecimento, por parte das associações sociais, de um "Grupo de apoio às lojas antigas", facultando, de forma faseada, a essas lojas serviços de aconselhamento sobre marcas, incluindo os planos de investigação e estudo, o posicionamento, a concepção, a promoção, entre outros.	Já iniciado	Obtenção de resultados faseados no 4.º trimestre de 2018
		De acordo com o desenvolvimento do mercado, e em articulação com as necessidades das PMEs nas suas diferentes fases: fase inicial, fase de crescimento e fase de valorização/reconversão, serão realizados, com alvos bem definidos, diferentes *workshops* temáticos, incluindo: comércio electrónico, estratégias de marca, apresentação das oportunidades de negócios em mercados exteriores, elevação da eficácia de operação e de gestão, etc., bem como actividades de intercâmbio e formação.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Continuar a fornecer a PMEs, de forma gratuita, o "Manual de Boa Gestão" sobre segurança alimentar, gestão de lojas de venda a retalho, gestão de actividades de convenções, etc.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Planear a edição do "Manual para PMEs sobre a aplicação de ISO 9001 – gestão de qualidade".	2.º trimestre de 2018	3.º trimestre de 2018
2.	Melhoramento contínuo do ambiente de negócios, reforço dos serviços empresariais e promoção da captação de negócios e investimento	Acompanhar continuamente o andamento dos trabalhos inerentes à constituição do regime "Autorização de Permanência para os Empresários Investidores", no âmbito de um estu do intersecretarial e interdepartamental, procurando a definição de um projecto concreto com a máxima brevidade possível.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar continuidade à medida de prestação de serviços na modalidade de "Entrega de serviços ao domicílio" promovida conjuntamente com organismos associativos locais, e em conjugação com o "Serviço de marcação prévia *online* da Entrega de serviços ao domicílio" recentemente lançado, procurar penetrar nos bairros comunitários e nas PMEs.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Optimizar a plataforma *online* de informação das PMEs (2.ª fase), permitindo não só a disponibilização das informações relacionadas com a exploração comercial das PMEs, tais como diplomas legais, formalidades administrativas, medidas e políticas de apoio, entre outros, mas também a recolha de dados respeitantes aos projectos de aquisições lançados pelo Governo da RAEM e pelas empresas privadas locais.	Já iniciado	3.º trimestre de 2018
		Melhorar continuamente as formalidades administrativas, esforçando-se para que o projecto sobre a apresentação online de pedidos de renovação das autorizações de trabalhadores não residentes seja concretizada em 2018.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Impulsionar a definição, em colaboração com o "Grupo de trabalho interdepartamental do Governo", de projectos destinados à dinamização do desenvolvimento da economia comunitária, em articulação com as propostas indicadas nos estudos e investigações efectuados quanto às necessidades das zonas comunitárias prioritárias.	Já iniciado	Conclusão dos trabalhos de carácter faseado no 1.º trimestre de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Proporcionar às empresas serviços públicos mais facilitados, lançando serviço de consulta *online* sobre o andamento de apreciação e aprovação dos diversos pedidos de serviços administrativos prestados ao público.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Apoio aos jovens no fortalecimento da sua competitividade de emprego e de empreendedorismo e na exploração de melhores oportunidades para o seu desenvolvimento				
1.	Aperfeiçoamento dos serviços de apoio ao emprego dos jovens, ajudando-os a explorar oportunidades de emprego a nível regional	Prestar uma série de serviços de apoio ao emprego, como a realização de seminários de emprego, *workshops* de simulação de entrevistas e sessões de avaliação da capacidade profissional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Reforçar as relações de cooperação com as instituições de ensino, prestando serviços de avaliação da capacidade profissional dos alunos e promovendo ainda o planeamento da sua carreira profissional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Apoiar aos jovens na obtenção de informações mais abrangentes sobre a situação do desenvolvimento industrial no Interior da China, e sobre os postos de emprego disponíveis nas empresas de qualidade chinesas, empenhando-se em endereçar convites para a vinda a Macau dessas empresas para participação na "Feira de Emprego para Jovens", além de outras actividades correspondentes.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Organizar acções de formação e competições da área de técnicas profissionais dos jovens.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Incentivar os jovens locais a frequentarem estágios em instituições financeiras de grande dimensão.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Dar prosseguimento à implementação do "Plano de recrutamento e recomendação de estudantes de Macau para estágios/trabalhos a tempo parcial em feiras e exposições".	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Apoiar os alunos de Macau que frequentam cursos nas instituições de ensino superior do Interior da China para terem acesso às oportunidades de estágio proporcionadas por parte das empresas e entidades de capital macaense estabelecidas na China Continental.	Em 2018	Trabalho com continuidade
2.	Apoio aos jovens na criação de negócios e na inovação	Lançar o " Programa Piloto de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa".	1.º trimestre de 2018	Trabalho com continuidade
		Promover a implementação do "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores" já entretanto aperfeiçoado.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar continuidade à implementação do "Programa de Orientação" e criar o "Círculo comercial com mentores".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Prestar apoio aos jovens de Macau no seu estabelecimento e desenvolvimento na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", fomentando a cooperação com os jovens da Grande Baía no domínio de inovação, empreendedorismo e emprego.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Procurar estabelecer cooperação com outros governos municipais da Grande Baía, proporcionando aos jovens e seus colaboradores e às PMEs de qualidade de Macau, políticas e medidas de apoio nas áreas de financiamento, terrenos, escritórios, assuntos fiscais, etc.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Manutenção da segurança e estabilidade do sistema financeiro e aperfeiçoamento da administração financeira pública				
1.	Aperfeiçoamento da construção das infra-estruturas financeiras e reforço dos trabalhos de supervisão respectivos	Proceder continuamente à fiscalização baseada no risco, do sector financeiro.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Dar acompanhamento à revisão do Regime Jurídico do Sistema Financeiro.	Já iniciado	Conclusão da revisão do respectivo projecto de lei em 2018
		Acelerar a criação da base central de dados em informações de crédito.	Já iniciado	4.º trimestre de 2018
		Continuar a coordenar e prestar assistência às organizações internacionais e às agências de notação no âmbito da avalização da economia da RAEM.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Realizar supervisão contínua ao sector segurador e proceder à revisão do Regime Jurídico da Actividade Seguradora.	Já iniciado	Entrada em processo legislativo em 2018
2.	Reforço dos trabalhos no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (*AML/CFT*)	Recolher, de modo contínuo, relatórios sobre transacções suspeitas, e proceder à respectiva análise, encaminhando às autoridades competentes, os casos de risco elevado .	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Proceder, com base em colaboração interdepartamental, à coordenação e acompanhamento dos trabalhos associados ao relatório da avaliação mútua e à revisão da legislação.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Lançar, o mais brevemente possível, os trabalhos da segunda ronda de avaliação, tomando como referência as sugestões indicadas no relatório da avaliação do *APG*.	1.º trimestre de 2018	2.º trimestre de 2019

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Proceder, em colaboração interdepartamental, ao estudo do melhoramento dos diplomas legais atinentes ao "Plano estratégia para o combate ao branqueamento de capitais/ financiamento ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição massiva".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
3.	Optimização da alocação dos activos da Reserva Financeira	Acelerar os processos da criação e respectiva entrada em funcionamento do "Fundo de Desenvolvimento da Cooperação Guangdong-Macau".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar continuidade às negociações com o Fundo da Rota da Seda, o "Fundo para a Cooperação e o Investimento em Capacidade Produtiva China-América Latina" e o "Fundo para a Cooperação em Capacidade Produtiva China-África", para o desenvolvimento da cooperação na área de investimentos e financiamento.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Introduzir empresas de consultadoria profissional na área de investimentos, elevando o peso da carteira de investimentos sub-contratados.	Início de 2018	Trabalho com continuidade
		Impulsionar os trabalhos preparatórios para a criação do "Fundo para o Desenvolvimento e Investimento da RAEM", dando acompanhamento aos trabalhos de produção legislativa e de elaboração dos diplomas complementares respectivos.	Já iniciado	Entrada em processo legislativo em 2018
4.	Aperfeiçoamento da administração das despesas públicas	Implementar a «Lei do Enquadramento Orçamental», organizando acções de formação e sessões de esclarecimento para o pessoal encarregado dos trabalhos dessa área, relativamente às novas matérias introduzidas, aperfeiçoando o sistema electrónico e definindo as respectivas instruções de trabalho.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Criar uma página electrónica para divulgação regular dos dados orçamentais afectados a todos os serviços públicos, em articulação com a implementação da «Lei do Enquadramento Orçamental».	Já iniciado	Em 2018
		Dar continuidade aos trabalhos de revisão do regime de aquisição de bens e serviços.	Já iniciado	Conclusão da elaboração do projecto de lei no 2.º semestre de 2018, após realizada a consulta de opiniões respectiva
5.	Aperfeiçoamento da constituição de regimes jurídicos em matérias relacionadas com a tributação e a contabilidade	Acompanhar a produção legislativa sobre benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Acompanhar a produção legislativa do «Regime de Benefícios Fiscais para a Reconstrução de Edifícios», do «Estatuto dos Contabilistas», etc.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Acompanhar os trabalhos de revisão das «Normas de Contabilidade»	Já iniciado	Conclusão da revisão do respectivo projecto de lei em 2018
		Proceder à elaboração das «Normas de Auditoria de Macau».	Já iniciado	Em articulação com a produção legislativa do «Estatuto dos Contabilistas»

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Rever o «Regulamento do Imposto do Selo» e a Tabela Geral do Imposto do Selo	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Proceder à elaboração do «Código Tributário»	Já iniciado	Conclusão da revisão do respectivo projecto de lei em 2018
6.	Optimização dos serviços fiscais prestados, lançando mais medidas electrónicas	Aperfeiçoar as funcionalidades das aplicações móveis da DSF, introduzindo novos serviços inerentes à obtenção instantânea da senha de espera e à marcação prévia.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Aperfeiçoar os serviços de declaração electrónica e outros disponibilizados pelos quiosques de auto-atendimento, promovendo o estudo de viabilidade sobre a apresentação dos pedidos de certidões respeitantes aos diversos tipos de impostos e contribuições, e sua impressão instantânea serem efectuadas através dos quiosques de auto-atendimento.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Compilar e uniformizar a base de dados dos contribuintes, estudando o desenvolvimento de uma funcionalidade que permita efectuar, através da *internet*, o pagamento de mais outros impostos cobrados através de guia de receita eventual.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Optimização dos sistemas administrativo e estatístico, melhoramento do ambiente de negócios, promoção da exploração comercial com honestidade e garantia dos direitos e interesses do consumidor				
1.	Promoção da generalização do pagamento electrónico	Encorajar as instituições financeiras locais a lançar mais serviços de pagamento electrónico através do "Grupo de trabalho interdepartamental para promover o comércio electrónico".	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Encorajar mais serviços públicos a admitirem que os pagamentos de despesas de valor reduzido sejam realizados por instrumentos de pagamento electrónico, introduzindo mais tecnologias e equipamentos de tipos diferentes.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
2.	Aperfeiçoamento contínuo do sistema estatístico	Explorar mais formas e meios para recolha e compilação das informações estatísticas relativas à "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Alargar e optimizar os dados estatísticos sobre a construção civil e as transacções imobiliárias, com o apoio dos serviços competentes envolvidos.	Em 2018	Trabalho com continuidade
		Aperfeiçoar a metodologia de elaboração da conta satélite do sector das convenções e exposições.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
3.	Criação de um ambiente de mercado confiável e justo, reforçando a protecção dos direitos e interesses do consumidor	Acompanhar a produção legislativa da Lei de Protecção dos Direitos e Interesses do Consumidor	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Na área de defesa do consumidor transfronteiriça, será dada prioridade à realização de negociações com as cidades da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" com quem ainda não tenha sido celebrado nenhum protocolo de cooperação, para a criação da via verde de defesa do consumidor da Grande Baía.	Já iniciado	2.º trimestre de 2018
		Criar, a título experimental, um mecanismo transfronteiriço de arbitragem *online* com as associações de defesa do consumidor da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", permitindo a participação dos turistas envolvidos nos respectivos processos arbitrais através da teleconferência após regressados aos seus locais de origem.	2.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data prevista para início	Data prevista para a sua conclusão
		Promover o estudo sobre a cooperação com as autoridades e associações portuguesas na área de defesa do consumidor para a criação de uma plataforma de encaminhamento de casos destinada a apoiar os turistas de Hong Kong e do Interior da China que se encontrem envolvidos em casos de conflito em matéria de consumo em Portugal.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
		Elevar, continuamente, a qualidade das Lojas Certificadas, através do reforço da inspecção e supervisão às Lojas Certificadas.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Encorajar a criação de "Loja Certificada *online*" por parte das Lojas Certificadas com plataformas físicas para o exercício das suas actividades.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
4.	Fomento da concorrência no mercado, estabilização dos preços de produtos e garantia da sua segurança	Continuar a acompanhar a situação sobre o fornecimento dos produtos alimentares, incluindo os vivos e frescos, assim como das variações dos seus preços, elevando a transparência das respectivas informações.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Ajudar os operadores do sector na exploração de novas fontes de abastecimento, alargando os canais de fornecimento respectivos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Dar prosseguimento ao aperfeiçoamento da base de dados sobre fornecedores e retalhistas relevantes.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Proceder à monitorização estrita da evolução de armazenamento dos produtos combustíveis, combatendo as práticas ilegais e introduzindo mais produtos para a escolha dos consumidores.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Reforçar, através da cooperação interdepartamental, a troca de informações sobre segurança dos produtos, procedendo à notificação dos dados desta natureza mediante o mecanismo de cooperação inter-regional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Calendário dos trabalhos principais a desenvolver na área de segurança para o ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Gabinete do Secretário para a Segurança				
1.	Produção do programa televisivo "Polícia e Cidadão, a mesma missão"	Continuar a produzir o programa televisivo "Polícia e Cidadão, a mesma missão", com transmissão mensal, com a cooperação entre a secretaria para a segurança, os órgãos e serviços sob sua tutela e a TDM, apresentando à sociedade a situação do desenvolvimento dos órgãos e serviços da área de segurança e os respectivos trabalhos com sucesso e eficácia, divulgando atempadamente as informações policiais, com o objectivo de que as informações policiais possam chegar a tempo aos cidadãos, elevando a consciência de prevenção de segurança dos cidadãos, bem como apoiando e cooperando com a polícia no âmbito dos trabalho de execução da lei para assegurar a segurança pública de Macau	Mensal	Trabalho contínuo
2.	Divulgação de informações sobre a segurança, através da coluna temática "Segurança e tu"	Continuar a divulgar oportunamente informações de segurança através da coluna temática "Segurança e tu" da página electrónica do Gabinete do Secretário para a Segurança, a proceder divulgação de sensibilização de consciência de segurança do Estado e de segurança pública de Macau, reforçando em conjunto a protecção da segurança do Estado e de Macau	Iniciado	Trabalho contínuo
3.	Iniciação do processo legislativo sobre a "Lei de Cibersegurança"	O trabalho da elaboração do projecto de "Lei de Cibersegurança" é coordenado pelo GSS e cooperado pelo grupo de trabalho interdepartamental, nomeadamente, Gabinete do Chefe do Executivo e serviços das áreas de administração e justiça, segurança e obras públicas e transportes, o projecto já integra o plano legislativo de 2018. O GSS irá proceder, escrupulosamente à análise e estudo sobre as opiniões sectoriais recolhidas no 4.º trimestre do ano 2017, bem como ajustará, completará	Iniciado	Ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		e aperfeiçoará os conteúdos do projecto, baseando-se nas tendências da cibersegurança do interior da China e de outros países, esforçar-nos-emos para que o projecto possa entrar o mais rápido possível ao processo legislativo, a fim de articular com o desenvolvimento do Plano "Cidade Inteligente" da RAEM		
4.	Revisão e melhoramento do regime de protecção civil, criação de um Serviço especialmente responsável	Coordenado pelo GSS, conta com a participação dos Serviços de Polícia Unitários, dos Serviços de Alfândega, do Corpo de Polícia de Segurança Pública, da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, da Polícia Judiciária e da Direcção dos Serviços Correccionais. Através da legislação, criar na área de segurança um serviço independente e especialmente responsável na prevenção, resposta e rescaldo. O Centro de Operações de Protecção Civil funciona directamente na dependência deste Serviço; reestabelecer um novo regime jurídico, racionalizar as relações de competências do sistema de protecção civil, esclarecer as responsabilidades e os deveres de participação dos membros da estrutura de protecção civil, bem como dando às autoridades poderes gerais e de urgência em assuntos necessários de coordenação de protecção civil	Iniciado	Ano 2018
5.	Revisão do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau	Em 2017 já foi concluída a revisão do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau e remetido depois de Setembro ao Conselho Executivo para discussão. Após a auscultação do parecer do Conselho Executivo, bem como o procedimento das alterações e melhorias necessárias, o respectivo projecto de lei entrará em processo legislativo em 2018. Além disso, os regimes de carreiras e disciplinar do pessoal dos Serviços de Alfândega passam a integrar o mesmo projecto de lei	Iniciado	Ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
6.	Iniciação do processo legislativo sobre a entrada e saída, permanência e autorização de fixação de residência e o respectivo regulamento administrativo	Para elevar a eficácia de gestão e de execução da lei, esforçar-nos-emos para que o processo legislativo do regime legal de migração possa ter inicio em 2018, esperamos que através da revisão da lei resultem racionalizadas e esclarecidas diversas disposições da lei vigente, a fim de criar um mecanismo de migração mais conveniente e ao mesmo tempo criar um mecanismo de gestão, prevenção e resposta mais aperfeiçoado e rigorosa, para além de, em tempo oportuno, se articular com o desenvolvimento e as necessidades de segurança de Macau	Ano 2018	Trabalho contínuo
7.	Iniciação do trabalho da elaboração do projecto de lei sobre o regime de gestão de substâncias perigosas	Segundo o plano de médio prazo elaborado pelo grupo de trabalho sobre a revisão e o aperfeiçoamento do regime de gestão de substâncias perigosas, coordenado pelo Secretário para a Segurança, em 2018, terão inicio os trabalhos de estudo e análise sobre a elaboração do projecto de lei e depois de obtermos consensos iniciar-se-ão os trabalhos de elaboração do respectivo projecto. Tudo faremos por concluir o processo legislativo do governo em 2018	Ano 2018	Trabalho contínuo
8.	Iniciação do trabalho de revisão do Regulamento de Armas e Munições, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 77/99/M	As autoridades de segurança procedem uma revisão completa ao Regulamento de Armas e Munições, principalmente um estudo detalhado sobre o regime de armas de defesa, procedendo uma proposta de alteração mais concreta para articular com a situação real de Macau, melhorando a gestão de armas e munições, simplificando os processos e reforçando a fiscalização e de gestão, a fim de garantir melhor a segurança dos portadores e cidadãos	Ano 2018	Trabalho contínuo
9.	Iniciação de estudo do regime geral de alerta e de prevenção de terrorismo	As autoridades de segurança estudam a viabilidade de criação de um regime jurídico complexo, com o objectivo de estabelecer uma completa alerta e prevenção de terrorismo, construindo um novo e perfeito regime e sistema de protecção de terrorismo. O conteúdo do respectivo regime de antiterrorismo harmonizar-se-á com ordenamento jurídico vigente, visando uma regulamentação total nos âmbitos penal, de gestão	2018	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		administrativa e de divulgação e sensibilização, a fim de prevenir e combater eficazmente o crime de terrorismo, pondo em prática a protecção de segurança do Estado e de Macau, bem como assegurando a vida e os bens dos cidadãos		
10.	21.º Encontro de Trabalho sobre a Cooperação entre os Órgãos de Segurança Pública da RPC e as Autoridades Policiais de Macau	O Encontro terá lugar em Macau, o Secretário para a Segurança lidera uma delegação com responsáveis dos órgãos e serviços sob a sua tutela para participarem no Encontro. No âmbito de encontro, ambas as partes irão abordar vários temas sobre a cooperação policial	Entre Janeiro e Março	Entre Janeiro e Março
11.	21.º Encontro de Trabalhos Policiais entre os Serviços de Segurança Pública da Província de Guangdong e as Forcas e Serviços de Segurança de Macau	O encontro terá lugar em Guangdong, no âmbito do qual serão abordados vários temas de cooperação policial com a Directoria Provincial de Segurança Pública de Guangdong	Entre Janeiro e Março	Entre Janeiro e Março
12.	Combate ao crime de tráfico de pessoas	Através da Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas, continuaremos a coordenar os serviços públicos e os órgãos e serviços sob a tutela da Secretaria de Segurança no trabalho de prevenção e de combate às actividades ilegais relacionadas com o tráfico de pessoas, bem como tomando medidas para proteger e apoiar as vítimas. Coordenar a realização das "Sessões de Esclarecimento sobre os Direitos e Deveres das Relações de Trabalho", a fim de elevar a consciência de prevenção de crimes do tráfico de pessoas. Continuar a realizar Workshop com os peritos sobre a prevenção e combate de crimes do tráfico de pessoas e de protecção das vítimas, destinadas aos diversos serviços	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
Serviços de Polícia Unitários				
13.	14.º Encontro dos Oficiais de Ligação de Guangdong, Hong Kong e Macau	O encontro terá lugar em Guangdong. No mesmo encontro contará a participação das unidades de ligação policial de Guangdong, Hong Kong e Macau em Guangdong, a fim de relatar sobre a execução de trabalho e abordar sobre a gestão do trabalho anual	Janeiro	Janeiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
14.	16.º Encontro de trabalho de ligação para os assuntos policiais entre Guangdong e Macau	O encontro terá lugar em Macau. No mesmo encontro irá abordar com o Departamento de Segurança Pública de Província de Guangdong sobre vários assuntos policiais	Janeiro	Janeiro
15.	Operação de Inverno	Os SPU irão dirigir e coordenar a PJ e o CPSP para a realização de campanhas de sensibilização sobre a prevenção e combate à criminalidade e trabalho de ronda e inspecção, a fim de que os cidadãos e turistas possam celebrar o ano novo chinês num ambiente tranquilo e seguro	Janeiro	Fevereiro
16.	Conclusão de obra de instalação de 2.ª fase e 3.ª fase do sistema de monitorização digital da cidade	Foram iniciados simultaneamente em Setembro de 2016 as obras de instalação das 2.ª fase e 3.ª fase do sistema de monitorização digital da cidade e prevê-se que as mesmas serão concluídas no 1.º trimestre do ano 2018. Os SPU irão acompanhar de perto as referidas obras, com vista que o mesmo sistema possa prestar, ao máximo, assistências para o trabalho de Polícia	Iniciado	1.º Trimestre
17.	Lançamento da conta de Wechat	Tendo em conta a inclusão das competências de protecção civil e a importância de realização de actividades de sensibilização, os SPU irão lançar a conta de WeChat na qual incluirão informações sobre: o trabalho de emergência de protecção civil e actividades de sensibilização, as novas políticas e medidas policiais, actividades de intercâmbio policial, os resultados obtidos na realização de operações policiais de grande envergadura, e os assuntos específicos relacionados com o trabalho policial, etc.	1.º Trimestre	1.º Trimestre
18.	Aperfeiçoamento dos trabalhos de contingência da protecção civil	Coordenar com serviços de outras áreas, instalar sistema de difusão acústica nas zonas costeiras baixas, difundindo informações de alertas sobre catástrofes e incidentes graves, designadamente inundação e tufão	Iniciado	Antes de período de tempestade tropical do ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
19.	Revisão do funcionamento do plano de protecção civil, melhorando os exercícios de treino e simulação de protecção civil	Coordenar todos os membros da estrutura da protecção civil para fazer revisão sobre o plano geral da protecção civil e o seu funcionamento, para assegurar a sua exequibilidade e especificidade	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Elaborar com todos os membros da estrutura da protecção civil o plano aperfeiçoado de treino e simulação, desenvolver exercício de grande envergadura e integral de resposta aos tufões fortes e aos incidentes de segurança graves periodicamente, testando, revisando e avaliando a capacidade de resposta integral dos serviços	Iniciado	Trabalho contínuo
20.	Divulgação de protecção civil e publicitação de informações	Elevar a consciência de prevenção e de resposta de catástrofe de tufão, incidentes nucleares e entre outras catástrofes de grande dimensão, garantindo a segurança da vida e dos bens patrimoniais dos cidadãos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Criação de um grupo de trabalho permanente, aprofundar os trabalhos de prevenção de catástrofe, bem como divulgação e sensibilização de segurança, conjuntamente com os SA, Forças e Serviços de Segurança, PJ e entre outros membros da estrutura de protecção civil	Iniciado	Trabalho contínuo
		Criação de um mecanismo de cooperação de comunicação estrita com o Gabinete de Comunicação Social e os media; Criação de um base de dados de molde de informação de incidente de prejuízo de calamidade, bem como um grupo de trabalho de divulgação das respectivas informações	Iniciado	Trabalho contínuo
21.	16.º Encontro de trabalho para a cooperação entre as autoridades policiais de Xangai e Macau	O encontro terá lugar em Xangai. No mesmo encontro será abordado o combate à criminalidade transfronteiriça e realizada a troca de informações com o Serviço de Segurança Pública da cidade de Xangai	Entre Abril e Maio	Entre Abril e Maio

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
22.	6.ª Reunião de trabalho para o combate ao terrorismo entre Macau e Zhuhai	A reunião terá lugar em Macau. Na mesma reunião será abordado o reforço do intercâmbio de informações entre as unidades de contra terrorismo de Macau e Zhuhai e a intensificação de cooperação para o combate ao terrorismo	Maio	Maio
23.	25.º Encontro de peritos em técnica-criminal entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau	O encontro terá lugar em Guangdong. No mesmo encontro os peritos de técnica-criminal entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau irão abordar sobre os trabalhos de várias áreas, designadamente: médico-legal, inspecção de documentos, técnicas de treino dos cães policiais e inspecção de vestígios de balas	Entre Maio e Junho	Entre Maio e Junho
24.	5.º Fórum policial Macau-Zhuhai	O fórum terá lugar em Zhuhai. Os SPU vão coordenar a delegação composta pelas entidades policiais de Macau para participar no fórum, a fim de discutir com a parte de Zhuhai sobre os trabalhos policiais, o combate ao crime transfronteiriço e a troca de informações entre as duas partes	Entre Maio e Junho	Entre Maio e Junho
25.	24.º Encontro de trabalho entre responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, Hong Kong e Macau	O encontro terá lugar em Macau. No mesmo encontro os responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, Hong Kong e Macau irão abordar sobre o combate ao crime transfronteiriço, ao crime organizado e a realização de operações policiais conjuntas	Junho	Junho
26.	Operação "Trovoada" realizada em conjunto entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau	Conforme o consenso obtido no encontro de trabalho entre os responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, Hong Kong e Macau, as três polícias vão concretizar as datas de realização de operação conjunta e o alvo de combate, entretanto, efectuarão intercâmbio de informações policiais e cooperações, actividades conjuntas para o combate às seitas, à eliminação de crimes e o combate às actividades criminais, no sentido de assegurar a segurança das três partes	2.ª metade do ano	2.ª metade do ano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
27.	13.º Seminário sobre ciências policiais entre os dois lados do estreito, Hong Kong e Macau	O seminário terá lugar na China continental. O seminário será organizado pela polícia da China continental e co-organizado pelos SPU, com a participação de delegações policiais dos dois lados do estreito, de Hong Kong e Macau. Agente policial e profissionais de estudo policial, bem como académicos vão aproveitar a ocasião para trocar opiniões, promover em conjunto a colaboração regional e o intercâmbio de informações, bem como estudar novo modelo policial para a prevenção e combate ao crime transfronteiriço	Entre Março e Abril	Entre Outubro e Novembro
28.	7.ª Reunião de trabalho para o combate ao terrorismo entre Macau e Zhuhai	A reunião terá lugar em Zhuhai. Na mesma reunião as entidades de contra terrorismo de Macau e Zhuhai vão abordar sobre o reforço de intercâmbio de informações e a intensificação de colaboração para o combate ao terrorismo	Novembro	Novembro
29.	25.º Encontro de oficiais de média hierarquia para o combate ao terrorismo entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau	Intercâmbio sobre o trabalho de contra terrorismo, acções de formação, troca de informações e visitas, entre outros temas. Lugar de realização será confirmado posteriormente	Dentro do ano	
30.	12.º Encontro de intercâmbio anual de dirigentes de alto nível para o combate ao terrorismo entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau; 13.º Encontro de intercâmbio anual de oficiais de alto nível para o combate ao terrorismo e o 26.º Encontro de oficiais nível intermédio para o combate ao terrorismo entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau	O 11.º Encontro foi adiado para Janeiro de 2017, por motivo técnicos, tendo-se mostrado necessário reagendar a realização do 12.º Encontro. Prevê-se que o 13.º Encontro irá ser realizado em Dezembro de 2018, em Hong Kong. No mesmo encontro irão ser reflectidos os trabalhos efectuados no ano antecedente, bem como concretizar o planeamento dos trabalhos a realizar no próximo ano, designadamente os relativos ao contra-terrorismo, acções de formação, intercâmbio de informações e visitas, etc.	Início do ano 2018 / Dezembro	Início do ano 2018 / Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
31.	Encontro de Trabalho sobre o Combate aos Crimes Relacionados com a prostituição e o jogo entre as Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau	As três polícias irão fazer relatórios sobre a eficácia do resultado obtido no combate ao jogo ilegal e à prostituição na própria jurisdição, bem como estudar e abordar sobre o modelo de cooperação conjunta para o combate ao jogo ilegal e ao crime de prostituição transfronteiriço. Lugar de realização será confirmado posteriormente	Dentro do ano	
32.	5.ª Reunião de trabalho do grupo de ligação para os casos de furto transfronteiriço de veículos entre Guangdong e Macau	A realizar em Macau. Na mesma reunião irá discutir com o Departamento de Polícia de Segurança Pública da Província de Guangdong sobre as matérias do furto transfronteiriço de veículos e a troca de informações	Dentro do ano	
33.	Trabalho específico para o combate à migração ilegal	As diferentes partes do grupo de trabalho específico para o combate à migração ilegal irão reforçar a sua comunicação, a fim de elaborar medidas e realizar acções específicas para o combate a essa criminalidade	Iniciado	Trabalho contínuo
34.	Trabalho específico para a eliminação e o combate ao tráfico de drogas	O grupo de trabalho específico para a eliminação e combate ao tráfico de drogas vai coordenar os diversos serviços no âmbito de intercâmbio de informações e de cooperação; e realizar, com apoio dos serviços responsáveis, seminários, acções de formação, troca de conhecimento e experiências para reforçar o conhecimento do agente policial, aumentando assim a eficácia de eliminação e o combate ao tráfico de drogas	Iniciado	Trabalho contínuo
35.	Elaborar e coordenar os trabalhos de segurança relativos às actividades de grande envergadura	Face às actividades de grande envergadura e a ocorrência eventual de incidentes inesperados, os SPU vão coordenar activamente as operações de todos os serviços, mandar, em tempo oportuno, o funcionamento do centro de comando de coordenação de actividades de grande envergadura, no sentido de dar respostas rapidamente a todos os incidentes inesperados e aperfeiçoar o trabalho de segurança	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
36.	Simplificação de procedimentos de apresentação de denúncia	Coordenar a PJ e o CPSP para o aperfeiçoamento contínuo de formalidades de denúncias apresentadas pelos cidadãos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
37.	Comissão coordenadora do regime de congelamento	Convocar a realização de reuniões destinadas a coordenar o trabalho do regime de execução de congelamento de bens	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
38.	Acompanhamento do mecanismo de notificação e do grupo de partilha de informações sobre incidentes inesperados entre Guangdong e Macau	Continuar a manter contactos íntimos com o Serviço de Construção de Plataforma do Gabinete de Gestão de Emergência da Província de Guangdong para o acompanhamento de realização de todos os trabalhos	Iniciado	Trabalho contínuo
39.	Campanha de sensibilização destinada aos jovens	Cooperar com associações cívicas e escolas para intensificar a relação interactiva com os jovens e reforçar o seu sentido de responsabilidade, organizar visitas de estudantes ao Centro de Operação de Protecção Civil para aprofundar o seu conhecimento sobre essa matéria	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Cooperar com os serviços de educação, organizar seminários específicos com as escolas e enviar pessoal para ser orador dos seminários	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
Serviços de Alfândega				
40.	Realizar exercícios de treino e simulação conjuntos com os sectores e entidades competentes de resgate em resposta de incidentes de catástrofe	Realizar, conjuntamente com os serviços de assuntos marítimos e sectores da sociedade, exercícios de treinos e simulação periódicos de prevenção em situações de tufão, incêndios e calamidades	2018	Periódica
		Realizar conjuntamente com o Corpo de Bombeiros, simulação de resgate no parque de estacionamento subterrâneo alargado		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
41.	Resposta de prevenção de calamidades marítimas	Criar mecanismo de comunicação via sms com os pescadores e os tripulantes marítimos, garantindo que possa atingir o melhor trabalho de comunicação de informações de prevenção de catástrofe de tufão	Iniciado	Trabalho contínuo
		Reforçar o contacto com as operadoras do terminal marítimo de mercadorias, a fim de conhecer atempadamente a colocação dos contentores dos diversos terminais marítimos, bem como apresentar as respectivas recomendações, reduzindo riscos de segurança causados pela flutuação de contentores no mar por motivo de tufão ou inundação		
42.	Construção de um novo modelo de sistema de passagem automática para os veículos	Instalar um novo modelo de sistema de passagem automática para os veículos no posto alfandegário terrestre, prevendo-se que passe de uma média diária de 15 mil passagens para 70 mil	Em curso	2.º Trimestre
43.	Criação de um sistema de gestão de risco	O Sistema de gestão de risco implementa-se através de uma tecnologia de análise e de prevenção dos megadados, procedendo a avaliações automáticas sobre os riscos, procedendo ao respectivo combate sempre que suba o grau e, por outro lado, acelerar a passagem de viajantes de baixo risco, prestando em tempo real, aos SA, apoios de identificação eficaz e precisa às mercadorias, veículos e turistas de alto risco	Em curso	3.º Trimestre
44.	Criação de um sistema de monitoração inteligente nas zonas marítimas	Instalar pontos de monitorização em 13 locais da zona costeira da península de Macau e nas ilhas, através de câmara de imagem térmica infravermelha remota transmitir, em tempo real as informações de imagens recolhidas ao Centro de Operação e Comando dos SA e ao Centro de Coordenação e Protecção Civil dos SPU	Em curso	4.º Trimestre
45.	Criação de um novo centro de base de dados alfandegários	Pôr em prática o plano de resolução em casos de interrupção do centro de base de dados alfandegários, para garantir a estabilidade e a fiabilidade do sistema informático, assegurando o funcionamento normal dos serviços aduaneiros	Em curso	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
46.	Optimização de configuração da equipa de embarcações alfandegárias	Ampliar adequadamente a frota de embarcações, aumentando, simultaneamente os equipamentos de alta tecnologia das embarcações para implementar melhor os serviços de patrulhamento e conceder eficácia aos trabalhos de combate ao contrabando, migração clandestina e salvamento	Em curso	Ano 2019
47.	Intensificação de cooperação regional para a prevenção e combate a criminalidade	Intensificar a cooperação dos serviços aduaneiros, fortalecer o mecanismo de troca de informações e execução da lei em acções conjuntas, desenvolver a cooperação nas áreas de gestão e formação, no intuito de prevenir e combater em conjunto a criminalidade de contrabando	Em curso	Trabalho contínuo
48.	Prevenção, combate e repressão de acções de violação de direito	Optimizar os equipamentos e elevar a capacidade de investigação do pessoal, intensificar a cooperação regional, prevenir, combater e reprimir acções de violação de direitos de propriedade intelectual	Em curso	Trabalho contínuo
49.	Desenvolvimento do trabalho de policiamento comunitário	Desenvolver o trabalho de policiamento comunitário na área alfandegaria, através do mecanismo de ligação comunitária, iniciar actividades de sensibilização junto a população, elevando a consciência de protecção da propriedade intelectual; continuamos a cooperar com a Associação dos Escoteiros de Macau, realizando intercâmbios e palestras sobre a generalização do Direito aos jovens, bem como convidando grupos educativos ou associações comunitárias à participação, a fim de ampliar o mecanismo de cooperação de combate aos produtos contrafeitos nas comunidades, protegendo a propriedade intelectual	Em curso	Trabalho contínuo
50.	Iniciação de acções de formação profissional e técnica	Promover diferentes cursos de formação profissional e enviar pessoal para estudar fora do território, fortalecendo o conhecimento profissional e técnica dos funcionários aduaneiros	Em curso	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Polícia Judiciária				
51.	Prevenção e combate aos crimes graves	Reforçar a capacidade de recolha de informações, combater ininterruptamente as actividades criminosas do tipo organizado ou de grupo	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Incrementar o número de agentes para patrulha nos ciber-bares, karaokes, saunas, clubes nocturnos, etc. e nos lugares/ estabelecimentos com maior concentração de pessoas, reforçar a prevenção e a repressão dos diversos tipos de crimes	Antes e depois do período do Ano Novo Lunar, das grandes festividades, da semana dourada do interior da China, das férias do Verão e das actividades de grande envergadura	Trabalho contínuo
		Proceder patrulha nas zonas com maiores multidões, principalmente nos períodos de grandes festividades e de actividades de grande envergadura, a fim de prevenir e combater a criminalidade	Abril / finais de Setembro / Novembro	Maio / finais de Setembro / Dezembro
		Realizar mais patrulhamento dirigido ao combate do crime de tráfico de pessoas e de prostituição, combater as actividades de prostituição nas zonas residenciais e da hotelaria, efectuar rondas não-periódicas em locais com maior frequência e aproveitar o mecanismo de contacto e comunicação estabelecido com hotéis e as respectivas entidades para combater os crimes em tempo oportuno	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Manter o funcionamento do mecanismo de comunicação com as escolas de Macau, intervir de imediato, quando se verificar a ocorrência de casos para impedir a infiltração das seitas nas escolas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Tendo em consideração as imensas actividades e reuniões realizadas durante o período antes e depois do dia comemorativo do retorno de Macau à Pátria, proceder análises das informações adquiridas para efectuar uma implementação cuidadosa e elaborar medidas de contingência para enfrentar os diferentes riscos, a fim de garantir ordem da sociedade e a segurança dos residentes	Primeira dezena de Dezembro	Última dezena de Dezembro
		Executar bem os trabalhos de divulgação sobre a prevenção de criminalidade comunitárias, elevando a consciência de cooperação entre a polícia e cidadão e tomando medidas para repressão ao crime de fogo posto e a delinquência juvenil	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Conhecer e racionalizar a distribuição das câmaras do sistema de videovigilância em espaços públicos e dos lugares com instalação dessas câmaras da DSAT, a fim de saber de imediato se estão ou não instaladas câmaras de videovigilância nos locais de ocorrência do crime, elevando assim a eficácia de investigação de casos de crime grave	Iniciado	Trabalho contínuo
52.	Prevenção e combate ao crime relacionado com o Jogo	Recolher dados dos frequentadores de casinos e registar suas identidades	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Manter a patrulha de 24 horas e as operações inesperadas nos casinos, incrementar as forcas policiais para realização de operações de combate a criminalidade durante os feriados de festivais ou actividades de grande envergadura	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
53.	Prevenção e combate ao crime económico	Face a ocorrência do crime de burla telefónica e do crime económico, aperfeiçoaremos o mecanismo de prevenção e investigação com o polícia do interior da China, bem como intensificaremos o intercâmbio de informações e a coordenação de investigação com Hong Kong e outros territórios vizinhos; continuaremos a proceder à divulgação de prevenção de criminalidade através do policiamento comunitário	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Face às características exclusivas dos modi operandi do crime económico, realizar cursos de formação para ensinar ao pessoal de investigação criminal as leis aplicáveis e as medidas para a recolha de provas, a fim de elevar o nível de execução de lei		
		Em relação as actividades criminosas da burla de investimento, aproveitar, do modo contínuo, o policiamento comunitário para realizar actividades de sensibilização, reforçando, entretanto, a comunicação e as relações de cooperação com a Autoridade Monetária de Macau		
		Promover o uso de diferentes meios tecnológicos para apoiar a investigação de crime económico, principalmente intensificar a aplicação do sistema de videovigilância para apoiar os trabalhos de investigação e de recolha de provas		
54.	Prevenção e combate ao crime informático	Relativamente às mensagens de actividades ilegais de jogo emitidos pelas estações emissoras de mensagens falsas, manter uma comunicação próxima e realizar reuniões de coordenação e cooperação com os serviços de segurança do interior da China como a Polícia de Zhuhai, bem como destacar pessoal para as Portas do Cerco e demais locais para realização de investigações, a fim de combater a essa criminalidade	Não periódica	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Quanto às actividades de levantamento ilegal de dinheiro dos cartões UnionPay, praticadas pelo uso de máquina de POS, reforçar a comunicação e contactos com o UnionPay International e todos os departamentos de segurança dos casinos, bem como realizar activamente a troca de informações com os serviços de segurança pública do interior da China	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Relativamente à segurança cibernética, principalmente os excessivos softwares de extorsão, proceder activamente a trocas de informações e conhecer a mudança destes softwares de extorsão junto ao polícia de territórios vizinhos e de outros Países, a fim de prevenir com antecedência	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Em relação ao crime de falsificação e abuso do cartão de crédito, reforçar o contacto com as companhias que recebem os talões de transacção, associações do cartão de crédito e o sector bancário para procurar as contra medidas	Véspera dos feriados prolongados	Trabalho contínuo
		Quanto a falsificação de documentos, irá articular com os responsáveis das empresas e casinos no sentido de consciencializar o pessoal para a necessidade de adopção de medidas de prevenção e detecção de documentos falsificados	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Face ao crime de falsos casamentos e ao crime de burla para obter quota de trabalhador não residente, proceder activamente contactos com os serviços competentes, para obter em tempo oportuno conhecimento de casos insólitos de pedido ou respectivas situações	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Relativamente ao crime relacionado com cartão UnionPay, reforçar a comunicação com o sector bancário, fazendo apelos as casas de penhor, joalharias ou estabelecimentos que aceitam o uso do cartão UnionPay para tomar mais precauções e exigindo, dos casinos que comuniquem sempre que se verificarem casos duvidosos	Véspera dos feriados prolongados	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Intensificar a fiscalização na internet para combater as actividades de crime público	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
55.	Prevenção e combate ao crime de branqueamento de capitais	Inspeccionar a banca clandestina e investigar as situações suspeitas sobre o transporte transfronteiriço de grande quantidade de dinheiro; procederem uma cooperação de investigação financeira entre os serviços competentes	Não periódica	Trabalho contínuo
		Incrementar a comunicação com a Autoridade Monetária de Macau e o sector financeiro; prestar apoio de inspecção à Autoridade Monetária de Macau; articular com o GIF e MP sobre a criação de centro de base de dados de processos; combater as actividades de branqueamento de capitais através de uma cooperação de diversas partes	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Participar nas reuniões ordinárias de trabalho interdepartamentais sobre o combate ao branqueamento de capitais do GIF e da Comissão Coordenadora do Regime de Congelamento, prestando apoio de estudo para o melhoramento da respectiva lei, a fim reforçar a monitorização	Trimestral	Trabalho contínuo
		Pôr em prática as opiniões propostas pelo relatório de avaliação do Grupo da Ásia Pacífica (APG)	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Participar na reunião anual do APG	Meados de Julho	Meados de Julho
56.	Criação de um grupo específico de alerta e de investigação de crime de terrorismo	Para melhor responder a tendência do desenvolvimento antiterrorismo, bem como estar em articulação com a criação do regime legal de antiterrorismo em Macau, pretender, em 2018, criar um grupo específico de antiterrorismo. Através da revisão da lei orgânica, atribuir a este grupo uma ampla de recursos e independência,	Ano 2018	Ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		para puder concentrar nos trabalhos de antiterrorismo, a fim de proteger com eficiência a segurança do Estado e de Macau		
57.	Prevenção e combate ao crime de droga	Aprofundar as cooperações conjuntas de investigação, prevenção, controlo e operações com os respectivos serviços do interior da China e Hong Kong, intensificar a intercomunicabilidade de informações, articulando com a política de combate de crime de droga da Directoria Provincial de Segurança Pública de Guangdong	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Prevenir e combater o crime de droga dentro das escolas, através de uma cooperação e contacto com as mesmas, nomeadamente através do "Núcleo de Acompanhamento de Menores" e da "Rede de Comunicação com as Escolas"	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Proceder inspecções de combate à criminalidade de droga durante as vésperas e períodos de férias e festividades e de realização de actividades de grande envergadura	Não periódica	Trabalho contínuo
58.	Prevenção e combate a outros tipos de crimes	Articular-se com a Lei de violência doméstica e a respectiva alteração do Código Penal sobre o crime de liberdade sexual e crime contra a autodeterminação sexual, reforçar a acção de formação aos agentes para que os mesmos conheçam melhor os respectivos diplomas, rever o programa de turno e de destacamento, a fim de elevar a eficácia de execução	Iniciado	Trabalho contínuo
59.	Policiamento comunitário	Nas férias de Verão, iniciar o "Programa de Avaliação da Prevenção dos Furtos nas Instituições Escolares" e destacar pessoal às instituições escolares para fiscalizar o nível de segurança e apresentar sugestões de melhoria	Junho	Agosto
		Deslocar-se junto da comunidade e aproveitar os postos de informações móveis para divulgar as mensagens de prevenção ao crime de burla, de furto em lojas e estabelecimentos, roubo, crime informático e de droga	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Realizar palestras destinados às associações, escolas e aos sectores, apresentando-lhes outros tipos de crime com mais frequência, modi operadi e medidas de prevenção	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Realizar encontros periódicos com os diferentes sectores de sociedade para a troca e a recolha de informações criminais, bem como ouvir as suas sugestões	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Fazer patrulha nos edifícios residenciais, comerciais, dormitórios dos trabalhadores, escolas e zona de descanso para prevenir e combater a criminalidade	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Para responder a necessidade de trabalho de investigação, proceder inspecções especializadas nos edifícios residenciais e comerciais, bem como proceder uma avaliação de medidas de segurança	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Optimizar o projecto de "Amigos da prevenção criminal predial da PJ" e recrutar mais membros, organizar acções de formação sobre a prevenção do crime e produzir revistas periódicas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Divulgar periodicamente à sociedade os relatórios de análise sobre o crime de furto em residência, bem como as características do crime e as suas contra medidas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Realizar actividades de sensibilização da prevenção do crime no Inverno e acções de prevenção de criminalidade comunitária	Dezembro de 2017	Janeiro de 2018
		Publicar revistas mensais e Revista de Investigação e Sistema Jurídico trimestral e relatório anual de trabalho da PJ, divulgar informações de prevenção de criminalidade, actividades da PJ e informações policiais, promover uma interacção entre polícia e cidadão	Periódica	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
60.	Prevenção da delinquência juvenil	Antes dos feriados longos ou dos períodos de festividades, proceder a patrulhamento nos locais onde mais se concentram os jovens, nomeadamente, ciberbares e karaokes, para prevenir a delinquência juvenil	Não Periódica	Trabalho contínuo
		Reforçar de forma continua os trabalhos de sensibilização sobre a prevenção da delinquência juvenil, deslocar-se aos locais de concentração de jovens para divulgar mensagens de prevenção de criminalidade e recolher informações de relevância criminal	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Optimizar o "plano da rede de segurança escolar", facilitando o conhecimento imediato das informações de prevenção criminal para as escolas, pais e alunos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Aprofundar o projecto "Guia juvenil para combater o crime", bem como, com base nele, promover o programa "Energia Positiva Juvenil", incutindo nos jovens a consciência da prevenção criminal e cumprimento das leis, ao mesmo tempo intensificar os contactos entre os participantes do projecto para fortalecer a prevenção criminal da equipa juvenil		
		Em resposta ao desenvolvimento da tendência de crimes, realizar palestras temáticas para elevar a consciência de autoprotecção e de prevenção dos jovens		
61.	Técnica criminalística	Introduzir e melhorar as técnicas para a investigação do crime, tais como: proceder a testes, comparação e aplicação ao sistema de ADN, recentemente introduzida, aos reagentes; estudo do novo método de exame hematológico; aproveitar uma célula de diamante com capacidade de fazer a identificação qualitativa baseando na pequena amostra de objecto obtido, a fim de optimizar o resultado de identificação qualitativa; estudar a possibilidade de introduzir o "sistema de auto disparo"; substituição do aparelho de comparação entre as impressões digitais recolhidas à distância e de forma live scan	1.ª Metade do ano 2018	2.ª Metade do ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Melhorar o sistema de gestão de provas materiais e outros sistemas de base de dados criminais, com vista a atingir o objectivo de partilha de recursos e análise conjunta de casos; aperfeiçoar a base de dados de amostras de documentoscopia, nomeadamente guardar fotografias tiradas pela máquina fotográfica tradicional, bem como os elementos recolhidos e os vestígios de armas de fogo e de balas dos crimes	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
62.	Informações criminais	Aproveitar as redes sociais para recolher informações criminais úteis, intensificar a prevenção e o combate às actividades ilegais relacionadas com associações organizadas, organizações secretas e crimes transfronteiriços, no sentido de manter e proteger a segurança do território	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Prestar elevada atenção à tendência dos crimes tanto internamente como ao nível internacional, às actividades terroristas, à situação das medidas de antiterrorismo. Para além de acompanhar de perto as informações internacionais relacionadas com crime, também proceder activamente trocas de informações com os serviços homólogos do exterior, através da colaboração do superior, com vista a atingir o objectivo de partilha de informações	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Proceder avaliação de segurança sobre os assuntos e actividades importantes, através de equipamentos de software e hardware de análise de informações, bem como com base no resultado da avaliação elaborar pareceres sobre a segurança	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Proceder a teste e ajustamento à nova versão do sistema de análise de informações de crime, melhorando as funções do sistema, elevando a estabilidade do sistema policial, bem como aplicar equipamentos avançados e demais equipamentos para a análise de informações sobre crime	Ano 2017	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Elevar a capacidade de análise de informações e do crime do pessoal, aumentar o nível de análise científica, reforçar a capacidade de recolha de informações, alargar a rede para a recolha de informações sobre crime e optimizar o actual mecanismo de gestão de informações	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Aprofundar e alargar o mecanismo de intercâmbio e de troca de informações mútuo com os departamentos de informações estrangeiros, reforçar a recolha de informações sobre crime e de protecção de segurança nacional e regional	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Aproveitar a plataforma de informações na Internet e a colaboração entre os serviços de tecnologia e de criminalidade para reforçar a análise do crime e a avaliação da segurança	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
63.	Intercâmbio policial	Assistir as diversas reuniões e de trabalhos a realizar pela Interpol, convidar peritos policiais do interior da China a Macau para efectuar intercâmbio ou prestar apoio na investigação de crime, acompanhar de perto as informações publicadas pela Interpol, colaborando com os respectivos trabalhos de investigação e de recolha de provas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
64.	Sistema e equipamento de informática, telecomunicações e de informática forense	Actualizar plena e integralmente o sistema de AFIS/APIS para elevar o nível de precisão na efectuação de comparação e a velocidade das funções do reconhecimento facial	Janeiro	Junho
65.	Recrutamento e formação do pessoal	Provas para promoção do pessoal e cursos profissionais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Selecção, estágio e provas para os estagiários de investigação criminal do 19.º curso de formação	Iniciado	4.º Trimestre do ano 2018
		11.º Curso de Formação para Inspectores e 14.º Curso de Formação para Subinspectores	Setembro de 2017	Março de 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Destacar pessoal para tomar parte nas reuniões regionais e internacionais e demais cursos de formação, convidar especialistas de Macau, Hong Kong, do interior da China e individualidades dos demais sectores para organizar cursos e seminários, aprender as técnicas avançadas na investigação criminal; realizar acções de treino sobre a autodefesa, captura e de detenção; bem como formações físicas e de tiro periódicos	Segundo o horário de cada plano	Segundo o horário de cada plano
66.	Medidas para facilitar os cidadãos	Actualizar o website, instalar plataforma para o pagamento electrónico, a fim de facilitar os cidadãos e indivíduos do exterior a fazer pagamento para a emissão da certidão de denúncia	Iniciado	2.º Trimestre
Corpo de Polícia de Segurança Pública				
67.	Assegurar a ordem pública e a tranquilidade de sociedade; prevenir, combater a criminalidade; proteger a segurança da vida dos cidadãos e dos bens privados e públicos	Construir de modo contínuo a equipa de polícia turística e o aperfeiçoamento das respectivas instalações	Iniciado	Trabalho contínuo
		Reforçar o trabalho de prevenção e de respostas às actividades terroristas	Iniciado	Trabalho contínuo
		Realizar trabalho para a prevenção de ocorrência de delinquência juvenil e assegurar o seu crescimento saudável físico e mental	Iniciado	Trabalho contínuo
		Construir o sistema de aplicação de megadados do CPSP	Iniciado	Ano 2023
		Adquirir máquinas de captação de imagem e de gravação móveis	Iniciado	1.ª metade do ano
		Para estar em articulação com a estrutura da protecção civil, aproveitar meios móveis para divulgar informações sobre a prevenção de catástrofe e de salvamentos durante o período do acontecimento de catástrofes e incidentes	Iniciado	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
68.	Impedir a migração ilegal; manter a ordem da passagem fronteiriça, ser responsável pela gestão da entrada e saída na passagem por Macau, bem como emissão de documentos na esfera de competência do CPSP	Implementar plenamente o novo modelo de passagem fronteiriço – "Inspecção Fronteiriça Integral"	Iniciado	1.ª metade do ano
		Lançar a 2.ª geração do bilhete de identidade dos trabalhadores não-residentes	Iniciado	2.ª metade do ano
		Aperfeiçoar as instalações de passagem fronteiriça. Construir passagem fronteiriça automática para veículos (passagem electrónica)	1.ª metade do ano	2.ª metade do ano
		Promover o uso do sistema electrónico de impressões digitais. Analisar e desenvolver, por si próprio, máquinas de serviços automáticos	Iniciado	2.ª metade do ano
		Uso de aplicação de APIS	Iniciado	A confirmar
		Colaborar com o trabalho de alteração da lei de migração	Iniciado	Trabalho contínuo
		Ampliar os serviços prestados aos residentes de Macau que extraviam os seus documentos de identificação para facilitar a sua entrada em Macau	1.º Trimestre	4.º Trimestre
69.	Gestão dos Postos Fronteiriços durante o período de incidente de calamidade	Criar, conjuntamente com a Direcção dos Serviços de Turismo, um mecanismo de evacuação e encaminhamento de turistas retidos nos postos fronteiriços, garantindo que os turistas tenham um tratamento adequado, bem como sobre a prevenção de catástrofe e de salvamentos durante o período do acontecimento de catástrofes e incidentes	Iniciado	Trabalho contínuo
70.	Execução de lei do trabalho relativo ao trânsito	Monitorizar a situação de movimento de veículos e de passageiros e tomar medidas para uma melhor gestão de trânsito; combate a todas as irregularidades e actividades ilegais	Iniciado	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Ampliar os serviços para o pagamento de multas por infracções de trânsito. Aquisição de mais telemóveis que dão acesso a Internet para fins policiais	Iniciado	Trabalho contínuo
71.	Relações públicas	Intensificar de forma contínua o mecanismo de comunicação policial em comunitário, do mecanismo de comunicação policial com o sector hoteleiro, desenvolver as forças comunitárias e sectoriais para proteger a segurança de sociedade	Iniciado	Trabalho contínuo
		Realizar de modo contínuo a Competição de Canto do CPSP e da História da Polícia, para reforçar o sentido de reunião	Iniciado	Trabalho contínuo
		Promover de modo contínuo a imagem da polícia, de campanha de sensibilização sobre prevenção de crimes e de segurança de trânsito	Iniciado	Trabalho contínuo
		Organizar do "Dia de Convívio entre Polícia e Cidadão" para intensificar as relações entre as partes	Iniciado	1.ª metade do ano
72.	Prestar atenção ao crescimento dos jovens	Intensificar o desenvolvimento de cultura de organização, persistir o espírito de polícia e continuar a realizar campanhas de sementeira policial de segurança para os filhos do pessoal da corporação, com vista que os jovens tenham um conhecimento positivo da polícia e uma consciência correcta	Iniciado	Trabalho contínuo
		Ampliar o mecanismo de ligação policial comunitário e convidar mais jovens para participação no programa; planear e envolver a participação de instituições do ensino superior para ampliar o âmbito de cobertura do programa; visita às escolas do pessoal dos postos policiais da linha de frente e ajustamento de medidas policiais para corresponder, em tempo oportuno, as exigências de escolas	Iniciado	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Realizar de modo contínuo actividades de sensibilização sobre os riscos associados ao trabalho de verão, de ensino com demonstração sobre a cerimónia de içar as bandeiras e de concertos da banda de música do CPSP em escolas, planear a convidar escolas com grupos interessados em filmar a colaborar no trabalho de produção de filmes curtos para propagar as mensagens de prevenção de crimes, no intuito que os estudantes conheçam melhor as mensagens de prevenção e combate ao crime	Iniciado	Trabalho contínuo
73.	Actividades anuais de comemoração de grande envergadura e trabalhos policiais mais importantes	Manter o controlo de fluxo de pessoas, a ordem e a segurança durante o ano novo chinês, o dia de celebração do aniversário do CPSP, do Grande Prémio, o dia de Celebração de Estabelecimento da RAEM, nas vésperas do ano novo, nos feriados prolongados, nas actividades de manifestação e de protesto. Recolher e analisar informações, ponderar os riscos eventuais e ajustar as forças policiais e fazer melhor o trabalho de segurança antes de visita de altas entidades e de realização de actividades de grande envergadura	1.º Trimestre	4.º Trimestre
74.	Gestão e fiscalização interna	Melhorar o mecanismo de gestão e fiscalização interna, persistir o regime de gestão de igualdade e imparcialidade, concretizar o regime de gratificação ou penalização, reforçar a consciência de incorruptibilidade, de cumprimento da lei e respeito à justiça	Iniciado	Trabalho contínuo
		Melhorar o processo disciplinar, aumentar o número de instrutores disponíveis	2.ª metade do ano	2.ª metade do ano
75.	Formação e intercâmbio	Organizar ou co-organizar, segundo planeado, acções de formação, actividades de intercâmbio, seminários e treinos profissionais para o pessoal	Segundo o horário de cada plano	Segundo o horário de cada plano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
76.	Actividades desportivas	Realizar, segundo planeado, treinos de tiro anual, organizar diversos cursos desportivos internos e provas físicas anuais; co-organizar os diversos concursos de competição de Taça de Segurança e o Encontro Desportivo dos Serviços de Segurança de Guangdong, Hong Kong e Macau	Segundo o horário de cada plano	Segundo o horário de cada plano
77.	Infra-estruturas	Participar nos trabalhos preparativos e de planeamento das obras de infra-estruturas, incluindo os edifícios da nova Sede do CPSP e da nova Unidade Táctica de Intervenção da Polícia (UTIP), edifício da Escola da Polícia do CPSP com campo de treino, Comissariado Policial de Coloane e edifício polivalente de treino da UTIP, nova sede de Pelotão Cinotécnico da UTIP, re-construção das instalações originais da Carreira de Tiro de Coloane das FSM, acréscimo de pisos do edifício do Comissariado n.º 2 do Departamento Policial de Macau, novo edifício do Departamento Policial das Ilhas, re-construção do Centro de Retenção de Veículos do Departamento de Trânsito de Coloane e das instalações originais do edifício do Posto Fronteiriço de Taipa e Coloane, obras de remodelação do 2.º piso para fins de reserva do edifício do Serviço de Migração, centro de atendimento/denúncia da polícia turística, instalações complementares do edifício de inspecção da zona de gestão do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai–Macau, continuar a ajudar no planeamento do Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos de Macau	Em curso	A confirmar
Corpo de Bombeiros				
78.	Implementação dos trabalhos de policiamento activo, policiamento comunitário e policiamento de proximidade	Articular-se com a política de educação juvenil, dar continuidade a educação de segurança contra incêndios junto de escolas primária, secundária e universitária, bem como através de actividades de divulgação, faz com que os jovens possam conhecer melhor os trabalhos de segurança contra incêndios, a fim de elevar a consciência de responsabilidade social dos jovens	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Aprofundar o regime de chefes de segurança contra incêndios comunitários		
		Realizar palestras, exercícios sobre extintores contra incêndios e distribuir panfletos alusivos para aumentar a consciência dos cidadãos na prevenção contra incêndios; antes das festividades tradicionais, realizar em diversas zonas de Macau as actividades temáticas sobre a sensibilização para a prevenção contra incêndios		
		Dar continuidade aos trabalhos de sensibilização quanto ao não abuso da utilização das ambulâncias, por meio de panfletos ou produtos de sensibilização, propagandas nos media e conferências de imprensa, reforçar uma ideia de não abusar de utilizar ambulâncias aos cidadãos, bem como reforçar a comunicação com os serviços de assistência de saúde, a fim de aperfeiçoar os trabalhos de emergência médica, bem como estudar medidas para evitar que haja abuso na utilização de ambulâncias		
		Realizar fóruns temáticos para elevar a técnica de profissionalismo dos bombeiros e manter o intercâmbio e comunicação com os serviços homólogos de diferentes locais. Empenhar-se em coadjuvar com as associações e organizações cívicas para a organização de exercícios de evacuação de incêndio, aumentando a sensibilização dos residentes nos conhecimentos de prevenção contra incêndios		
79.	Reforçar os trabalhos de comunicação e a capacidade de salvamento de produtos químicos perigosos	Relativamente ao tratamento de comunicação de produtos perigosos, continuar a proceder à comunicação com os diversos serviços e os responsáveis dos locais de depósito de produtos perigosos, bem como elaborar plano de contingência para esses locais de depósito de produtos perigosos e a respectiva	1.º Trimestre	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		actualização do plano. Continuar a melhorar as medidas de emergências e de contingência. Fornecer cursos de formação e treinos, para elevar o nível técnico profissional de tratamento de produtos químicos perigosos		
80.	Trabalhos de contra incêndio em articulação com os projectos de infra-estruturas de grande envergadura	Reforçar a comunicação e cooperação com os respectivos serviços, prestar apoio à apreciação de projectos, teste e inspecção, em relação à habitação pública e à finalização dos diversos empreendimentos do sector do jogo e turístico, acelerar a prestação de medidas e propostas de melhoramento aos serviços competentes; destacando pessoal para esses estabelecimentos a fim de proceder a inspecção e fiscalização in loco, aumentando a capacidade de comando e de contingência, em caso de acidente de grande envergadura	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
81.	Articulação com o trabalho de alteração do Regulamento de Segurança contra Incêndios, a fim de preparar a sua aplicação	Articular-se com os serviços competentes, em relação ao trabalho de alteração. Simultaneamente, preparar-se para a aplicação da nova legislação, tais como melhoramento da compreensão da nova legislação pelo pessoal, adaptação adequada do pessoal e organização de trabalho	1.º Trimestre	Trabalho contínuo
82.	Articulação com os serviços do governo no trabalho de inspecção conjunta	Articular-se com a Direcção dos Serviços de Turismo no trabalho de combate ao alojamento ilegal, fazendo a inspecção de segurança contra-incêndios nos estabelecimentos suspeitos de pensão ilegal; colaborar com IACM nas acções de inspecção em estabelecimentos de comes e bebes e de reparação de automóveis sob a administração do IACM, avaliando as condições de contra-incêndio desses estabelecimentos; em colaboração com o pessoal do Instituto de Habitação, inspeccionar as habitações sob sua administração, e garantindo o funcionamento normal dos sistemas contra-incêndio	Não periódico	Não periódico

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
83.	Reforçar a inspecção de segurança contra incêndios no Centro Histórico de Macau e nos monumentos antigos	Continuar a cooperar com o Instituto Cultural, efectuando a reinspecção de segurança contra incêndios e emitindo relatórios sobre a segurança contra incêndios, com o objectivo de diminuir o risco de ocorrer incêndios e garantir a segurança dos utentes no Centro Histórico de Macau e nos monumentos antigos, assegurando o crescimento sustentado do turismo de Macau	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
84.	Gestão de integridade	Articular-se com o programa de gestão de integridade, reforçando o conhecimento das normas de integridade dos agentes, principalmente os novos agentes	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
85.	Reforçar a formação técnica profissional e moral do novo pessoal	Nomear pessoal qualificado para ser instrutor, criar um mecanismo de fiscalização adequada e de ensino, assegurar a melhora integração do novo pessoal no seu trabalho; todos os serviços vão prestar importância ao trabalho de instrução e fiscalização do novo pessoal, tomando atenção ao seu comportamento do trabalho e disciplinar	1.º Trimestre	Trabalho contínuo
86.	Cumprir rigorosamente a Lei da Protecção de Dados Pessoais	Cumprir rigorosamente a Lei da Protecção de Dados Pessoais, e implementar, conforme as instruções do Gabinete de Protecção de Dados Pessoais, medidas para concretização de protecção de dados pessoais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
87.	Formação do pessoal	Enviar pessoal a diferentes locais para frequentar cursos de formação profissional, fazer troca de experiências, conhecer o desenvolvimento de técnicas no combate ao fogo e ponderar a sua aplicabilidade a diferentes âmbitos, tais como: o metro ligeiro, construção de sub-terreno, gás natural, fogo ocorrido em túneis de sub-terreno, salvação na cidade, gestão de substâncias perigosas e de incidentes de radiação nuclear, etc.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
88.	Elaborar planos relativos às instalações de combustíveis dos prédios ou estabelecimentos	Examinar e inspeccionar os postos de abastecimento de combustíveis, de estações de gás natural e suas instalações, tomar atenção ao funcionamento de exploração e das condições de segurança de anti-fogo, inspeccionar o percurso planeado e as zonas adjacentes, prestar atenção às condições das instalações circundantes de armazéns, de posto de abastecimento de combustíveis, bem como às condições de depósito e de segurança de anti-fogo das retalhistas do aparelho de fogão de gás e distribuidores de combustíveis	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
89.	Acompanhar as situações de prédios sem administração nos casos de despedimento das companhias de administração predial	Acompanhar o andamento da Lei do Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial quanto aos casos de acontecimento de prédios sem administração predial, realizar patrulhamento visando a inspecção das condutas de água em zonas circundantes daqueles prédios e, no tempo mais curto, estabelecer planos de contingência em acção de socorro em casos de acidentes	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
90.	Optimizar o mecanismo de segurança, reforçando a capacidade de salvamento	Prestar muita atenção no processo do planeamento urbano do território e o processo de restruturação para embelezar a cidade, no que se diz respeito nas zonas antigas da cidade, fazer a inspecção local, planear as diferentes operações de trabalho, nomeadamente o impacto das obras do metro ligeiro para o trabalho da linha de frente, as tarefas da fase preliminar para o serviço do posto operacional do Ponte HK-Zhuhai-Macau e o planeamento quinquenal da construção do posto operacional das ilhas, bem como o aperfeiçoamento na construção de contra incêndios para satisfazer as necessidades do desenvolvimento de Macau	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Para estar em articulação com a estrutura da protecção civil, aproveitar meios móveis para divulgar informações sobre a prevenção de catástrofe e de salvamentos durante o período do acontecimento de catástrofes e incidentes	Iniciado	Trabalho contínuo
91.	Acompanhar de perto a evolução da situação de doenças infecciosas em todo o mundo	Especialmente o vírus Zika, a síndrome respiratório do Médio Oriente, os novos tipos de gripe, SARS (coronavírus) e gripe aviária. Melhorar as medidas para prevenir a gripe e similares doenças transmissíveis e de acordo com a evolução da situação adoptar implementação adequada de capacidades de resposta de emergência para proteger os agentes da linha de frente	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
92.	Continuar a acompanhar a introdução de uso de veículos eléctricos e de gás natural	Articular-se com o governo da RAEM a implementar gradualmente os autocarros com gás natural (autocarros e táxis) e rede de cidade gasoduto, o CB vai se concentrar em projectos relacionados com a avaliação, bem como desenvolver planos e o trabalho de formação de pessoal	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
Escola Superior das Forças de Segurança de Macau				
93.	Promover a cultura policial para estabelecimento de valores	Coordenar as forças e serviços a desenvolver os trabalhos, promovendo a cultura policial de alta eficiência, integridade, profissionalismo e aproximação à população	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
94.	Realizar seminários temáticos e palestras sobre a técnica policial	Para além de continuar a empenhar-se na realização de cursos a curto prazo, seminários temáticos e palestras, a fim de aumentar a qualidade profissional dos elementos das forças e serviços de segurança, e em relação aos tópicos mais recentes da sociedade, desenvolver adequadamente a cooperação entre este estabelecimento de ensino superior e as unidades de educação policial do interior da China e de Hong Kong. Convidar especialistas e estudiosos para estudar e discutir conjuntamente com os agentes policiais e estudiosos de Macau, a fim de aprofundar as teorias relativas aos conhecimentos policiais de Macau e experiências de práticas, elevando assim o nível de ensino	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Para elevar os conhecimentos de direito, técnicas profissionais e da psicologia do pessoal das forças e serviços de segurança realizam-se, periodicamente, palestras e seminários sobre temas relacionados com o seguinte: gestão emocional, relações interpessoais, auditoria, alívio de stress psicológica, convenções internacionais de direitos humanos, integridade, Lei Básica e Lei de Segurança Nacional, transfusão de sangue, saúde e assuntos policiais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
95.	Publicações e materiais didácticos sobre os assuntos policiais	Emitir publicações sobre assuntos policiais; continuar a estudar, pesquisar e divulgar estes temas em forma de publicações, em articulação com o desenvolvimento em relação à criação da cultura policial, visando incrementar a qualidade e quantidade pedagógica, bem como a qualidade profissional e integral dos elementos das forças de segurança	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
96.	Ensino superior	15.° Curso de Formação de Oficiais destinado ao CPSP e 16.° Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Bombeiros	Segundo o horário do ano lectivo 2017/2018	Segundo o horário do ano lectivo 2017/2018
		Estágio para o 14.° Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Bombeiros	Setembro do ano 2017	Maio do ano 2018
97.	Curso de promoção (fase conjunta)	Curso de Promoção para a categoria de Chefe do CPSP/Chefe do CB	Março	Junho
		Curso de Promoção para a categoria de Subchefe do CPSP/ Subchefe do CB	Junho	Agosto
		Curso de Promoção para a categoria de guarda principal/ bombeiro principal	Outubro	Dezembro
98.	Curso de Formação de Instruendos (Fase de Instrução Básica)	26.° Curso de Formação de Instruendos	Fevereiro	Outubro
		27.° Curso de Formação de Instruendos	Setembro	Maio do ano 2019

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
99.	Realização de cursos de formação com a cooperação das entidades do exterior	Destacar pessoal ao interior da China no âmbito de participar no Curso de Formação para Oficiais das Forças de Segurança de Macau e Serviços de Segurança de Macau, Cursos de formação destinados ao Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, Cursos de aprendizagem integral, Programa de estudos para Oficiais sobre o Comando Estratégico; Curso de protecção de pessoas importantes, Programa de estudos para Oficiais destinado ao Corpo de Bombeiros / Curso de comando e resgate em casos de desastre; Cursos de formação destinados ao Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, Cursos de inspecção de veículos em acidente rodoviário, suas técnicas de investigação e curso de formação de Investigação Criminal no âmbito da Inspecção ao Local do Crime; Cursos profissionais de curto prazo para os candidatos do Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Bombeiros a deslocar em Hong Kong, Curso de Instrutores de Uso da Força; convidar peritos do interior da China para dar aulas com tema de assuntos de balística ao 15.° Curso de Formação de Oficiais	Segundo o horário estabelecido	Segundo o horário estabelecido
100.	Visitas de intercâmbios e estudos no exterior	Destacar pessoal para as Províncias e Cidades do interior da China e Hong Kong para desenvolver as actividades de intercâmbio: Visita dos pessoais da direcção da Escola Superior; Encontro de Trabalhos Policiais entre os Serviços de Segurança Pública da Província de Guangdong e as Forças e Serviços de Segurança de Macau; visita de estudo profissional e intercâmbio académico; convidados para a participação de cerimónias, entre outros eventos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
101.	Trabalho para os jovens	Continuar a receber visitas escolares dos grupos de alunos, explicando-lhes o funcionamento e as formações da Escola Superior, mostrar os locais de formação e as instalações no intuito de aprofundar o conhecimento dos alunos sobre o trabalho de formação do pessoal dos polícias, bombeiros e alfândegas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Em colaboração com o CPSP promover experiências de acampamento entre estudantes e polícia, por uma noite e evoluindo até duas noites, esforçando-nos em organizar várias turmas em cada fase, no intuito de dar oportunidades aos jovens a experimentar a vida de campismo, treinando a disciplina, responsabilidade, espírito de equipa e respeito pela lei	Período das férias de Verão	Período das férias de Verão
		Além de colaborar com a DSEJ a organizar aulas de disciplinas policiais para os jovens no período de férias de Verão, a Escola Superior vai organizar no ano lectivo de 2017/2018 formação de disciplina policial para incutir a consciência dos jovens no respeito à lei, afastar da maldade e o valor de servir a sociedade	Período das férias de Verão e em cada período escolar	Período das férias de Verão e em cada período escolar
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau				
102.	Realização do colóquio de divulgação de "Conhecer as Forças de Segurança de Macau	Breve apresentação sobre as maneiras de ingresso às FSM, quais são os requisitos necessários e o futuro desse trabalho cujo os destinatários são os alunos secundários e todos aqueles que vão ser preparados para os estudos universitários, aproveitando para divulgar a imagem da Polícia, ao mesmo tempo desenvolvendo os recursos humanos da equipa policial	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
103.	Criar um sistema de gestão de informações de crises	Em articulação com o policiamento inteligente, criar um sistema denominado "Sistema de gestão de informações para situações de crise" no futuro Centro de Protecção Civil e de Operações de Contingência, destinado ao tratamento de situações de crises provocadas pelo tufão e outras catástrofes, podendo ainda operar a sua conexão com o sistema de emergência (linha 999) do Corpo de Polícia de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros	Iniciado	A título experimental no ano 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
104.	Optimização do sistema de migração e dos seus equipamentos	Optimização contínua do mecanismo de redundância para a optimização do sistema da migração, aumento dos seus equipamentos; em resposta ao aumento das necessidades e acréscimo de utentes do sistema, o envelhecimento dos hardwares, entre outros motivos, pretendemos proceder a uma expansão à capacidade e trocas de componentes do actual sistema; e de acordo com a optimização da prestação de serviço e dos serviços electrónicos, pretendemos desenvolver mais sistemas electrónicos e serviços automáticos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
105.	Sistema de Vigilância electrónica de toda a cidade	Acompanhamento da construção das 2.ª e 3.ª fases; acompanhamento da concepção do projecto, concurso público e a construção da 4.ª fase	Setembro do Ano 2016	1.º Trimestre do Ano 2020
Direcção dos Serviços Correccionais				
106.	Aperfeiçoamento dos regimes e das leis	Reforçar a alteração do regime de carreiras do Corpo das guardas prisionais do Estabelecimento Prisional de Coloane e continuar no trabalho de legislação do regime de carreiras do pessoal tutelar educativa do Instituto de Menores	Ano 2017	4.º Trimestre do ano 2018
		Trabalho periódico da fiscalização interna, de uma forma objectiva encontrar a viabilidade de simplificar os procedimentos de trabalho	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
107.	Segurança e vigilância	Combater rigorosamente a entrada de artigos proibidos, diminuir o risco do pessoal na execução de tarefas especiais, reorganizar uma série de acções de formação cujo tema de busca, antimotim e escolta	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		O Grupo de trabalho de gestão de crise estabelecido em 2017, vai entrar em procedimento de emergência na segunda fase, fazendo o balanço de risco, o estudo e depois irá estabelecer um plano pleno de contingência	1.º Trimestre	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Fazer simulação de incidentes críticos em casos inesperados		
		Propor montar nas entradas e saídas da área de controlo das celas detectores sem linha para a intercepção de variedade de artigos electrónicos regulamentados a entrar na prisão (em testes)	1.º Trimestre	3.º Trimestre
		Continuar a acompanhar os testes do sistema de blindagem para prevenir e combater a entrada e uso ilegais de telemóvel na prisão. E se os testes obterem bons resultados vão ser instalados em diferentes andares	Ano 2017	4.º Trimestre do ano 2018
		Introduzir equipamentos para o exame e detecção dos novos tipos de drogas, bem como realizar as respectivas acções de formação com o fim de aumentar a capacidade de exame e detecção das drogas	2.º Trimestre	4.º Trimestre
		Adquirir máquina de raios-X de boa qualidade para detectar com mais precisão os artigos entrados na prisão, e introduzir uma máquina de raios-X móvel em que se pode transportar em qualquer lado das celas	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		O EPC vai reforçar as operações de buscas inopinadas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Para ter registos do trabalho dos guardas prisionais nas operações especiais ou tratamento de casos inesperados, sem prejuízo da conformidade com a lei de protecção de dados pessoais, vamos introduzir máquinas de captação de imagem e de gravação móveis para os guardas prisionais filmar durante as diligências de casos, em tempo real	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Para melhorar a segurança e optimizar o sistema de vídeo monitor do EPC, está previsto actualizar o sistema em duas fases, ao mesmo tempo fazer a actualização, integração e reestruturação dos seus equipamentos	1.º Trimestre	Ano 2019
		Criar uma plataforma de megadados policiais, utilizando os dados recolhidos dos reclusos, calcular os resultados e decidir quais são as medidas de segurança, de apoio social, acções de formação educativa e profissional que vai aplicar, aumentando assim a eficiência dos trabalhos correccionais, fortificar a gestão de segurança e apoiar de uma forma eficaz a reinserção social dos reclusos	1.º Trimestre	Ano 2019
		Continuar o plano de reestruturação de segurança do Instituto de Menores, nele incluído o estabelecimento de uma sala de monitorização e de controlo, cujo o objectivo é concentrar a monitorização e a gestão dos serviços de segurança das diferentes áreas do IM. Continuar a fornecer acções de formação ao pessoal que responsabiliza a gestão educativa	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
108.	Reacção às situações de crise	Realizar workshop temático sobre as reacções a tomar em caso de incêndio e exercício de evacuação	1.º Trimestre	3.º Trimestre
109.	Reinserção social	A equipa de acção social do EPM em colaboração com profissionais de diferentes áreas e instituições de serviços sociais realizar uma série de palestras e workshop com temas de reinserção social e vida saudável para os reclusos	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Continuar em colaboração com as instituições de serviços sociais encorajar os reclusos na participação activa dos serviços voluntários	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Continuar em colaboração com os serviços de reinserção social, para a implementação de programas de emprego e através de vários canais, encorajar mais empregadores a participar	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		De acordo com as necessidades de recursos humanos do mercado, realizar cursos de formação profissional diversificados leccionados pelos instrutores de organizações profissionais	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Realizar actividades diversas para encorajar os reclusos a re-estabelecer as relações familiares e promover o convívio familiar, no intuito de serem preparados para a reinserção social bem como viver com a família	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Continuar a colaborar com outras instituições de acção social a organizar festividades, com a finalidade de deixar-lhes sentir a felicidade nas festas bem como a solidariedade. Realizar diferentes tipos de actividades culturais e de lazer para fomentar o interesse dos reclusos, bem como para aliviar o stress	1.º Trimestre	2.º Trimestre
110.	Acompanhamento de Educação	O IM vai realizar diversos cursos e palestras, através de revisão e optimização do conteúdo dos cursos, irá continuar a melhorar a qualidade do trabalho de prestação de assistências sociais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Continuar a promover programa de pen pal aos jovens internados, através de escrever cartas manter o intercâmbio com os grupos de voluntários	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Organizar cerimónia de juramento de ambição do internado e festividades de Ano Novo Lunar, convidando os familiares a participar na cerimónia e irá organizar também em todo o ano actividades entre pais e filhos	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		O IM vai continuar com a colaboração dos serviços de reinserção social fornecer assistência do emprego para os internados que vão sair em breve do instituto	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		O EPC vai continuar a organizar projecto de Amar a Sociedade, formar internados para prestar serviços voluntários, permitindo-lhes experimentar ajudar os outros e ter espírito de contribuir à comunidade	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
111.	Relações Públicas	Continuar a convidar as escolas e as associações a visitar-nos, e de uma forma activa realizar actividades de sensibilização e prevenção de delinquência juvenil, actividades de trabalhos correccionais junto à comunidade bem como nas escolas, e participar nas actividades de apresentação de emprego organizadas pela DSEJ, aprofundando a compreensão do papel e da missão dos guardas, para atrair os jovens se junte na equipa dos guardas prisionais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Realizar palestra juvenil, discutindo a prevenção de delinquência juvenil e as diversas formas de apoio dadas pela sociedade, etc.; organizar actividade "jovens VS jovens", através da actividade os jovens, os internados e os reclusos, entre eles podem ter uma comunicação directa, faz com que os participantes reconhecerem as consequências que irão de enfrentar após de ter violado a lei, ao mesmo tempo transmitir aos reclusos e aos internados o apoio dos amigos quanto à sua reinserção social	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Organizar passeios florestais, alertando os cidadãos a tomar medidas concretas para expressar o apoio aos reclusos e internados a reconstruir uma nova vida	2.º Trimestre	3.º Trimestre
		Actualizar de modo contínuo o website da DSC, aumentar a eficiência de divulgação de informações; através de	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		ter lançado o programa WeChat e a sua aplicação móvel, estabelecendo novos canais de comunicação com os habitantes. Publicação do "Relatório Anual da DSC", "newsletter Correccional", "Kai Pou" bem como a participação da " Revista Polícia " e o programa "Polícia Cidadão a mesma missão", promovendo activamente os serviços correccionais		
		Realizar a Exposição de Artesanato da DSC do ano 2018	1.º Trimestre	3.º Trimestre
112.	Recursos humanos	A DSC irá fazer análises de carreiras e distribuição do pessoal de diferentes áreas, aperfeiçoar de passo a passo o planeamento e a distribuição dos recursos humanos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Prosseguir-se o processo do concurso de ingresso à categoria de guarda do ano 2017	Ano 2017	2.º Trimestre
		Prosseguir-se o processo do concurso de acesso à categoria de guarda principal	Ano 2017	3.º Trimestre
		Iniciar o processo do concurso de acesso à categoria de subchefe	1.º Trimestre	Ano 2019
113.	Formação do pessoal	Realizar uma série de acções de formação favoráveis a aumentar o conhecimento profissional a todo o pessoal do DSC	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Continuar a colaborar com o Comissariado contra a Corrupção para a realização da Palestra sobre a Integridade; realizar curso de Código de Integridade da DSC, e planear realizar curso de espírito correccional	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Realizar visitas ao exterior, como de visitar instalações e equipamentos dos estabelecimentos prisionais com tecnologia avançada, através da participação de conferências internacionais, aprender as últimas tendências de desenvolvimento de gestão prisional e conhecimentos relacionados com a gestão correccional e de supervisão	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Continuar a realizar cursos de cooperação espiritual de equipa, através de formação interactiva permitindo o pessoal a entender a importância de colaboração em equipa	1.º Trimestre	4.º Trimestre
114.	Comunicação com pessoal	Encorajar o pessoal a levantar questões sobre o trabalho e dar opiniões através de diferentes formas, incluindo: grupo de aperfeiçoamento de trabalho, caixa de opiniões, plataforma de comunicação intranet ou até, após a marcação ir directamente falar com a direcção. Continuar a prestar aconselhamento psicológico para o pessoal e seu familiar, abrir cursos para aliviar a pressão e acalmar o estado emocional do pessoal, bem como realizar actividades recreativas ao pessoal	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
115.	Infra-estruturas	Acompanhar a obra de construção do novo estabelecimento prisional e do novo instituto de menores	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Continuar a acompanhar o plano de aumentar a capacidade das celas do EPC para maximizar o espaço e responder à situação contínuo de incremento de reclusos	Ano 2017	Ano 2019
116.	Serviços de boa qualidade	Para optimizar as instalações para o acesso da área de visitas, irá instalar na sala de recepção de visitantes sistema de electromagnética para efeitos de exame, para facilitar a comunicação clara com os visitantes com deficiência auditiva	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Para facilitar a necessidade das visitantes que trazem bebés nas visitas do IM, iremos instalar uma sala de amamentação	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Fazer inquérito para saber a satisfação dos cidadãos relativos aos serviços e trabalhos prestados do ano 2018	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Calendário das principais acções governativas da área dos Assuntos Sociais e Cultura para o ano de 2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio da Saúde				
1.	Criação de um serviço de avaliação da saúde do idoso	Será criado nos centros de saúde um serviço de avaliação da saúde dos idosos, reforçando a gestão da sua saúde, de modo a elevar a qualidade da vida e o nível de saúde deste grupo etário.	1.º trimestre de 2018	2.º trimestre de 2018
2.	Conclusão das obras de remodelação interna e entrada em funcionamento do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde	Serão aceleradas as obras de remodelação interna do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde, estando prevista no 2.º trimestre de 2018 a sua conclusão e a entrada em funcionamento do Centro, de modo a prestar serviços de saúde adequados e convenientes aos residentes.	1.º trimestre de 2017 (Início da obra)	2.º trimestre de 2018
3.	Promoção do projecto "Restaurantes saudáveis"	Será criado um grupo de acção especializado, a fim de promover o projecto "Restaurantes saudáveis", incentivando a população a criar hábitos alimentares saudáveis, consumindo menos açúcar e menos sal, de modo a elevar a saúde e a qualidade de vida da população.	1.º trimestre de 2018	2.º trimestre de 2018
4.	Trabalhos preparatórios para apresentar o pedido de acreditação da Equipa de Respostas de Emergência à Organização Mundial de Saúde (OMS)	Dar-se-á início os trabalhos preparatórios para apresentar o pedido de acreditação da Equipa de Respostas de Emergência à OMS, de forma a actualizar os respectivos equipamentos médicos, medicamentos disponíveis e o funcionamento da equipa, bem como regular os requisitos do respectivo pessoal, e assim elevar a capacidade de resposta a emergências de saúde pública de grande escala.	2.º trimestre de 2017	3.º trimestre de 2018 (Apresentação de pedido à OMS)

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
5.	Ampliação do programa "Sentinela de Vigilância das Doenças Transmissíveis", abrangendo as clínicas privadas	Será ampliado o programa "Sentinela de Vigilância das Doenças Transmissíveis", abrangendo as clínicas privadas, procedendo à vigilância activa e à detecção precoce da situação de surto de doenças transmissíveis na comunidade, de modo a reforçar continuamente a gestão de riscos de doenças e melhorar de, uma forma geral, a eficácia e a eficiência das respostas.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
No domínio do Ensino Superior				
6.	Melhor preparação dos trabalhos para a implementação da lei do Regime do Ensino Superior	Para assegurar uma boa implementação da lei do Regime do Ensino Superior, além de continuar a avançar com os trabalhos de produção legislativa dos diplomas complementares relacionados, o GAES procederá à apresentação do novo regime ao pessoal das instituições do ensino superior reforçando a comunicação com estas, assim como reforçará o conhecimento do público sobre esta lei, através de diversas acções de divulgação.	3.º trimestre de 2017	2018
7.	Optimização da programação do Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau – Disciplinas de Línguas e Matemática	Continuar-se-á a coordenar os trabalhos do Grupo de Trabalho do Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau – Disciplinas de Línguas e Matemática –, optimizando a programação do Exame Unificado com base nas experiências obtidas na primeira edição e na análise das opiniões dos sectores sociais. Ao mesmo tempo, divulgar-se-ão, de forma atempada, as respectivas informações para aumentar o conhecimento das escolas, dos estudantes e dos seus pais, e de outros residentes sobre o Exame Unificado de Acesso, a fim de promover, gradualmente, o reconhecimento deste exame.	2017	Implementação contínua
8.	Promoção continuada dos trabalhos da formação dos quadros qualificados em língua portuguesa	Através do Centro de Ensino e Formação Bilingue Chinês-Português, a Universidade de Macau promoverá a reforma do ensino da língua portuguesa, contribuindo para a formação dos quadros qualificados bilingues em chinês e português, de alto nível, docentes da língua portuguesa e os tradutores de português, de nível superior.	Já iniciado	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Iniciaram-se as formalidades para a apresentação do pedido à respectiva entidade para a criação do Instituto Confúcio, destinado particularmente aos países de língua portuguesa e a outros países, desenvolvendo, para os estudantes internacionais, uma plataforma de ensino, de formação e de intercâmbio na língua chinesa, que se reveste de carácter específico.	Já iniciado	2018
		Preparar-se-á a criação de uma grande base de dados sobre países lusófonos para efectuar estudos sobre cada um deles, no sentido de intensificar a cooperação e intercâmbio entre eles, mediante os dados fornecidos por este canal *online*.	2018	Prevê-se a obtenção de resultados preliminares no 4.º trimestre de 2019.
9.	Promoção de formação de quadros qualificados dotados de espírito de inovação e empreendedorismo	A Universidade de Macau irá promover a formação de quadros qualificados com espírito de inovação e empreendedorismo, através do *Institute of Collaborative Innovation*. O Centro de Inovação deste Instituto irá passar a ser uma plataforma de apoio e a funcionar como uma incubadora, facultando aos jovens empreendedores com espírito de inovação um serviço de consultadoria profissional, apoiando-os a transformarem os seus conceitos de inovação em prática, a fim de transformar Macau numa sociedade de inovação e de empreendedorismo. Por outro lado, o Centro lançará cursos relacionados, competições de empreendedorismo, jornadas de convívio para formação de inovação e seminários sobre a inovação e o empreendedorismo com individualidades de reconhecido mérito.	2017	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
10.	Criação do sistema de tradução para a promoção do desenvolvimento de cidade inteligente	O Instituto Politécnico de Macau iniciou, em 2017, a criação do Sistema de Tradução Automática de Chinês-Português-Inglês, prevendo-se que os trabalhos da primeira fase da exploração deste sistema sejam concluídas em 2018, e a segunda fase em 2020, lançando-se, seguidamente, os respectivos trabalhos preparatórios da fase final.	2016	2020
11.	Combinação do ensino com a investigação científica para a promoção do desenvolvimento criativo e cultural	O IPM tentará criar a base de formação dos quadros qualificados, no domínio da criatividade cultural e das artes, através do Centro Pedagógico e Científico para as Indústrias Culturais e Criativas e da Escola Superior de Artes, tendo por objectivo incentivar a formação dos quadros qualificados para as indústrias culturais e criativas de Macau, a que se juntam docentes, quadros qualificados profissionais, o ensino básico e até mesmo toda a sociedade.	2015	Implementação contínua
12.	Colaboração activa para a concretização da perspectiva do Governo, relativa à transformação de Macau numa base de educação e formação turística, na região metropolitana da Grande Baía Guangdong– Hong Kong– Macau	O Instituto de Formação Turística irá planear a criação de vagas especiais de estudo com admissão prioritária, aumentar as bolsas de mérito e proporcionar oportunidades de estágio, para estudantes vindos da região metropolitana da Grande Baía, bem como liberalizar os cursos da Escola de Turismo e Indústria Hoteleira e do Centro Global para a Educação e Formação em Turismo, para a frequência dos estudantes e dos indivíduos do sector, desta região. Ao mesmo tempo, o IFT continuará a abrir cursos de formação destinados a estudantes internacionais e de Macau, através do Centro Global para a Educação e Formação em Turismo, de forma a aumentar a competitividade dos destinos turísticos e a promover o seu desenvolvimento sustentável.	2017	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Nos domínios do Ensino não Superior e da Juventude				
13.	Reforço no ensino da História da China	Será estudada a elaboração das "exigências das competências académicas básicas", exclusivamente para a disciplina de História do ensino secundário geral e complementar; os materiais didácticos da disciplina de História do ensino secundário serão utilizados, a partir do ano lectivo de 2018/2019, no 1.º ano do ensino secundário geral e no 1.º ano do ensino secundário complementar.	2017	2018
		Em articulação com o uso do material didáctico, será reforçada a formação profissional dos docentes de História.	2018	Implementação contínua
14.	Reforço dos trabalhos educativos relativos à bandeira, emblema e hino nacionais	Em articulação com a respectiva legislação nacional e local, serão explorados recursos pedagógicos relativos à bandeira, emblema e hino nacionais para as escolas; em simultâneo, serão reforçadas acções de formação para docentes e alunos responsáveis pela execução do hastear da bandeira nacional.	2017	Implementação contínua
15.	Reforço, em termos educativos, da prevenção de desastres, socorro e de resposta em casos de emergência, generalizando os respectivos conhecimentos e competências	Será estudada a viabilidade de utilizar as instalações educativas para servirem como centros para sinistrados; serão elaboradas, para as escolas, instruções de resposta a eventuais calamidades e de primeiros socorros, bem como uma lista dos seus recursos materiais de reserva; será impulsionada a educação para a segurança e a realização de simulacros no meio escolar; serão generalizados os conhecimentos e competências de prevenção e redução da ocorrência de desastres, bem como de resposta de socorro em casos de emergência.	2017	Implementação contínua
16.	Lançamento de parcerias com associações juvenis das cidades da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau	Será incentivado o programa de aliança das associações juvenis "Caminhar de mãos dadas, construir o futuro juntos" e serão apoiadas as associações juvenis de Macau no estabelecimento de parcerias com as suas congéneres das cidades da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau.	2017	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Assinar-se-ão gradualmente acordos de cooperação com os serviços de educação das cidades da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, envolvendo a geminação de mais escolas e cooperação nas áreas de educação sobre os assuntos nacionais, inovação e empreendedorismo da juventude, educação da generalização científica e formação de docentes, entre outras.	2018	Implementação contínua
		Organizar-se-ão os alunos do ensino secundário de Macau e os encarregados de educação para se deslocarem às cidades da Grande Baía para realizarem visitas *in loco* e intercâmbio de diferentes temas, reforçando o seu conhecimento sobre o sucesso alcançado no desenvolvimento da economia e educação da Grande Baía e o conhecimento da história e da cultura.	2018	Implementação contínua
17.	Continuação da execução da terceira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017- 2019	Para elevar nos residentes as suas qualidades e competências individuais, continuar-se-á a implementar a terceira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017-2019, optimizando também o "Projecto do prémio sobre a aprendizagem contínua", alargando a dimensão de participação das instituições.	2017	2019
18.	Concretização ordenada do projecto "Obra de Céu Azul"	Será concretizado, de forma ordenada, o projecto "Obra de Céu Azul", planeando os terrenos e instalações existentes para uso educativo, de forma a impulsionar a construção, ampliação e reconstrução dos edifícios escolares, preparação dos trabalhos de mudança das escolas que se encontravam em pódios de edifícios, a fim de disponibilizar aos alunos um ambiente de crescimento de boa qualidade.	Já iniciado	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
19.	Criação da Plataforma de Estudos Educativos de Excelência	Serão seleccionados projectos pedagógicos excelentes, será atribuída a menção de "Professor Distinto" e serão realizadas as respectivas actividades de partilha temática e de aulas abertas de demonstração.	2017	2019
		Será impulsionada a criação de um Grupo de Estudos Educativos, das próprias escolas ou interescolares, construindo uma plataforma de intercâmbio de estudos educativos para pessoal docente de diversas áreas de aprendizagem e disciplinares.	Já iniciado	Implementação contínua
20.	Reforço da criação de material didáctico local	Será concluída a criação do material didáctico de Língua Portuguesa e das Actividades de Descoberta do ensino primário.	Já iniciado	2018
		Desenvolver-se-á a criação do material didáctico da Língua Chinesa do ensino primário e iniciar-se-á a criação do material didáctico da Língua Chinesa do ensino secundário.	2017	2020
		Será concluída a revisão do material didáctico da Educação Moral e Cívica do ensino secundário geral e será impulsionada a revisão do mesmo do ensino secundário complementar.	2017	2019
		Será criado o material didáctico de Mandarim apropriado à situação actual de Macau.	2017	2019
21.	Promoção da revisão do diploma legal sobre o ensino técnico-profissional	Com base nas consultas públicas, promover-se-á os trabalhos de reajustamento e revisão do diploma legal sobre o ensino técnico-profissional.	Já iniciado	Implementação contínua
22.	Promoção da revisão do diploma legal sobre o Regime Educativo Especial	Será promovida a revisão do diploma legal sobre o Regime Educativo Especial e serão aperfeiçoadas as várias políticas e medidas do ensino especial.	Já iniciado	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
23.	Desenvolvimento do plano piloto de avaliação interna das escolas	Serão incentivadas as escolas para participarem no plano piloto de avaliação interna, orientando-as e apoiando-as para criarem, de forma sistemática, um regime de avaliação interna, no sentido de melhorar a sua administração e ensino e impulsionar a criação do sistema de indicadores, baseado na escola, para garantia da qualidade educativa.	2018	2020
24.	Participação e acompanhamento dos testes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos 2018 (PISA)	Será concluído o trabalho relativamente ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) 2018, cuja avaliação abrange, principalmente, a literacia de leitura, sendo as áreas secundárias as literacias de matemática e ciências. Serão acompanhados os testes do PISA e os respectivos estudos, procurando políticas e formas para aumentar as literacias da leitura, matemática e ciências dos alunos de 15 anos de idade.	2017	2018
25.	Implementação do "Plano de visitas de compromisso conjunto" para promover a educação civil e sobre regime jurídico, a educação sobre os assuntos nacionais e da RAEM, através da realização de intercâmbio, investigação, formação, fóruns, acampamento e concurso, entre outras formas, permitindo aos jovens um conhecimento ainda mais aprofundado sobre a educação no contexto da Constituição Nacional e da Lei Básica, a história e cultural nacional, a	Serão organizadas as associações juvenis, alunos e jovens de vários sectores de Macau para realizarem, em conjunto, um grande espectáculo juvenil alusivo à comemoração do 25.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau, transmitindo a influência da promulgação e implementação da Lei Básica sobre as pessoas locais de diferentes décadas e, ao mesmo tempo, será apresentado o processo da sua promulgação e o grande sucesso alcançado em Macau com a implementação do princípio "Um País, Dois Sistemas".	2018	2018
		Será realizado o Fórum de Juventude 2018, convidando especialistas, académicos e representantes das associações juvenis das cidades da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, discutindo o desenvolvimento da região metropolitana da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau sob o contexto do espírito do Movimento do 4 de Maio e da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota".	2018	2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
	defesa nacional e diplomacia, bem como as políticas nacionais mais importantes, de modo a aprofundar neles as experiências sobre o sentimento de amor pela Pátria e por Macau.	Serão promovidas actividades de experimentação em conhecimentos de defesa nacional e sucessos nacionais destinadas aos jovens e alunos, incluindo o "Acampamento militar de Verão", a "Jornada de educação da defesa nacional" e a "Jornada de treino do içar da bandeira nacional para estudantes".	Já iniciado	2018
		Serão realizadas uma série de actividades promotoras dos conhecimentos diplomáticos, incluindo o "Concurso sobre os Conhecimentos Diplomáticos dos Jovens de Macau" e as actividades de visitas.	Já iniciado	2018
		Será realizado o "Festival juvenil internacional de dança 2018", de forma a impulsionar a interactividade e o intercâmbio entre os jovens de diversos países e regiões, no sentido de conhecer as diferenças e as características das várias culturas.	Já iniciado	2018
		Serão realizadas as actividades "Narrar as histórias chinesas e incentivar o sentimento de amor pela pátria e por Macau", o "Curso de assuntos nacionais para jovens de Macau" e a delegação de intercâmbio de estudo "Acompanhar o crescimento", bem como outras formas de aprendizagem e actividade de intercâmbio, fazendo com que estes conheçam a excelente cultura tradicional chinesa e o processo da luta de rejuvenescimento nacional, bem como os sucessos de desenvolvimento da Pátria.	Já iniciado	2018
26.	Coordenação do trabalho voluntário dos jovens, estimulação da participação dos jovens na sociedade	Será coordenado o trabalho voluntário dos jovens, dada continuidade à organização de acções de formação destinadas aos voluntários e ao respectivo plano de incentivo, bem como reforçado intercâmbio com outros países e regiões na área de trabalho voluntário, para que os jovens possam aplicar a energia positiva em trabalhos voluntários.	2017	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Serão organizadas, de forma contínua, actividades que envolvam interactividade e intercâmbio com os membros do Governo e personalidades da sociedade, enriquecendo as sessões de diálogo "Encontro com os jovens", entre outras, para estimular a participação dos jovens na sociedade.		
27.	Melhoramento do Programa de Subsídio de Propinas para Alunos Residentes de Macau que Frequentem Escolas na Província de Guangdong	O âmbito de aplicação do Programa de Subsídio de Propinas para Alunos Residentes de Macau que Frequentem Escolas na Província de Guangdong será estendido, o mais rápido possível, até todas as cidades da Província de Guangdong.	2018	2019
28.	Preparação de construção do Centro Juvenil de Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas do Tap Seac	Através de cooperação dos serviços envolvidos, será promovido o trabalho de planeamento e concepção do Centro Juvenil de Actividades Culturais Recreativas e Desportivas do Tap Seac, de forma a disponibilizar aos jovens e residentes as instalações e espaços culturais, artísticos, educacionais, desportivos e de lazer.	2017	Implementação contínua
29.	Impulso do desenvolvimento informático do ensino	O conteúdo da "Educação e *Internet*$^{+}$" será incluído nos itens subsidiados do Fundo de Desenvolvimento Educativo.	2017	Implementação contínua
		Será iniciada a realização da avaliação especializada do ensino das tecnologias de informação e comunicação.	2018	2020
		É implementada a segunda fase do "Programa de formação das qualidades inovadoras dos alunos".	2017	Implementação contínua
No domínio da Acção Social				
30.	Optimização dos programas sociais em prol de combate à pobreza	Proceder-se-á à avaliação e classificação dos indivíduos e agregados familiares beneficiários de subsídios e incentivar-se-ão os beneficiários com capacidade para sair da pobreza a participarem em programas de emprego ou outros programas sociais, promovendo assim o desenvolvimento das potencialidades e a auto-subsistência dos mesmos.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
31.	Definição das Metas do Desenvolvimento das Mulheres de Macau e planeamento dos respectivos trabalhos concretos	Realizar-se-á um estudo sobre as Metas do Desenvolvimento das Mulheres de Macau e definir-se-ão as medidas concretas favoráveis à participação social das mulheres e proceder-se-á à organização, coordenação e promoção dos respectivos trabalhos a serem impulsionados pelos serviços envolvidos.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2020
32.	Implementação da medida de admissão prioritária de crianças provenientes de famílias vulneráveis em creches	Definir-se-á e concretizar-se-á a medida relativa à admissão prioritária de crianças provenientes de famílias vulneráveis em creches, com vista a apoiar as famílias com dificuldades em cuidar das crianças a aceder aos serviços em causa.	1.° trimestre de 2018	3.° trimestre de 2019
33.	Impulsionamento e concretização das medidas de médio prazo (2018-2020) do planeamento dos serviços de apoio a idosos e dos serviços de reabilitação para o próximo decénio, bem como do respectivo trabalho de avaliação	Proceder-se-á à coordenação dos serviços envolvidos no sentido de implementar, de modo ordenado, as diversas medidas de médio prazo do planeamento dos serviços de apoio a idosos e dos serviços de reabilitação para o próximo decénio. Procurar-se-á cumprir as metas definidas para o ano de 2018. Realizar-se-á uma avaliação sobre a eficácia da execução das medidas em causa e elaborar-se-á o respectivo relatório. Em simultâneo, realizar-se-ão estudos visando optimizar os serviços de apoio a idosos e os de reabilitação.	1.° trimestre de 2018	4.° trimestre de 2020
34.	Criação de um serviço de teleassistência para idosos portadores de demência, em situação de emergência; lançamento do programa específico de apoio domiciliário para portadores de deficiência	Dar-se-á apoio a instituições não-governamentais, não só na prestação de serviços para prevenir ocorrência de casos em que idosos com demência se encontrem perdidos na via pública, com a aplicação do sistema de posicionamento e de comunicação, como também na prestação de apoio urgente às famílias que têm a seu cargo idosos. Prestar-se-ão serviços de apoio domiciliário em função das necessidades das pessoas deficientes, tendo como objectivo apoiar as mesmas a melhorar a sua qualidade de vida e reduzir a pressão sofrida pelas pessoas que cuidam delas.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
35.	Expansão das acções comunitárias para a prevenção do distúrbio do vício do jogo	Reforçar-se-ão as acções de divulgação e sensibilização na comunidade, através da instalação de Quiosques de Informações sobre o Jogo Responsável nas instalações sociais e públicas, em colaboração com as instituições particulares.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
36.	Impulsionamento do desenvolvimento profissional dos serviços sociais	Envidar-se-ão esforços para o acompanhamento da definição dos diplomas legais complementares do "Regime de acreditação profissional e inscrição para assistente social", bem como para a realização de um estudo visando a definição dos critérios de avaliação dos cursos de serviço social, do mecanismo de avaliação e de reconhecimento das respectivas qualificações profissionais, bem como do conteúdo da formação contínua. Procurar-se-á melhorar a qualidade profissional dos assistentes sociais, em prol da salvaguarda dos interesses dos utentes dos serviços.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018
No domínio da Segurança Social				
37.	Promoção da implementação do Regime de Previdência Central Não Obrigatório	Realizar-se-á o trabalho de articulação entre planos conjuntos de previdência e planos de fundos privados de pensões.	Implementação contínua a partir do 2.º trimestre de 2017	Implementação contínua
		Promover-se-á a participação dos empregadores no regime. Iniciar-se-á, de forma programada, uma série de actividades promocionais destinadas aos empregadores e trabalhadores, promovendo a participação dos empregadores no regime. Através de diferentes meios de propaganda e promoção, apresentar-se-á ao público o conteúdo detalhado do regime, dando aos residentes um melhor conhecimento das vantagens do mesmo.	Implementação contínua a partir do 2.º trimestre de 2017	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Criar-se-á uma plataforma de informações *online* destinada aos residentes para consultarem, de forma mais conveniente, informações pessoais, disponibilizando informações relevantes relacionadas com os instrumentos de aplicação prestados pelas entidades gestoras de fundos, com o objectivo de que os residentes possam ter uma opção de investimento mais adequada de acordo com a sua própria situação.	Implementação contínua a partir do 1.º trimestre de 2017	1.º trimestre de 2018
38.	Aperfeiçoamento da segurança social dos portadores de deficiência	Manter-se-á o acompanhamento de perto do processo da revisão legislativa sobre tornar o "Subsídio Provisório de Invalidez" numa medida permanente, bem como dos trabalhos ulteriores de conexão.	4.º trimestre de 2017	4.º trimestre de 2018
		Implementar-se-á o "Programa relativo ao incentivo de trabalho de beneficiários da pensão de invalidez", ajudando os portadores de deficiência a constituir a autoconfiança e aumentando a sua motivação inerente à reinserção dos deficientes no mercado laboral.	3.º trimestre de 2017	Implementação contínua
39.	Melhoramento da qualidade de prestação dos serviços externos	Continuar-se-á a promover os serviços de informatização, acrescentando aos quiosques automáticos mais uma função de utilização de *Quick Pass* ou *Macau Pass* para pagar as contribuições do regime facultativo, de modo a prestar aos residentes meios de pagamento diversificados.	3.º trimestre de 2017	3.º trimestre de 2018
		Concluir-se-á o trabalho de reestruturação e optimização das instalações do FSS na freguesia de São Lázaro, com vista a oferecer aos residentes um ambiente mais acessível e confortável.	3.º trimestre de 2017	1.º trimestre de 2018
No domínio do Turismo				
40.	Efectuar a revisão anual do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, incluindo a respectiva avaliação de implementação e do andamento de execução	Revisão da situação da execução dos trabalhos e das recomendações do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, bem como identificar os obstáculos na implementação dos planos de acção e investigar soluções viáveis.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
41.	Início do estudo e investigação específica relacionada com o desenvolvimento da indústria do turismo	Realização do "Estudo dos efeitos dos órgãos de comunicação social sobre a marca turística e dos eventos de Macau", para servir de fundamento na definição das estratégias de promoção no futuro e melhorar as referidas actividades.	2018	2018
42.	Desenvolver o "turismo inteligente" e fornecer melhores experiências turísticas aos visitantes	- Actualizar a página electrónica de promoção turística de Macau, utilizando tecnologias inovadoras e criando uma página mais interactiva. - Apresentar em detalhes os pontos turísticos em várias línguas na aplicação de telemóvel, através da utilização da tecnologia de "*QR Code*" e dos serviços de localização móvel, a fim de aumentar as experiências de viagens dos visitantes.	2018	2018
43.	Optimização do regulamento da indústria de turismo	Acompanhamento de perto dos trabalho de revisão do diploma que regula o licenciamento e o funcionamento dos hotéis e colaboração na apreciação da proposta de diploma que regula a actividade das agências de viagens e dos guias turísticos.	Todo o ano	Todo o ano
44.	Optimização do trabalho de licenciamento	Em articulação com o novo pico de inaugurações no sector hoteleiro, dar-se-á continuidade à colaboração próxima com o sector de turismo, de modo a dar avanço à implementação das diversas infra-estruturas turísticas. Divulgação do serviço de licenciamento na *internet*, elevando, deste modo, a eficácia do trabalho de licenciamento. Acompanhamento do trabalho de tradução dos manuais de licenciamento.	Todo o ano	Todo o ano
45.	Impulso à concretização do turismo de qualidade	Realizar-se-ão inspecções e fiscalizações, nos termos da lei aos estabelecimentos e actividades sujeitas ao licenciamento da Direcção dos Serviços de Turismo. Através da divulgação e distribuição de diversas orientações e recomendações técnicas, consolidar-se-á a consciência e importância do cumprimento da lei e da prestação de serviços de qualidade por parte dos operadores e agentes turísticos. Acções intensivas de combate à prestação ilegal de alojamento.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
46.	Organização de cursos de formação, secções de trabalho e palestras	Conforme o programa de formação e a tendência do desenvolvimento dos mercados de turismo, organizar-se-ão cursos de formação apropriados, secções de trabalhos e palestras adequados. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a estudar a construção da plataforma de estudo *online* para que os trabalhadores da indústria do turismo possam melhorar o seu nível da qualidade de serviço. Incentivar e apoiar a indústria do turismo para participarem em concursos internacionais, bem como apoiar na obtenção de acreditações profissionais internacionais. Coordenar-se-á o programa de formação dos delegados na área do Turismo provenientes dos Países de Língua Portuguesa a Macau para efectuarem estágios nesta Direcção de Serviços, bem como a frequentarem *workshops* de curta duração de trabalho no IFT.	Janeiro de 2018	Novembro de 2018
47.	Continuação da realização do Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade	Manutenção do Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade, a fim de elevar a qualidade dos serviços desta indústria, optimizando o mecanismo de avaliação e atribuição de incentivos actualmente aplicável ao sector da restauração e às agências de viagem, para incentivar e apoiar a qualidade do serviço prestado. Ao mesmo tempo, será estudada a possibilidade de alargar este programa para outros sectores.	Janeiro de 2018	Novembro de 2018
48.	Início de uma série de iniciativas integradas no Plano Gastronómico para celebrar a designação de Macau enquanto cidade membro da Rede das Cidades Criativas da UNESCO na área da Gastronomia	Assinalar-se-ão, em Macau e no exterior, uma série de iniciativas integradas no Plano Gastronómico, continuar-se-á a realizar o Fórum Internacional de Gastronomia de Macau. Ao mesmo tempo, através da gastronomia local, promover-se-ão as tradições, costumes, património histórico e as caraterísticas culturais de Macau.	4.º trimestre de 2017	2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
49.	Turismo cultural	Integrar-se-á o recurso histórico e cultural para criar produtos de turismo cultural de Macau; apoiar-se-ão associações civis locais na organização de actividades diversificadas turísticas e culturais, encorajando a introdução de elementos históricos, culturais, criativos e artísticos, tais como *Macao Temple Adventures, Macao Ocean Culture Festival* e Festival de Lanternas de Macau.	Todo o ano	Todo o ano
50.	Produto de Turismo Marítimo	Apoiar-se-á a indústria do turismo com o objectivo de promover o projecto de cruzeiros turísticos de lazer entre a Península de Macau e as Ilhas da Taipa e Coloane, e explorar-se-á a viabilidade de introduzir uma maior variedade de produtos de turismo marítimo.	2018	2018
51.	Museu Temático do Grande Prémio de Macau	Concluir-se-ão os procedimentos para o concurso público da Empreitada de Concepção da Decoração e Obra do Museu Temático do Grande Prémio de Macau, dar-se-á início aos projectos relacionados e continuar-se-ão as aquisições de elementos a exibir, equipamentos de sistema interactivos multimédia, para enriquecer o conteúdo da exposição.	2018	2019
52.	Museu do Vinho	Preparação para o *design* e planeamento do novo Museu do Vinho	2018	2020
53.	Eventos e festividades de grande escala	Organizar-se-ão eventos e festividades de grande escala, nomeadamente, a Parada de Celebração do Ano Novo Chinês, o Expo Internacional de Turismo (Indústria) de Macau, o Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício de Macau, o Fórum de Economia de Turismo Global • Macau, o Festival de Luz de Macau e o Festival Internacional de Cinema e Entrega de Prémios • Macau, etc.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
54.	*"Asia's 50 BEST Restaurants Awards"*	Com o intuito de conjugar de forma activa os trabalhos de candidatura de Macau para adesão à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, deverá ser introduzido este evento em Macau, o qual engloba cerimónias de entrega de prémios para os restaurantes famosos, por forma a construir uma plataforma gastronómica, reunindo os melhores cozinheiros da região, os líderes da indústria e empresas internacionais, de modo a melhorar a imagem gastronómica internacional de Macau, com vista a promover o intercâmbio, elevar o estatuto de Macau na área da gastronomia internacional, divulgar ao mundo a nossa cultura e gastronomia, demonstrando o encanto de Macau como cidade gastronómica.	2018	2019
55.	Promoção dos produtos turísticos "múlti-destinos" na região	- Colaborar-se-á activamente com as entidades colaboradoras da "Aliança de Promoção Turística da Rota da Seda Marítima da China" (Guangdong, Fujian e Guangxi), no sentido de explorar itinerários típicos internacionais e produtos turísticos, promovendo os produtos turísticos "multi-destino" nas cidades intregrados na "Uma Faixa, Uma Rota". - Colaborar-se-á com as cidades integradas na Grande Baía de Guangdong, Hong Kong e Macau, para organizar, em tempo oportuno, reuniões de trabalhos, explorando em conjunto os produtos turísticos "multi-destino". Realizar-se-ão promoções no âmbito do intinerário "multi-destino" no Interior da China e no Estrangeiro. Participar-se-á em feiras de turismo em nome de Guangdong, Hong Kong e Macau, e instalação de pavilhão conjunto para a promoção. Aproveitar-se-á a oportunidade de inauguração da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, bem como os sistemas ferroviários de alta velocidade e a rede aérea composta pelos cinco aeroportos na Grande Baía, no sentido de impulsionar o desenvolvimento do turismo regional.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
56.	Promoção do turismo temático de gastronomia	A "gastronomia" será o tema de promoção sobre a imagem de Macau, através de uma forma diversificada e inovadora, realizar-se-ão promoções nos mercados turísticos, nomeadamente na exposição de gastronomia, promoção e intercâmbio pelos cozinheiros mais famosos, camiões móveis fornecedores de comidas, *workshops* de culinário, guia culinário de Macau, reportagens temáticas da média, programa televisivo, *website*, plataforma social e aplicações de telemóvel.	Todo o ano	Todo o ano
57.	Reforçar a comunicação com o exterior	O serviço experimental da primeira fase da "*Macao Tourism News plus*" já foi lançado no final de 2016. Continuar-se-á a proceder aos trabalhos de aperfeiçoamento deste serviço, introduzindo um maior número de funções nas diferentes fases futuras, de acordo com as necessidades concretas, permitindo a sua utilização pelos órgãos de comunicação social locais e do exterior, elevando a eficiência da comunicação, de modo a reforçar a eficácia na promoção e na divulgação da indústria do turismo de Macau. Em 2018, estudar-se-á activamente a viabilidade de expandir os relacionados serviços aos operadores turísticos.	Todo o ano	Todo o ano
No domínio da Cultura				
58.	Elaboração do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau	Nos termos da Lei de Salvaguarda do Património Cultural e das directivas da UNESCO, a fim de melhor regulamentar e optimizar a gestão quotidiana do Centro Histórico de Macau e aperfeiçoar o respectivo regime jurídico, o Instituto Cultural concluirá, em 2018, a elaboração do projecto do Regulamento Administrativo relativo ao Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau e procurará concluir o procedimento regulamentar, bem como a sua publicação e implementação em 2019.	2014	Conclusão da elaboração do projecto do regulamento administrativo: 2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
59.	Classificação da zona de estaleiros navais de Lai Chi Vun	Em 2017, o Instituto Cultural anunciou o processo de classificação da zona de estaleiros navais de Lai Chi Vun, estando actualmente a preparar os documentos legalmente exigidos pela Lei de Salvaguarda do Património Cultural, com vista a iniciar com a maior brevidade o processo de classificação, cuja conclusão está prevista para 2018.	2017	2018
60.	Estabelecer regulamentação dos prazos de conservação dos arquivos administrativos de natureza comum e Instruções para regulamentação das técnicas de digitalização de documentos em suporte de papel	Através do mecanismo de cooperação inter-serviços, foi activamente promovida a regulamentação sobre os prazos de conservação dos arquivos administrativos de natureza comum e das técnicas de digitalização de documentos em suporte de papel, contribuindo assim para a implementação e execução dos respectivos trabalhos de conservação arquivística.	2015	2019
61.	Conclusão dos procedimentos de classificação de um segundo grupo de imóveis	Na sequência da inscrição de mais nove bens na lista de imóveis classificados, mediante a publicação do Regulamento Administrativo n.º 1/2017, no dia 23 de Janeiro de 2017, o Instituto Cultural planeou iniciar os procedimentos de classificação de um segundo grupo de imóveis no mesmo ano, prevendo a conclusão dos procedimentos em 2018. Continua, assim, a detecção e a salvaguarda dos imóveis de relevante interesse cultural de Macau.	2017	2018
62.	Inscrição de mais cinco manifestações inventariadas na Lista do Património Cultural Intangível de Macau	O Instituto Cultural irá inscrever as cinco manifestações recentemente inventariadas, a saber, Crenças e Costumes de Macau: Tou Tei, Montagem de Andaimes de Bambu, Crenças e Costumes de Macau: Chu Tai Sin, Procissão do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e Procissão de Nossa Senhora de Fátima, na Lista do Património Cultural Intangível da RAEM, prevendo-se a conclusão deste trabalho durante o ano de 2018.	4.º trimestre de 2017	2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
63.	Projecto de revitalização da povoação da Nossa Senhora de Ká-Hó	O Instituto Cultural procede ao restauro e reaproveitamento de cinco casas e do centro de actividades (antiga igreja), datados dos anos 30 do século passado, da povoação da Nossa Senhora de Ká-Hó (antiga leprosaria de Ká-Hó). Em 2013, foi restaurada a estrutura de uma casa e, em 2016, foi concluído o restauro de uma outra. Actualmente encontram-se a decorrer, de forma faseada, obras de restauro das restantes quatro casas. As obras básicas de restauro serão concluídas em 2017, seguidas dos trabalhos de revitalização.	2012	Implementação contínua
64.	Obras de restauro, reparação e transformação das antigas Oficinas Navais	Concluir-se-ão as obras de restauro, reparação e transformação dos dois edifícios de valor histórico das antigas Oficinas Navais na Doca de D. Carlos I, envidar-se-ão esforços no sentido de as abrir, integralmente, ao público em 2018 (o Pavilhão n.º 1 já está aberto ao público desde o 4.º trimestre de 2016), convertendo-os num espaço de espectáculos e exposições de arte contemporânea, para servir de plataforma de intercâmbio entre artistas, com a disponibilização de espaços para a venda de produtos das indústrias culturais e criativas locais.	2013	Pavilhão n.º 2: 2018
65.	Preparação da Casa Memorial de Xian Xing Hai	O Instituto Cultural criou, em Novembro de 2015, equipa instaladora da Casa Memorial de Xian Xing Hai. Para a sua localização foi escolhida a vivenda sita na Rua de Francisco Xavier Pereira n.os 151-153. Conjugada com o contexto histórico-cultural do bairro, serão enriquecidos os equipamentos culturais e turísticos aí existentes com o desenvolvimento gradual de uma zona cultural e de museus com atractividade turístico-cultural.	1.º trimestre de 2016	2018
66.	Preparação para a construção da Biblioteca de Seac Pai Van	Através da colaboração com outros serviços, como o Instituto de Habitação e o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, prepara-se a construção da Biblioteca Seac Pai Van para reforçar a transmissão cultural e equilibrar a construção dos equipamentos culturais em diferentes bairros.	2012	2019

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
67.	Realização das obras da nova Biblioteca Central – elaboração dos projectos de obras	O Instituto Cultural e a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes constituíram um grupo de trabalho inter-serviço para proceder aos trabalhos relativos à construção da nova Biblioteca Central, incluindo, entre outros, a elaboração de peças desenhadas e de projectos de obras e ainda, durante a fase preliminar, a prospecção geológica. Após a conclusão da elaboração do projecto detalhado de obras, prevista para o segundo trimestre de 2019, o mesmo será entregue aos serviços na área das obras públicas para o acompanhamento do arranque das obras de construção.	2016	2019
68.	Criação do Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Lusófono	Promover-se-ão os trabalhos relacionados com o Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Lusófono e desenvolver-se-ão mecanismos de intercâmbio cultural regular através da organização de reuniões e fóruns culturais com participação de dignidades, realização de actividades culturais, de exibições e actuações artísticas e de exposições de artesanato. Reforçar-se-á o papel de Macau como centro de intercâmbio e cooperação cultural entre a China e os países lusófonos, enriquecendo a substância de Macau enquanto plataforma de cooperação cultural entre a China e Portugal, em sintonia com a concretização de "Um Centro, Uma Plataforma".	2017	Implementação contínua
69.	Série de actividades comemorativas do 30.º aniversário da Orquestra Chinesa de Macau	Em 2018, por ocasião do 30.º aniversário da Orquestra Chinesa de Macau e, através da realização de uma série de actividades como concertos, colóquios e a publicação de uma edição especial comemorativa do 30.º aniversário, far-se-á uma retrospectiva da sua evolução e um balanço das suas actividades nos últimos 30 anos e abordar-se-á o rumo de desenvolvimento futuro da Orquestra, visando a concretização da filosofia que existe na Orquestra desde a sua fundação, isto é, "enraíza-se na sociedade e insere-se na comunidade de Macau", e o desenvolvimento do seu papel na construção de "uma base de cooperação e diálogo que promova a coexistência de culturas tendo a cultura chinesa como dominante".	Setembro de 2017	2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
70.	Série de actividades comemorativas do 20.º aniversário do Museu de Macau	Em 2018, por ocasião do 20.º aniversário do Museu de Macau, será realizada uma série de actividades como exposições temáticas, palestras por celebridades, dia para família, visitas guiadas e visitas nocturnas ao Museu e respectiva área envolvente, entre outros, para promover a história e a cultura de Macau junto da população e dos turistas, assim como incentivar a fruição pública dos recursos museológicos.	2.º semestre de 2017	Abril a Junho de 2018
71.	Programa de gestão das actuações de rua nos Pontos de *Busking*	Continuar-se-á a aperfeiçoar o Programa Excursionando Pelas Artes, para a gestão ordenada das actuações dos *buskers* nos espaços públicos de Macau, nomeadamente no espaço "Anim'Arte Nam Van", na área das Casas-Museu da Taipa e no Jardim da Fortaleza do Monte, para proporcionar mais plataformas e oportunidades de actuação aos artistas locais e do exterior, fomentar o pluralismo do ambiente artístico-cultural de Macau, promover o desenvolvimento das actuações artístico-culturais a nível comunitário e a transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.	Abril de 2016	Implementação contínua
72.	Série de Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau	Para preparar quadros qualificados do sector cultural e criativo local, elevar os níveis de criação e de produção e promover o aparecimento de actividades comerciais no sector cultural e criativo, continuar-se-ão a implementar, em 2018, medidas no âmbito da Série de Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau, nomeadamente, programas de Subsídios à Criação de Amostras de *Design* de Moda, de Subsídios à Produção de Álbuns de Canções Originais e de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-metragens, tendo em vista fomentar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas.	1.º trimestre de 2018	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
73.	Programa de Distribuição no Exterior das Publicações Culturais de Macau	O Instituto Cultural lançará, de forma faseada, o Programa de Distribuição no Exterior das Publicações Culturais de Macau, para intensificar a promoção das criações locais, contribuir para o alargamento dos canais de distribuição e venda das publicações locais fora da RAEM e fomentar o desenvolvimento a longo prazo das indústrias culturais e criativas de Macau.	1.º semestre de 2018	Implementação contínua
74.	Lançamento das medidas de subsídios específicos para impulsionar o desenvolvimento das indústrias culturais de Macau	Executar-se-ão diversas medidas de subsídios específicos, nomeadamente: 1) o plano de auxílio ao desenvolvimento cultural e criativo dos bairros comunitários; 2) o plano de auxílio à criação de marcas destinado especialmente a empresas das áreas de *design* de moda, de exposições e espectáculos culturais e de publicações, no intuito da promoção das indústrias culturais; 3) o plano de auxílio às empresas das indústrias culturais que reúnam as condições para se adaptarem às políticas do Estado Chinês relativas à Grande Baía Guandong-Hong Kong-Macau e "Uma Faixa, Uma Rota" e executarem projectos de cooperação entre as empresas do sector.	2018	Implementação contínua
75.	Implementação do Regime de Prémios das Indústrias Culturais	Incentivar-se-ão e encorajar-se-ão as empresas que se dedicam às indústrias culturais a explorarem mercados fora de Macau, criando marcas de produtos locais; estimular as empresas locais com potência a prestarem apoio ao sector cultural e criativo e a participarem no desenvolvimento e exploração de novos projectos das indústrias culturais.	Arranque do processo no 3.º trimestre de 2018	Implementação contínua
No domínio do Desporto				
76.	Prestação de apoio às associações desportivas para a optimização do mecanismo de gestão e a implementação dos planos de desenvolvimento a médio e longo prazo	1. Proceder-se-á à elaboração dos planos preparatórios e de estágios dos atletas para os eventos desportivos internacionais e os 18.os Jogos Asiáticos, por forma a intensificar a capacidade competitiva destes atletas, preparando-os adequadamente para o evento.	1.º trimestre de 2018	4.º trimestre de 2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		2. Prestar-se-á apoio às associações desportivas para a criação de quadros de jovens atletas e optimização de sistema de formação, promovendo o desenvolvimento contínuo do desporto de alto rendimento.	Implementação contínua	Implementação contínua
		3. Através da implementação do relatório trimestral de treinadores, conhecer-se-á a situação de formação das selecções, reforçar-se-á a comunicação com os treinadores e prestar-se-á apoio às associações desportivas para a optimização da fiscalização e gestão dos apoios financeiros atribuídos, por forma a aumentar a sua competitividade.	Implementação contínua	Implementação contínua
		4. Reforçar-se-á a cooperação com os serviços de assuntos da juventude e as escolas, por forma a incentivar os jovens a participarem nas actividades desportivas, cativar novos talentos do desporto e atrair a adesão de jovens talentos às selecções.	Implementação contínua	Implementação contínua
		5. Prestar-se-á apoio às associações desportivas para a organização e participação em eventos desportivos, intercâmbios, estágios, acções de formação para agentes desportivos, reuniões e trabalhos de organismos desportivos internacionais.	Implementação contínua	Implementação contínua
77.	Aumento do nível profissional dos agentes desportivos	1. Estabelecer-se-á a cooperação com as instituições superiores do desporto de renome internacional para a organização do seminário da ciência desportiva em Macau, convidando académicos de reconhecido mérito para abordar a teoria e a forma de aplicação da ciência desportiva ao desporto de alto rendimento, por forma a expandir a visão e o nível de desenvolvimento dos trabalhadores desportivos locais.	1.º trimestre de 2018	3.º trimestre de 2018
		2. Através da prestação de apoios financeiros e técnicos, sensibilizar-se-ão as associações desportivas a implementarem acções de formação para os agentes desportivos, por forma a aumentar o seu nível especializado.	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
78.	Reforço da formação dos jovens atletas	1. Reforçar-se-á a cooperação com as associações desportivas, por forma a cativar novas modalidades desportivas para as escolas de formação desportiva e a expandir os meios de formação de jovens atletas.	Implementação contínua	Implementação contínua
		2. Optimizar-se-á o sistema de formação das escolas de formação desportiva e melhorar-se-á a qualidade de formação, com vista a intensificar as reservas das selecções.	Implementação contínua	Implementação contínua
		3. No âmbito do Protocolo de Cooperação e Intercâmbio Desportivos entre Guangdong–Hong Kong–Macau, já celebrado, continuar-se-á a realizar actividades de intercâmbio desportivo juvenil, com vista à formação de jovens talentos do desporto das três regiões.	Implementação contínua	Implementação contínua
		4. Com base no Protocolo de Cooperação e Intercâmbio Desportivos entre Pequim e Macau, na Carta de Intenções de Cooperação e de Intercâmbio Desportivos entre Sichuan e Macau e na Carta de Intenções de Cooperação e Intercâmbio Desportivos entre Fujian e Macau, continuar-se-á a coordenar com o Departamento do Desporto das províncias e cidades do Interior da China para a organização de intercâmbios desportivos para os jovens.	Implementação contínua	Implementação contínua
79.	Continuação da promoção do projecto de apoio financeiro para a formação de atletas de elite e do projecto de apoio financeiro para a formação contínua de atletas de elite após o fim da carreira desportiva	Através dos respectivos projectos, continuar-se-á a prestar apoio aos atletas no âmbito dos treinos regulares, das competições, bem como garantia aquando do abandono da prática desportiva, por forma a proporcionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento futuro do desporto de alto rendimento.	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
80.	Prestação de apoio às associações tradicionais para o desenvolvimento das actividades do desporto para todos	Será dada continuidade à celebração de um acordo de cooperação com as associações tradicionais, para a realização das actividades do desporto para todos, através de concessão de apoio financeiro.	Implementação contínua	Implementação contínua
81.	Promoção da participação da população nas actividades desportivas e melhoria do nível de vida e de saúde dos residentes	Através das diversas actividades do desporto para todos, criar-se-á na população o interesse pela prática desportiva e o hábito da prática do desporto, concretizando-se, deste modo, o objectivo de "participação de toda a população no desporto", melhorando o nível de vida e de saúde dos residentes.	Implementação contínua	Implementação contínua
82.	Promoção do desporto, da cultura e do turismo através da organização de eventos desportivos	1. Será dada continuidade à optimização do efeito de sinergias dos grandes eventos desportivos, por forma a criar produtos de turismo desportivo com características de Macau.	Implementação contínua	Implementação contínua
		2. Através da organização de acontecimentos desportivos, incentivar-se-á o sector das indústrias culturais e criativas na concepção e criação de diferentes tipos de produtos culturais e criativos, na optimização gradual dos canais de exibição e promoção, por forma a aproveitar as plataformas de ambas as partes, para alcançar o objectivo de promoção das indústrias desportivas, culturais e criativas.	Implementação contínua	Implementação contínua
83.	Acompanhamento da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2015	1. Tendo em consideração o relatório da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2015, proceder-se-á à implementação de medidas de melhoria da condição física dos residentes, definidas em conjunto pelos serviços envolvidos, e será dada continuidade à cooperação com os serviços na área de educação no desenvolvimento das medidas de melhoria da condição física dos alunos.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2018

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		2. Proceder-se-á à promoção da aplicação de dados científicos à prática desportiva, à expansão dos meios de generalização dos conhecimentos no domínio da saúde, a fim de despertar o interesse dos cidadãos pela prática desportiva e promover estilos de vida saudáveis.	Implementação contínua	Implementação contínua
84.	Desenvolvimento dos trabalhos do controlo de antidopagem	1. Proceder-se-á à formação de agentes de antidopagem, por forma a aumentar continuamente o respectivo nível.	Implementação contínua	Implementação contínua
		2. Através de panfletos, de seminários, de *workshops*, de formação no controlo de antidopagem prévio aos grandes eventos desportivos, reforçar-se-á a divulgação e educação dos atletas, a fim de melhorar os seus conhecimentos sobre antidopagem e salvaguardar a ética das competições.	Implementação contínua	Implementação contínua
85.	Divulgação do conceito da aplicação de dados científicos à prática desportiva	1. Será dada continuidade à prestação de serviços de avaliação da condição física e através do "Balcão de informação de saúde desportiva", proceder-se-á à divulgação dos conceitos de saúde e de desporto junto de diferentes estratos da população, dando assim a conhecer técnicas e métodos correctos para a prática desportiva e, deste modo, aumentar a eficácia dos exercícios físicos.	Implementação contínua	Implementação contínua
		2. Actualização do conteúdo das páginas electrónicas "Condição física e saúde da população de Macau" e "Informações do desporto e nutrição" e realização de actividades de educação e sensibilização para a ciência desportiva através da organização, entre outros, de seminários e da distribuição de panfletos.	Implementação contínua	Implementação contínua
86.	Reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong-Há	Procedeu-se à adjudicação da Empreitada de Construção da Habitação Social de Mong-Há Fase 2 e de Reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong-Há. As obras recomeçaram no início de 2017, sendo o prazo de construção de 1 336 dias úteis. O Instituto do Desporto continuará a manter estreitos contactos com o GDI para acompanhar o andamento das obras.	2011	2021

Ordem	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
87.	Construção do Centro de Formação e Estágio de Atletas	O concurso público do Centro de Formação e Estágio de Atletas é desenvolvido em duas fases, nomeadamente, as obras de construção de fundações e as de superestrutura. Adjudicaram-se e iniciaram-se as obras de construção de fundações, que decorrerão num prazo de construção de 280 dias úteis, por duas fases. Relativamente às obras de construção de superstrutura, a empreitada será desenvolvida por zonas segundo o andamento das obras de fundações.	1.º trimestre de 2017	2019
88.	Optimização e expansão contínua da rede das instalações desportivas públicas	Proceder-se-á à optimização e modernização contínua das instalações e equipamentos desportivos da rede das instalações desportivas públicas, através da cooperação em diversas formas e com diferentes entidades que possuam instalações desportivas adequadas, sensibilizando-as para a adesão à rede, com vista a aproveitar bem os recursos sociais e proporcionar mais espaços desportivos aos residentes.	Implementação contínua	Implementação contínua

Calendário das principais acções governativas da área dos Transportes e Obras Públicas para o ano de 2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I. Planeamento Urbanístico				
1.	Plano Director de Macau	Com base nas orientações dos estudos relativos às estratégias de desenvolvimento urbano, encontra-se em curso a elaboração do Plano Director na tutela dos Transportes e Obras públicas.	2017	Em curso
2.	Zona A dos Novos Aterros	Aprofundamento do estudo de planeamento, tendo em consideração o «Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau», apresentando propostas sobre medidas de optimização eventualmente necessárias.	2017	Em curso
3.	Zona E1 dos Novos Aterros	Aprofundamento do estudo de planeamento e definição da localização concreta dos diversos equipamentos de trânsito e infra-estruturas, detalhando-se a finalidade dos terrenos, com vista a aperfeiçoar a ligação entre transportes terrestres, marítimos e aéreos.	2016	2018
4.	Quarta ligação Macau-Taipa	Construção da quarta ligação Macau-Taipa.	2015	2020
5.	Renovação urbana	Tendo em vista a melhoria da qualidade de vida, proceder-se-á aos estudos e à apresentação de propostas para a implementação deste conceito e política.	2015	Em curso
6.	Diplomas complementares da Lei de Terras	Elaboração e revisão dos diplomas complementares da Lei de Terras.	2015	2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
7.	Início do estudo sobre a proposta de fiscalização da qualidade de água na área marítima de Macau	Definição de uma proposta adequada para a fiscalização da qualidade de água na área marítima de Macau, mediante recolha e análise de dados.	2018	2019
II. Infra-estruturas				
8.	Zonas C e D dos Novos Aterros	Obras de aterro.	2016	2021
9.	Metro ligeiro	1. Linha da Taipa;	2012	2019
		2. Ligação da Linha da Taipa a Macau, incluindo a construção da Estação da Barra e do Centro Intermodal da Barra;	2015	2024
		3. Linha de Seac Pai Van.	2018	2022
10.	Habitação pública	1. Estudo de exequibilidade do projecto da Avenida Wai Long	2017	2018
		2. Elaboração do projecto da empreitada da Avenida de Venceslau de Morais	2017	2019
11.	Novo acesso entre Guangdong e Macau – Novo Posto Fronteiriço	1. Demolição do antigo mercado abastecedor.	2017	2018
		2. Construção do novo posto fronteiriço e do acesso, e reordenamento do Canal dos Patos.	As obras só serão iniciadas após acordo entre Macau e Guangdong	As obras só serão iniciadas após acordo entre Macau e Guangdong
12.	Construção de comporta no Porto Interior	Relatório do estudo de viabilidade - prospecção geotécnica e estudo específico	2017	2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
13.	Posto fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau	O Município de Zhuhai fica encarregue pela construção do projecto, após a celebração do memorando com o Governo da RAEM, o qual inclui a construção do edifício da zona de administração do posto fronteiriço de Macau, auto-silos dentro e fora da fronteira, entre outras construções principais.	2015	Entrada em funcionamento aquando da abertura ao trânsito da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau
14.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	Construção das estruturas principais do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico, do Edifício Residencial para Trabalhadores, do Instituto de Enfermagem, do Edifício de Administração e Multi-Serviços, do Edifício do Laboratório Central e do Hospital de Reabilitação, bem como a construção da rede viária das zonas envolventes.	2015	Dependente da aprovação dos projectos
15.	Terceira interligação de transmissão eléctrica	Construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV.	2017	2019
16.	Obras hídricas	1. Construção da estação de tratamento de água de Seac Pai Van;	2016	2019
		2. Obras de construção da 4.ª conduta de abastecimento de água a Macau, através da cooperação entre Macau e a Província de Guangdong.	2016	2018
		3. Promoção da obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de Ping Gang-Guang Chang, através da cooperação regional.	2016	2018
		4. Obras de ampliação do Reservatório de Seac Pai Van.	2018	2021
		5. Obras de ampliação da Barragem de Ká Hó	2018	2022

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
17.	Convergência de serviços	Proposta do"Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações".	2017	2018
III. Transporte				
18.	Autocarros	1. Renovação dos contratos de serviços de autocarros.	2017	2018
		2. Exclusão sucessiva de autocarros com normas de emissão EURO III ou inferiores.	2016	2020
		3. Reordenamento da estação da Praça do Ferreira Amaral.	2017	2019
19.	Táxis	1. 100 licenças de táxis normais.	2018	2019
		2. 100 licenças de táxis especiais.	2018	2019
20.	Estacionamento	Ajustamento de tarifas e duração do estacionamento em parquímetros.	2016	2018
21.	Sistema pedonal ao redor da Colina da Guia	Avaliação do impacto ambiental da obra.	2017	2018
22.	Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau	Planear o ordenamento e criar instalações, incluindo obras de aterro, demolição de taxiway, deslocação e criação de instalações, ampliação do edifício de espera, entre outras.	2017	Em curso
IV. Habitação				
23.	Revisão do regime jurídico da habitação social	Reforçar a aplicação de tecnologias de informação, aumentar a eficácia administrativa, através da optimização dos regimes de candidatura, de administração e de distribuição, entre outros, considerando também um equilíbrio entre a aprovação e a fiscalização, de modo a assegurar que os recursos sejam utilizados, de forma eficaz.	2016	2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
24.	Revisão da Lei da Habitação Económica	Concretizar o princípio da imparcialidade e eficácia na atribuição dos recursos de habitação pública, utilizando os recursos de forma eficaz, promovendo sobretudo a resolução dos problemas referentes às fracções desocupadas, aos requisitos de candidatura, aos procedimentos de candidatura, etc.	2017	2018
V. Protecção ambiental				
25.	Respostas a fenómenos meteorológicos extremos	1. Aumento do número dos postos meteorológicos automáticos e melhoramento dos aparelhos de medição do nível do mar.	2017	2019
		2. Reforço de divulgação das previsões e alertas meteorológicos e estudo de viabilidade de alteração do critério de avaliação da velocidade do vento para determinar os sinais de tufão.	2017	2018
		3. Nova classificação da intensidade das tempestades tropicais e das marés de tempestade.	2017	2018
		4. Reforço do intercâmbio de informações meteorológicas com as regiões vizinhas.	2017	2018
26.	Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau	Avaliar a situação actual da gestão global dos resíduos sólidos de Macau e o desempenho do sistema de gestão de resíduos sólidos, elaborar medidas de melhoria e um plano de gestão de resíduos sólidos que se articule com as necessidades do desenvolvimento de Macau nos próximos 10 anos.	2016	2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
27.	Limitação do uso de sacos de plástico	Com base nos resultados da consulta e na situação real de Macau, e através da criação de um sistema jurídico, definir as responsabilidades dos lojistas, dos consumidores e do Governo, no âmbito da redução do uso de sacos de plástico, tendo em vista a meta de redução de resíduos a partir da fonte.	2016	2019
28.	Criação do Regime de Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau	Através do estudo, consulta e estabelecimento do regime, reduzir a produção dos resíduos de materiais de construção a partir da fonte, procedendo de forma adequada à separação na fonte.	2015	2019
29.	Elaboração do Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau	Através da inspecção in loco da situação das instalações de tratamento de águas residuais, avaliar a tendência de variação do volume de águas residuais, no sentido de elaborar um plano de tratamento de águas residuais a curto, médio e longo prazo.	2016	2018
30.	Cooperação Guangdong-Macau no domínio do tratamento de veículos abatidos	Mediante a construção de instalações e medidas de execução, os veículos abatidos de Macau serão transportados para as zonas indicadas da Província de Guangdong, para efeitos de tratamento inócuo e de transformação em recursos.	2015	2020
31.	Cooperação Guangdong-Macau no domínio do tratamento de materiais inertes resultantes de demolições e construções	Construção de instalações necessárias para que os materiais inertes de demolições e construções de Macau, resultantes da triagem e correspondentes aos requisitos de qualidade, possam ser transportados para as zonas de aterro indicadas, em Guangdong, para efeitos de reaproveitamento.	2015	2020
32.	Elaboração do regulamento administrativo sobre as normas de emissão das principais fontes fixas de poluição do ar e seu regime de fiscalização	Promover os trabalhos legislativos relativos ao regulamento administrativo sobre as normas de emissão das principais fontes fixas de poluição do ar oriundas da central térmica e das estações de tratamento de águas residuais, entre outras, e seu regime de fiscalização.	2017	2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
33.	Pontos de carregamento para veículos eléctricos	A fim de promover a utilização de veículos eléctricos, serão instalados, de forma faseada, 200 pontos de carregamento para veículos eléctricos, nos parques de estacionamento públicos, para que os veículos possam ser carregados quando estiverem estacionados.	2016	2019
34.	Avaliação da qualidade do ar nas bermas das estradas	Criação de estações provisórias para a recolha de dados, das quais serão escolhidas 10 que estão instaladas nas zonas relativamente mais poluentes a funcionarem 24 horas por dia.	2017	2019
VI. Modernização e simplificação administrativa				
35.	Promoção da aplicação de tecnologias	Lançamento de serviços electrónicos, com vista a elevar a eficiência dos trabalhos e a responder às necessidades da população.	2016	Em curso
36.	Racionalização de recursos	Controlo do número de funcionários e de veículos dos serviços, bem como do número de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos. Aquando da substituição de veículos nos serviços desta tutela, será privilegiada a aquisição de veículos ecológicos.	2016	Em curso

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2018 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

— Síntese —

Área da Administração e Justiça

BALANÇO DE EXECUÇÃO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS DE 2017

Em 2017, com a orientação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, foi cumprida de forma rigorosa na área da Administração e Justiça o princípio de acção governativa de "impulsionar a economia, promover o bem-estar da população, consolidar o desenvolvimento" e tendo aprofundado de forma contínua a reforma da administração pública, promovido de forma contínua a construção do regime jurídico e reforçado os serviços comunitários e os serviços relacionados com a vida quotidiana dos cidadãos, foram desenvolvidos e concretizados com estabilidade uma série de trabalhos.

I. No domínio da Administração Pública

Racionalização de funções e estruturas do Governo

Está concluída, na primeira metade do ano de 2017, a primeira fase dos trabalhos de reorganização de funções, tendo-se efectuado à reestruturação de 15 serviços públicos, 6 dos quais foram extintos. Com base nisto, o Governo da RAEM deu início à segunda fase dos trabalhos de reorganização de funções, com a duração de 3 anos. De acordo com o plano e as necessidades das acções governativas, as áreas de economia e finanças, de transportes e obras públicas, bem como de segurança, são as áreas envolvidas.

Em finais de 2017, o Governo da RAEM concluiu os trabalhos de elaboração da proposta preliminar dos órgãos municipais sem poder político e efectuou a consulta pública junto da sociedade. Posteriormente será efectuado o tratamento geral e a análise das opiniões recolhidas, reunindo o consenso, por forma a assegurar a conformidade da respectiva proposta com as disposições da Lei Básica da RAEM.

Em 2017, ficou concluída a reestruturação de 4 organismos consultivos: o Conselho Consultivo do Trânsito, o Conselho do Planeamento Urbanístico, o Conselho Consultivo do Ambiente e o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública. Além disso, foram extintos 2 organismos consultivos que são: a Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico e a Comissão Consultiva das Pescas. Entretanto, ficou concluído o estudo sobre o funcionamento dos organismos consultivos, foram apresentadas medidas de reforço do apoio administrativo, de aperfeiçoamento da divulgação de informações e comunicação, e reforçados, ainda mais, os seus efeitos de consulta.

Foi efectuado o estudo sobre os critérios de criação da estrutura orgânica do Governo, que inclui a revisão do actual regime de delegação do poder administrativo, por forma a estabelecer uma base para aperfeiçoar o funcionamento dos organismos da Administração Pública.

Desenvolvimento do serviço electrónico

De acordo com o Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015 – 2019, em 2017, foram aperfeiçoados 27 outros procedimentos interdepartamentais relativos ao serviço de autorização de licenciamento/licença administrativa, que envolvem as áreas da hotelaria, estabelecimentos de diversões e cuidados de saúde, e tendo sido lançada a plataforma para consulta do ponto de situação dos pedidos de licença administrativa através da rede e do telemóvel, bem como o guia de serviços, facilitando o acesso às respectivas informações pelos requerentes.

Os serviços públicos, de acordo com o seu próprio plano de electronização, serão acrescentados até finais de 2017 cerca de 20 serviços públicos mais procurados e de maior interesse para os cidadãos, totalmente electronizados, sobretudo relacionados com o registo de recrutamento e a procura de emprego, o certificado de registo criminal, as públicas-formas dos Cartórios Notariais e as licenças de importação e exportação, entre outros. A partir de 2016, foram promovidos, no total, cerca de 38 serviços totalmente electronizados e 40 serviços parcialmente electronizados.

Foi construída a plataforma electrónica de apresentação de candidaturas para o recrutamento uniformizado, evitando a apresentação repetida pelo candidato e a verificação repetida de documentos e informações pelo serviço público; foi lançado o serviço *online* de consulta da situação real de espera e do andamento do pedido de apoio judiciário; foi optimizado o sistema de registo e notariado para comodidade da população com o lançamento da "página do registo civil relativa ao casamento" e do sistema de "simulação do cálculo de pagamento dos serviços de registo e notariado"; foram adicionados o serviço "one stop" da compra e venda de prédios e do registo de empresas e o serviço *online* de consulta sobre o andamento do tratamento do registo de automóvel e do registo civil no sistema de "consulta sobre o andamento do tratamento de registo e notariado", elevando de forma contínua a aplicação da "plataforma de serviço *online* de registo e notariado", simplificando os procedimentos de pedido e elevando a transparência dos serviços prestados; foi optimizado o processo da recepção dos pedidos de documentos de viagem; foram lançados o serviço de pedido *online* de certificado de associação e certificado de registo criminal, bem como o serviço interdepartamental de alteração de morada da primeira fase.

Foram optimizadas as estruturas das redes de quiosques de auto-atendimento, foi adicionado o serviço automático de "Entrega da Relação Nominal das Entidades Patronais que Não Têm Empregados/Assalariados ao Seu Serviço", da Direcção dos Serviços de Finanças, e foi concluído o adicionamento da função de pagamento electrónico nos quiosques de auto-atendimento que tratam do pagamento de taxas. Com o alargamento do âmbito do serviço dos quiosques de auto-atendimento, em 2017 foram acrescentados mais 4 locais, incluindo o Centro de Actividades do Fai Chi Kei do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, a Divisão de Prevenção e Tratamento do Jogo Problemático – Casa de Vontade Firme do Instituto de Acção Social, o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e o Posto de serviços de auto-atendimento de Seac Pai Van em Coloane. Até meados

de Outubro, estão instalados 69 quiosques de multi-aplicações em 42 locais de Macau, proporcionando um total de 24 serviços automáticos prestados por 9 serviços públicos.

A fim de elevar a eficácia da gestão administrativa interna do Governo, em 2017, continuou-se a optimizar as funções da Plataforma de gestão e serviços para funcionários e agentes públicos. Até finais de Setembro de 2017, 33 serviços e organismos/entidades estão a utilizar a plataforma acima referida ou a preparar-se para a respectiva utilização e 13 serviços e organismos/entidades estão a utilizá-la a título experimental.

Ficou concluído o trabalho de reconstrução do Portal do Governo, foi ainda concluída a integração das plataformas e dos sistemas de informação, como o Portal do Governo, a Plataforma de gestão dos serviços públicos, a Plataforma de serviços de consulta e as respectivas aplicações para telemóveis, de modo que o Portal do Governo tem as funções de "informação", "serviços" e "consulta". Entretanto, foi aperfeiçoada a aplicação de telemóvel "Serviços do Governo de Macau".

A fim de se articular com o futuro desenvolvimento da electronização dos serviços públicos, foi concluída a análise das exigências para estabelecer o mecanismo de identificação e dos diplomas legais relacionados e estabelecido o respectivo plano de trabalho e os trabalhos de consulta.

Em 2017, ficou concretizado o regime de gestão do Centro de Dados do Governo, incluindo as regras de utilização, o acordo relativo à qualidade dos serviços prestados e os critérios de gestão dos serviços. Entretanto, tendo-se concluído os trabalhos de ampliação das infra-estruturas da rede do Centro de Dados do Governo, são definidos os critérios de gestão dos serviços de infra-estruturas em nuvem, proporcionando gradualmente, aos serviços públicos, os serviços de infra-estruturas em nuvem e um ambiente com infra-estruturas da rede com alta eficácia e segurança para desenvolver os serviços electronizados. Por outro lado, com o prosseguimento dos trabalhos de construção do segundo Centro de Dados do Governo, foram concluídos os trabalhos de concepção do local.

Com o grande apoio do Governo Popular Central, até meados de Outubro de 2017, mais 12 países concederam o privilégio de isenção de visto ou o privilégio de visto à chegada aos portadores do passaporte da RAEM. Actualmente, 134 países ou territórios acordaram conceder o privilégio de isenção de visto e o privilégio de visto à chegada aos portadores do passaporte da RAEM e 14 países concedem o privilégio de isenção de visto e o privilégio de visto à chegada aos portadores do título de viagem da RAEM; 15 países aceitam que os portadores do passaporte da RAEM possam requerer *E-visa* ou visto *online* para entrar nesses países. Por outro lado, os portadores do passaporte da RAEM podem utilizar as passagens automáticas na entrada e saída no Reino Unido, no Japão, na Austrália e na Coreia do Sul.

Concretização do regime de recrutamento e acesso

A fim de implementar de forma contínua o concurso de gestão uniformizada e seleccionar talentos de acordo com o princípio da imparcialidade e justiça, ficou concluída

a etapa de avaliação de competências integradas do grupo de pessoal técnico superior, adjunto-técnico e auxiliar, de acordo com o Regulamento Administrativo n.º 14/2016 (Regime de recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos), foi publicado o aviso da etapa de avaliação de competências profissionais ou funcionais das diversas áreas funcionais e dos respectivos serviços públicos, tendo elaborado as normas sobre os procedimentos e os critérios das provas.

O Governo da RAEM concluiu os trabalhos de revisão das disposições sobre concurso e acesso estipuladas no Regulamento Administrativo n.º 14/2016 (Recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos).

Relativamente ao recrutamento, as duas etapas do concurso (avaliação de competências integradas e avaliação de competências profissionais ou funcionais) passaram a ser dois concursos independentes, ficando o primeiro a cargo da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e o segundo a cargo dos serviços públicos interessados no recrutamento de trabalhadores, elevando a flexibilidade dos procedimentos de recrutamento de pessoal.

Relativamente ao acesso, foi eliminado o concurso documental, com excepção das carreiras de dotação própria e das carreiras especiais em que o respectivo regime determina a necessidade de realizar os concursos de acesso. Entretanto, fica estabelecido que: a mudança de categoria reporta-se à data da publicação no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* do respectivo extracto de despacho.

Aperfeiçoamento do mecanismo de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos

De acordo com a linha encetada com a reforma orientada pelas competências e desempenho, promoveu-se ordenadamente o melhoramento das carreiras, da avaliação, do acesso, do vencimento e de vários outros regimes da função pública.

Ficou finalizada a primeira fase da revisão do "Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos", tendo concluído os trabalhos de análise da segunda fase da revisão. De acordo com o resultado da revisão, em articulação com a formação e a avaliação dos trabalhadores dos serviços públicos, o vencimento e as regalias e até o enquadramento das competências, foi proposta a orientação da segunda fase da revisão do "Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos".

Foi apresentada a proposta de reforma relativa ao sistema de avaliação e do regime de acesso, tendo finalizado o trabalho de consulta. Em relação ao regime de avaliação do desempenho, de acordo com as exigências em relação às competências dos trabalhadores das diversas categorias, em articulação com as acções políticas do Governo da RAEM, os objectivos e a distribuição das tarefas dos serviços públicos, foram determinados os factores de avaliação, os respectivos indicadores e os métodos destinados a reflectir com

precisão o desempenho dos trabalhadores. Relativamente ao regime de acesso, foi alterado o antigo modelo de acesso que enfatiza a habilitação académica, experiência e antiguidade, para dar mais importância às competências e ao desempenho, ponderando de forma geral a necessidade de desenvolvimento da vida profissional dos trabalhadores dos serviços públicos e as exigências relativas às competências e formação das diversas categorias, estabelecendo, deste modo, as diferentes formas de acesso.

Foi finalizada a análise do resultado da consulta sobre as disposições do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau relativas às férias, às faltas e ao horário de trabalho e elaborado o relatório sobre o resultado de consulta. O projecto de lei sobre a respectiva revisão irá ser submetido àAssembleia Legislativa para apreciação no final do ano de 2017. Ao mesmo tempo, foi iniciada a fase preliminar de recolha e análise das informações sobre a revisão da parte das remunerações e dos abonos do ETAPM, para o qual, criámos um grupo de trabalho para discutir a orientação da revisão e, no final do ano de 2017, será iniciada a fase de consulta dos trabalhadores dos serviços públicos.

Em prosseguição do estudo do regime de remunerações e sua conjugação com a orientação da revisão geral do regime das carreiras, será apresentada a proposta preliminar de actualização das remunerações por escalas salariais.

Em Junho de 2017, lançámos o "Regime da gestão do tratamento de queixas apresentadas por trabalhadores dos serviços públicos", que se trata duma forma de complemento do actual regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos, com vista a garantir o direito de apresentação de queixas pelos trabalhadores dos serviços públicos, promovendo a relação interpessoal e a comunicação no trabalho.

Elevação da qualidade geral dos trabalhadores

Em 2017, finalizou-se a revisão e o estudo do plano de formação do pessoal de direcção e chefia e dos trabalhadores em geral orientado pelas competências, e, conforme o modelo geral de competências das diversas categorias e ponderação das diferentes etapas de toda a vida profissional dos trabalhadores, desde o ingresso, acesso e desenvolvimento até a aposentação, foi ajustado e aperfeiçoado o plano de formação dos trabalhadores dos serviços públicos.

Prosseguimos com a realização de vários tipos de cursos de formação, nomeadamente formação de conhecimentos jurídicos, e, no ano de 2017, alargámos os destinatários da formação de conhecimentos jurídicos gerais do pessoal de base e técnicos de apoio, para técnicos e técnicos superiores. Em 2017, realizámos no total 12 cursos breves de noções básicas de Direito destinados aos trabalhadores de diversas categorias.

Temos dado continuidade à realização de seminários sobre a Lei Básica e formação sobre a situação nacional para os trabalhadores das diversas categorias, a fim de reforçar o conhecimento sobre "Um País, dois sistemas", a Constituição e a Lei Básica, bem como a compreensão correcta sobre o sistema político nacional, o desenvolvimento da sociedade, o planeamento e a estratégia nacional, a relação entre o Governo Central e a RAEM. Em 2017,

realizámos no total 13 cursos de formação sobre a Lei Básica e 20 cursos sobre a situação nacional.

A fim de reforçar a formação dos intérpretes-tradutores em chinês e português, foi aberto em 2017 o "Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa – II Edição". Após a conclusão deste programa, prevemos a formação de aproximadamente 60 intérpretes-tradutores para a RAEM.

Apoio e assistência aos trabalhadores dos serviços públicos

O Governo da RAEM tem dado muita atenção ao desenvolvimento da saúde física e psicológica dos trabalhadores e em 2017 foram realizadas mais de 220 actividades culturais e recreativas e 7 palestras sobre a saúde psicológica. Ao mesmo tempo, tem continuado a promover o trabalho do "grupo de apoio" aos trabalhadores, com o objectivo de promover o espírito de equipa dos trabalhadores, divulgando energia positiva.

Continuaremos a atribuir os vários apoios financeiros aos trabalhadores de base que reúnem os requisitos, atenuando a sua pressão da vida. Até Setembro de 2017, 1.295 trabalhadores reuniram os requisitos para auferirem o Subsídio de Despesas de Infância, o Subsídio para Estudos Complementares dos Filhos e o Subsídio de Lar para os Idosos aos Ascendentes, num total de 1.980 subsídios. Entres estes, 612 subsídios de despesas de infância, 1.252 subsídios para estudos complementares dos filhos e 116 subsídios de lar para idosos aos ascendentes. Além disso, foi efectuada uma revisão desses três tipos de apoios financeiros, tendo ajustado os respectivos requisitos de acordo com a subida da mediana do rendimento, do índice igual ou inferior a 200 para 220. O referido ajustamento já foi implementado em 16 de Outubro.

Estabelecimento do mecanismo de avaliação do desempenho

No ano de 2017, uma entidade académica terceira, com base na recolha dos dados apresentados pelos cidadãos no que diz respeito ao serviço público do Governo da RAEM e aos Serviços Públicos, finalizou o relatório final da avaliação do desempenho. O Governo da RAEM, de acordo com o conteúdo do relatório de avaliação, vai fazer uma revisão geral das formas e dos indicadores de avaliação da aferição de terceiros e apresentar propostas de melhoramento.

Reforço da transparência da consulta de políticas

No ano de 2017, foram aperfeiçoadas as funções da "Plataforma dos serviços de consulta" com a introdução de páginas electrónicas temáticas de consulta e ferramentas como o inquérito de consulta *online*. Fizemos ainda uma integração do Portal do Governo com as aplicações dos telemóveis, fornecendo assim vários meios para os cidadãos receberem informações e participarem nas actividades de consulta.

Foram optimizadas as "Normas para a Consulta de Políticas Públicas". Clarificámos que a consulta deve ser realizada de acordo com as normas estipuladas e as situações

em que a consulta é dispensada, regulamentámos a publicitação, na medida do possível, das informações em relação aos estudos prévios, para que o público possa ter um melhor entendimento e participar nas consultas; baseando-se no documento de consulta, a mesma deve incluir vários aspectos, ter iniciativa e adoptar os novos media como formas de consulta para aumentar a sua eficácia; foram introduzidas as regras de divulgação unificada das informações ao público para facilitar aos cidadãos o acesso às informações sobre a consulta de políticas; foi introduzida a previsão anual das consultas e foram esclarecidas as exigências do conteúdo da mesma e das comunicações, para que a entidade responsável pela coordenação possa melhor dominar a situação das consultas, promovendo a sua coordenação e colaboração.

De acordo com o resultado do estudo sobre a publicitação dos dados do Governo, articulado com a análise da situação actual e as exigências da sociedade, foi elaborado o plano geral das "Estratégias de Desenvolvimento e Planeamento Geral de Publicitação dos Dados do Governo" e foi finalizado o estudo sobre a necessidade e a concepção da "Plataforma dos serviços de publicitação dos dados".

Garantia do êxito na realização da eleição

De acordo com a Lei Básica da RAEM e a Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da RAEM vigente, foi constituída em Janeiro de 2017 a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia legislativa (CAEAL), de forma a garantir que as eleições para a Sexta Assembleia Legislativa da RAEM 2017 fossem realizadas com sucesso, num ambiente de imparcialidade, justiça, transparência e de integridade.

A partir de Fevereiro de 2017, a CAEAL, através de reuniões ordinárias, palestras, jornais, conferências de imprensa e a página electrónica das eleições, intensificou a comunicação e os esclarecimentos, para a sociedade ter conhecimento sobre o funcionamento e o trabalho das eleições. Foi estabelecida a plataforma de declaração de propaganda eleitoral, para que o público possa consultar e supervisionar a propaganda eleitoral e as actividades que não sejam propaganda eleitoral mas destinadas a atribuir benefícios. Ao mesmo tempo, a CAEAL reuniu com os diversos serviços públicos do Governo da RAEM para discutir sobre a execução dos procedimentos eleitorais, o mecanismo de partilha de informações, a aplicação da lei aos actos que não respeitam a regulamentação das eleições e clarificar os procedimentos de tratamento das contravenções, de forma a assegurar a imparcialidade e justiça das eleições.

A fim de garantir a integridade das eleições, a CAEAL, em colaboração com o CCAC, criaram uma linha aberta conjunta de queixas e denúncias, apelando aos cidadãos para cumprirem as suas responsabilidades e deveres de denunciar as situações de ilícito eleitoral. Em simultâneo, foi criada uma conta oficial de WeChat para que os cidadãos possam receber de forma rápida as informações da CAEAL e sobre eleições íntegras. Além disso, durante todo o processo eleitoral, a CAEAL e os serviços públicos divulgaram plenamente informações através dos media tradicionais e novos, para que os cidadãos da diversas faixas etárias possam receber com facilidade e celeridade as informações sobre as eleições.

No dia da eleição, a CAEAL adoptou uma série de medidas para assegurar um bom funcionamento das assembleias de voto, de modo a que os eleitores pudessem votar num ambiente melhor e com celeridade. Cerca de três mil trabalhadores dos serviços públicos do Governo da RAEM, empenhados no dia da eleição, asseguraram o êxito na realização da eleição.

II. No domínio da Justiça

Concretização da centralização da coordenação da produção legislativa

Em 2017, o Governo da RAEM concretizou de forma activa o mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, desenvolveu ordenadamente o estudo e a demonstração de vários projectos legislativos bem como os trabalhos de produção dos diplomas legais, reforçou a sensibilização do referido mecanismo, e aprofundou o conhecimento dos serviços competentes e do respectivo pessoal que trabalha na área da produção legislativa sobre o mecanismo uniformizado para impulso dos trabalhos de coordenação da produção legislativa do Governo da RAEM. Foi estabelecida uma base de dados dos projectos legislativos para reforçar gradualmente os trabalhos de acompanhamento e coordenação dos circuitos legislativos. Intensificou-se a participação dos serviços da área de justiça na produção legislativa, e o papel de coordenação destes serviços foi intensificado através da participação, em diferentes etapas e por variadas formas, na elaboração dos diplomas legais, nomeadamente: o acompanhamento e a análise das propostas legislativas que envolvem 30 leis e regulamentos, nos domínios do trânsito, da educação, do sector financeiro com características próprias, dos jogos de fortuna ou azar nos estabelecimentos de diversões e entretenimento, entre outros; o acompanhamento directo e apoio aos serviços públicos na produção legislativa de mais de 20 projectos relativos à gestão das áreas marítimas, ao registo de embarcações e ao regime de arbitragem e conciliação. Foi prestado apoio a nível da elaboração de pareceres jurídicos, verificação dos textos nas línguas chinesa e portuguesa e tradução das propostas relativas a 28 leis e 56 regulamentos administrativos produzidos pelos serviços públicos, assim como foram promovidas a coordenação e uniformização das técnicas gerais de produção legislativa no Governo da RAEM, com vista a impulsionar, em conjunto, o procedimento legislativo. Foi continuamente reforçada a formação profissional para aumentar a capacidade dos redactores legislativos e dos intérpretes-tradutores no âmbito das técnicas de produção legislativa e da linguagem, para que estes pudessem prestar apoio e coordenação nos trabalhos de centralização da coordenação da produção legislativa, elevando-se assim o rigor e a integridade da produção das propostas de lei.

O Governo da RAEM, no quadro dos projectos de proposta de lei para os anos 2018 e 2019 constantes do plano legislativo de médio prazo, e de acordo com as necessidades da acção governativa, respondeu às exigências sociais quanto à legislação relacionada com a vida da população. Em função do grau de amadurecimento das políticas e técnicas relativas aos projectos de proposta de lei, elaborou o plano legislativo de 2018.

Impulso pleno da edificação do sistema jurídico

No enquadramento do mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, foram desenvolvidos e impulsionados ordenadamente diversos trabalhos de produção legislativa, nomeadamente a elaboração e revisão dos projectos relacionados com a sociedade e a vida da população e com as leis fundamentais mais importantes. Concluídos os trabalhos de produção legislativa da Lei de bases de gestão das áreas marítimas, o Governo planeou apresentar a respectiva proposta de lei à Assembleia Legislativa para apreciação no 4.º trimestre de 2017. Com vista a simplificar os procedimentos para o pedido de licenças administrativas por parte dos cidadãos e reduzir o tempo necessário para o efeito, o Governo procedeu, no segundo semestre de 2017, à consulta pública sobre a revisão do regime de condicionamento administrativo, com o objectivo de auscultar as opiniões dos diversos sectores sociais. Em articulação com a promoção, por parte do Governo da RAEM, da política de desenvolvimento do sector financeiro com características próprias, reunindo as opiniões profissionais manifestados pelos serviços da área dos assuntos marítimos, foram efectuados ajustamentos ao texto do projecto da proposta de lei intitulada "Lei do registo de embarcações". O Governo acompanhou activamente os trabalhos de revisão do regime geral da actividade publicitária. Neste âmbito, com base na demonstração antecedente e na análise das opiniões manifestadas pelos serviços competentes e pelo respectivo sector, o grupo de trabalho interdepartamental para a produção legislativa já definiu as orientações preliminares para os trabalhos de revisão e está a preparar a consulta pública.

No tocante à promoção dos trabalhos de revisão das leis fundamentais, concluiu-se a revisão das disposições do Código Penal relativas aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais, tendo a lei sido publicada e entrado em vigor em 2017. Foram apresentadas propostas de revisão do Código de Processo Civil, com a realização da consulta junto do respectivo sector e a organização de seminários académicos internacionais, através dos quais se pretende aproveitar as experiências legislativas e as práticas do exterior que servirão de referência nesta revisão. A proposta de lei intitulada "Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio" já foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa. Concluiu-se o texto da proposta de lei intitulada "Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor", e pretende-se apresentar a proposta de lei ao processo legislativo até finais de 2017.

Quanto aos trabalhos de recensão e adaptação legislativa, a proposta de lei intitulada "Determinação de não vigência de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1987" foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, a qual confirmou que caducaram ou foram tacitamente revogados um total de 472 leis e decretos-leis, e revogou sete decretos-leis publicados nesse período que na realidade já tinham deixado de ser aplicados ou que não tinham razão de existir. Além disso, o grupo de trabalho conjunto, constituído pelo Governo da RAEM e pela Assembleia Legislativa, já deu início aos trabalhos de preparação da proposta de lei intitulada "Determinação de não vigência de leis e decretos-leis

publicados entre 1988 e 19 de Dezembro de 1999", estando planeada a sua apresentação em 2018.

Em resposta à procura de um mecanismo de resolução alternativa de litígios por parte da sociedade e após ouvidas as opiniões e sugestões dos respectivos sectores, o Governo da RAEM concluiu os trabalhos de produção legislativa das propostas de lei no âmbito do regime de arbitragem, e está a aperfeiçoar os textos das propostas de lei sobre o regime de conciliação.

Realização activa da divulgação jurídica

Para melhor desenvolver as acções de promoção jurídica, nomeadamente no que respeita à divulgação e sensibilização sobre a Constituição e a Lei Básica, o Governo da RAEM elaborou um plano sistemático e específico de divulgação a longo prazo. O Governo da RAEM tem em alta consideração a generalização e divulgação da legislação constitucional junto dos jovens. De acordo com o plano de divulgação jurídica a longo prazo virada para os jovens, o Centro Juvenil de Divulgação Jurídica organizou, em 2017, 66 sessões de jogos experimentais e palestras, com a participação de cerca de 2.100 pessoas, bem como 74 sessões de palestras de divulgação jurídica sob o tema da Constituição e da Lei Básica junto das escolas primárias e secundárias na RAEM, com cerca de 5.200 participantes. Foram realizados junto das instituições de ensino superior seis sessões de palestras de divulgação jurídica e sessões de debates intitulados "Chá-Convívio sobre a Nação". Em colaboração com as associações juvenis, o Governo da RAEM organizou, junto dos alunos que estudam no exterior e que regressam a Macau durante as férias de Verão, palestras temáticas sobre a divulgação da Constituição e da Lei Básica, que contaram com mais de 60 participantes. Prosseguiu-se na realização da actividade "Semana de intercâmbio jurídico entre jovens de Macau e do Interior da China", com vista ao reforço do conhecimento dos seus jovens sobre o regime jurídico dos dois locais e a relação entre o Governo Popular Central e o Governo da RAEM.

O Governo recorreu a formas diversificadas para alargar os meios de divulgação jurídica. Realizou o Concurso de Oratória Televisivo de Macau "Saber a lei e falar da lei", reforçando ainda mais a cobertura e influência da divulgação e sensibilização da legislação constitucional, através da iniciativa inovadora do concurso de oratória e da combinação de novos meios de comunicação tridimensional. Foram organizadas, pela primeira vez, palestras temáticas sobre a Constituição e a Lei Básica junto do corpo docente das escolas primárias e secundárias de Macau, de modo a reforçar o seu conhecimento sobre a legislação constitucional para poderem transmitir melhor aquelas informações aos alunos. Com a colaboração doutros serviços, foram organizadas uma série de actividades em comemoração do 24.º aniversário da promulgação da Lei Básica, com mais de 15.000 participantes. Promoveu-se a organização de fotografias preciosas relativas à história de Macau e ao desenvolvimento próspero e estável da sociedade com a execução da Lei Básica em Macau, tendo aquelas sido carregadas no website temático sobre a Constituição e a Lei Básica. Planeia-se a sua gravação em filmes curtos e discos e oferecimento posterior às escolas primárias e secundárias de Macau.

Em 2017, o Governo focou as acções de divulgação jurídica em três grandes temas: "Disposições da lei do matrimónio", "Relações laborais" e "Poder paternal e tutela". Aproveitou activamente as informações e tecnologias para proceder à divulgação jurídica, explorando "Plataformas Informativas da Divulgação Jurídica", nomeadamente através de folhetos electrónicos, de plataforma WeChat e de pacotes gráficos. Cooperou com associações civis e, aproveitando a capacidade de organização destas, realizou em conjunto actividades de divulgação para os cidadãos conhecerem e respeitarem a lei. Foram organizadas palestras de formação sobre matérias jurídicas destinadas ao pessoal da linha da frente das associações civis para que este possa divulgar junto dos demais membros das associações e também junto do público em geral os conhecimentos jurídicos adquiridos.

O Governo da RAEM e o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM cooperaram para enviar funcionários às escolas e associações locais para realizar palestras temáticas e exposições de fotografias. Até meados de Outubro de 2017, foram organizadas quatro palestras e sete exposições fotográficas neste âmbito. No período das festividades e nas férias de Verão, o Governo da RAEM procedeu à emissão de recomendações de segurança em viagem relativamente à protecção consular. Foram divulgadas, através da televisão, rádio, jornal, website temático e outros meios, informações sobre os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, a Lei de Nacionalidade e a protecção e serviços consulares. Além disso, foram organizados jogos de questionários com prémios nas páginas temáticas da Internet, publicadas edições especiais em jornais, e desenvolvida cooperação com as associações de juventude para utilizar novas plataformas mediáticas para a disseminação das informações relativas à protecção consular e aos serviços consulares.

Realização da formação judiciária conforme as necessidades

O "Quinto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público", com a duração de dois anos, foi concluído de acordo com o planeado. Os 14 magistrados estagiários foram todos aprovados, com a classificação final publicada em 13 de Setembro de 2017. Continuou a realizar-se o exame de admissão ao "Curso de habilitação para as carreiras de oficial de justiça judicial e do Ministério Público", e concluíram-se o curso de formação para provimento no cargo de escrivão de direito do Ministério Público e o curso de formação para acesso à categoria de escrivão judicial principal dos tribunais. Ao mesmo tempo, procedeu-se à preparação da organização dos cursos de formação para acesso a quatro categorias, nomeadamente à de escrivão judicial adjunto do Ministério Público, à de escrivão judicial adjunto dos tribunais, à de escrivão judicial principal dos tribunais e à de escrivão do Ministério Público principal.

Reforço do intercâmbio internacional

O Governo da RAEM desenvolveu de forma activa acções respeitantes às relações com o exterior, participou nas actividades das organizações internacionais e, com base nos quatro Acordos tipo já aprovados pelo Governo Popular Central, nomeadamente o Acordo tipo sobre entrega de infractores em fuga, o Acordo tipo de cooperação judiciária

em matéria penal, o Acordo tipo sobre a transferência de pessoas condenadas e o Acordo tipo de cooperação jurídica e judiciária em matéria civil e comercial, desenvolveu, de forma ordenada, acções de negociação e assinatura dos acordos de cooperação judiciária com outros países e regiões. Em 2017, foram concluídos os trabalhos de negociação com a Mongólia sobre o Acordo de cooperação judiciária em matéria penal e o Acordo sobre a transferência de pessoas condenadas, e com a República Federal da Nigéria quanto ao Acordo sobre a transferência de pessoas condenadas, tendo os respectivos textos sido submetidos ao Governo Popular Central. Foram também concluídos os trabalhos de revisão de texto do Acordo sobre a entrega de infractores em fuga e do Acordo de cooperação judiciária em matéria penal com a Coreia do Sul. Em articulação com a estratégia de desenvolvimento "Uma Faixa, Uma Rota", impulsionou, de forma activa, acções no âmbito do acordo de cooperação judiciária com o Vietname e as Filipinas, continuou a reforçar a cooperação judiciária com os países lusófonos, nomeadamente Portugal e o Brasil, assim como continuou a estudar a possibilidade do estabelecimento de um acordo mútuo de cooperação judiciária com Angola, Timor-Leste e Cabo Verde.

Além disso, o Governo apresentou informações e sugestões em relação aos inquéritos de investigação do Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG) e às acções de avaliação desenvolvidas na RAEM, participou na reunião anual do APG e na 2.ª reunião da Comissão Especial da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, e organizou o 3.º Programa de Cooperação na Área Jurídica com a União Europeia. Com vista a cumprir rigorosamente as obrigações previstas nas convenções e acordos internacionais de que a RAEM seja parte, o Governo acompanhou, de forma activa, o cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, além de responder a diversos questionários a pedido das organizações internacionais.

Promoção da cooperação inter-regional em assuntos jurídicos

Em articulação com a construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e de uma "Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", o Governo da RAEM promoveu activamente a cooperação e o intercâmbio inter-regional em assuntos jurídicos. Realizou negociações com o Governo da RAEHK sobre a notificação de actos judiciais em matéria civil e comercial e a execução da Convenção sobre os Aspectos Civis do Rapto Internacional de Crianças, realizou seminários jurídicos relativos ao projecto de construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e convidou profissionais e académicos do Interior da China e de Hong Kong para discutirem sobre as matérias jurídicas relacionadas com a construção de "Uma Faixa, Uma Rota". Manteve comunicação e ligação com o Departamento de Justiça da Província de Guangdong para a realização de negociações sobre a viabilidade do mecanismo sobre a transmissão transfronteiriça dos instrumentos notariais e a verificação e utilização dos mesmos, e continuou a promover a cooperação com as instituições arbitrais do Interior da China, tendo participado no 7.º Fórum de Arbitragem da Grande China e realizado workshops relativos à reforma e desenvolvimento da arbitragem, de modo a promover a cooperação no âmbito dos serviços de arbitragem entre o Interior da China e Macau.

III. Domínio dos assuntos cívicos e municipais

Reforço dos serviços cívicos e municipais relativos à vida da população

O Governo da RAEM está extremamente atento às necessidades sentidas pela população, tendo vindo a recolher, através da cooperação entre os Centros de Prestação de Serviços ao Público de cada zona e os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários, as opiniões relativas ao aperfeiçoamento das instalações públicas das zonas e à melhoria da higiene ambiental apresentadas por associações e cidadãos, bem como procurado dar resposta, com a maior brevidade possível, às necessidades da população, com vista a elevar o nível de qualidade e eficácia de cada um dos serviços cívicos e municipais relativos à vida da população

O Centro de Actividades de Seac Pai Van entrará em funcionamento no final de 2017, onde disponibilizará instalações diversificadas para recreação, lazer e leitura, satisfazendo a procura de instalações públicas comunitárias por parte dos moradores da zona.

A conclusão da obra e a entrada em funcionamento do novo Mercado Abastecedor optimizaram, de forma global, as suas condições de funcionamento e o seu espaço de exploração e permitiram a entrada de mais exploradores no mercado, beneficiando, deste modo, a promoção de uma concorrência positiva para o sector de actividade.

Relativamente à reconstrução de mercados e construção de bairros comunitários, a obra de construção civil do novo Complexo Municipal do Mercado do Patane já foi concluída. Está a proceder-se, activamente, aos trabalhos de mudança de local. Foi concluída a obra de modificação do Complexo Municipal do Mercado de Tamagnini Barbosa e a obra de optimização do Mercado Municipal da Horta e Mitra, enquanto a obra de ampliação e optimização do Mercado Municipal da Taipa está em curso de acordo com o projecto. Os trabalhos preparatórios do início da exploração da actividade do Centro Comercial de Seac Pai Van, em Coloane, estão actualmente em curso.

Em articulação com a transformação de Macau numa cidade inteligente, criou-se o Sistema de Gestão e Fiscalização das Instalações Rodoviárias, concluiu-se a introdução de recursos electrónicos relativos aos processos de diligência externa de fiscalização rodoviária, criou-se a versão para telemóveis relativa à página electrónica de informações do Centro de Serviços da RAEM, ao serviço electrónico de marcação prévia e obtenção de senhas; concluiu-se a optimização do fluxo de fiscalização e controlo da aprovação de licenças e autorizações administrativas, assim como a plataforma que permite aos cidadãos a consulta de andamento do pedido de estabelecimento de comidas e bebidas, com vista a elevar a eficiência e a transparência da aprovação dos pedidos de licenças e autorizações.

Manutenção do fornecimento de produtos alimentares com garantia de qualidade

Continuámos a vigiar de forma rigorosa a linha e defesa da fiscalização do mercado de circulação, combatendo principalmente actos de exploração de géneros alimentícios que

apresentem perigos ocultos. Ao mesmo tempo, continuou-se, através da cooperação inter-serviços, a reprimir actos ilícitos de produção e contrabando de géneros alimentícios.

Foram concluídas a "Investigação dos ingredientes nutritivos e microbiologia dos preparados para lactentes", a "Investigação sobre os metais pesados e aditivos alimentares nos produtos de vegetais e frutos pré-embalados" e a "Investigação de microrganismos patogénicos das sobremesas prontas a comer". A par disso, concluíram-se também os trabalhos de elaboração de três diplomas que estabelecem novos índices de segurança alimentar, nomeadamente os relativos aos "Limites máximos de metais pesados nos géneros alimentícios", às "Normas relativas à utilização de conservantes e antioxidantes nos géneros alimentícios" e aos "Limites máximos de resíduos de pesticidas nos géneros alimentícios". Entretanto, foram lançadas orientações sobre segurança alimentar para apoiar o sector cumprir a lei aquando da exploração da actividade.

Reforçaram-se as inspecções e testes de amostras, nomeadamente testes de amostras seleccionadas relativas a géneros alimentícios das festividades tradicionais, e continuou-se a inspecção e selecção de amostras em locais diferentes de Macau, nomeadamente estabelecimentos de comidas e bebidas, restaurantes, estabelecimentos de transformação de produtos alimentares, lojas de take away, supermercados, instituições de serviços sociais, escolas e o Aeroporto de Macau, de modo a elevar o controlo e a garantia da segurança alimentar. Até Setembro de 2017, foram seleccionadas mais de 2.000 amostras de produtos alimentares, das quais 99% foram aprovadas.

No âmbito da promoção e divulgação da segurança alimentar, procedeu-se à apresentação da Lei de segurança alimentar e de orientações sobre critérios e higiene da segurança alimentar, elaborou-se o "Guia Prático da Higiene" e organizou-se actividades de formação do sector, v.g. "Programa de Incentivo ao Supervisor de Higiene Alimentar" e a "Palestra sobre Regras Básicas da Higiene Alimentar", de modo a consolidar a capacidade de auto-supervisão da higiene dos estabelecimentos e da segurança alimentar do próprio sector. Além disso, criou-se uma plataforma de intercâmbio bidireccional entre o Governo e o sector, com vista a elevar a transparência dos trabalhos de segurança alimentar. Por outro lado, procedeu-se, de forma contínua, a trabalhos de promoção da segurança alimentar junto dos cidadãos, através de múltiplas formas, para desenvolver a educação de ciências populares e divulgá-la em bairros comunitários, pondo em prática na vida quotidiana a educação da segurança alimentar.

Aprofundou-se incessantemente o intercâmbio e a cooperação da segurança alimentar inter-regional. Em Março de 2017, realizou-se a 49.ª sessão do Comité do Codex sobre Aditivos Alimentares em Macau, cujos temas de projectos da reunião foram desenvolvidos de forma satisfatória e foram obtidos resultados faseados. Em Maio, Macau e Portugal realizaram, pela primeira vez, a reunião de trabalho sobre segurança alimentar. Ambas as partes procederam a negociações sobre as áreas relativas à comunicação de informações sobre segurança alimentar, técnicas de inspecção da segurança alimentar e formação de pessoal. No âmbito do reforço da cooperação entre Guangdong e Macau, a celebração da

assinatura, de novo, do "Acordo de Intercâmbio e Cooperação nos Trabalhos de Segurança Alimentar Guangdong-Macau" no segundo semestre do ano não só consolidou a fiscalização e comunicação mútua da segurança de produtos alimentares nas duas regiões, como também, através de visitas mútuas e intercâmbio contínuo, elevou a capacidade de resposta face aos riscos de segurança alimentar.

Estudo das normas de prevenção epidémica de animais

O Governo da RAEM iniciou os estudos preliminares sobre a legislação da "Lei de Controlo Sanitário Animal e Médico-Veterinária" e concluiu a consulta relativa ao ramo de actividade e a consulta pública. Actualmente, está a elaborar o relatório do balanço a respeito dos resultados da consulta e o respectivo projecto de lei, esforçando-se para a sua entrada em processo legislativo em 2018.

Aplicação das medidas de separação entre o ser humano e as aves de capoeira

Em prol da salubridade pública, o Governo da RAEM decidiu implementar formalmente as medidas de "separação entre o ser humano e as aves" em Macau, a partir de 1 de Maio de 2017, suspendendo toda a actividade de transacção e venda de aves de capoeira vivas para consumo, com vista a prevenir eficazmente a gripe das aves, garantir a saúde dos cidadãos e fomentar o estável desenvolvimento sócio-económico.

Considerando as contribuições prestadas pelo sector e exploradores da actividade à sociedade ao longo dos anos, o Governo apresentou as medidas de apoio para manifestar a sua preocupação e boa fé. Após várias negociações com o sector, todos os vendilhões de mercados aceitaram o apoio do Governo e o trabalho de apoio aos vendilhões para a transferência da forma de exploração está a ser realizado activamente.

Aperfeiçoamento das instalações de lazer verdes

De acordo com os objectivos do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo da RAEM promoveu, de forma contínua, um estilo de vida verde e saudável. Em 2017, desenvolveu tarefas relacionadas com a protecção ambiental e a área de arborização de Macau, incluindo a plantação de 200 árvores urbanas; procedeu à reflorestação de cerca de um hectare e foram plantados 3.000 mangues ao longo da orla marítima; deu continuidade à promoção da arborização tridimensional, tendo plantado árvores em locais com as condições necessárias. Com vista a elevar a atracção turística de Macau, introduziu-se elementos verdes e coloridos em jardins, parques, depósitos de lixo, zonas de lazer, passagens superiores para peões, etc.

O Governo da RAEM está a desenvolver, de forma contínua, a recolha de materiais de madeira para arborização, o tratamento de resíduos verdes e reutilização de materiais através da reciclagem. Ao mesmo tempo, promoveu-se, ainda, o Projecto de Restauração das Zonas Húmidas de Água Doce de Seac Pai Van e as tarefas de recuperação de espécies nativas de água doce. Além disso, foram concluídos, segundo o plano definido, os trabalhos de construção de uma zona de exposição de plantas de sombra medicinais, uma zona de

exposição de plantas de áreas montanhosas de uso medicinal e uma zona de exposição de plantas rochosas medicinais do Parque de Seac Pai Van.

Realizaram-se, de forma ordenada, tarefas de embelezamento da cidade. Desenvolveram-se as obras de embelezamento da Rua George Chinnery, Rua Nova, Calçada dos Remédios e Travessa do Abreu; realizaram-se as obras de repavimentação na Rua da Saúde, Rua Alegre e Avenida do Hipódromo, a faixa de rodagem inferior da Praça de Ferreira do Amaral e Rua Cidade de Sintra, viaduto do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior e via rodoviária de ligação; concluíram-se as obras de repavimentação com asfalto de algumas vias ao longo do itinerário do metro ligeiro na Taipa e, ainda, a obra de embelezamento e melhoramento dos arruamentos do Iao Hon e do Hipódromo, de modo a elevar a qualidade de vida dos residentes.

Foi concluída a obra de reordenamento e optimização da praça junto à Avenida do Oceano da Taipa e dos seus equipamentos de lazer. Após o trabalho de reordenamento, a praça dispõe de uma área de cerca de 5.000 metros quadrados, e foram plantadas flores ornamentais e plantas aromáticas. Além do mais, deu-se início às obras de construção da zona de lazer junto ao complexo de habitação pública de Seac Pai Van e da zona de lazer na Rua do General Ivens Ferraz.

Optimização da fiscalização de obras viárias

Desde a criação do Governo da RAEM, registou-se um rápido desenvolvimento social, tendo surgido a necessidade de expandir as redes de electricidade, do volume de água potável, dos sistemas de comunicação e de drenagem, aumentando para mais do triplo a quantidade de obras necessárias a realizar nas vias públicas. Para uma fiscalização mais eficaz das obras realizadas em vias públicas e garantia da segurança dos cidadãos, em 2017, os diversos serviços públicos do Governo da RAEM optimizaram os procedimentos de aprovação de obras de escavação em vias públicas e respectivos trabalhos de fiscalização. No âmbito dos procedimentos de licença, considerou-se, de forma sintética, os planos de obra pormenorizados apresentados pelos requerentes, o movimento do trânsito rodoviário e pedonal no local de execução da obra e o registo de inexistência de escavações sucessivas na respectiva via pública no mesmo período de dois anos, com vista a autorizar o pedido, de forma rigorosa, envidando esforços para planear a execução, em simultâneo, de diferentes obras, a fim de reduzir o impacto das obras no tráfego citadino. Na área de supervisão das obras, introduziu-se um sistema de fiscalização digital, para registar no local as condições meteorológicas, o número de trabalhadores presentes e o ponto de situação da obra, entre outros, permitindo aos diversos Serviços a organização e acompanhamento, de forma eficaz, de casos relacionados com as obras nas vias públicas, aumentando, assim, a eficácia e os resultados de supervisão.

Melhoramento contínuo das condições sanitárias

Com vista a atenuar o problema de inundações ocorridas durante o período de chuvas intensas, iniciou-se a obra de substituição da tubagem do esgoto no Largo Tam Kong

Miu e Estrada do Campo, em Coloane. Melhorou-se, de forma progressiva, uma parte do sistema de drenagem de águas residuais com insuficiente capacidade de descarga, tendo-se substituído a rede de drenagem anteriormente existente que não era suficiente para satisfazer as necessidades, permitindo uma separação de águas pluviais e residuais nas ruas, de modo a optimizar o sistema de drenagem pública.

Até ao final do ano de 2017, o número de contentores de compressão de lixo aumentou para 74 e foi reduzido o número de contentores de lixo nas ruas para um número inferior a 194. Em Macau, encontram-se 87 instalações de lixo fechadas equipadas com sensores do tipo não-contacto de abertura das portas para colocação do lixo, melhorando eficazmente a salubridade nas vias públicas.

Em 2017, efectuou-se, pelo menos uma vez, a limpeza de 110 pontos mais problemáticos, designadamente em estaleiros de obra e edifícios devolutos, desenvolvendo-se, periodicamente, os trabalhos de extermínio de mosquitos em jardins, parques, zonas de lazer e outros espaços públicos, no sentido de impedir o surto de doenças veiculadas por mosquitos e prevenir a propagação da doença por vírus Zika e febre de dengue.

Promoção empenhada da educação cívica

Deu-se continuidade à organização de vários tipos de acções de sensibilização junto da comunidade e procedeu-se à divulgação da Constituição Nacional e da Lei Básica, no sentido de estimular na população sentimentos de amor pela Pátria e por Macau, bem como de orgulho na nação chinesa. Até Setembro de 2017, cerca de 24.000 cidadãos visitaram a Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau e participaram nas respectivas actividades temáticas.

Realizou-se, ainda, o "Colóquio sobre educação cívica", para continuar a encorajar os representantes dos diversos sectores na apresentação de opiniões sobre assuntos comunitários e a aumentar a interacção mútua entre os serviços públicos e a população. A par disso, foram realizadas mais de 50 acções da "Passeata pelas Ruas de Macau" e 130 sessões das actividades "Princípios de Vida com Cortesia", e através de várias actividades, tais como "Vamos criar um novo ambiente no seu bairro", "Dia da confraternização da educação cívica", "Campismo" e Concurso de redacção sobre os "Princípios de Vida com Cortesia", transmitiram-se mais mensagens positivas e estimulou-se o espírito positivo, criando uma atmosfera harmoniosa de solidariedade e entreajuda, amizade e alegria nas comunidades.

Resgate após catástrofe

No passado dia 23 de Agosto, Macau foi atingido pelo tufão Hato. O IACM, como entidade de protecção civil, coordenou activamente os trabalhos de socorro em parceria com o Centro de Protecção Civil.

Durante o tufão, o IACM acompanhou e resolveu cerca de 30 casos urgentes; em conjunto com os trabalhadores do Corpo de Bombeiros e do Corpo de Polícia de Segurança Pública, procedeu aos trabalhos de retirada de obstáculos nas ruas durante a noite de 23

de Agosto; instalou cerca de 40 postos provisórios de recolha de lixo, com vista a facilitar o tratamento, recolha e transporte de lixo. Até ao dia 31 de Agosto, o volume de lixo atingiu as 16.531 toneladas.

A passagem do tufão Hato causou grandes danos aos árvores e floresta de Macau; 13 trilhos do território foram encerrados provisoriamente. Até ao dia 5 de Setembro, as árvores das principais vias foram, em princípio, recuperadas. A par da limpeza, o Governo da RAEM avaliou a dimensão dos danos ao nível da arborização, para definir o plano futuro de reparação.

O Governo da RAEM emitiu imediatamente um alerta de segurança alimentar, tendo criado uma página electrónica sobre a Segurança e a Higiene Alimentar em Situações de Corte de Energia Eléctrica e Inundações, onde publicou todas as informações sobre segurança alimentar após catástrofe. Desde o dia seguinte ao tufão até ao início de Setembro, foram destruídas 300 toneladas de produtos alimentares de carne congelada afectados e 60 toneladas de outros tipos de produtos alimentares.

O Governo da RAEM organizou activamente voluntários para os trabalhos de resgate e convocou sessões extraordinárias do Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das três zonas, cujos membros mobilizaram as associações com a participação de cerca de 600 voluntários que prestaram apoio nas diversas zonas. O Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça solicitou aos serviços públicos que organizassem trabalhadores voluntários, contando com a participação de mais de 2.200 trabalhadores da função pública provenientes de mais de 30 serviços públicos.

No âmbito da área da Administração e Justiça, foram emitidas, em tempo oportuno, orientações e autorizado o funcionamento dos serviços públicos durante o período das acções de socorro pós-catástrofe, com a flexibilização do horário dos trabalhadores da função pública. Em simultâneo, foi solicitada a elaboração de programas aos seus serviços, para assegurar, o mais possível, a segurança de bens públicos e do pessoal sob a sua gestão nas acções de socorro, bem como foi criado um mecanismo permanente de apoio e socorro. Além disso, foram disponibilizados serviços de prestação de apoio e aconselhamento psicológico, incluindo a concessão de apoio financeiro de uma só vez aos trabalhadores dos serviços públicos que sofreram de dificuldades económicas devido à catástrofe do tufão, bem como foi isentada a taxa de pedido de novos documentos por perda ou dano de documentos (incluindo o Bilhete de Identidade de Residente e o documento de viagem da RAEM). Foi prestado apoio psicológico destinado à contingência de riscos a trabalhadores dos serviços públicos que demonstraram essa necessidade após as experiências traumáticas devido à catástrofe do tufão.

Para acompanhar o "Subsídio destinado à recuperação residencial" constante do "Projecto de Ajuda Especial aos Prejuízos Causados pela Passagem do Tufão "Hato" atribuído pela Fundação Macau, foram abertos os serviços de "Consulta sobre Registo Predial" na "Plataforma de Serviços Online para Registo e Notariado"; foi aberta a "Plataforma de

Serviços Online para Registo e Notariado" no posto de serviços do Instituto de Habitação, instalado pela Direcção dos Serviços de Economia, para prestar serviços de "Consulta sobre Registo Comercial", para que pequenas e médias empresas afectadas verificassem o seu registo comercial; foi concluída a elaboração de uma "relação dos parques de estacionamento subterrâneos existentes em Macau" para melhor preparação da prevenção de situações de calamidade, cálculo do risco das ocorrências e prestação de socorro dos serviços relevantes do Governo da RAEM.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018

Em 2018, iremos dar continuidade, na área da Administração e Justiça, à articulação com o posicionamento de desenvolvimento do Governo da RAEM na criação de "Um Centro", "Uma Plataforma" e "Uma Base", aproveitando as novas medidas favoráveis a Macau lançadas pelo Governo Central, para levar a bom termo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Governo da RAEM e, com base na consolidação dos resultados obtidos, fazemos questão de procurar o avanço estável, elevar o nível de prestação de serviços públicos, melhorar a construção do sistema jurídico e focar no pensar, ansiedade e necessidades da população, com vista a dar respostas ao desenvolvimento social e às aspirações reais dos cidadãos.

I. No domínio da Administração Pública

Promoção da reorganização de funções e estruturas

No ano de 2018, será dada continuidade à implementação da segunda fase de reorganização de funções e estruturas, através do acompanhamento ordenado da reorganização ou fusão de serviços das áreas de Economia e Finanças, Transportes e Obras Públicas e Segurança.

Em consonância com a reorganização da estrutura administrativa e tendo em conta a preparação para a criação de órgãos municipais sem poder político, dar-se-á prioridade em 2018 ao acompanhamento da reorganização dos organismos consultivos, incluindo os referentes à protecção dos consumidores e aos assuntos cívicos e municipais, optimizando-se progressivamente o sistema consultivo, no sentido de materializar o princípio governativo de "tomada de decisão política baseada em critérios científicos".

Em cumprimento rigoroso das disposições consagradas na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e atendendo às opiniões da sociedade recolhidas no âmbito da consulta pública, proceder-se-á à elaboração da proposta de criação de órgãos

municipais sem poder político e iniciar-se-á o respectivo processo legislativo. Por isso, está agendado que os representantes dos órgãos municipais sejam escolhidos nos termos da lei, antes da constituição dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, em 2019.

Empenhamento no desenvolvimento do Governo Electrónico

Continuar-se-á a optimização dos procedimentos interdepartamentais de prestação de serviços. Em 2018, com base nos resultados obtidos na primeira fase, serão escolhidos como objecto de optimização dez procedimentos interdepartamentais que dizem respeito à economia e à vida dos cidadãos, para que sejam intensificados os serviços "one stop".

No âmbito da promoção da electronização de serviços públicos, os serviços públicos continuarão a prestar, pelo menos, mais 15 serviços totalmente electronizados, conforme o seu plano de electronização nesta área, nomeadamente referentes à segurança social, produtos sujeitos a imposto (pagamento, isenção, restituição e consulta do imposto de consumo), concursos de admissão ao Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Polícia de Segurança Pública e ao Corpo de Bombeiros e acção social complementar da função pública, de modo a dar mais facilidades à vida dos cidadãos.

Serão gradualmente melhorados diversos sistemas facilitadores dos serviços de registo e notariado, a par do avanço com a intercomunicação das informações entre os serviços públicos. Será lançado o pedido *online* de certidões de registo e notariado, nomeadamente as certidões de registo predial, comercial e automóvel, as certidões de nascimento e de casamento. Será lançado o serviço de obtenção de senhas *online*. Será criado o sistema "Apostilha da Convenção da Haia/Consulta sobre o andamento de pedido", que facilita aos cidadãos a consulta *online* sobre a autenticidade de documentos e o andamento do pedido.

Será melhorado o sistema que permite a consulta *online* sobre a data do levantamento de documentos de identificação. Na fase inicial, a consulta *online* sobre o andamento do pedido será aplicada aos bilhetes de identidade de residente, aos documentos de viagem e aos certificados de registo criminal. Além disso, está planeado o lançamento do pedido *online* de "certificado de dados pessoais".

Em relação à simplificação dos procedimentos referentes ao pedido de bilhete de identidade para recém-nascidos e à actualização do estado civil no bilhete de identidade, os cidadãos poderão, mediante o boletim de nascimento (cartão branco) emitido pela Conservatória do Registo Civil, em vez da certidão de nascimento, pedir a emissão do bilhete de identidade para recém-nascidos, podendo tal medida economizar o tempo necessário ao pedido. Além disso, será planeada a instalação de quiosques de auto-atendimento na Conservatória do Registo Civil, permitindo que, logo após o registo de casamento em Macau, a respectiva actualização seja feita através daqueles quiosques.

Para que os residentes de Macau possam actualizar, de uma só vez, a morada e informações de contacto junto dos serviços públicos, e no quadro da primeira fase do "Serviço

interdepartamental de alteração de morada", esta comodidade à população será, em 2018, prestada em mais serviços públicos e locais de instalação.

Em articulação com o Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM e o mecanismo de identificação unificada, está planeado para 2018 um estudo sobre a implementação do serviço de pedido *online* de "mudança dos planos de aplicação das contribuições do Regime de Previdência", que entraria formalmente em vigor em 2019.

O pagamento electrónico poderá gradualmente ser efectuado em quiosques de multi-aplicações, com vista a que os serviços públicos reúnam condições para o lançamento de serviços de auto-atendimento que requeiram pagamento. Por outro lado, continuar-se-á a alargar o número de pontos de prestação de serviços de auto-atendimento, instalando quiosques de multi-aplicações no edifício da zona de administração do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Serão instalados, no Posto de prestação de serviços em Seac Pai Van, quiosques de auto-atendimento para pedido de certidões, que funcionarão 24 horas por dia.

Será estudada a criação de uma plataforma de serviços de cotação electrónica no âmbito da imprensa, pela qual os serviços públicos poderão dirigir directamente à Imprensa Oficial os seus pedidos de cotação de preços, efectuar encomendas directas e acompanhar o andamento da execução em cada fase, de modo a aperfeiçoar a gestão e eficiência dos circuitos de cotação.

Serão ajustadas e aumentadas, em tempo útil, as funções da "Plataforma de gestão e serviços para os trabalhadores dos serviços públicos", que incluem a notificação especial aos trabalhadores de diferentes níveis. Simultaneamente, reforça-se a divulgação da sua utilização, elevando-se a eficiência da gestão administrativa interna dos serviços públicos. Está previsto que, em 2018, a referida Plataforma seja utilizada, a título definitivo ou experimental, por mais de 50 serviços e entidades públicas. Além disso, será adicionada na Plataforma de gestão dos serviços públicos a função de recolha de informações dos diferentes serviços perante situações inesperadas, e as respectivas informações serão organizadas e lançadas no Portal do Governo para que os cidadãos possam ter conhecimento, através de um único lugar, sobre a situação de funcionamento dos serviços públicos.

A proposta de regulamentação do Governo Electrónico será concluída de acordo com os resultados da respectiva consulta. Além disso, será estudado um enquadramento geral que seja adequado ao desenvolvimento a longo prazo do Governo Electrónico da RAEM e um mecanismo de coordenação, para que o trabalho geral do Governo Electrónico da RAEM se desenvolva de forma unificada e coordenada.

Dar-se-á continuidade à optimização do novo Portal do Governo e será efectuada uma integração entre a conta individual única, a aplicação de telemóvel "Serviços do Governo de Macau" e os sítios electrónicos dos serviços públicos. Além disso, tendo em consideração a

construção da "Plataforma de serviços de dados abertos", proceder-se-á a um estudo sobre a integração entre esta plataforma e o Portal do Governo, de modo a reforçar gradualmente a função deste Portal como a janela de informações e serviços prestados pela Administração.

Em 2018, serão prosseguidos os trabalhos de construção do segundo "Centro de Dados do Governo", constituindo a sua articulação com o actual Centro de Dados do Governo uma valorização efectiva da capacidade actual dos "serviços de infra-estrutura em nuvem". A conclusão da construção do segundo "Centro de Dados do Governo" está prevista para 2019.

Iremos empenhar-nos na melhoria das medidas de facilitação no âmbito do turismo. Para que as técnicas de prevenção contra a falsificação adoptadas pela RAEM não fiquem desactualizadas e os documentos não sejam facilmente susceptíveis de ser contrafeitos, será desenvolvido em 2018 um estudo e um desenho sobre os meios de segurança destes documentos, com vista à preparação para a emissão da nova geração de documentos electrónicos de viagem da RAEM.

Com o forte apoio do Governo Popular Central e a colaboração empenhada do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM, serão envidados esforços para divulgar no estrangeiro os documentos de viagem da RAEM. Paralelamente, continuar-se-á a prestar atenção às informações internacionais sobre o turismo, tornando públicas atempadamente as notícias sobre o privilégio de isenção de visto, de visto à chegada e de visto electrónico que outros países ou territórios concedam aos titulares dos documentos de viagem da RAEM. Em 2018, o Governo da RAEM dará prioridade à negociação com os países americanos sobre a isenção recíproca do visto de entrada.

Optimização contínua do regime da função pública

Continuação do regime de recrutamento uniformizado. A etapa de avaliação de competências profissionais ou funcionais para as carreiras de técnico superior, de adjunto-técnico e de auxiliar realizada pelos diversos serviços públicos em 2017, será sucessivamente concluída em 2018. Para além disso, de acordo com o regime revisto de concurso uniformizado, serão abertos concursos de avaliação de competências integradas referentes às habilitações de licenciatura e de ensino primário em 2018, criando, gradualmente, um modelo permanente de concursos.

Optimização sustentável da reforma do regime de carreiras e do regime remuneratório. Em 2018, serão desenvolvidos trabalhos de consulta sobre a proposta de revisão da segunda fase do "Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos", lançada em 2017. Posteriormente, proceder-se-á à elaboração do relatório final da consulta, e iniciar-se-ão os trabalhos de revisão de articulados, por forma a articular as carreiras dos funcionários públicos com as necessidades concretas dos serviços.

Em termos do regime remuneratório, será realizada, em 2018, uma consulta sobre a proposta preliminar da "actualização das remunerações por escalas salariais" junto dos

trabalhadores dos serviços públicos e com base nisto, propor-se-á uma nova proposta e o calendário de execução do sistema de actualização das remunerações.

De acordo com a reforma baseada na orientação para os resultados, será realizada, em 2018, uma análise aprofundada das opiniões da consulta sobre a proposta do regime de avaliação do desempenho e do regime de acesso e, posteriormente aperfeiçoar-se-ão as respectivas propostas. Após a optimização dos regimes acima mencionados, serão desencadeados os respectivos trabalhos de revisão dos articulados e de consulta.

Com os trabalhos de revisão, terminados em 2017, do estipulado sobre as férias, faltas e horário de serviço do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, proceder-se-á, em 2018, à revisão do estipulado sobre as remunerações e abonos do referido Estatuto, incluindo os trabalhos de tratamento das opiniões de consulta, a definição da proposta de revisão e a produção jurídica e legislativa.

Reforço da formação das capacidades dos trabalhadores

Continuar-se-ão a realizar acções de formação de diversos tipos destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos de diferentes níveis, de modo a reforçar as suas capacidades profissionais. Em 2018, serão alargados os destinatários do programa de formação de conhecimentos jurídicos gerais para trabalhadores dos serviços públicos de diferentes níveis até ao pessoal de direcção e chefia, no sentido de reforçar a capacidade de domínio dos conhecimentos jurídicos necessários para o funcionamento da administração pública, desde o pessoal de direcção e chefia ao pessoal de base. Continuar-se-ão a realizar seminários sobre a Lei Básica e acções de formação sobre assuntos nacionais destinadas ao pessoal de direcção e chefia e aos trabalhadores dos serviços públicos do nível médio e alargar os destinatários dos seminários sobre a Lei Básica para os técnicos. Em simultâneo, será efectuada uma revisão integral sobre a concepção e a reserva de formadores dos programas de formação jurídica geral destinados aos trabalhadores dos diferentes níveis, servindo de base para os futuros trabalhos de optimização dos programas de formação jurídica.

Planeia-se organizar, a partir do ano 2018, acções de formação sobre "Uma Faixa, Uma Rota" destinadas aos quadros médios e superiores, por forma a transmitir, de forma aprofundada, aos trabalhadores dos serviços públicos o sentido e o valor de "Uma Faixa, Uma Rota", bem como a importância da participação de Macau nesta estratégia, apoiando o Governo da RAEM a desenvolver plenamente as vantagens baseadas no princípio "Um País, dois sistemas", satisfazendo as necessidades do Estado e contribuindo, de forma activa, para a plena implementação da estratégia "Uma Faixa, Uma Rota".

Continuar-se-á a promover o "Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa — II Edição", de modo a formar mais quadros qualificados da área de tradução chinês-português. Para além disso, através da cooperação interdepartamental, serão disponibilizados estágios *in loco* e formação em tradução e interpretação aos estudantes finalistas do ensino secundário que frequentem

o curso de tradução chinês-português. Paralelamente, serão organizadas palestras sobre o prosseguimento de estudos na área da tradução e respectivas saídas profissionais, apresentando aos estudantes finalistas das escolas secundárias que ministram cursos de língua portuguesa a actual situação, a necessidade de quadros qualificados no Governo da RAEM e o futuro na área da tradução chinês-português, por forma a incentivá-los, aquando da escolha das disciplinas, a optar pela área de tradução chinês-português.

Realizar-se-ão acções de formação sobre a gestão e capacidade de resposta perante situações inesperadas, de modo a elevar a capacidade de orientação e resposta dos trabalhadores dos serviços públicos face a situações inesperadas, reduzindo as consequências destas situações através da prevenção e controlo.

Valorização no apoio aos trabalhadores

Em 2018, para além de se continuar a organizar diversas actividades culturais e recreativas destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos, planeia-se, ainda, a criação de um centro de actividades para os trabalhadores, facultando espaço aos trabalhadores para mostrarem o seu talento e participarem em actividades, apoiando as associações de trabalhadores da função pública necessitadas no desencadeamento de tarefas desenvolvidas por essas associações. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a atribuir diversos abonos aos trabalhadores necessitados da função pública, atenuando a pressão de vida sentida pelos trabalhadores de base.

Continuarão a ser prestados serviços de aconselhamento psicológico aos trabalhadores dos serviços públicos, com vista a promover a sua saúde física e mental. Para além disso, continuar-se-á a aperfeiçoar os procedimentos de funcionamento do "Regime da gestão do tratamento de queixas apresentadas por trabalhadores dos serviços públicos" e reforçar a comunicação entre os superiores hierárquicos, subordinados e colegas, criando assim um ambiente de trabalho harmonioso.

Continuar-se-á a estimular as associações de trabalhadores da função pública a participarem em actividades comunitárias de convivência, promovendo, deste modo, o espírito de apoio e energia positiva dos trabalhadores. Organizar-se-ão workshops destinados às associações de jovens trabalhadores, prestando apoio na atenuação da pressão frequentemente sentida pelos jovens em geral, no seu planeamento de vida, na comunicação interpessoal e nas questões sobre a família e o casamento, no sentido de promover a saúde física e mental dos trabalhadores.

Implementação da avaliação periódica do desempenho

A partir de 2018, serão periodicamente recolhidas, por uma entidade académica terceira, as opiniões dos cidadãos sobre os serviços prestados por diversos serviços públicos, procedendo-se constantemente à avaliação da qualidade dos serviços prestados, por forma a concretizar, de forma mais científica e neutra, os objectivos do Governo da RAEM de criar uma gestão de desempenho.

Promoção da abertura de dados do Governo

De acordo com as Estratégias de Desenvolvimento e Planeamento Geral de Publicitação dos Dados do Governo da RAEM, serão promovidos, ordenadamente, trabalhos de publicitação de dados do Governo, que consistem principalmente em criar uma "plataforma de serviço de publicitação de dados do Governo", de modo a formar gradualmente um mecanismo de gestão eficaz.

Em articulação com a implementação da aplicação de megadados da RAEM e a criação de uma cidade inteligente, iniciar-se-á a construção do centro de computação em nuvem e os trabalhos de gestão de dados do governo. A par disso, planeia-se organizar, em 2018, uma série de acções de formação sobre a cidade inteligente e megadados destinadas aos funcionários públicos dos quadros médio e superior, por forma a aumentar a capacidade de gestão de dados do pessoal de direcção e chefia.

Optimização de diversas tarefas eleitorais

Após a realização, sem incidentes, das eleições da sexta Assembleia Legislativa em 2017, o Governo da RAEM irá, em 2018, colaborar com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL) na revisão da execução das tarefas desenvolvidas durante o processo das eleições e apresentará sugestões de optimização das eleições. Proceder-se-á à revisão completa da "Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau" e ouvir-se-ão opiniões de diferentes sectores da sociedade, que servirão de referência para o aperfeiçoamento dos futuros trabalhos das eleições.

Estudar-se-á o aperfeiçoamento do sistema de recenseamento eleitoral e dos respectivos serviços, ponderando alargar o âmbito do serviço e melhorar o sistema online de recenseamento eleitoral para facilitar a vida dos eleitores.

Continuar-se-á a colaborar com as associações sociais e entidades educacionais no alargamento dos meios de divulgação, na generalização de conhecimentos sobre as eleições, na promoção da consciência sobre eleições íntegras e do desenvolvimento estável de um sistema político democrático.

II. No domínio da Justiça

Aperfeiçoamento contínuo da coordenação da produção legislativa

Em 2018, o Governo da RAEM continuará a cumprir escrupulosamente o mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, garantindo a implementação dos planos legislativos anuais. Iremos acompanhar a situação do cumprimento das Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa nos diversos serviços, e também fiscalizar as acções de produção dos projectos legislativos, estudar a elaboração do mecanismo de avaliação e acompanhamento após a produção legislativa, prestar atenção à situação da aplicação

dos diplomas legais, a fim de aperfeiçoar o sistema normativo da RAEM. Iremos continuar a reforçar a comunicação e a cooperação entre os serviços, valorizando o papel de coordenação dos serviços da área de justiça. Iremos aumentar a aptidão do pessoal de produção jurídica e de tradução jurídica para dominar e aplicar as técnicas legislativas através de formação diversificada, com vista a fornecer condições mais favoráveis à execução do mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa.

Grande empenho na construção do sistema jurídico

Em 2018, o Governo da RAEM irá empenhar-se fortemente nas acções legislativas para a criação dos órgãos municipais sem poder político, concluir os processos legislativos internos e submetê-los à Assembleia Legislativa para apreciação. Iremos proceder, com base na consulta pública, às acções de produção da proposta de lei intitulada Revisão do regime de condicionamento administrativo, esforçando-se para a sua apresentação ao processo legislativo. Iremos concluir o processo legislativo interno sobre a Lei do registo de embarcações, esforçando-se por apresentar a proposta de lei à Assembleia Legislativa para apreciação. Iremos continuar a promover a revisão da lei intitulada Actividade publicitária e iniciar os trabalhos de produção legislativa após a consulta pública. Para o sistema normativo da RAEM poder acompanhar a conjuntura internacional, o grupo de trabalho interdepartamental para a produção legislativa irá rever os regimes relativos ao cumprimento da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição, esforçando pela conclusão da elaboração da proposta de lei em 2018. A fim de aperfeiçoar os regimes jurídicos da RAEM na área do sigilo, é necessário elaborar uma lei do sigilo especial e uniforme, tendo para o efeito sido iniciadas as acções de estudo preliminar, de que será realizada a consulta pública em 2018.

Além disso, com base na análise das opiniões recolhidas na consulta preliminar dos sectores e nos resultados do intercâmbio no âmbito das conferências internacionais, iremos concluir, o mais rapidamente possível, os trabalhos de produção da proposta de lei e dos demais instrumentos legislativos complementares relativos à Revisão do Código de Processo Civil. Relativamente às disposições do Código Penal sobre crimes relativos a pessoas colectivas e a cartões de crédito, iremos ouvir as opiniões dos diversos sectores da sociedade e, em conjugação com as políticas em matéria penal em Macau e a realidade social, iremos desenvolver os trabalhos de produção das propostas de lei.

No que respeita aos trabalhos de recensão e adaptação legislativa, o grupo de trabalho conjunto, composto pelo Governo da RAEM e pela Assembleia Legislativa, tendo por referência o modo de trabalho adoptado pela lei intitulada "Determinação de não vigência de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1987", irá estudar a vigência e o modo de tratamento referentes a cerca de 280 leis e decretos-leis publicados entre 1988 e 1999, prevendo-se a conclusão do trabalho de produção do projecto em 2018 e a sua apresentação ao processo legislativo. Após a aprovação das duas leis sobre a determinação da não vigência de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1999, será determinado quais as leis e decretos-leis originais ainda vigentes, continuando o grupo de trabalho a discutir

esses diplomas a nível de técnica legislativa, procedendo-se aos trabalhos legislativos, de modo a simplificar e optimizar o sistema normativo vigente da RAEM.

De forma a aperfeiçoar o regime de arbitragem e conciliação de Macau, o Governo da RAEM irá analisar e estudar, no primeiro semestre de 2018, as opiniões recolhidas e aperfeiçoar os textos das propostas de lei, prevendo-se a conclusão do processo legislativo interno em 2018.

Promoção diversificada da divulgação jurídica

O Governo da RAEM irá, através de meios diversos e formas inovadoras e abundantes, continuar a promover de forma estável os trabalhos de promoção e divulgação jurídica, e aprofundar os conhecimentos da juventude sobre a Constituição e a Lei Básica. Na sequência da realização, nas férias de Verão de 2017, das actividades de divulgação da Constituição e da Lei Básica junto dos estudantes de Macau que prosseguem estudos no exterior, em 2018, serão iniciadas as mesmas actividades no Interior da China junto dos estudantes de Macau que ali prosseguem os estudos, permitindo que mais jovens e estudantes consigam compreender, com clareza, os conhecimentos e as teorias da Constituição e da Lei Básica. Através dos novos meios de multimédia, serão produzidos *DVDs* e materiais didácticos de generalização jurídica destinados às escolas, cujo tema abrange a Constituição e a Lei Básica, de modo a sensibilizar os jovens para respeitar as leis.

Em 2018, celebrar-se-á o 25.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau e o Governo da RAEM irá inovar positivamente na criação de formatos promocionais, convidando mais associações civis e de juventude a organizarem actividades em conjunto com o Governo, para a realização conjunta de uma série de actividades comemorativas de forma mais dinâmica e inovadora; serão lançados jogos de questionários online, com prémios, baseado em tema de Constituição e Lei Básica e actualizado o conteúdo do *Website* sobre a Constituição e a Lei Básica, permitindo aos cidadãos obterem com facilidade as informações sobre a generalização jurídica através desta plataforma.

Continuaremos a lançar as acções de divulgação jurídica através de diversos novos meios de comunicação e plataformas, criando um modelo de cooperação interdepartamental no âmbito de divulgação jurídica para iniciar em conjunto as acções de divulgação jurídica. Iremos criar em conjunto com as associações civis uma plataforma de divulgação e promoção e um mecanismo de divulgação conjunta, por forma a estabelecer conjuntamente um bom ambiente social em que as leis são cumpridas.

Iremos continuar a divulgação das informações relativas aos direitos e deveres fundamentais dos residentes de Macau, à Lei da Nacionalidade, à protecção consular e aos serviços consulares, entre outras. Iremos cooperar com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM, enviando pessoal às escolas e associações para realizar palestras temáticas e exposições fotográficas. Nas principais festividades e nos feriados, serão emitidas recomendações de segurança em viagem através da rádio, com vista a consciencializar os cidadãos dos riscos nas suas viagens.

Intensificação ordenada da formação judiciária

O Governo da RAEM irá continuar a manter comunicação estreita com ambos os órgãos judiciais, conjugando-se, de acordo com as necessidades reais, com as acções de formação de ingresso e de acesso dos magistrados e dos oficiais de justiça, a fim de corresponder às necessidades dos órgãos judiciais no âmbito da formação e elevar constantemente o nível profissional do pessoal judiciário. O Governo irá continuar a cooperar com instituições de formação da China e do estrangeiro, para organizar diferentes acções de formação contínua aos magistrados efectivos. No âmbito da formação de ingresso de oficiais de justiça, será organizado o Quarto curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça, conforme os resultados do respectivo concurso de admissão.

Participação positiva no intercâmbio internacional

O Governo da RAEM irá continuar a aprofundar a cooperação judiciária com outros países e regiões, promovendo a compatibilidade internacional do desenvolvimento da RAEM. Iremos continuar a acompanhar o processo de assinatura formal do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas e do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com a Mongólia, bem como do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com a Nigéria. Iremos continuar a reforçar a negociação relativa à cooperação judiciária com a Coreia do Sul, o Vietname e as Filipinas, entre outros países. Iremos promover de forma activa as acções de negociação com Portugal relativamente ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, bem como a negociação com o Brasil relativamente ao Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

Iremos participar activamente em actividades das organizações internacionais, participando em reuniões do Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH), da Revisão Periódica Universal (UPR) e da Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, entre outras organizações internacionais, e apresentando ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas o 2.º relatório sobre a situação do cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, entre outros. Iremos promover a cooperação na área jurídica com a União Europeia e apresentar-lhe o relatório intercalar sobre a cooperação.

Intensificação do desenvolvimento da cooperação inter-regional

Em 2018, o Governo da RAEM irá, em articulação com as iniciativas "Uma Faixa, Uma Rota" e o Planeamento e Construção da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, iniciar estudos sobre a coordenação e integração dos sistemas da administração, dos regimes jurídicos e da cooperação judicial de Guangdong, Hong Kong e Macau, entre outros. Prevê-se que, em 2018, o Governo da RAEM irá assinar formalmente o acordo relativo à citação e notificação de actos judiciais em matéria civil e comercial

com Hong Kong, bem como o acordo relativo à implementação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Rapto Internacional de Crianças. Iremos promover os intercâmbios e visitas recíprocas no âmbito da actividade notarial com a Província de Guangdong e criar um mecanismo de comunicação permanente, mantendo a comunicação constante no sentido de criar um mecanismo de verificação dos instrumentos públicos da Província de Guangdong e da RAEM. Iremos reforçar a cooperação e o intercâmbio com as instituições de arbitragem do Interior da China, e impulsionar e concretizar a cooperação a nível da arbitragem e conciliação através de visitas recíprocas e aprendizagem mútua, analisando-se a possibilidade de programação de cooperação para a formação do pessoal e da criação de um mecanismo permanente de comunicação.

III. Domínio dos assuntos cívicos e municipais

Melhoramento do sistema relativo aos assuntos municipais

Em 2018, o Governo da RAEM continuará a ampliar os estabelecimentos de actividades comunitárias, como a criação do "Centro de Serviços da RAEM nas Ilhas", na Taipa, com o objectivo de estender os serviços prestados pelo "Centro de Serviços da RAEM" da zona norte para a Taipa, de modo a prestar serviços de melhor qualidade e conveniência aos moradores dessa zona. No novo Complexo Municipal do Mercado do Patane, o Governo da RAEM tenciona instalar um centro de actividades com uma área de 2.000 metros quadrados, para proporcionar aos indivíduos de diferentes faixas etárias e às famílias deste bairro comunitário um espaço interior agradável de actividades de lazer. Pretende-se ainda construir na Ilha Verde um centro de actividades e um quiosque de educação cívica, para melhorar as instalações destinadas aos serviços comunitários e, ao mesmo tempo, promover a sensibilização para a educação cívica na zona norte.

Para enquadrar os trabalhos de criação de uma cidade inteligente, o Governo da RAEM tenciona ampliar vários serviços electrónicos: tais como a aquisição de quiosques de auto-atendimento de agência única, no sentido de facilitar o tratamento dos respectivos serviços fora do horário de expediente por parte dos cidadãos; adicionar ao Centro de Serviços da RAEM um serviço *online* de obtenção de senhas e função de alerta para o portador de senha; lançar, por fases, as "Instalações Municipais EasyGo"; criar uma plataforma electrónica para fornecedores - Aquisição *Online*, fazendo com que os trabalhos de aquisição sejam mais transparentes.

Optimizar-se-á gradualmente a construção de instalações municipais. Em 2018, o Centro Comercial de Seac Pai Van entrará em funcionamento, onde se irá disponibilizar instalações de exploração de produtos alimentares frescos e vivos, produtos secos, artigos de uso diário, zonas de restauração e de compras abertas 24 horas por dia para o fornecimento de produtos alimentares secos e frescos, e produtos domésticos, como artigos de uso diário, aparelhos electrodomésticos e alimentos cozidos, com vista a dar resposta às necessidades de compra dos cidadãos.

Irá aperfeiçoar-se, de forma ordenada e contínua, as instalações e o ambiente dos mercados. Em 2018, tenciona-se melhorar o sistema de ar-condicionado do Mercado Municipal da Horta e Mitra, do Mercado Municipal da Taipa e do Mercado Municipal do Bairro Iao Hon, bem como concluir o projecto de ampliação e optimização do Mercado Municipal da Taipa. Em contrapartida, dar-se-á continuidade à concretização dos trabalhos de construção do auto-silo do Parque de Seac Pai Van.

O Laboratório do IACM mudar-se-á, em 2018, as suas instalações para o novo mercado abastecedor, que se localiza na Zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, e irá alargar a sua área de análise, aumentar a eficiência e a exactidão das análises através da aquisição de novos equipamentos, no sentido de proporcionar aos cidadãos melhores serviços com profissionalismo.

Relativamente ao desenvolvimento do trabalho de planeamento do crematório, o Governo da RAEM envidará todos os esforços para concluir, em 2018, o projecto de concepção geral e realizar o respectivo concurso público. Em simultâneo, irá efectuar os trabalhos preliminares legislativos para os respectivos regulamentos complementares, com vista a regularizar o regime de gestão de crematórios, normas de utilização das suas instalações e forma de tratamento de cadáveres em caso de surtos de doenças contagiosas.

Melhoramento contínuo dos regimes regulamentares relativos aos assuntos cívicos. Em 2018, o Governo da RAEM irá elaborar os relatórios finais conforme os resultados da consulta pública do regime de gestão dos mercados públicos e do regime de gestão dos vendilhões, bem como lançar os trabalhos preparatórios para a elaboração duma lei relativa ao regime de gestão dos mercados públicos e doutra relativa ao regime de gestão dos vendilhões.

Para elevar o nível de salvaguarda da saúde animal de Macau e articular a implementação da Lei n.º 4/2016 (Lei de protecção dos animais), o Governo da RAEM irá elaborar, em 2018, o relatório final da consulta pública sobre a Lei de Controlo Sanitário Animal e Médico-Veterinária, bem como concluir a elaboração da lei, e procurar dar entrada ao processo legislativo.

Garantia integral da segurança alimentar

"A população considera a alimentação uma necessidade principal, logo a segurança alimentar é a prioridade número um" e, por esse motivo, em 2018, a prevenção continuará a constituir o objectivo prioritário das acções relativas à segurança alimentar, fiscalizando de forma rigorosa as condições higio-sanitárias dos géneros alimentícios e efectuando a avaliação de riscos.

O Governo da RAEM irá proceder ao Plano de Registo para o Sector Alimentar e irá recolher e armazenar as informações sobre as entidades que produzem e comercializam géneros alimentícios não sujeitos à regulamentação de licenças, como lojas de *take away* e

lojas *online*, estudando a possibilidade de reforço e vias de controlo através de legislação. Serão definidas as normas de segurança alimentar sobre os requisitos sanitários no processo de produção e comercialização de géneros alimentícios e revistas as Orientações de Técnicas Higiénicas de Géneros Alimentícios. Serão realizados inquéritos sobre o consumo de alimentos por parte dos alunos das escolas secundárias de Macau, para avaliar o impacto de diversas substâncias dos géneros alimentícios na saúde humana.

Irá promover-se a educação sobre segurança alimentar; irá definir-se o Guia de Operação Higiénica para aprofundar o respeito pela lei e o conceito de segurança alimentar dos trabalhadores do sector; dar-se-á continuidade à realização do Programa de Incentivo à Formação de Supervisores de Higiene Alimentar, Palestra sobre Regras Básicas de Higiene Alimentar, Palestra sobre Higiene Alimentar em Escolas, palestras temáticas e outras actividades de formação, no sentido de reforçar a atenção da sociedade relativamente a questões da segurança alimentar.

Reforçar-se-á a cooperação regional na área da segurança alimentar. Em 2018, o Governo irá prosseguir com a realização da Reunião de Trabalho sobre o Intercâmbio e a Cooperação Guangdong – Macau na Área da Segurança Alimentar e com a Palestra sobre Segurança Alimentar com Especialistas da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, assim como o alargamento da partilha de informações sobre segurança alimentar na região e actividades de formação de pessoal. Continuará a participar em acções de cooperação no âmbito da segurança alimentar a nível internacional e regional. A par disso, irá reforçar a cooperação e intercâmbio entre as regiões na área de gestão e tecnologia de segurança alimentar, garantindo em conjunto a segurança alimentar.

O Governo da RAEM irá promover a concretização do "Acordo-Quadro para a Promoção da Construção da Grande Baía", reforçando a agilização aduaneira e de mercadorias e, com base no "Acordo de Cooperação entre Zhuhai e Macau, no Desenvolvimento do Estudo de Viabilidade da Aplicação do Certificado Electrónico de Sanidade de Animais Vivos para Consumo Fornecidos para Macau", pretende-se verificar melhor a viabilidade da aplicação do certificado sanitário electrónico. A par disso, irá estudar a simplificação das medidas de inspecção de géneros alimentícios importados do Interior da China, assim como o reforço da cooperação na importação e exportação de géneros alimentícios, para alargar o âmbito de comércio de importação.

Promoção de um estilo de vida verde

O Governo da RAEM continuará a realizar vários projectos de embelezamento e construção de vias, incluindo as obras de melhoramento de passeios do Istmo de Ferreira do Amaral, de Iao Hon e Hipódromo, embelezamento do pavimento da zona de lazer do Reservatório, repavimentação em betume da Rua dos Hortelãos, Rua da Tranquilidade, Avenida do Coronel Mesquita, Avenida da Ponte da Amizade, Avenida Norte do Hipódromo, para proporcionar boas condições de circulação para peões e veículos.

Devido à passagem do tufão "Hato", muitas árvores ficaram danificadas. Em termos de reparação dos espaços verdes, o IACM irá reforçar a cooperação com as instituições de pesquisa científica, no sentido de proceder à avaliação após a catástrofe e elaborar o plano de trabalho a curto, médio e longo prazo. Irá dar-se continuidade ao planeamento e construção de alpendres verdes nas zonas de lazer e locais públicos, assim como se adicionar 50 pontos de apreciação de flores aromáticas em parques e jardins, áreas ajardinadas e zonas de lazer. Além disso, continuar-se-á a realizar exposições de floricultura e respectivas actividades de grande escala, para estreitar a relação entre o Homem e a Natureza.

Em relação aos estragos em cerca de 500 hectares de floresta e 500.000 pés de árvores após a passagem do tufão "Hato", o IACM irá desenvolver, através de cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau em relação à Grande Baía, um plano de recuperação da vegetação florestal das Ilhas de Macau em conjunto com a Administração Florestal da Província de Guangdong e a Faculdade de Ciências da Vida da Universidade Sun Yat-Sen. Entretanto, continuará a concretizar o Plano Quinquenal do Governo da RAEM que visa a protecção ambiental no sentido de efectuar a modificação de um hectare das zonas florestadas e plantadas 1.000 pés de árvores, prosseguindo-se ainda com a plantação de 3.000 pés de mangal no canal de Shizimen, continuará a avançar com a recolha e reutilização das madeiras dos espaços verdes, dará continuidade a realização do plano de recuperação das terras húmidas do Parque de Seac Pai Van, bem como a recuperação das faunas nativas de riacho. Além disso, ocupando 30.000 metros quadrados no Parque de Seac Pai Van, o Jardim Ecológico do Trilho de Plantas Medicinais e Aromáticas e o Jardim de Plantas Medicinais Chinesas do Sul serão concluídos e abertos ao público.

Acompanhar-se-á, activamente, o projecto de construção em conjunto de uma Grande Baía saudável, pretendendo-se melhorar o mecanismo de cooperação no âmbito da construção ecológica e de protecção ambiental, reforçar a cooperação com a região de Hengqin e Zhuhai relativamente às terras húmidas, através da concretização do projecto de troca de pés de mangal, da realização do estudo sobre a possibilidade de criação de terras húmidas interligadas entre Zhuhai e Macau, e procurar demarcar a zona costeira de Hengqin, a zona situada em frente a Macau, como uma área de plantação de mangais. Em conjugação com o mangal de Macau, irá procurar-se criar uma zona de mangal nas margens do rio, estabelecendo um habitat ecológico na costa oeste do Rio das Pérolas para a passagem do Inverno das aves da espécie colhereiro de bico preto (Platalea minor). Por outro lado, criar-se-á um mecanismo de comunicação constante, reforçando a protecção e a comunicação de informação sobre os animais em vias de extinção, combatendo de forma eficaz os actos ilegais que prejudiquem os animais ou plantas em vias de extinção. Em colaboração com a Administração de Inspecção e Quarentena de Entrada e Saída de Zhuhai, desenvolver-se-á a análise da viabilidade de certificados electrónicos de inspecção de pés de árvores e flores de Zhuhai importadas para Macau, implementando, passo a passo, a digitalização dos certificados fitossanitários de pés de árvores e flores importadas para Macau, salvaguardando as suas qualidades.

Manutenção da higiene ambiental

O Governo da RAEM reforçará o sistema contra inundações e marés altas. Em 2018, irá prosseguir com a renovação do sistema de drenagem que se encontra sobrecarregado e realizar a obra de separação de águas pluviais e águas residuais. Entretanto, desenvolver-se-á, a longo prazo e de forma sustentável, planos de melhoramento, incluindo o aumento da altura dos dispositivos de controlo de circuitos, caixas eléctricas das estações elevatórias, instalações de equipamentos de geração de electricidade de reserva, alerta por *SMS* em caso de anomalia nas estações elevatórias, equipamento de monitoramento remoto, substituição gradual por bombas de água com maior capacidade de sucção nas estações elevatórias antigas, com vista a elevar a capacidade do hardware das estações elevatórias; continuar-se-á a substituição de válvulas de retenção deterioradas no Porto Interior, para reduzir a ocorrência do refluxo de água do mar através de tubos de drenagem; irá concretizar-se a construção da drenagem de águas pluviais e da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior e tenciona desenvolver-se, no início de 2018, o processo de concurso, iniciando, o mais rápido possível, a referida obra.

Optimizar-se-á as instalações sanitárias públicas, avançando com o trabalho de renovação, expansão e construção, bem como com o aumento do número de sanitários públicos abertos 24 horas por dia. Lançar-se-á a primeira fase do projecto "Instalações Municipais EasyGo" para dispor de informações sobre os sanitários públicos. A par disso, irá prosseguir-se com a instalação gradual do sistema automático com sensor para abertura das portas dos depósitos do lixo e com o sistema de monitorização da quantidade de lixo, o que constitui uma melhoria para a salubridade ambiental da cidade.

Construção de bairros comunitários harmoniosos

Os Princípios de Vida com Cortesia continuarão a ser o tema central da educação cívica, promovendo os valores fundamentais do "Amor à Pátria e a Macau". Através das actividades "Uma Passeata pelas Ruas de Macau – Conhecer Macau", o "Colóquio sobre Educação Cívica" e a Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau, pretende-se ajudar o público a conhecer melhor a implementação bem sucedida em Macau do princípio "Um País, dois sistemas".

Prevê-se realizar um inquérito de grande escala sobre a educação cívica, para analisar a percepção dos turistas nas qualidades civis dos residentes de Macau e os resultados efectivos das actividades de educação cívica. Tendo como ponto de partida os bairros comunitários, irá desenvolver-se uma vasta gama de actividades de educação cívica de diversos níveis, promovendo o calor humano e a entreajuda, de forma a fomentar uma cultura de harmonia nos bairros comunitários.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2017

Em 2017, seguindo as orientações definidas nas linhas da acção governativa na Área da Economia e Finanças, nomeadamente a "consolidação das bases, desenvolvimento inovador e aumento da força dinâmica; promoção do emprego, empenho na manutenção das condições de vida da população e fomentação do dinamismo", têm sido desenvolvidos uma série de trabalhos para a implementação do posicionamento de Macau em relação à construção de "Um Centro, Uma Plataforma" e à aceleração da diversificação adequada da economia, delineado no 13º Plano Quinquenal Estatal e no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020). Para acelerar a implementação de uma série de medidas beneficiadoras proporcionadas pelo Governo Central a favor de Macau, foram efectuadas visitas a Pequim, respectivamente em Março e Agosto p.p., para realização de reuniões com ministérios e comissões competentes e reforço de contactos em matérias relativas à construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, ao desenvolvimento dos sectores de convenções e exposições e financeiro com características próprias, ao reforço da segurança financeira e à formação de talentos, entre outras. Além disso, sob orientações uniformizadas definidas pelo Governo da RAEM, foram lançadas, imediatamente após a passagem do tufão "Hato", diversas medidas de apoio, procurando ajudar as PMEs e residentes locais a ultrapassar as dificuldades encontradas.

I. Promoção do desenvolvimento das indústrias pautado pela elevação da sua qualidade e impulso à diversificação adequada da economia

1. Promoção do desenvolvimento de convenções e exposições com "Prioridade às Conferências" e impulso ao melhoramento da qualidade e da eficácia do sector

Foram implementados e optimizados os planos de apoio às convenções e exposições, sendo revista continuamente a eficácia das medidas de apoio ao sector, desenvolvido o Programa de "Embaixador de Convenções" e impulsionado o sector MICE a elevar a sua reputação internacional e introduzir em Macau mais conferências e exposições de larga escala, dando apoio ao sector MICE na elevação do nível de profissionalismo e na resolução das dificuldades em recursos humanos.

Este ano, foram realizadas no território várias conferências e exposições internacionais de larga escala e introduzidas em Macau, nos primeiros oito meses, um total de 16 conferências com mais de mil participantes cada. Foram convidadas seis personalidades de grande prestígio e especializadas como "Embaixadores de Convenções", para ajudar Macau a introduzir e estabelecer no território mais convenções regionais / internacionais. Foi concluída a revisão do Plano de Estímulo às Convenções e Exposições e do Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais, tendo sido continuamente revista a

eficácia das medidas de apoio e fiscalizada a situação do uso dos respectivos montantes já atribuídos, através dos mecanismos de fiscalização, nomeadamente a avaliação prévia e a inspecção *in loco*.

Até Setembro do corrente ano, um total de 7 feiras e exposições locais foram certificadas pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), tendo Macau sido avaliado pela 13.ª edição do Relatório Anual da Indústria de Exposições da Ásia da UFI, como o mercado de exposições com melhor desempenho da Região Ásia-Pacífico, nos últimos cinco anos.

2. Impulso para o desenvolvimento saudável e ordenado da indústria do jogo e introdução de mais elementos não relacionados com o jogo

Tem sido controlado rigorosamente o aumento dos casinos e das mesas de jogo, reforçada a fiscalização das actividades do jogo e do funcionamento dos casinos, e exortado o sector para explorar as suas actividades de forma honesta e conforme a lei. Foram envidados esforços na fiscalização sobre as concessionárias e promotores de jogo no âmbito de auditoria específica e verificação, tendo sido elaborado um guia de fiscalização às operadoras de apostas mútuas e aperfeiçoados os diplomas e regulamentos legais relacionados com o sector do jogo. Foi dado impulso às operadoras de jogo para aplicar mais recursos nos elementos não relacionados com o jogo, dar preferência à aquisição de bens e serviços fornecidos por empresas locais, tendo sido aperfeiçoadas a recolha e análise dos dados respectivos. Foi ainda promovido o jogo responsável e reforçado o combate contra as actividades ilegais do jogo, exploradas e promovidas por meio de *websites* falsos e aplicativos móveis.

3. Apoio ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa e reforço da promoção e do intercâmbio com o exterior

Foram fomentados os trabalhos de captação de investimento e de construção de *hardware* do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, para que mais empresas locais e as de renome do Interior da China possam instalar-se no Parque. Foram reforçados a cooperação regional e o intercâmbio internacional na área de medicina tradicional chinesa, tendo sido implementados os projectos de cooperação com as províncias de Guangdong e Sichuan na indústria de medicina tradicional chinesa e explorada a cooperação com a Província de Fujian na mesma área, tendo ainda sido promovido estudo para o reforço da cooperação com outras províncias e regiões do Interior da China. Foi prestado apoio às empresas na promoção dos seus produtos nos países de língua portuguesa, nomeadamente em Moçambique e Portugal, tendo acompanhado os trabalhos ligados ao registo internacional e à importação e exportação de produtos relacionados, e prestado apoio para a conclusão dos trabalhos de registo, com sucesso, de dois produtos de medicamentos tradicionais chineses em Moçambique, em Setembro p.p., sendo um deles produzido por uma empresa de fabricação de produtos de medicina chinesa de Macau. Por outro lado, deu-se continuidade aos esforços na formação e nas acções promocionais alusivas à medicina tradicional chinesa.

4. Promoção activa do desenvolvimento do sector financeiro com características próprias de Macau

Procedeu-se ao aperfeiçoamento dos regimes jurídicos e foram lançadas medidas de apoio, tendo sido criados processos de facilitação nos âmbitos do registo comercial, da apresentação dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes e dos pedidos de residência temporária de quadros dirigentes e técnicos especializados, a favor das empresas financeiras com características próprias, tendo-se envidado esforços para atrair a vinda e estabelecimento de mais sociedades de locação financeira de qualidade em Macau. Foram levados a cabo, em simultânea, a introdução e o reforço da formação, com vista a acelerar a criação de equipas com quadros qualificados na área financeira com características próprias. Tem sido promovida a cooperação financeira regional no sentido de alargar espaços de desenvolvimento para o sector.

5. Optimização do conteúdo e estrutura da indústria transformadora e criação de condições favoráveis para o seu desenvolvimento

Concluiu-se o estudo sobre o desenvolvimento do tecido industrial de Macau, tendo sido criado o "Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento da Indústria Transformadora" e tomadas como ponto de partida as indústrias de produção de medicamentos e produtos alimentares e saudáveis e de fabricação do vestuário de alta qualidade, de modo a impulsionar a elevação da qualidade do desenvolvimento do sector industrial de Macau. Foram lançadas medidas para a execução da inspecção prévia dos produtos alimentares de Macau exportados para o Interior da China, tendo sido estudado o estabelecimento do regime de certificação da "Marca de Boa Qualidade". Deu-se apoio às empresas no melhor aproveitamento das medidas preferenciais do Acordo CEPA, incluindo as aplicadas em meados no ano em curso sobre a introdução de mais 27 mercadorias isentas de direitos aduaneiros e a revisão dos critérios de origem de 10 mercadorias, alargando assim o espaço de desenvolvimento do sector empresarial local. Foi alargado ainda o âmbito do apoio financeiro para utilização dos "Serviços de Envio de Produtos ao Exterior para Testes e Análises", incluindo produtos de protecção ambiental.

II. Apoio à inovação e desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas

1. Optimização dos diversos planos de apoio e serviços a favor das pequenas e médias empresas, intensificando o apoio ao sector empresarial

Concluiu-se a revisão do "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", proporcionando uma segunda oportunidade de ajuda a favor das empresas beneficiárias deste Plano, com montante de apoio anteriormente concedido já reembolsado. Concluiu-se ainda a revisão do "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", tendo sido aumentado o montante máximo de crédito fixado no âmbito do Plano para 7 milhões de patacas. Têm sido optimizados os diversos serviços dirigidos às PMEs, tendo lançado o serviço da "marcação *online* para a entrega de serviços ao domicílio". Nos primeiros oito meses de 2017, foram atendidos mais de 200 pedidos de informações através dos 7 postos

para recepção de documentação. Os "assistentes de ligação empresarial" visitaram cerca de 1.850 estabelecimentos comerciais.

2. **Promoção da economia dos bairros comunitários e melhoramento do ambiente de negócios para prestar ajuda às empresas na exploração das suas oportunidades de negócios**

Através do plano de apoio destinado às convenções e exposições, foi introduzido um novo subsídio de transporte para os visitantes profissionais de feiras e convenções na sua deslocação aos bairros comunitários locais e, mediante cooperação interdepartamental, foram prestados aos participantes estrangeiros serviços de "Excursão em Macau" e serviços de "Guia turística a Bairros Comunitários" a várias actividades de convenções e exposições, estimulando os visitantes profissionais de feiras e exposições para visitarem e consumirem nos diferentes bairros locais, dinamizando assim o desenvolvimento económico dos bairros comunitários locais. Foi prestado apoio às associações na realização de acções promocionais de consumo nos bairros comunitários, tendo sido lançados o plano de acesso gratuito a Wi-Fi em vias públicas e a plataforma de promoção para as micro, pequenas e médias empresas - "Divertir-se com Alegria em Macau", orientando os turistas a entrarem e consumirem nos bairros comunitários. Foram promovidos trabalhos de estudo e investigação científica sobre o desenvolvimento económico dos bairros comunitários, bem como os de acompanhamento, melhorando, deste modo, o ambiente de negócios nestes bairros. Foi elaborado o "Guia de Negócios para as PMEs Locais", fornecendo informações comerciais às PMEs.

3. **Estímulo à aquisição de bens e serviços junto das empresas locais, alargando-se a rede de vendas das PMEs**

Foi prestado apoio às associações comerciais locais na realização do "Programa de parceria de aquisição junto das pequenas e médias empresas locais (PMEs)", em cooperação com as seis grandes empresas de turismo e lazer integrado, e foram promovidas mais empresas locais com necessidades de compra de produtos, a darem prioridade à aquisição de bens e serviços fornecidos pelo sector empresarial local.

4. **Apoio ao desenvolvimento do comércio electrónico, encorajando as PMEs a aproveitarem o comércio electrónico para desenvolver as suas actividades**

Foi lançado o "Plano de formação do comércio electrónico para as PMEs", tendo sido realizados seminários de formação do comércio electrónico e convidados formadores profissionais com experiência para leccionarem cursos ou palestras com conteúdo ajustado às necessidades reais do mercado de Macau, inspirando as empresas a terem ideias sobre empreendedorismo e inovação. Deu-se impulso às empresas para participarem na Semana Dinâmica de Macau e em outras actividades para alargar a sua rede de negócios, promovendo a exploração pelas PMEs do mercado do Interior da China através do modelo de comércio electrónico transfronteiriço. Foram realizadas negociações com as autoridades competentes do Interior da China para, tomando como ponto de partida o Distrito de

Nansha, promover, em conjunto, a implementação das medidas de facilitação alfandegária no âmbito do comércio electrónico transfronteiriço de mercadorias transportadas de Macau para o Interior da China, por via terrestre, em Nansha, tendo sido entregue no mesmo distrito, em meados de Agosto, o primeiro lote das mercadorias de Macau, transaccionadas através do supracitado modelo. Foram revistas as "Medidas de Incentivo para a Promoção do Comércio Electrónico (Utilização da Plataforma B2C)" com vista a encorajar mais empresas para desenvolverem as suas actividades por meio do comércio electrónico.

5. Apoio às empresas na sua participação em feiras e convenções, no sentido de desenvolver os seus negócios

De Janeiro a Agosto do corrente ano, foram concedidos subsídios a 374 empresas e organizações associativas para participarem nas 19 feiras realizadas localmente, e a 56 empresas e organizações associativas para participarem em outras 16 feiras no exterior. Deu-se continuidade à promoção dos produtos "Fabricados em Macau" e "Concebidos em Macau" através do "Macao Ideas" e das plataformas do interior e exterior de Macau.

6. Aperfeiçoamento dos procedimentos e apoio às pequenas e médias empresas na atenuação do problema da falta de recursos humanos

Sob a premissa de garantir o emprego dos residentes locais e assegurar que não sejam lesados os seus direitos e interesses laborais, nem afectada a rigorosidade na apreciação dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes, têm vindo a ser aperfeiçoados os procedimentos dos mesmos pedidos apresentados por micro, pequenas e médias empresas com características próprias, tendo ainda lançado, em Maio do corrente ano, o serviço de mensagem de alerta sobre o termo do despacho de autorização de trabalhadores não residentes.

7. Promoção da elevação da qualidade do desenvolvimento e da exploração de actividades com honestidade e credibilidade do sector empresarial, elevando a confiança no consumo

Foram realizados vários *workshops* e palestras com temas sobre a estratégia de marca, gestão, comércio electrónico, cultura criativa, promoção de produtos, etc., procurando assim prestar ajuda às micro, pequenas e médias empresas na elevação do nível da gestão e no aumento da sua competitividade. Foram simplificados os procedimentos respeitantes aos pedidos de adesão, no sentido de encorajar as empresas a aderir ao sistema de "Lojas Certificadas". Através da cooperação interdepartamental, foram realizadas, junto dos estabelecimentos comerciais, palestras sobre a protecção da propriedade intelectual, as formalidades respeitantes ao registo da marca e a Lei da Protecção de Dados Pessoais, com vista a elevar a sua consciência para conhecer e cumprir a lei. Procedeu-se ao reforço da supervisão e ao aperfeiçoamento dos indicadores respectivos, tendo sido prestado apoio e orientação aos estabelecimentos comerciais através da inspecção anual *in-loco*, promovendo, deste modo, a exploração das suas actividades com honestidade e credibilidade. Foi criado o mecanismo de Lojas Certificadas *Online*, tendo sido desenvolvido um estudo para o

aperfeiçoamento do mecanismo de tratamento de queixas, com a finalidade de aumentar a confiança no consumo.

III. Apoio ao desenvolvimento dos jovens no emprego e na criação de negócios

1. Apoio aos jovens no emprego e no desenvolvimento das suas técnicas

Foram realizadas continuamente duas edições do curso de "Formação em aprendizagem", que contaram com um total de 45 formandos, tendo sido prestado apoio aos formandos para obterem o certificado de qualificação profissional. Foram feitas diligências para os formandos participarem nos testes de técnicas para os respectivos tipos de trabalho, tendo 39 formandos (pessoas físicas) obtido o certificado de qualificação profissional para electricista de reparações dos níveis elementar ou intermédio. Em cooperação com escolas e associações, tem sido prestado, aos jovens, o serviço de aconselhamento sobre planeamento da carreira profissional e acesso ao emprego, e organizada a "Feira de emprego para jovens 2017", em cooperação com associações civis.

2. Implementação de medidas de apoio e serviços diversificados para o empreendedorismo e inovação juvenil

Foi optimizado o "Plano de apoio a jovens empreendedores", tendo sido alargado o âmbito dos seus beneficiários, simplificados os procedimentos de pedido, introduzidos novos requisitos para a frequência de cursos de formação e optimizado o mecanismo de fiscalização após a concessão do apoio, etc., a fim de apoiar, de forma mais acertada, o crescimento das empresas *startups*. Desde o lançamento do Plano até Agosto do corrente ano, foram aprovados, cumulativamente, 1.061 pedidos, 48% dos quais foram do sector do comércio a retalho, sendo a taxa de sobrevivência das empresas beneficiárias de 86%. Tem vindo a ser valorizada, de forma continuada, a função do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens, optimizando-se continuamente os serviços do Centro. Deu-se continuidade à organização de cursos de formação e *workshops* relativos ao empreendedorismo, prestando formação aos jovens em empreendedorismo e na exploração de negócios. Foram ainda envidados esforços para ajudar as empresas criadas por jovens empreendedores a resolver as dificuldades sentidas em matéria de recursos humanos na fase inicial de exploração dos seus negócios.

Foi prestado apoio aos jovens na criação de negócios, em cooperação com as associações civis locais, tendo sido lançado o Programa de Orientação de Empreendedorismo Juvenil, liderando as empresas para a formação de um círculo comercial com mentores, procurando a transmissão de conhecimentos e experiências dos mentores para os jovens empreendedores através da realização de encontros de intercâmbio e visitas de estudo, seminários, sessões de partilha de experiências, entre outros. Foi dada continuidade ao Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude, mobilizando empresas para participarem no "*Workshop* de Empreendedorismo e Inovação para *Startups*", bem como no "Campo de Formação Especial de Empreendedores de Shenzhen, Hong Kong e Macau" realizado em Shenzhen, para efeitos de preparação para

a competição. A etapa final da competição da zona de Macau foi realizada em Setembro p.p., tendo as equipas vencedoras sido recomendadas para a participação no "Concurso de Inovação e Empreendedorismo dos Jovens de Qianhai, Shenzhen, Hong Kong e Macau" realizado no segundo semestre do corrente ano.

3. Jovens encorajados para participarem na cooperação regional, nomeadamente na construção da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, explorando oportunidades de negócios

Em cooperação com os centros de apoio ao empreendedorismo juvenil de Cantão, Zhuhai e Shenzhen, foram proporcionados aos jovens empreendedores de Macau, espaço de trabalho e serviços de apoio em matérias jurídicas e fiscais para a criação dos seus negócios. Através do reconhecimento mútuo de projectos de empreendedorismo juvenil, foram recomendados jovens de Macau a entrarem em centros de incubação de negócios do Interior da China. Foi prestado ainda apoio a jovens e estudantes de Macau que frequentam instituições de ensino superior no Interior da China na obtenção de oportunidades de estágio, em prol do seu crescimento e desenvolvimento através da experiência prática.

4. Impulso ao intercâmbio e cooperação entre as empresas empreendedoras de Macau, do Interior da China e dos países de língua portuguesa

Foram executados os trabalhos preparatórios para a criação do "Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa", cuja entrada em funcionamento está prevista para este ano. Foi organizada uma delegação composta por jovens de Macau, Qianhai e Hengqin para efectuarem uma visita de estudo a Lisboa, Portugal, tendo também sido enviado convite para a vinda de uma delegação composta por jovens empreendedores de Portugal para realizarem uma visita de estudo a Macau, impulsionando desta forma a cooperação na área de inovação e empreendedorismo entre os jovens da China e dos países de língua portuguesa, através de visitas e intercâmbios mútuas entre as duas partes.

IV. Garantia do emprego dos residentes e elevação da qualidade de emprego

1. Organização de cursos de formação diversificados, encorajamento para a obtenção de certificados de qualificação profissional e apoio aos residentes no auto-aperfeiçoamento e auto-valorização

Desde o início do ano até Agosto, foram organizados aos trabalhadores no activo, 176 cursos de formação profissional, com um total de 3.718 formandos (pessoas físicas), tendo esses cursos abrangido tipos de trabalhos em obras de manutenção, transportes, construção civil e outros sectores. Foram ainda realizados 33 cursos de formação com certificação que contaram com a participação de 704 formandos (pessoas físicas) e uma taxa de aprovação de 75%. Foi co-organizado com as operadoras de jogo e associações locais o "Curso de formação sobre desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo" , tendo sido proporcionadas, este ano, 1.900 vagas para formandos.

Em cooperação com instituições do Interior da China, foram lançados mais tipos de trabalhos em diferentes níveis de testes de técnicas profissionais com certificação. Até Agosto do corrente ano, 2.364 pessoas físicas obtiveram certificados de qualificação profissional emitidos pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais ou do Interior da China. No corrente ano, foi introduzida a certificação para mais 4 tipos de trabalho.

Através de visitas inspectivas e inquéritos feitos nas aulas, foi realizada uma avaliação da eficácia dos cursos de formação ou dos testes de técnicas, em conjugação com diferentes indicadores, como a taxa de aprovação em testes dos cursos com certificação, taxa de aprovação nas entrevistas para cursos de formação em serviço e taxa de sucesso na admissão a emprego, tendo sido reforçadas as diversas medidas de fiscalização e optimizada a eficácia da formação. Procedeu-se ao aperfeiçoamento do "Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações", visando fornecer cursos de formação de melhor qualidade aos trabalhadores activos ou aos profissionais com interesse na mudança do seu emprego. Desde o início do ano até ao final de Agosto, 83 indivíduos foram admitidos ao emprego por encaminhamento, no âmbito do Plano supracitado. Deu-se continuidade à organização de cursos, como o "Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca", ajudando os trabalhadores locais afectados por impactos derivados pelo desenvolvimento do sector ou da economia local a elevar a sua competitividade.

2. Optimização dos serviços de apoio ao emprego e apoio aos residentes na integração laboral ou na mudança de emprego

Têm sido prestados serviços de assistência aos empregadores e trabalhadores, nomeadamente, registo de pedidos de emprego *online*, conjugação de emprego, prestação de informações e recomendações sobre cursos de formação, etc. Foram organizados cursos de formação intensivos de técnicas com alvos definidos para candidatos a emprego sem os requisitos necessários de qualificação profissional para a profissão a que se candidatam. Foi providenciado apoio aos trabalhadores locais no tratamento dos seus conflitos laborais, proporcionando-lhes serviços de conjugação de emprego e encaminhamento profissional, etc. Foi lançada, no quarto trimestre do corrente ano, a "plataforma para conjugação do emprego *online*", com vista a elevar a eficácia do serviço de conjugação de emprego.

3. Apoio ao emprego para os indivíduos mais desfavorecidos, com deficiência e idosos

Têm sido prestados, à comunidade mais desfavorecida e indivíduos com baixos rendimentos, serviços de conjugação de emprego, orientação profissional e recomendação sobre cursos de formação. Em cooperação com as escolas de ensino especial e entidades de reabilitação, têm sido fornecidas regularmente informações sobre emprego e aconselhamento. Forneceu-se o serviço de conjugação de emprego a empregadores e indivíduos com deficiência. Desde o início do ano até ao final de Agosto, 51 indivíduos com deficiência procederam ao registo de pedido de emprego, dos quais, 43 foram admitidos com sucesso por conjugação de emprego. Foram organizados, em colaboração com entidades respeitantes, cursos para idosos, nomeadamente o de acompanhante pós-parto, o de cozinha ocidental, entre outros. É prevista, no quarto trimestre, a realização da actividade

"Prémios de excelência para os melhores trabalhadores seniores" em co-organização com o Instituto de Acção Social.

4. Realização de acções de fiscalização do trabalho de natureza preventiva e de actividades de divulgação e sensibilização relevantes e protecção dos direitos e interesses laborais

Têm sido reforçadas as vistorias, acções de divulgação e sessões de esclarecimento, com vista a garantir os direitos e interesses laborais dos trabalhadores. De Janeiro a Agosto do corrente ano, foram realizadas um total de 35 vistorias a 15 estaleiros de construção de grande dimensão, procedendo-se à inspecção do trabalho, tendo sido encontradas cerca de 6.600 pessoas físicas abrangidas pelo mecanismo de saída de trabalhadores não residentes. Foi tomada iniciativa para realizar sessões de esclarecimento sobre a saída de trabalhadores não residentes junto dos subempreiteiros. Entre Janeiro e Agosto do corrente ano, foram constituídos 1.273 processos sobre conflitos laborais, correspondendo a uma redução de 36% face ao mesmo período do ano transacto, sendo registada uma significativa redução do número total de processos de conflito laboral. Paralelamente, concretizaram-se acções de combate ao trabalho ilegal, em cooperação com os serviços competentes.

5. Gestão rigorosa dos trabalhadores não residentes e garantia da prioridade dos residentes no acesso ao emprego

Tem-se empenhado na apreciação rigorosa dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes nos termos da lei, reforçando a supervisão e procedendo-se a um ajustamento atempado. Desde o início do ano até Agosto, foram apreciados 21.509 processos de pedido, representando uma redução homóloga de 11.385 em comparação com o mesmo período do ano passado, correspondendo a uma diminuição de 34,6%. Foi dada continuidade à fiscalização do número de trabalhadores não residentes dos níveis elevado e intermédio das operadoras de jogo e sua saída ordenada para proporcionar mais oportunidades aos trabalhadores locais para o desempenho de cargos de chefia dos níveis elevado e intermédio. Até Agosto do corrente ano, a percentagem de trabalhadores locais que desempenhavam cargos de chefia dos níveis elevado e intermédio nas seis operadoras de jogo era de 87%. A emissão de autorizações de contratação de trabalhadores não residentes para o sector da construção foi feita de acordo com o andamento das obras e as necessidades concretas, tendo sido implementado o mecanismo de saída em questão. Foi elaborado o relatório relativo à "Análise da situação geral dos trabalhadores não residentes e dos recursos humanos", sendo analisada a distribuição dos trabalhadores não residentes por sectores e ocupações profissionais.

6. Reforço das acções de promoção e gestão da segurança e saúde ocupacional

Reforçaram-se, de forma mais abrangente, as vistorias aos estaleiros de obras de construção, tendo sido aplicada a medida de "punição imediata e suspensão imediata de trabalho" para os trabalhos com procedimentos de alto risco e acompanhando-se de perto o andamento dos trabalhos de melhoria nos estaleiros infractores e a retoma dos trabalhos.

Desde o início do ano em curso até Agosto, foram feitas 2.266 vistorias a estaleiros de obras de construção, tendo sido aplicadas 134 sanções devido a infracções e emitidas 74 ordens de suspensão de trabalhos. Na sequência de vários acidentes de trabalho graves ocorridos em meados de Julho p.p., foram inspeccionados, de forma exaustiva, os 558 estaleiros de construção ou locais de trabalho dispersos por todo o território e emitidas 31 ordens de suspensão de trabalhos. Foram desenvolvidas, de modo multidimensional, as acções de divulgação e promoção de segurança e saúde ocupacional junto dos trabalhadores de diferentes sectores de actividade económica locais. Foram lançados vários planos de promoção para fornecimento de equipamento de segurança e saúde ocupacional, tendo sido realizados a primeira edição do "Curso com certificado para chefe de segurança e saúde ocupacional" e o "Curso intensivo com diploma em segurança e saúde ocupacional".

7. Aperfeiçoamento dos diplomas e regulamentos do âmbito de trabalho

Continuou-se a alteração do "Regime de licenciamento de agências de emprego e seu funcionamento". No terceiro trimestre, realizaram-se consultas públicas sobre a alteração da "Lei das relações de trabalho" e a produção legislativa da "Lei das relações de trabalho a tempo parcial", sendo efectuada no quarto trimestre uma consulta pública sobre a plena implementação do salário mínimo. Procedeu-se à elaboração da proposta de lei sobre as "Regras de gestão do pessoal nas obras de empreitada em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras". Continuou-se a dar acompanhamento à alteração do "Regulamento de higiene e segurança no trabalho da construção civil" e do "Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil". Procedeu-se à revisão da situação de implementação da lei sobre o "Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial".

V. Impulso à construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa"

1. Implementação da nova medida do Estado sobre a prestação de apoio à Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Foi estabelecida em Macau a Sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, com a cerimónia de descerramento da placa realizada em Junho p.p., prestando serviços às empresas de Macau com necessidades, incluindo as PMEs, tendo sido desenvolvidos os trabalhos preparatórios para a divulgação e promoção no exterior. Prevê-se que se procedam, no 4º trimestre do ano em curso, às apresentações com tema de promoção do sistema financeiro de Macau com características próprias, nas zonas vizinhas tais como em Cantão, Zhongshan e Zhuhai, etc., através da cooperação interdepartamental. Além disso, os trabalhos preparatórios da criação da "Federação Empresarial da China e dos Países de Língua Portuguesa" foram desencadeando continuamente.

2. **Impulso à construção dos "Três Centros" e melhoramento da função do "Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa"**

Deu-se prosseguimento ao impulso à construção do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, tendo sido instalados, em várias cidades do Interior da China e em vários lugares em Macau, pontos de exposição do Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, e organizada a Exposição Especial dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa na Casa-Museu da Taipa. Foram realizadas a "Sessão de Apresentação e as Bolsas de Contacto alusiva aos Produtos dos Países de Língua Portuguesa" e feiras em várias cidades do Interior da China. Procedeu-se à integração dos elementos de convenções e exposições e da plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, valorizando a função de Macau como "Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e melhorando, de forma contínua, a função do "Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa", sendo disponível o serviço de inscrição *online* nas actividades de convenções e exposições.

3. **Lançamento dos trabalhos contínuos para o aprofundamento da cooperação nas áreas económica e comercial, do investimento e de convenções e exposições nos dois sentidos, entre Macau, o Interior da China e os países de língua portuguesa**

Foram organizadas uma delegação de representantes das províncias e regiões «9+2» do Pan-Delta do Rio das Pérolas para contactos e assuntos de negócios no Brasil e em Portugal, uma delegação empresarial composta por empresários de Macau e de Fujian para visitar Cabo Verde, bem como delegações de representantes dos governos e instituições financeiras de Macau e do Interior da China para visitas de estudo e intercâmbio em Portugal. Foram endereçadas convites e prestou-se apoio às empresas dos países de língua portuguesa para participarem nas actividades económicas e comerciais realizadas no Interior da China. Foi realizada no corrente ano, pela primeira vez, a "Cimeira sobre a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas", tendo sido celebrados, na Cimeira, vários acordos de cooperação entre empresas dos países de língua portuguesa, empresas estatais centrais da China e empresas de Macau.

4. **Promoção da cooperação nas áreas da capacidade produtiva e financeira com os países de língua portuguesa, realização de cursos práticos sobre o comércio com os países de língua portuguesa e aperfeiçoamento do sistema de seguro de crédito para importação, exportação e trânsito de mercadorias**

Foram realizadas, em Macau, no Interior da China e nos países de língua portuguesa, actividades sob o tema da cooperação industrial e financeira, nomeadamente palestras, seminários e visitas de estudo, promovendo o intercâmbio e parceria entre as empresas do Interior da China, de Macau e dos países de língua portuguesa. Deu-se continuidade às

negociações com as instituições de seguros locais e do Interior da China e foram reforçadas a comunicação e a coordenação com as seguradoras de crédito de Portugal para acelerar o melhoramento do sistema de seguro de crédito para importação, exportação e trânsito de mercadorias.

VI. Participação na construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" em conjugação com as vantagens de Macau

1. Valorização das vantagens detidas pelos sectores locais de convenções e exposições, da medicina tradicional chinesa e financeiro com características próprias, participando, de forma activa, na construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e promovendo a sua integração orgânica com a função da plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa

Valorizou-se a função do ponto de acção de Macau no âmbito da iniciativa de "Uma Faixa, Uma Rota", organizando, de melhor forma, actividades de convenções e exposições de diversos temas, nomeadamente o "Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas", enriquecendo as actividades locais de convenções e exposições com elementos de "Uma Faixa, Uma Rota" e organizando empresas para a participação nas actividades económicas e comerciais subordinadas ao tema "Uma Faixa, Uma Rota". Tem sido dada ajuda à participação na construção de "Uma Faixa, Uma Rota", maximizando as vantagens detidas pelos sectores empresariais locais, designadamente o da medicina tradicional chinesa e o financeiro com características próprias.

2. Participação activa na construção e cooperação no âmbito da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau

De acordo com o planeamento unificado do Governo da RAEM, a Área da Economia e Finanças tem participado activamente nos trabalhos relacionados com a construção desta Grande Baía, marcando presenças em fóruns, seminários e encontros de estudo e de investigação sobre este tema, no sentido de apresentar opiniões sobre a participação na sua construção. Além disso, durante a Feira de Produtos de Marca de Guangdong e Macau do corrente ano, foi realizado o "Fórum sobre a Cooperação Económica no seio da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", no qual foi abordado o tema principal dos "Efeitos Radiais e Impacto derivados da Função da Plataforma Sino-Lusófona".

VII. Participação activa na cooperação regional e aprofundamento do intercâmbio e dos contactos com as províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, nomeadamente Guangdong e Fujian, e outras províncias e cidades do Interior da China

1. Aprofundamento global da cooperação Macau-Guangdong em todas as vertentes, explorando mais áreas de cooperação

Foi promovida a construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong e Macau na ilha de Hengqin, tendo sido concedido apoio às empresas respeitantes no aceleramento

do seu estabelecimento no Parque, continuando-se a dar acompanhamento ao processo de recomendação dos projectos relevantes. Foi aprofundada a cooperação e intensificado o intercâmbio entre ambas as partes nas áreas económica e comercial, de convenções e exposições, do empreendimento juvenil, entre outras, tendo sido dada continuidade à organização conjunta da Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau e da Feira de Produtos de Qualidade de Macau – Cantão, e endereçado um convite à Província de Guangdong para ser província parceira da edição da Feira Internacional de Macau do corrente ano. Foram organizadas bolsas de contacto entre as empresas *startups* e empresas dos países de língua portuguesa, tendo sido organizados representantes dos países de língua portuguesa, das associações comerciais e das PMEs de Macau para uma visita de estudo às vilas características de Zhongshan e Zhuhai, organizada ainda uma delegação de Portugal, composta por jovens empresários e representantes do sector financeiro, para vir visitar Macau e efectuar uma visita de estudo a Shenzhen. A Zhongshan 760-Área Interactiva de Macau foi oficialmente inaugurada, proporcionando mais espaço de desenvolvimento para o empreendedorismo e emprego juvenil de ambas as partes. Foi promovida a cooperação com o Centro de Incubação da zona-piloto de comércio livre de Guangdong, prestando serviços de apoio aos empreendedores juvenis das duas jurisdições nos procedimentos administrativos e na consultadoria sobre a criação de novos negócios naquela zona. Além disso, a cooperação entre Guangdong e Macau na indústria da medicina tradicional chinesa foi aprofundada de forma contínua.

2. Fortalecimento da cooperação e intercâmbio económico e comercial com a Província de Fujian e as províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas

Organizou-se uma delegação composta por representantes da China Continental e de Macau, incluindo da Província de Fujian, para participar no "Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa", realizado em Cabo Verde, tendo sido efectuada ainda uma visita de estudo a São Tomé e Príncipe juntamente com os representantes da Província de Fujian. Foi reforçada a cooperação com Fujian na área de medicina tradicional chinesa, sendo desenvolvidas negociações e bolsas de contacto com as empresas de tecnologia médica de Fujian.

Foi aprofundada a cooperação económica e comercial entre Macau e as províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, dando-se continuidade à realização do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2017 (MIECF), tendo sido convidados representantes destas províncias e regiões para participarem no "8º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas" e em outras actividades de convenções e exposições, e organizadas delegações compostas por representantes das mesmas províncias e regiões para visitas de estudo aos países de língua portuguesa. Verificou-se um avanço ordenado dos trabalhos preparatórios para a criação do Parque Industrial de Cooperação entre Jiangsu e Macau. Têm sido reforçados ininterruptamente o intercâmbio e a cooperação entre Hong Kong e Macau na área económica e na propriedade intelectual, sendo prevista a celebração do "Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre Hong Kong e Macau" no 4º trimestre do presente ano.

3. **Apoio ao sector empresarial para o aproveitamento das oportunidades derivadas do Acordo CEPA e promoção da actualização global do Acordo CEPA**

Foi dada continuidade ao impulsionamento dos diversos trabalhos preparatórios para a actualização global do Acordo CEPA, procurando-se celebrar, ainda este ano, o "Acordo de investimento" e o "Acordo para a Cooperação Económica e Científica" e dar início às acções de divulgação e esclarecimento sobre esta matéria. Têm sido desenvolvidos esforços contínuos para que mais mercadorias passem a beneficiar-se da isenção de direitos aduaneiros e sejam revistos critérios de origem no âmbito do Acordo CEPA.

VIII. Optimização do regime de administração financeira pública e manutenção da estabilidade e salubridade do sistema financeiro

1. **Aperfeiçoamento dos trabalhos relativos às finanças públicas e à administração fiscal.**

Concluiu-se a legislação da "Lei de Enquadramento Orçamental", tendo sido criado o regime do uso de dotações afectadas, procedendo-se à regulamentação rigorosa relacionada com a elaboração, exame, aprovação, execução e alteração do orçamento, bem como com a elaboração e a apreciação das suas contas finais e do relatório sobre a execução do orçamento, e com os orçamentos de despesas plurianuais, etc. Foi promovido o trabalho de revisão do regime de aquisição de bens e serviços, sendo concluídos os trabalhos da fase preliminar do estudo da legislação. A partir do dia 1 de Maio do corrente ano, foram implementadas, a título experimental, as "Instruções para a publicitação da informação relativa às aquisições por parte dos Serviços sob a alçada da Secretaria para a Economia e Finanças" e reforçada a divulgação das informações sobre as aquisições dos diferentes serviços públicos. O novo "Regime jurídico da troca de informações em matéria fiscal" entrou em vigor a 13 de Junho do corrente ano e tem-se continuado a promover trabalhos de revisão e legislação relativos ao "Estatuto dos Contabilistas" e seus regulamentos complementares, o "Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios", o "Regulamento do Imposto do Selo" e a Tabela Geral do Imposto do Selo.

2. **Optimização da gestão da Reserva Financeira**

Foi optimizado o peso dos investimentos de natureza "sub-contratual", consolidando a base das receitas de médio e longo prazo. Procedeu-se ao estudo relativo à contratação de sociedades de consultoria de investimento profissional, para que as mesmas prestem apoio na selecção de sociedades gestoras de activos de natureza "sub-contratação" e na avaliação dos resultados de investimentos obtidos por elas. Foi promovida, de forma ordenada, a Reserva Financeira para a participação na cooperação regional, sendo reforçada a diversificação dos investimentos no sentido de participar e ajudar o Estado na construção de "Uma Faixa, Uma Rota". Foi impulsionada a preparação da criação do Fundo para o Desenvolvimento e Investimento de Macau, tendo sido iniciados os estudos preliminares legislativos sobre a questão.

3. Aperfeiçoamento das infra-estruturas financeiras e reforço da gestão e controlo dos riscos financeiros

O sistema electrónico de liquidação de títulos de Macau entrou em funcionamento no terceiro trimestre do corrente ano, tendo sido acelerada a criação de uma base central de dados de informações de créditos. Com a finalidade de intensificar a supervisão e os estudos científicos, o grupo de gestão de crises, tutelado pela AMCM, procedeu à supervisão contínua e à definição de medidas de prevenção, em tempo oportuno, em resposta a eventuais riscos ou impactos sobre a área financeira local motivados por mudanças de factores externos, com vista a manter a segurança e a estabilidade do sistema financeiro do território. Foi concretizado o sistema de monitorização *"online"* em relação ao levantamento de dinheiro através de cartões bancários emitidos no Interior da China, tendo sido concluída a implementação do procedimento de "conheça o seu cliente" («Know your customer» — KYC) em todas as máquinas ATM de Macau, em relação ao levantamento de dinheiro com cartões "Union Pay" emitidos na China Continental. Realizaram-se os trabalhos de revisão do Regime Jurídico do Sistema Financeiro, tendo-se auscultado as opiniões do sector sobre eventuais melhoramentos a serem introduzidos neste Regime.

4. Reforço da supervisão do sector de seguros e aperfeiçoamento dos respectivos regimes em prol da promoção do desenvolvimento do sector

Deu-se acompanhamento aos trabalhos preparatórios preliminares relativos à consulta de opiniões junto do sector sobre a revisão do "Regime jurídico da actividade seguradora", tendo sido finalizados os trabalhos legislativos de regulamentos administrativos, entre outros, o "Seguro obrigatório de responsabilidade civil profissional dos prestadores de cuidados de saúde", e desencadeados de forma ordenada os trabalhos para a implementação do "Programa de Desenvolvimento Profissional Contínuo para os Mediadores de Seguros". Em resposta à concretização da circulação transfronteiriça através da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e das viagens em embarcações de recreio com visto individual entre Guangdong e Macau, foram realizadas negociações com a China Continental e Hong Kong com vista a uma cooperação regional no âmbito de seguros e ao estabelecimento de um mecanismo de comunicação.

5. Repressão das actividades de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Com a aprovação do Relatório de Avaliação Mútua da RAEM pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), os trabalhos realizados no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo obtiveram um reconhecimento internacional. O Gabinete de Informação Financeira continuou a providenciar acções de formação, nomeadamente seminários, na área de combate ao branqueamento de capitais, destinadas às autoridades de supervisão, entidades supervisionadas e sectores envolvidos, lançando, de forma ordenada, os trabalhos preparatórios para a segunda ronda da avaliação de riscos regional. Foi concluída a revisão de vários diplomas e regulamentos legais relativos ao combate contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo,

sendo desenvolvidos os trabalhos de acompanhamento após a entrada em vigor das leis e regulamentos relevantes. Procedeu-se ao reforço da cooperação e do intercâmbio com diversos serviços de Macau e organizações de informação financeira do exterior.

IX. Protecção dos direitos e interesses do consumidor e melhoramento do ambiente do mercado

Foram fomentados activamente os trabalhos legislativos da Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor, dando-se, de forma ordenada, acompanhamento à revisão de leis e regulamentos relevantes. Foram reforçadas visitas inspectivas e fiscalização dos preços de produtos e combustíveis, explorados novos canais de abastecimento de produtos e divulgadas oportunamente as informações sobre os preços dos produtos comercializados no mercado, aumentando assim a transparência das informações. Procedeu-se à fiscalização e ao controlo da segurança de produtos e rotulagem dos géneros alimentícios, sendo intensificadas as acções promocionais e de divulgação no sentido de aumentar a sensibilização para a segurança dos produtos.

X. Aperfeiçoamento dos serviços públicos, optimização do sistema estatístico e reforço dos trabalhos de sensibilização sobre a lei

Vários serviços públicos sob a alçada da Área da Economia e Finanças procederam à simplificação dos procedimentos administrativos, aumentando e aperfeiçoando os serviços *online*, optimizando funcionalidades do quiosque de auto-atendimento, introduzindo serviços de pagamento electrónico e melhorando instalações de recepção, em prol da conveniência do sector empresarial e da população. Um grupo interdepartamental de estudo, composto pelas áreas da Administração e Justiça, da Economia e Finanças e da Segurança, tem vindo a efectuar um estudo sobre a viabilidade do lançamento da medida de "autorização de permanência para empresários investidores".

Foi aperfeiçoado o Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau e optimizado o método da elaboração do "Índice de Preços da Habitação de Macau", tendo sido lançada a "Base de Dados Estatísticos dos Visitantes".

Com vista ao reforço da sensibilização sobre a lei, têm sido desencadeados, de forma ordenada, acções promocionais e trabalhos de sensibilização sobre a lei, em articulação com as leis e regulamentos recentemente revistos. Ao mesmo tempo, têm sido envidados esforços para aumentar a consciência íntegra do pessoal, através da formação, realização de palestras, elaboração de regulamentos internos, entre outras formas de acção.

XI. Apoio à população e às PMEs na atenuação do impacto causado pelo tufão mediante a implementação de várias políticas e medidas definidas para o efeito

Sob orientações uniformizadas definidas pelo Governo da RAEM, foram lançadas, imediatamente após a ocorrência da catástrofe motivada pela passagem do tufão "Hato", diversas medidas de apoio, procurando prestar apoio às PMEs e residentes locais para

ultrapassar as dificuldades encontradas. Têm-se mantido comunicação e contactos com o Ministério do Comércio do Estado para assegurar o abastecimento estável ao território dos bens de primeira necessidade e dos produtos agrícolas e seus derivados. Têm sido reforçadas as acções inspectivas e instalada uma "linha aberta de Whatsapp" para facilitar a apresentação de denúncias ou queixas, procedendo-se a uma supervisão às variações dos preços de mercadorias durante a catástrofe causada pelo tufão. Foram criados, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), o "Plano de apoio especial às pequenas e médias empresas afectadas pelo tufão Hato" e a "Medida de abonos às pequenas e médias empresas afectadas pelo tufão Hato", com o intuito de ajudar as PMEs e os residentes afectados a colmatar dificuldades. Foi criado um mecanismo de ligação com o sector segurador, dando-se acompanhamento de perto do processamento dos pedidos de indemnização pós-catástrofe. Tem sido reforçada a comunicação com associações laborais e comerciais para acompanhar e assegurar os direitos e interesses do emprego dos trabalhadores de diferentes sectores económicos durante a ocorrência de tufões. Foram intensificadas, de acordo com o grau de urgência, vistorias de segurança e saúde ocupacional nos estaleiros de construção e em outras instalações, após a passagem de tufões. Procedeu-se à auscultação da opinião pública sobre a revisão dos trabalhos de rescaldo do tufão, optimizando políticas e medidas de acordo com a realidade local e acompanhando o trabalho de avaliação dos prejuízos directos e indirectos causados à economia de Macau pela passagem do tufão.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2018

Na sequência do início da estabilização da procura interna e externa, e atendendo ao regresso à normalidade, de forma ordenada, da vida quotidiana dos residentes e das actividades das micro, pequenas e médias empresas locais, após os impactos provocados pelo tufão "Hato", a economia de Macau poderá continuar a estabilizar-se, com a respectiva taxa de desemprego mantida num nível relativamente baixo e a tendência do desenvolvimento económico global em estado estável e favorável. Todavia, perante os factores de incerteza existentes na economia mundial, bem como os impactos provocados por factores internos e externos, como a concorrência derivada do lançamento sucessivo de actividades de jogo em algumas regiões vizinhas, e as pressões inflacionárias motivadas eventualmente pelo crescimento económico do território e pelas flutuações das principais moedas, particularmente o RMB, etc., torna-se necessário que sejam mantidos a consolidação e o fortalecimento das forças impulsionadoras do crescimento económico local. De acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional publicado em Outubro deste ano, a economia mundial deverá, conforme a previsão, registar um crescimento de 3,7% em 2018, enquanto que em Macau, o crescimento económico do próximo ano deverá situar-se nos 7%. Em termos gerais, no próximo ano, a economia de Macau poderá

continuar a manter-se em estado estável, desde que não se verifique nenhum acontecimento de maior gravidade.

Linhas orientadoras da acção governativa da área da Economia e Finanças em 2018: consolidação das bases económicas e aumento da força dinâmica do desenvolvimento, promoção do desenvolvimento da exploração comercial e garantia do emprego e da qualidade da vida da população.

Consolidação das bases económicas e aumento da força dinâmica do desenvolvimento

O sector das convenções e exposições (MICE) com "prioridade dada às conferências", a medicina tradicional chinesa e as actividades financeiras com características próprias, para além de serem componentes pilares das indústrias emergentes de Macau, representam ainda áreas-chave para a interconexão com as províncias e regiões do Interior da China, nomeadamente as envolvidas na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" a nível interno, e, para, a nível externo, apoiar a participação na construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e de "Uma Faixa, Uma Rota". Iremos continuar a envidar todos os esforços para o máximo e adequado aproveitamento das medidas de apoio concedidas pelo Governo Central, com ênfase focada na promoção do desenvolvimento das indústrias supracitadas, impulsionando a concretização efectiva da diversificação adequada da economia e facultando margens ainda mais espaçosas para a exploração de negócios e emprego, a favor das pequenas e médias empresas, profissionais qualificados e jovens, etc. Em simultâneo, será empenhado na promoção da construção da Plataforma atrás mencionada, incentivando a sua integração dinâmica com a iniciativa nacional "Uma Faixa, Uma Rota", em prol das necessidades do Estado. Continuaremos a empenhar-nos, de forma rigorosa e acertada, em impulsionar o desenvolvimento do sector das convenções e exposições com "prioridade dada às conferências", para a elevação do seu nível profissional e internacional, para que, em conjunto com actividades conexas, seja formado um efeito impulsionador para a atracção de clientes de alto nível a visitarem os bairros comunitários locais, aumentando assim a vitalidade da sua economia, desencadeando, ao mesmo tempo, acções no sentido de fomentar a cooperação bilateral inter-regional nas áreas económica e comercial. Tendo por objectivo a promoção da normalização e internacionalização do sector da medicina tradicional chinesa, será optimizada a construção do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau, quer a nível das infra-estruturas quer a de recursos humanos, assim como lançados os preparativos para a criação de um Centro da Medicina Tradicional Chinesa em Moçambique, estabelecendo como ponto de partida os países de língua portuguesa. No que concerne ao sector financeiro com características próprias de Macau, continuaremos a privilegiar as actividades de locação financeira, de gestão de fortunas e de liquidação em RMB, promovendo a melhoria de *hardware* e *software* das infra-estruturas financeiras; a formação

e introdução de profissionais qualificados do exterior, para a elevação da qualidade dos trabalhadores do sector; a construção da "Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e do "Centro para a regularização das transacções em RMB entre a China e os Países de Língua Portuguesa", em consonância com os esforços desencadeados no âmbito da promoção da internacionalização da moeda chinesa, procurando prestar serviços em prol da construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e de "Uma Faixa, Uma Rota".

Sendo o sector do jogo um dos sectores pilares da indústria de Macau, iremos reforçar, de forma constante, as medidas de fiscalização e solidificar as suas bases de desenvolvimento. No futuro, para além de seguir, com firmeza, o lema "dimensão adequada, administração regulamentada e desenvolvimento sustentável" definido para o sector, será empenhado no reforço da fiscalização eficaz feita às operadoras de jogo, mediante o aperfeiçoamento dos diplomas legais relevantes e regulamentação da gestão, por forma a incentivar o desenvolvimento saudável e ordenado do sector em questão. Em simultâneo, será dado apoio às indústrias transformadoras tradicionais na elevação de nível e reconversão das suas actividades, privilegiando, em primeiro lugar, as actividades relacionadas com a produção de medicamentos, de produtos alimentares e saudáveis, bem como a fabricação de vestuário de alta qualidade e, em consonância com as políticas previstas no Acordo CEPA, irá ser proporcionada assistência para a elevação da qualidade do seu desenvolvimento.

Daremos prosseguimento à construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa", implementando, de forma efectiva, as séries de medidas de apoio concedidas pelo Governo Central para aceleração da solidificação da construção da Plataforma supra-indicada que Macau tem vindo a desempenhar, assim como dos "Três centros" respectivos, tirando pleno proveito das oportunidades proporcionadas pela mudança para Macau da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, e prestando apoio na iniciativa da criação de um "Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa". O aprofundamento da participação na cooperação regional constitui uma das importantes estratégias para a elevação de qualidade e o desenvolvimento de Macau, representando o lançamento do projecto da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" uma grande oportunidade para Macau, em termos do reforço do aprofundamento da cooperação económica regional, facultando às empresas, profissionais qualificados, jovens do território, etc,, mais espaços de desenvolvimento. Assim sendo, iremos empenhar-nos em implementar, de forma proactiva, o estipulado no Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía, no Acordo-Quadro da Cooperação Guangdong-Macau, assim como no "Plano Director sobre a Zona do Comércio Livre da China (Guangdong)", procurando conjugar com as necessidades das províncias e regiões irmãs e valorizando as vantagens detidas pelo território para promover o alargamento e

aprofundamento da parceria quer com a Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, quer com as províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, em prol de benefícios e complementaridade mútuos entre as partes envolvidas. Além disso, será dada assistência às empresas, quadros qualificados, jovens locais, etc., para que sejam aproveitadas, de forma plena e eficaz, as políticas de apoio proporcionadas pelo Governo Central, incluindo as estipuladas no Acordo CEPA actualizado, para exploração de maiores espaços de desenvolvimento.

Promoção do desenvolvimento da exploração comercial e garantia do emprego e da qualidade da vida da população

Apoiar a população na elevação da qualidade do seu emprego e no aproveitamento das oportunidades derivadas do desenvolvimento diversificado e adequado da economia representam um apoio à população local para usufruir, de forma mais racional, os frutos do desenvolvimento económico local, e, ao mesmo tempo, uma forma de lhe permitir participar, com maior eficácia, na construção sócio-económica do território, criando um ambiente dinâmico de interacção construtiva. Assim, iremos envidar os nossos esforços para criar um bom ambiente de mercado de trabalho diversificado, aperfeiçoando os serviços de apoio ao emprego prestados, assegurando a estabilidade do emprego e elevando a sua qualidade, empenhando-se ainda na manutenção da taxa de desemprego num nível relativamente baixo. Em colaboração com as diversas forças sociais, será dado apoio aos cidadãos na participação em acções de formação e na obtenção de certificações de habilitações técnicas mediante exames, encorajando-os, através desta forma, a fortalecer as suas capacidades competitivas profissionais, proporcionando-lhes um crescimento sincronizado com o desenvolvimento sócio-económico de Macau. Iremos ainda aperfeiçoar a gestão dos trabalhadores não residentes, reforçando as acções de fiscalização e promoção sobre a segurança e saúde ocupacional, melhorando o ambiente de trabalho mediante a adopção de medidas jurídicas, a fim de assegurar a segurança e saúde dos trabalhadores no exercício dos seus trabalhos, protegendo os seus direitos e interesses laborais e apoiando o estabelecimento de uma relação de trabalho harmoniosa.

As pequenas e médias empresas, pela sua especificidade e diversidade, são elementos indispensáveis para a economia de Macau. Iremos continuar a aperfeiçoar o ambiente de negócios, prestando apoio às micro, pequenas e médias empresas que incluem entre outras, lojas tradicionais com características próprias e empresas *startups*, na elevação da sua capacidade de exploração empresarial e no desenvolvimento das suas actividades com recurso aos meios *online* e *offline*, empenhando-nos ainda no fomento do estabelecimento de parcerias entre as grandes empresas e as de pequena e média dimensão locais, proporcionando a favor das últimas, variadas acções de formação e planos de apoio em função das diferentes fases do seu desenvolvimento. Concomitantemente, serão reforçados os serviços prestados às empresas, promovendo um maior número de medidas de facilitação em prol da população e do sector comercial, nomeadamente a de "entrega de serviços ao domicílio; lançados mais actividades e programas favoráveis ao desenvolvimento

da economia dos bairros comunitários e à dinamização da vitalidade económica local e, mais ainda, providenciados apoios que melhor respondem às exigências das empresas, no âmbito dos procedimentos administrativos, recursos humanos, entre outros.

Os jovens representam o futuro e a esperança da nossa comunidade, pelo que, no futuro, continuaremos a prosseguir, com firmeza, o lema *"proporcionar o know-how"* e, conjugando o seu espírito de autovalorização com persistência, será prestado apoio no fortalecimento da sua capacidade competitiva em termos de empregabilidade e de criação de negócios, permitindo-lhes um melhor aproveitamento das boas oportunidades surgidas. No âmbito do emprego, serão melhorados, de forma contínua, os serviços de apoio prestados aos jovens, proporcionando-lhes, conforme as diferentes etapas do seu crescimento, acções de formação teórica e prática, procurando, deste modo, permitir-lhes obter, de forma aprofundada, conhecimentos sobre as suas próprias capacidades, a evolução do mercado de emprego, as margens de desenvolvimento a nível regional, entre outros, além de elevar as suas capacidades profissionais. No que concerne à criação de negócios, iremos, em conjunto com instituições associativas locais, empenhar-nos em promover o progresso dos respectivos trabalhos, mediante a organização de acções de formação, de competições, de programas de orientação, etc., e prestando apoio para a construção do "Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa" para promover a interacção entre os jovens empreendedores do Interior da China, de Macau e dos países lusófonos.

A segurança e a estabilidade do sistema financeiro e das finanças públicas representam a base fundamental para a confiança dos cidadãos e das empresas no desenvolvimento das suas actividades. Assim, iremos adoptar uma forma de supervisão baseada no risco para garantir a segurança e estabilidade do sistema financeiro de Macau, aperfeiçoando os respectivos regimes jurídicos e medidas de fiscalização, reforçando as infra-estruturas para o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo. Por outro lado, os recursos das finanças públicas representam o fruto dos esforços conjuntos de todos os sectores sociais locais, iremos, por isso, procurar optimizar a sua administração, utilizando-os de forma mais racional, acertada e adequada, promovendo, ao mesmo tempo, a participação da Reserva Financeira nos projectos da construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e nos associados à cooperação Guangdong-Macau, a fim de elevar o grau de diversificação da carteira de investimentos da Reserva Financeira. Além disso, procurar-se-á, através do aperfeiçoamento de regimes jurídicos relevantes, nomeadamente em articulação com a entrada em vigor da nova "Lei do Enquadramento Orçamental", fomentar a revisão do regime de aquisição de bens e serviços, acompanhar os diversos trabalhos legislativos em matérias fiscais e desenvolver séries de iniciativas complementares, com vista ao aperfeiçoamento da administração financeira pública.

Para criar um ambiente do mercado assente em concorrência mais justa e saudável, incentivando consumos e salvaguardando a qualidade da vida da população, iremos aperfeiçoar os diplomas e regulamentos legais relevantes de acordo com a evolução do

tempo; reforçar, de forma contínua, a imagem de Macau como mercado de consumo honesto e confiável; elevar a transparência das informações do mercado; estabilizar o nível dos preços dos produtos postos à venda no mercado local; proteger, com eficácia, os direitos e interesses dos consumidores e assegurar e supervisionar a segurança dos produtos. Ao mesmo tempo, iremos ainda diligenciar no sentido de estimular iniciativas para o desenvolvimento de mais meios de pagamento electrónico modernos, continuando a melhorar os procedimentos administrativos para facilitar não só a vida da população como também a da comunidade empresarial.

Prioridades da acção governativa da área da Economia e Finanças em 2018

1. **Implementação das políticas de apoio proporcionadas pelo Estado e da orientação do desenvolvimento de Macau, em combinação orgânica com a iniciativa de "Uma Faixa, Uma Rota", visando acelerar o crescimento das indústrias emergentes e promover a diversificação adequada da economia**

1) **Fomento do desenvolvimento do sector MICE com "Prioridade às Conferências", pautado pela elevação da sua qualidade, com vista a promover as actividades sectoriais relacionadas e a economia comunitária, dinamizando a cooperação económica e comercial bidireccional entre as regiões.**

Será melhorada a eficácia dos projectos de marca existentes, introduzindo e realizando diferentes tipos de projectos de convenções e exposições de qualidade em Macau, por forma a atrair mais visitantes de negócios de alta classe e qualidade, dinamizando não só o desenvolvimento integrado de um maior número de indústrias, PMEs e trabalhadores locais, mas também o incremento das relações económicas e comerciais bilaterais entre as partes envolvidas, através da realização de eventos de convenções e exposições, intensificando as ligações quer a nível nacional, com as províncias e regiões do Interior da China (em particular a "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau"), quer a nível internacional, com os Países de Língua Portuguesa e os países e regiões situados ao longo de "Uma Faixa, Uma Rota". Nos eventos de convenções e exposições realizados nos diferentes países e regiões, serão tomadas providências mais direccionadas consoante o local da sua realização e respectivo tema, entre outros aspectos, introduzindo mais elementos relacionados com a "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", os Países de Língua Portuguesa e a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", entre outros.

Continuar-se-á a empenhar-se na realização, com sucesso, do "Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas", planeando a organizar-se novamente a "Cimeira sobre a Construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas". No tocante ao Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF), será privilegiado o endereçamento de convites às empresas da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas para participarem nesse evento, promovendo, ao mesmo tempo, a

realização de actividades subordinadas ao tema de finanças verdes. Na Feira Internacional de Macau (MIF) do próximo ano, será introduzida uma maior quantidade de elementos alusivos à "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau". Relativamente à "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau", irá esforçar-se, juntamente com a Província de Guangdong, na concretização da sua realização com êxito, procurando a introdução e participação anual na Feira de mais um novo país ou região localizado ao longo de "Uma Faixa, Uma Rota", planeando ainda instalar uma zona para a exibição dos produtos característicos das cidades inseridas na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau". Em articulação com a estratégia nacional quanto à realização, a partir de 2018, do evento intitulado *"China International Import Expo"*, a "Exposição dos Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa" (PLPEX) a realizar em Macau no próximo ano irá posicionar-se como uma feira virada para os produtos importados da Lusofonia.

Através da implementação dos diferentes planos de apoio e serviços ao sector MICE em vigor e, reunidos os esforços conjuntos com os 6 "Embaixadores das Convenções" entretanto convidados com sucesso e peritos das diferentes áreas profissionais de MICE, serão promovidas as vantagens de Macau no âmbito do sector das convenções e exposições, introduzindo e realizando, através de licitação, mais actividades de convenções e exposições de qualidade, nacionais e estrangeiras em Macau, particularmente as com certificações internacionalmente reconhecidas. Será também analisada a viabilidade de introdução de feiras e conferências mais diversificadas e com novos temas, e assegurada, ao mesmo tempo, a atribuição com resultados efectivos de recursos através dos mecanismos de fiscalização rigorosa, tais como avaliação prévia e inspecção *in loco*, tendo em vista a elevação da eficácia e profissionalismo das actividades MICE de Macau e a promoção do gradual desenvolvimento respectivo orientado para a adaptação ao mercado. Por outro lado, serão aperfeiçoados os planos de apoio existentes, com medidas de incentivo financeiro diferenciadas tendo em consideração da detenção ou não de certificação emitida por organizações internacionais ou da introdução ou não de medidas de natureza ambiental, por forma a promover o desenvolvimento sustentado do sector MICE, rumo à internacionalização e baseado em actividades verdes. No próximo ano, irá introduzir-se, em algumas feiras, o cartão de acesso "passe de MICE de Macau", pretendendo com um único cartão ser permitida a entrada a várias feiras, reduzindo, deste modo, o fabrico repetido do mesmo documento, dando, assim, suporte à realização de actividades MICE verdes.

No âmbito do encaminhamento dos visitantes profissionais das feiras e conferências para os bairros comunitários locais, serão redobrados esforços e lançados itinerários de consumo no intuito de incentivar a visita desses visitantes aos bairros comunitários locais, procurando desenvolver mais itinerários de bairros comunitários com características próprias, estimulando, ainda, os organizadores de feiras e conferências para programarem visitas guiadas aos bairros comunitários, além de organizarem esses eventos nos mesmos períodos ou períodos consecutivos da realização de grandes eventos ou festividades de Macau, de modo a proporcionar a captação mútua de potenciais clientes.

Será prestado apoio ao sector MICE na organização de cursos de formação em matéria de convenções e exposições e na introdução e realização permanente em Macau, de mais cursos de formação com acreditação internacional, estimulando mais operadores do sector a obter certificações profissionais. Paralelamente, irá procurar reservar parte de vagas das acções de formação a favor dos operadores do sector MICE da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e dos Países de Língua Portuguesa, tomando providências com vista a proporcionar mais oportunidades de estágio para os jovens para obtenção de mais conhecimentos práticos do sector.

2) **Apoio ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, aproveitando os Países de Língua Portuguesa como pontos de acesso para promover a normalização e a internacionalização da respectiva indústria**

Irá acelerar-se a construção do *software* e do *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau, para promover a implementação dos projectos-chave e o seu estabelecimento no Parque, desenvolvendo uma série de projectos relativos às inspecções, investigações, formações e plataforma de serviços públicos de registo internacional de produtos da MTC (Hengqin), dando início ao planeamento dos projectos-pilotos adstritos à Indústria da Prestação de Bens/Serviços Globais de Saúde e respectivas construções. Paralelamente, promover-se-á a aceleração dos trabalhos de construção do *hardware* do Parque, nomeadamente as incubadoras, edifícios habitacionais para quadros qualificados e peritos, entre outras instalações, com o objectivo de os colocar em uso com a maior brevidade possível, criando as condições básicas indispensáveis para o desenvolvimento do Parque. Serão aproveitadas, plenamente, as plataformas de cooperação e os recursos dos peritos do Parque, para construir um sistema completo de serviços de investigação científica que proporcione serviços às empresas estabelecidas no Parque nos domínios de I&D, declaração e aplicação de projectos, aprovação do registo de medicamentos, empreendedorismo e assuntos jurídicos, sendo prestada assistência às empresas de Macau que ainda não tenham os seus próprios produtos a desenvolverem trabalhos de investigação e a criarem projectos, apoiando, também, as empresas de Macau que já possuam os seus próprios produtos para que iniciem o desenvolvimento secundário dos mesmos. Por sua vez, a *Guangdong-Macau Pharmaceutical Co., Ltd*. irá envidar esforços para obter, em 2018, a certificação de boas práticas de fabricação (GMP) da China Continental.

Continuando os Países de Língua Portuguesa a servir-se de pontos de acesso, será intensificada a divulgação e aplicação da MTC em Moçambique, dando início aos preparativos para a criação de um Centro da MTC naquele país. Irá ser colocada em funcionamento a Plataforma de Registo de Produtos da MTC na União Europeia, procurando estabelecer, de modo gradual, uma rede de mercado baseada em Portugal e virada para a União Europeia, e tentar efectuar conversações com os países da ASEAN para o estabelecimento de ligação e cooperação. Continuar-se-á a aprofundar a cooperação com Guangdong, Fujian e Sichuan, entre outras províncias e encetando, em simultâneo, uma

abordagem sobre o estabelecimento da cooperação com a Província de Jilin na área da medicina tradicional chinesa.

3) **Aceleração do desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias, de modo a criar, em Macau, a "Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e prestar apoio na construção de "Uma Faixa, Uma Rota"**

Promover-se-á a aceleração dos trabalhos associados ao lançamento e à melhoria das políticas complementares correspondentes, com ênfase focada na prestação de apoio ao desenvolvimento das actividades de locação financeira, de gestão de fortunas e das operações sobre regularização das transacções em RMB a proporcionar aos países de língua portuguesa, no sentido de criar, em Macau, a "Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa". Nos pressupostos de assegurar a segurança e a estabilidade do mercado financeiro de Macau, será impulsionado o desenvolvimento do sector financeiro local, pautado pela elevação da sua qualidade, proporcionando contributos para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia da RAEM e do sector financeiro da Pátria, disponibilizando ainda mais postos de trabalho de médio e alto nível aos profissionais e jovens locais, a fim de criar mais oportunidades de emprego e de progressão profissional.

Na área das actividades de locação financeira, dar-se-á continuidade à revisão do Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira e do Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais à Locação Financeira, com a finalidade de proporcionar aos operadores deste sector condições ainda mais benéficas para a exploração das actividades, através das vertentes do enquadramento jurídico e do quadro de políticas, atraindo mais sociedades de locação financeira de qualidade a estabelecerem agências em Macau, as quais serão encorajadas à prestação de serviços de locação financeira nos projectos de exportação da capacidade produtiva e de grandes equipamentos mecânicos do Interior da China.

No capítulo da gestão de fortunas, serão desencadeados estudos associados ao aperfeiçoamento do regime jurídico na área financeira e ao reforço das infra-estruturas financeiras, impulsionando as instituições financeiras locais a explorarem e a introduzirem uma maior variedade de produtos financeiros, de investimento e de gestão de fortunas, especialmente produtos financeiros denominados em RMB.

Serão envidados esforços na construção do "Centro para a regularização das transacções em RMB entre a China e os Países de Língua Portuguesa", promovendo o recurso a actividades financeiras em RMB, por parte das empresas e instituições dos países de expressão portuguesa, em articulação com a promoção da internacionalização do RMB.

O reforço da construção da equipa de profissionais qualificados na área das actividades financeiras com características próprias será concretizado através da formação e introdução, em simultâneo, de talentos. Para o efeito, os trabalhos consistirão, por um lado, em motivar os estabelecimentos de ensino superior e as instituições de formação locais para

organizarem, em cooperação com as instituições profissionais do Interior da China e do exterior, cursos de qualificação profissional com certificação e de acções de formação de natureza prática, para os profissionais do sector ou interessados e, por outro, em procurar introduzir, de forma apropriada, na área financeira, talentos profissionais e quadros de gestão de alto nível do Interior da China e do estrangeiro.

4) **Pleno aproveitamento das medidas de apoio, consolidando a construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" de Macau e promovendo a sua combinação orgânica com a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota"**

Irá empenhar-se em fazer o melhor uso das vantagens peculiares de Macau para consolidar a construção da "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e dos "Três Centros" inerentes (concretamente o "Centro de Serviços Comerciais para as PMEs da China e dos Países de Língua Portuguesa", o Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa" e o "Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa"), tendo em mira a sua combinação orgânica com a construção de "Uma Faixa, Uma Rota", promovendo a cooperação económica e comercial bidireccional entre as províncias e regiões do Interior da China (em particular a "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau") e os Países de Língua Portuguesa. Concomitantemente, serão envidados maiores esforços para apoiar a vinda e o investimento em Macau das empresas de qualidade do Interior de China, dando prioridade em promover a sua instalação no território ou a concretização das suas transacções comerciais com os países de língua portuguesa e respectivos procedimentos de liquidação por intermédio de Macau.

Continuar-se-á a impulsionar proactivamente a penetração dos produtos lusófonos nos mercados do Interior da China, nomeadamente nos da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau". Neste sentido, será dado prosseguimento, no próximo ano, à organização das empresas agenciadoras e dos produtores dos produtos lusófonos para participarem na "Actividade Promocional e Sessão de Bolsas de Contacto alusiva aos Produtos dos Países de Língua Portuguesa" a ser realizadas nas cidades envolvidas na Grande Baía, nomeadamente em Foshan, Zhaoqing, Huizhou, Dongguan, alargando até Shenzhen e Zhaoqing a rede dos postos para exibição dos atrás referidos produtos instalados no Interior da China. Além disso, será negociada, com os serviços competentes do Interior da China, a adopção de formalidades de desalfandegamento e de procedimentos de inspecção e quarentena mais convenientes, reforçando a sua divulgação junto do sector empresarial.

Serão enriquecidos continuamente os eventos de feiras e conferências de Macau com elementos dos Países de Língua Portuguesa e de "Uma Faixa, Uma Rota", organizando visitas de delegações empresariais externas a Macau e sua participação em feiras e conferências locais, desencadeados esforços conjuntos com províncias e regiões do Interior da China

para exploração de oportunidades de negócios no exterior e ainda organização de visitas ao Interior da China para as delegações empresariais e de instituições estrangeiras. A par disso, será dada continuidade à realização de actividades conjuntas Guangdong-Macau para a captação de negócios e investimento no exterior, promovendo estudo sobre a organização conjunta de delegações empresariais das duas localidades para visitas de estudo aos países e regiões situados ao longo de " Uma Faixa, Uma Rota".

Nas actividades de convenções e exposições e respectivos eventos económicos e comerciais realizados em províncias e regiões do Interior da China, serão introduzidos, ininterruptamente, elementos dos Países de Língua Portuguesa, planeando ainda promover a entrada no Interior da China dos produtos exibidos na PLPEX através da plataforma "Semana Dinâmica de Macau" a realizar nas diferentes cidades da China Continental.

Atendendo aos problemas práticos registados por empresas de Macau e dos Países de Língua Portuguesa na fase inicial da exploração das suas actividades sino-lusófonas, será lançado o serviço de navegação empresarial sino-lusófona, disponibilizando vários serviços de apoio, nomeadamente equipamentos de *hardware*, ligações e apoio na fase preliminar, exploração e negociação de projectos, procura e estabelecimento de parcerias, prestando ajuda no estabelecimento de ligação com entidades fornecedoras de serviços profissionais de Macau (incluindo serviços jurídicos, de contabilidade e de consultadoria comercial, entre outros).

Irão ser aproveitadas, de forma plena, as oportunidades resultantes da mudança para Macau da sede do "Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa", proporcionando às empresas de Macau e do Interior da China apoio nos âmbitos de financiamento e de prestação de serviços de consultadoria, mais ajustado às suas necessidades para efeitos de exploração de mercados de países da língua portuguesa, prestando ajuda financeira em prol da cooperação empresarial sino-lusófona e do empreendedorismo dos jovens chineses e da Lusofonia. Serão aproveitadas plenamente as oportunidades de estágio proporcionadas pelo "Fundo", encorajando os jovens e os profissionais do sector financeiro locais a candidatarem-se aos estágios facultados por instituições financeiras de grande dimensão.

Irá aperfeiçoar-se o sistema de seguro de crédito para importação, exportação e trânsito de mercadorias. Para o efeito, serão aceleradas as negociações com as instituições relevantes do Interior da China e efectuado continuamente estudo sobre os diferentes planos ou formas de parceria, nomeadamente, o acompanhamento dos processos de negociação com o correspondente organismo de Portugal sobre o estabelecimento de cooperação, prevendo-se a finalização dos trabalhos preliminares de estudo em 2018.

Será empenhado na promoção da cooperação em capacidade produtiva e recursos humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Dar-se-á continuidade à organização de colóquios para as autoridades e técnicos dos países de expressão portuguesa, assim como à prestação de apoio ao Ministério do Comércio da China na

organização de acções de formação e de visitas a Macau, a favor dos países de língua portuguesa, tendo em conta a estratégia de transformação do território numa Base de Formação de Talentos Bilingues nas Línguas Chinesa e Portuguesa.

2. Consolidação das bases das indústrias privilegiadas existentes e promoção da valorização das indústrias tradicionais

1) Aperfeiçoamento do regime jurídico e reforço da regulamentação da gestão do sector do jogo em prol do seu desenvolvimento saudável e ordenado

Continuar-se-á firme na observância da estratégia da "dimensão adequada, gestão regulamentada e desenvolvimento sustentável" traçada para o sector, assim como no cumprimento da política de manutenção de uma taxa média anual não superior aos 3% em relação ao crescimento do número total das mesas de jogo nos próximos dez anos contados a partir de 2013, apreciando com rigor os pedidos de autorização para instalação de mesas do jogo, aperfeiçoando o regime jurídico e a regulamentação da gestão.

No âmbito do reforço da fiscalização sobre as operadoras de jogo, os promotores de jogo e respectivos colaboradores, face aos problemas verificados no decurso da auditoria feita aos promotores de jogo nos últimos dois anos, irão ser, mediante estudos, definidas instruções e realizadas auditorias específicas para assegurar, de melhor forma, a exactidão e integridade das contas contabilísticas dos mesmos. Relativamente à intensificação da fiscalização das actividades do jogo, será empenhado, mediante a fiscalização *in loco* feita pelo pessoal enviado para o efeito, em assegurar a aplicação efectiva das leis e regulamentos relevantes, o estrito cumprimento dos diplomas legais no exercício das respectivas actividades, bem como a execução contínua da medida relativa à proibição da utilização de telefone em mesas do jogo. Proceder-se-á, de forma contínua, auditoria aos registos contabilísticos das operadoras de jogo, avaliando, regularmente as suas situações financeiras e do cumprimento das obrigações contratuais e legais, efectuando uma auditoria sobre os requisitos mínimos de controlo interno aplicados pelas operadoras de jogo em termos da tecnologia informática, exortando-as a adoptarem medidas eficazes de supervisão e de contingência. Ademais, será dada continuidade à execução das medidas revistas quanto à prevenção da prática dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, procedendo, ao mesmo tempo, avaliação sobre o reforço, por parte das operadoras de jogo, das medidas de diligência aplicadas relativamente à clientela e transacções com risco elevado, incentivando constantemente as empresas de jogo que reforcem investimentos nas actividades extra-jogo.

Proceder-se-á, mediante a interconexão de sistemas informáticos e a verificação aleatória e *in loco*, à recolha dos dados de jogo junto das máquinas de jogo, acelerando, ao mesmo tempo, os trabalhos de inspecção e exames feitos às máquinas recém-instaladas ou às que sofreram alterações técnicas substanciais.

Irá empenhar-se em introduzir constantemente melhoramentos ao Regime Jurídico da Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar em Casino, reforçando o mecanismo de

fiscalização sobre a exploração das actividades de jogo, promovendo a elaboração e alteração dos diplomas e regulamentos legais do respectivo sector que incluem, entre outros, a lei que define o condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos, o regulamento administrativo que estabelece o regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistemas de jogo, bem como o regulamento administrativo que regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino, além da criação de um regime sancionatório das infracções administrativas pela violação das legislações relacionadas com o sector do jogo. Continuar-se-á a prestar acompanhamento à evolução dos sectores do jogo nas regiões vizinhas e respectivas políticas e medidas promovidas ou a promover.

Dar-se-á continuidade à promoção do jogo responsável, participando e organizando acções promocionais a este respeito, com atenção dada especialmente ao alargamento do âmbito dos seus destinatários, contemplando não só os cidadãos locais mas também os turistas. Serão revistas e alteradas, de forma abrangente, as orientações para a execução das medidas sobre o jogo responsável, diligenciando no sentido de inspeccionar o cumprimento das mesmas por parte das operadoras de jogo, promovendo o aumento do número de quiosques informativos sobre o jogo responsável, procurando que essas máquinas sejam instaladas em cerca de 80% dos casinos existentes na RAEM até finais de 2018. Proceder-se-á ainda ao estudo sobre a viabilidade de estabelecimento, em parceria com as entidades do exterior, de um mecanismo de encaminhamento dos pedidos de auto-exclusão.

2) Impulsionamento da reconversão e valorização da indústria transformadora para elevação da qualidade do seu desenvolvimento

Será empenhado na valorização das funções do "Grupo de trabalho do impulsionamento do desenvolvimento da indústria transformadora", para que sejam definidas e implementadas, de forma gradual, as políticas e medidas que visam fomentar o desenvolvimento da indústria transformadora, planeando-se a privilegiar, em primeiro lugar, as actividades relacionadas com a produção de medicamentos, fabricação de produtos alimentares e saudáveis, bem como a fabricação de vestuário de alta qualidade, etc., para fomentar a criação de mais marcas locais, organizando cursos de formação em prol do crescimento da suprareferida indústria. Serão encorajadas as empresas a submeterem os seus produtos aos processos de certificação, dando, por esse efeito, prosseguimento ao apoio financeiro concedido ao sector industrial no âmbito dos serviços de envio ao exterior para testes. Proceder-se-á melhoramento à regulamentação sobre o comércio internacional de diamantes brutos, fomentando o desenvolvimento dos trabalhos para a produção legislativa do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley.

Será promovida, de forma proactiva, a implementação, por parte das autoridades competentes do Interior da China, da medida de controlo e fiscalização prévios, relativamente aos produtos de Macau exportados para o Interior da China, e uma vez reconhecidos os certificados de inspecção emitidos por entidades fiscalizadoras da terceira parte qualificadas, serão desencadeadas formalidades de inspecção e desalfandegamento rápidas. No futuro,

irão ser envidados esforços para que seja alargado, de forma progressiva, o âmbito da aplicação dessa medida de inspecção prévia.

Continuar-se-á a desencadear negociações com as autoridades competentes do Interior da China, no sentido de aperfeiçoar as normas reguladoras do comércio de mercadorias previstas no Acordo CEPA, revendo os critérios de origem respeitantes aos produtos beneficiadores da isenção de direitos aduaneiros definida no Acordo.

3. Aprofundamento da cooperação económica regional e participação activa na construção da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau"

1) Aprofundamento da cooperação com a "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e as outras províncias e regiões inseridas no Pan-Delta do Rio das Pérolas

Serão intensificadas as ligações económicas e comerciais entre Macau e o conjunto das cidades inseridas na da Grande Baía, com foco no reforço da cooperação com as plataformas de cooperação de Hengqin, Nansha e Qianhai e a Zona Piloto de Comércio Livre, valorizando as vantagens de Macau e impulsionando, em conjunto, a cooperação nas áreas de construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e de inovação e empreendedorismo juvenil, com destaque para a promoção do intercâmbio e das relações entre o Interior da China, os Países de Língua Portuguesa e os países do Sudeste Asiático. Concomitantemente, irá ser fortalecida a cooperação nos domínios financeiro e das convenções e exposições, com esforços dados no fomento da parceria em matérias respeitantes à participação mútua em feiras e conferências, à organização conjunta de eventos ou de conferências (feiras) realizadas em dois locais distintos, à promoção de MICE verde, à inovação financeira, entre outros domínios.

Irá desencadear-se intercâmbios e estudos com as autoridades competentes da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", tanto nas áreas de emprego e formação de técnicas profissionais como nos assuntos fiscais, além das outras matérias, promovendo a construção conjunta de uma zona urbana com elevada qualidade da vida entre Guangdong, Hong Kong e Macau e, travando, ainda, conversações sobre a viabilidade de os indivíduos de Macau que trabalham e vivem em Guangdong terem o direito de usufruir de um melhor tratamento no domínio da sua vida quotidiana e bem-estar.

Será fomentada a cooperação bidireccional, proporcionando apoio à inovação, empreendedorismo e empregabilidade dos jovens, alargando os espaços de desenvolvimento das PMEs, procurando o estabelecimento de parcerias com mais cidades inseridas na Grande Baía, para que sejam concedidas, a favor dos jovens e seus colaboradores de Macau, bem como das PMEs locais de qualidade, medidas de apoio em torno do financiamento, terrenos, escritórios, assuntos fiscais, etc., além de se esforçar

proactivamente pela identificação de margens para o crescimento da nova tecnologia, da nova modalidade industrial e do novo modelo de exploração empresarial.

Será prestado, por iniciativa própria, o "Serviço ao Domicílio" às empresas de qualidade do Interior da China, com destaque às localizadas na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e às de capitais estatais, proporcionando-lhes serviços de consultadoria, de encaminhamento e de contactos, além de informações sobre a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" e os Países de Língua Portuguesa.

Em termos da cooperação com a Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, serão plenamente valorizadas e reforçadas as funções de plataforma do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF), dando continuidade à organização de delegações empresariais de representantes provinciais e municipais da Região do Pan-Delta, para visitas de estudo aos países lusófonos.

2) Apoio às empresas e residentes de Macau para um melhor aproveitamento do Acordo CEPA

Em articulação com a celebração do "Acordo de Investimento" e do "Acordo da Cooperação Económica e Técnica", será diligenciado no sentido de proporcionar às empresas e residentes locais conhecimentos mais aprofundados quanto às políticas e conteúdo respectivas, permitindo-lhes um melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento aí derivadas.

3) Consolidação e alargamento das redes de contacto de Macau com a comunidade internacional, a nível económico e comercial

Empenho no alargamento contínuo das trocas económicas e comerciais entre Macau e as regiões no ultramar. As acções a desenvolver incluem: participação activa nas actividades realizadas pelas organizações internacionais de cariz económico e comercial; acompanhamento estrito do andamento das negociações no seio da Organização Mundial do Comércio e cumprimento das obrigações daí decorrentes; obtenção de conhecimentos quanto à tendência mais recente do desenvolvimento a nível regional.

4. Apoio aos residentes na elevação da sua qualidade e competitividade no emprego, salvaguardando os direitos e interesses de trabalho respectivos

1) Apoio aos residentes para participação nas acções de formação e obtenção de certificação para a elevação da sua competitividade

Irá ser criado um grupo de trabalho interdepartamental da tutela da Secretaria para a Economia e Finanças e, em articulação com as orientações de desenvolvimento de Macau assentes na diversificação adequada da sua economia, particularmente no que se refere às necessidades de crescimento de indústrias emergentes e da participação na cooperação regional, nomeadamente na construção da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", será analisada e aperfeiçoada a configuração da actual

formação profissional, organizando e aperfeiçoando mais cursos de formação profissional, de natureza prática e com certificação e alvos definidos.

Serão introduzidos, com base no actual "Plano de formação para trabalhadores domésticos", cursos de formação de prestação de cuidados a crianças e idosos, dando continuidade à organização de cursos de formação na modalidade de formação remunerada, criando ainda o "Plano de formação de cozinheiros do sector de hotelaria e restauração". Será, igualmente, promovido estudo sobre a viabilidade de organização, em cooperação com instituições do ensino superior, de cursos vocacionais com diploma, para tipos de profissões com potencialidades de desenvolvimento (por exemplo, gestão de instalações de novos tipos).

2) Optimização dos serviços de apoio ao emprego

Irá empenhar-se em reforçar os serviços de registo de pedidos e ofertas de emprego online, de conjugação de emprego *online*, de aconselhamento profissional e de prestação de informações e conselhos sobre a formação profissional; em intensificar o estudo e a análise do mercado de trabalho e da procura e oferta de mão-de-obra e, ainda, em introduzir novos instrumentos de avaliação da capacidade profissional, para, através de uma avaliação científica e objectiva, permitir aos candidatos de diferentes escalões etários conhecerem as suas próprias capacidades e planearem melhor a sua carreira profissional.

Serão reforçado o auxílio prestado aos indivíduos com deficiência, organizadas acções de recrutamento destinadas exclusivamente a estes indivíduos, encorajados mais empregadores a darem-lhes oportunidades de emprego e lançado o "Curso com certificação de ensino sobre a linguagem gestual para indivíduos com deficiência auditiva". A fim de apoiar os indivíduos de baixos rendimentos, desempregados ou indivíduos com deficiência de técnicas na obtenção de emprego com melhor retribuição e perspectivas de carreira, serão realizadas acções de formação profissional na modalidade de "formação primeiro, emprego depois", prestando aos formandos, no fim do curso, o serviço de colocação profissional, para os apoiar no acesso ao emprego ou na mudança de emprego.

3) Aperfeiçoamento da gestão dos trabalhadores não residentes e reforço da fiscalização do trabalho

De acordo com a situação do desenvolvimento económico de Macau, serão apreciados com rigor os pedidos de importação de trabalhadores não residentes, sob a premissa de assegurar a prioridade no acesso ao emprego dos residentes, sem perda nenhuma dos seus direitos e interesses laborais, procedendo ao ajustamento atempado e adequado do número dos mesmos trabalhadores, concretizando, de forma ordenada, a sua saída e assegurando eficazmente os direitos e interesses laborais dos trabalhadores locais.

Dar-se-á prosseguimento à implementação do mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes do sector da construção civil, reduzindo, por fases, o número destes trabalhadores, de acordo com o andamento das obras, desenvolvendo acções de

conjugação de emprego e de colocação profissional a favor dos trabalhadores locais da construção civil, prestando-lhes informações sobre formação profissional e dando-lhes apoio na procura de um novo emprego com a maior brevidade possível. Será privilegiada a fiscalização das acções de recrutamento de pessoal das empresas de grande dimensão e do sector da construção civil, a fim de garantir a prioridade no acesso ao emprego dos residentes, prestando serviços de apoio de formação a candidatos a emprego sem colocação, promovendo o alargamento da aplicação das medidas acima referidas aos candidatos a emprego de outros sectores de actividade económica.

Irão ser reforçados os trabalhos de fiscalização preventiva do trabalho, de sensibilização e de divulgação, lançando serviços online de consultadoria sobre direitos e interesses laborais e de marcação prévia para apresentação de queixas e, ainda, sistema de consulta *online* para conhecimento do andamento dos processos de conflitos laborais.

Quanto às agências de emprego, será reforçada a fiscalização do seu cumprimento da lei, promovendo o aumento da qualidade de serviços prestados e assegurando os direitos e interesses legítimos dos respectivos utentes. Serão ainda simplificadas as formalidades administrativas para os pedidos de licenciamento das mesmas.

4) Reforço na fiscalização eficaz e promoção da segurança e saúde ocupacional

Continuar-se-á a organizar cursos de formação e actividades de promoção relativas à segurança e saúde ocupacional, procurando reforçar a divulgação de informações sobre a segurança e saúde ocupacional junto da sociedade. Será dada prioridade no reforço dos trabalhos de fiscalização, divulgação e sensibilização da segurança e saúde ocupacional no sector da construção, realizando vistorias em todos os estaleiros de obras de Macau pelo menos três vezes em cada ano. Durante as vistorias, sempre que forem detectadas infracções envolvendo alto risco para a saúde ou vida dos trabalhadores ou de terceiros, será aplicada a medida de "punição imediata, suspensão imediata do trabalho", intensificando a fiscalização à situação sobre a reorganização e melhoria nos estaleiros. Proceder-se-á à sensibilização e fiscalização prévia e consistente de acordo com as várias fases das obras, incluindo o reforço da divulgação e sensibilização junto dos empreiteiros antes do início das obras, prestando assistência para treino de segurança e apoio financeiro para aquisição de equipamentos, efectuando-se ainda sensibilização prévia sobre a segurança nos procedimentos de alto risco, fiscalização das medidas relativas ao reforço da coordenação e gestão dos procedimentos de trabalho entre os empreiteiros e subempreiteiros, e estabelecimento de orientações claras e medidas de fiscalização respectivas. A fim de garantir melhor a segurança dos trabalhadores da construção, planeia-se aperfeiçoar o regime de pessoal de gestão de segurança na construção civil.

Dar-se-á continuidade à realização de cursos de formação e de exames públicos para obtenção do "cartão de segurança ocupacional na construção civil", reforçando os trabalhos de divulgação e promoção do conteúdo e das normas constantes no "Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil" junto dos profissionais do sector e do público, dando, em simultâneo, início aos trabalhos de avaliação sobre a eficácia e insuficiência

desse regime, face às exigências resultantes do desenvolvimento da sociedade. Em resposta ao desenvolvimento dos sectores do jogo e da restauração, serão reforçadas as visitas inspectivas e a promoção da segurança e saúde ocupacional junto desses sectores. E, tendo como base de referência o "Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil" em vigor, serão efectuados estudos quanto à organização de cursos de formação sobre a segurança e saúde ocupacional, de nível elementar, para os profissionais dos sectores de hotelaria e de restauração.

5) Aperfeiçoamento dos projectos legislativos da área do trabalho

Continuar-se-á a acompanhar a revisão e elaboração de propostas de lei e projectos de regulamentos administrativos da área do trabalho, e a execução dos trabalhos de estudo sobre a produção legislativa da matéria em questão, incluindo a legislação relativa à plena implementação do salário mínimo e ao trabalho a tempo parcial, e a alteração da "Lei das relações de trabalho" no que concerne prioritariamente às disposições sobre licença de paternidade remunerada e sobreposição do descanso semanal com dias de feriado obrigatório. Será também dado acompanhamento aos trabalhos de alteração do "Regime de licenciamento de agências de emprego e seu funcionamento", "Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil" e "Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil", e aos trabalhos de elaboração da proposta de lei sobre as "Regras de gestão do pessoal nas obras de empreitada em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras". Dar-se-á ainda acompanhamento aos trabalhos de revisão do montante de indemnização por cessação da relação de trabalho previsto na "Lei das relações de trabalho".

5. Fomento da melhoria do ambiente de negócios e apoio à elevação da capacidade operacional das micro, pequenas e médias empresas

1) Apoio às pequenas e médias empresas na elevação da sua competitividade e no desenvolvimento dos seus negócios via *online* e *offline*

Dar-se-á prosseguimento à implementação das medidas de incentivo para a promoção do comércio electrónico, proporcionando às PMEs incentivos financeiros e séries de medidas de apoio para participação em feiras a ser realizadas tanto em Macau como no exterior, diligenciando proactivamente no sentido de que mais empresas do Interior da China e de Macau com potencialidades de compra venham a formular parcerias com as PMEs locais, procedendo à aquisição dos seus bens e serviços, procurando, deste modo, ajudar as PMEs locais a alargarem o seu patamar de desenvolvimento.

Será dado apoio às PMEs na elevação da sua capacidade operacional, realizando, de acordo com a tendência do desenvolvimento do mercado, diferentes *workshops* temáticos e actividades de intercâmbio e formação, com alvos bem definidos, consolidando a implementação efectiva dos diversos planos de apoio às PMEs, continuando a facultar gratuitamente o "Manual de Boa Gestão" sobre segurança alimentar, gestão de lojas de venda a retalho, convenções, etc., para uso das PMEs, planeando ainda editar o "Manual

para PMEs sobre a aplicação de ISO 9001 – gestão de qualidade". Dar-se-á prosseguimento à implementação do "Plano de incentivos para a certificação/reconhecimento de sistemas internacionais de gestão" e dos "Serviços de envio de produtos ao exterior para testes e análises". Serão prestadas assistências às lojas antigas com características específicas de Macau na remodelação da suas próprias marcas e na manutenção da sustentabilidade do seu desenvolvimento, dando apoio ao estabelecimento, por parte das associações sociais, de um "Grupo de apoio às lojas antigas", de modo a facultar às lojas supracitadas serviços de aconselhamento sobre marcas, incluindo os planos de investigação e estudo, o posicionamento, a concepção, a promoção, entre outros.

Será prestada particular importância à situação operacional dos estabelecimentos comerciais instalados nos bairros comunitários (em especial dos que foram afectados pelo tufão "Hato"), envidando esforços para a penetração nos bairros comunitários e nas PMEs locais, com o intuito de promover as diversas medidas de apoio em prol do desenvolvimento das mesmas empresas, facultando-lhes serviços respectivos. No âmbito de prestação de apoio à Secção para o Estudo de Políticas para o Desenvolvimento Económico dos Bairros Comunitários subordinada ao Conselho para o Desenvolvimento Económico na realização dos seus trabalhos, será diligenciado, particularmente de acordo com as propostas indicadas nos estudos e investigações efectuados quanto às necessidades das zonas comunitárias prioritárias, no sentido de impulsionar a definição de projectos de desenvolvimento, em colaboração com o "Grupo de trabalho interdepartamental do Governo". Reforçar-se-á o apoio às pequenas e médias empresas em matéria de recursos humanos e, sob a premissa de assegurar o emprego dos residentes locais e de proteger os seus direitos e interesses laborais, será acelerado o tratamento dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes apresentados por PMEs.

2) Melhoramento contínuo do ambiente de negócios, reforço dos serviços empresariais prestados e promoção da captação de negócios e investimento

Irá empenhar-se em desenvolver o seguinte: aperfeiçoamento do serviço de *"One-Stop"* para investidores, desencadeando estudo para o desenvolvimento de prestação de serviços de consultadoria online e de outros serviços electrónicos; acompanhamento contínuo do andamento dos trabalhos inerentes à constituição do regime "Autorização de Permanência para os Empresários Investidores", no âmbito de um estudo intersecretarial e interdepartamental; melhoramento do mecanismo de gestão de trabalhadores não residentes, lançando o serviço para apresentação *online* de pedidos de renovação das autorizações para contratação desses trabalhadores; prestação de apoio adequado, a favor do sector de convenções e exposições, da medicina tradicional chinesa, das indústrias criativas e culturais, do sector financeiro com características próprias, entre outros, bem como das empresas *startups* criadas por jovens empreendedores, em sede de pedido de importação de trabalhadores não residentes ou de renovação das respectivas autorizações concedidas.

Tendo em consideração a tendência evolutiva do mercado internacional, será empenhado em desenvolver acções no sentido de aperfeiçoar o nível profissional de

Macau no domínio da arbitragem comercial, bem como a constituição da equipa de quadros qualificados nesse âmbito, com atenção dada particularmente na intensificação do intercâmbio e formação dos seus profissionais. Proceder-se-á ao acompanhamento da revisão do «Regulamento do Imposto do Selo» e da Tabela Geral do Imposto do Selo, proporcionando ao sector empresarial serviços públicos mais convenientes, lançando o serviço de consulta *online* sobre o andamento da apreciação e aprovação dos pedidos enquadrados nos programas de serviços prestados ao público.

6. Apoio aos jovens no fortalecimento da sua competitividade de emprego e empreendedorismo e na exploração de melhores oportunidades para o seu desenvolvimento

1) Prestação de apoio aos jovens no aumento da sua competitividade no trabalho e aproveitamento das boas oportunidades de emprego

Serão aperfeiçoados os serviços de apoio ao emprego dos jovens, ajudando-os no melhor planeamento da sua carreira profissional. Continuar-se-á a organizar cursos de aprendizagem de natureza teórico-prática, no sentido de lhes proporcionar técnicas profissionais e experiências, tendo em vista a sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Será dado apoio aos jovens de Macau no pleno aproveitamento das oportunidades de emprego e de expansão profissional derivadas do desenvolvimento a nível regional, nomeadamente da construção da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", providenciando-lhes um maior leque de opções na procura de emprego e uma melhor preparação no planeamento das suas carreiras profissionais. Assim sendo, no próximo ano, serão dadas assistências aos jovens para que possam obter informações mais abrangentes sobre postos de emprego disponíveis nas empresas de qualidade do Interior da China, empenhando-se em endereçar convites para a vinda a Macau dessas empresas para participação na "Feira de Emprego para Jovens", entre outras actividades. Além disso, os gabinetes de ligação e de representação do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau no Interior da China, para além de continuarem a implementar o "Plano de recrutamento e recomendação de estudantes de Macau para estágios/trabalhos a tempo parcial em feiras e exposições", irão activar o alargamento do âmbito desse Plano, ajudando os alunos de Macau que frequentam cursos nas instituições de ensino superior do Interior da China para terem acesso às oportunidades de estágio proporcionadas por parte das empresas e entidades de capital macaense instaladas nas localidades onde se encontram os referidos alunos.

2) Apoio aos jovens na criação de negócios e inovação e lançamento do " Programa Piloto de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa"

Prestação aos jovens empreendedores de serviços de apoio diversificados. Neste sentido, será empenhado na implementação com eficácia do "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores" já entretanto aperfeiçoado, organizando, em parceria com as associações e instituições sociais, séries de actividades, tais como competições a nível doméstico e

inter-regional, formações, intercâmbios, bolsas de contacto, etc., continuando a realizar o "Programa de Orientação", promovendo a criação de um "Círculo comercial com mentores", dando ainda apoio às entidades associativas na organização de cursos relacionados com o empreendedorismo, tais como formação para inspiração do empreendedorismo dos jovens.

Será lançado o "Programa Piloto de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa", para que as empresas empreendedoras de Macau interessadas em desenvolver actividades em Portugal tenham acesso, mediante requerimentos, aos espaços de trabalho proporcionados pelo Espaço de Criatividade Pública em Lisboa, Portugal, providenciando-lhes também diversos serviços, tais como a organização de *Roadshow* de projectos, o emparelhamento entre parceiros para financiamento, o aconselhamento e a formação, etc., procurando, através deste modo, oferecer às empresas que tenham entrado no referido Espaço um ambiente propício para congregação e inspiração de ideias inovadoras.

7. Manutenção da segurança e estabilidade do sistema financeiro e aperfeiçoamento da administração financeira pública

1) Aperfeiçoamento da construção das infra-estruturas financeiras e reforço dos trabalhos de supervisão

Será dispensada especial atenção aos mercados financeiros internacionais e à evolução do ambiente económico da RAEM, valorizando, ao mesmo tempo e de melhor forma, as funções do Grupo de Tratamento de Riscos da Autoridade Monetária de Macau para definir atempadamente planos de contingência e medidas preventivas de riscos, com vista à manutenção da segurança e da estabilidade do sistema financeiro local, reforçando ainda os trabalhos de estudos temáticos e de elaboração de estatísticas na área financeira.

Será dada continuidade à supervisão eficaz do sector financeiro. Na área financeira, os pedidos de licenciamento de diversa natureza serão tratados de acordo com as exigências prudentes de acesso ao mercado, acelerando os trabalhos sobre a criação da base central de dados em informações de crédito, com a respectiva entrada em funcionamento prevista para o quarto trimestre de 2018. Além da realização da supervisão contínua ao sector segurador, irá empenhar-se em assegurar o reforço da protecção aos segurados e cidadãos, efectuando constantemente melhoramentos à constituição dos respectivos regimes. Na sequência da passagem da tempestade tropical "Hato", os residentes locais têm vindo a tomar maior consciência em relação à questão do seguro, pelo que será intensificada a divulgação do efeito preventivo contra os riscos dos seguros comerciais, procedendo, em simultâneo, a uma monitorização estreita quanto aos impactos do referido tufão sobre a actividade seguradora local.

2) Reforço dos trabalhos no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (*AML/CFT*)

Serão recolhidos, de modo contínuo, relatórios sobre transacções suspeitas, e analisados e identificados os casos de risco elevado, promovendo a consolidação dos mecanismos

interdepartamentais de cooperação, coordenação e troca de informações. Na sequência da obtenção dos bons resultados alcançados na avaliação mútua do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG) em 2017, irão ser lançados os trabalhos da segunda ronda da avaliação de riscos da RAEM, no âmbito do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, dando continuidade à organização de acções de formação *AML/CFT* destinadas ao pessoal dos sectores público e privado, incluindo instituições financeiras, reforçando ainda a divulgação e sensibilização virada para a população local.

3) Optimização da alocação dos activos da Reserva Financeira para elevar a eficácia da sua gestão

Impulsionamento da participação da Reserva Financeira e o seu apoio à construção da iniciativa nacional de "Uma Faixa, Uma Rota" e à cooperação entre Guangdong e Macau, dando continuidade à concretização de negociações com o Fundo da Rota da Seda, o "Fundo para a Cooperação e o Investimento em Capacidade Produtiva China-América Latina" e o "Fundo para a Cooperação em Capacidade Produtiva China-África", para o desenvolvimento da cooperação na área dos investimentos e financiamento, procedendo acompanhamento estreito à situação operacional do "Fundo de Desenvolvimento da Cooperação Guangdong-Macau", fomentando a aceleração dos trabalhos legislativos sobre a criação do "Fundo para o Desenvolvimento e Investimento da RAEM", de acordo com os resultados decorrentes dos estudos preliminares para o efeito realizados.

O aperfeiçoamento da alocação diversificada e equilibrada dos investimentos da Reserva Financeira será concretizado através da introdução de empresas de consultadoria profissional na área dos investimentos e da inclusão dos serviços prestados por estas empresas no leque da gestão corrente da carteira dos investimentos sub-contratados, viabilizando assim o reforço gradual do peso da carteira de investimentos sub-contratados.

4) Aperfeiçoamento da administração das despesas públicas

Em articulação com a entrada em vigor da nova «Lei do Enquadramento Orçamental», irão ser efectuados, no estrito cumprimento da lei, os trabalhos de elaboração e de execução dos orçamentos, com vista a elevar efectivamente a transparência e o rigor do orçamento do Governo, acompanhando de perto a evolução da conjuntura económica da RAEM para adoptar políticas e medidas adequadas consoante a situação das finanças públicas. Será dada continuidade aos trabalhos de revisão do regime de aquisição de bens e serviços, estudando a criação de uma base de dados relativa a aquisições para uso comum entre todos os serviços públicos. Irão ser lançados mais serviços electrónicos em matérias fiscais, procedendo ao estudo do desenvolvimento de uma funcionalidade que permita efectuar, através da *internet*, o pagamento de mais outros impostos cobrados através de guia de receita eventual, incentivando mais serviços e entidades públicas para enviarem, por via electrónica, as informações sobre certidões de cobrança coerciva.

Dar-se-á prosseguimento a vários trabalhos legislativos relacionados com a fiscalidade, incluindo a elaboração do «Regime de Benefícios Fiscais para a Reconstrução de Edifícios»,

do benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência e do «Código Tributário», bem como a revisão do «Regulamento do Imposto do Selo» e da Tabela Geral do Imposto do Selo, e do «Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais à Locação Financeira», etc.

Irá empenhar-se na celebração com mais países lusófonos, bem como com os países localizados ao longo do percurso de "Uma Faixa, Uma Rota", de acordos que visam evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matérias de impostos sobre o rendimento, promovendo a implementação do «Regime Jurídico da Troca de Informações em Matéria Fiscal» e impulsionando a extensão de aplicação na RAEM da «Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal».

8. Optimização dos sistemas administrativo e estatístico, melhoramento do ambiente de negócios, promoção da exploração comercial com honestidade e garantia dos direitos e interesses do consumidor

1) Aperfeiçoamento contínuo do sistema estatístico

Em articulação com a promoção da construção da "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" e, por meio de exploração de mais formas e meios, será empenhado na recolha e compilação das informações estatísticas relativas às cidades envolvidas na referida Grande Baía. E, com o apoio dos serviços competentes envolvidos, serão alargados e aperfeiçoados, de melhor forma, os dados estatísticos sobre a construção civil e as transacções imobiliárias, permitindo assim proceder a uma melhor avaliação da situação de desenvolvimento e evolução do mercado imobiliário local. Irão ser introduzidos melhoramentos no que diz respeito à metodologia de elaboração da conta satélite do sector das convenções e exposições, procurando a elaboração e divulgação regular dos respectivos resultados, aperfeiçoando o sistema de indicadores estatísticos para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, o índice de preços imobiliários e o índice de rendas, dando prosseguimento aos trabalhos no âmbito do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2017/2018, empenhando-se ainda em produzir estimativas definitivas relativamente aos danos económicos provocados pelo tufão "Hato", após recolhidas mais informações respectivas,

2) Criação do ambiente do mercado confiável e justo, reforçando a protecção dos direitos e interesses do consumidor

Dar-se-á acompanhamento proactivo à produção legislativa da Lei de Protecção dos Direitos e Interesses do Consumidor, procurando reforçar, a nível jurídico, a protecção dos direitos e interesses do consumidor, acelerando as negociações com as cidades inseridas na "Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau" (nomeadamente, Foshan, Dongguan, Huizhou e Zhaoqing) com quem ainda não tenha sido celebrado nenhum protocolo de cooperação na mesma matéria em questão, para a criação de uma via verde de defesa do consumidor para a Grande Baía.

Será fortalecida a prevenção e tratamento dos casos de conflito em matéria de consumo. Neste sentido, será reforçada a promoção da sensibilização dos consumidores, promovendo

contactos e diálogos com os operadores do sector comercial e estabelecendo conexão interdepartamental, procurando assim sensibilizar os operadores do sector comercial para a elevação do seu nível de exploração de actividades, em termos de confiabilidade e do cumprimento da lei. Irão ser aperfeiçoadas a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelo Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo e, ao mesmo tempo, criado, a título experimental, um mecanismo transfronteiriço de arbitragem *online* com as organizações de defesa do consumidor das cidades envolvidas na "Região Metropolitana da Grande Baía Guandong-Hong Kong-Macau".

Será promovida a exploração regulamentada e com honestidade, de actividades do sector comercial, procurando elevar, continuamente, a qualidade das Lojas Certificadas, reforçando a inspecção e supervisão das mesmas e aperfeiçoando ainda os respectivos códigos de conduta.

3) Fomento da concorrência no mercado, estabilização dos preços de produtos e garantia da sua segurança

Será dada continuidade ao acompanhamento da situação sobre o fornecimento dos produtos alimentares, incluindo os vivos e frescos, bem como as variações dos seus preços, divulgando as informações supramencionadas junto do público a fim de aumentar a sua transparência. Dar-se-á maior atenção à monitorização da evolução dos produtos combustíveis em estoque, elevando a transparência dos respectivos preços e combatendo as práticas ilegais, comunicando regularmente com os operadores do sector para conhecer as informações mais actualizadas sobre os preços dos produtos em causa, exortando-os a cumprir as suas responsabilidades empresariais. Irá empenhar-se em enriquecer as escolhas no mercado de produtos petrolíferos, incentivando a introdução de mais produtos por parte dos operadores do sector, para a escolha dos consumidores.

Será reforçada, através da cooperação interdepartamental, a troca de informações sobre segurança de produtos, tomando iniciativa na realização de inspecções específicas, procedendo à notificação das informações relacionadas com a segurança de produtos, mediante o mecanismo de cooperação inter-regional.

4) Aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, melhoramento das instalações de atendimento e disponibilidade de facilidades em prol da comunidade empresarial e dos residentes

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças irão aperfeiçoar, de forma contínua, os diferentes diplomas e regulamentos relevantes, melhorando os procedimentos administrativos, introduzindo mais serviços electrónicos para facilitar não só a vida da população mas também a da comunidade empresarial. Será dado prosseguimento aos trabalhos de promoção, junto das equipas de trabalho desta área, do valor da integridade, introduzindo constantemente aperfeiçoamentos às instalações de atendimento.

Área da Segurança

Prefácio

No ano que finda, as autoridades de segurança têm cumprido o conceito de governação implementado pelo Chefe do Executivo e pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau e prosseguido os objectivos e exigências determinadas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2016 – 2020) da RAEM para a promoção contínua dos resultados no que concerne à governação da segurança pública.

O advento de uma sociedade informatizada, o caminho da padronização regional e o grande impacto da tecnologia de informação perante o desenvolvimento humano, têm induzindo oportunidades para a profunda reforma do modelo de policiamento das Forças e Serviços de Segurança de Macau. Porém, no dia 23 de Agosto deste ano, o Tufão "Hato", revelou a existência de insuficiências no que diz respeito ao sistema de coordenação e funcionamento do aviso prévio e de contingência em situação de tufão, nas acções de resposta, de resgate e salvamento, bem como, pôs a descoberto a existência de falhas na construção de infra-estrutura de defesa de inundação de Macau. Existe, também, espaço de melhoramento e de aperfeiçoamento nos regimes e nas políticas, nas medidas de trabalho da maioria das forças e serviços da área de segurança quanto à participação na coordenação das acções de protecção civil.

Pelas razões expostas as autoridades de segurança aproveitarão a aplicação de alta tecnologia, a inovação dos planos decisórios já existentes e dos modelos de trabalho, em ordem a promover a optimização dos recursos disponíveis e a modernização da equipa policial. Em especial, privilegiaremos esforços conjuntos com outros serviços internacionais, regionais e da RAEM, bem como com os diversos sectores da sociedade, para promover a concretização de uma governação da área da segurança, aberta e participativa. Entretanto, serão envidados esforços para concretizar a prevenção e a repressão de crimes e as questões de segurança da população de modo a propiciar a realização dos objectivos de governação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2016 – 2020) para RAEM, como uma cidade caracterizada pelo segurança.

SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2017, NO ÂMBITO DE SEGURANÇA

No ano de 2017, as Forças e Serviços de Segurança dependentes da Secretaria para a Segurança têm efectuado reforço constante do dispositivo policial e respectivas acções de execução os trabalhos e alcançado os resultados previstos em diversas matérias de execução da lei quanto à salvaguarda da segurança pública e protecção da vida e dos bens da população, sempre seguindo a meta de "construir uma cidade segura" traçada no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020), bem como o conceito geral

constante das linhas de acção governativa sobre a "liderança orientada para os cidadãos" defendido pelo Governo da RAEM.

Porém, quanto à resposta ao tufão "Hato" e aos trabalhos de acompanhamento após a sua ocorrência, foram detectadas algumas falhas na resposta de protecção civil e no regime de coordenação nas operações de resgate e salvamento. Pelo que, as autoridades de segurança vêm procedendo a uma resposta rigorosa, tendo iniciado já os trabalhos de revisão e de melhoramento.

I. O tufão "Hato" causou grande prejuízo a Macau, o Cento de Operações de Protecção Civil empenhou todo o esforço de coordenação e todos os agentes do corpo da área de segurança procederam a respostas ao tufão e participaram nas operações de resgate e de salvamento. Não obstante sinalizaram-se insuficiências na resposta de protecção civil e no regime de coordenação de resgate e salvamento, pelo que já foi iniciado o trabalho da revisão do sistema.

Em 23 de Agosto, o tufão "Hato" devastou Macau. Durante o período de salvamento e de rescaldo, sob o comando e liderança do Chefe do Executivo e com base na coordenação e tutela do Secretário para a Segurança, constatamos o empenho de mais de 8.800 agentes das forças e serviços de segurança nas operações de resgate e de salvamento, de dia a noite. Entretanto, mais de 2.000 funcionários civis das corporações e serviços de segurança também organizaram, por iniciativa própria, grupos voluntários para participarem nos trabalhos de rescaldo.

Os trabalhos de resposta, rescaldo e melhoramento aplicados pelas autoridades de segurança, durante o acontecimento desta catástrofe, traduziram-se nos seguintes: Activação do Centro de Operações de Protecção Civil (COPC) para coordenar os trabalhos de protecção civil; Proposta ao Governo Central de participação da Guarnição do Exército de Libertação do Povo Chines (ELP) em Macau nos trabalhos de socorro e de resgate; Ajustamento extraordinário de trânsito rodoviário das pontes que ligam Macau e a Taipa; Realização de trabalhos de escoamento de água e de salvamento nos parques de estacionamento inundados; Mobilização de veículos autobombas contra incêndios do Corpo de Bombeiros para abastecer água a todos os hospitais; Manutenção da fluidez da passagem fronteiriça e prestação de auxílio aos turistas; Reforço do número de pessoal destacado para manter a segurança pública; Implementação das medidas de emergências para resolver os problemas causados pela avaria de funcionamento de semáforos em grande parte da cidade; Difusão de mensagens de forma rolling através de multimédia; Realizar várias conferências de imprensa conjunta no Centro de Operações de Protecção Civil; Execução rigorosa da lei perante os indivíduos que criaram rumores; Adesão de novos membros à estrutura de Protecção Civil para melhoramento de coordenação dos trabalhos de protecção civil; O Centro de Operações de Protecção Civil alterou o seu funcionamento tradicional para um funcionamento de modo contínuo; Aplicação de medidas de facilitação de desalfandegamento no abastecimento de mercadorias emergentes; Prestação de auxílio de limpeza e de remoção de obstáculos em diversas zonas da cidade para repor a cidade e

vida dos cidadãos à normalidade; Coordenação das associações cívicas para participarem nos trabalhos de socorro, desenvolvendo o espírito solidariedade; Auscultar as opiniões das associações de Macau sobre as medidas de contingência, em resposta à grande catástrofe; Apoio do sector de transporte marítimo e garantir a segurança marítima; Garantia da ordem pública no dia do começo das aulas; Abastecimento de água temporário; Mobilização de pessoal e formar grupo de trabalhos voluntários; Prestação de apoio aos reclusos e aos jovens internados no Instituto de Menores para saber a situação de estado dos seus familiares; Acompanhamento periódico do andamento do trabalho para aperfeiçoamento dos trabalhos de contingência e respostas a calamidades e incidentes, entre outros trabalhos.

Conforme as instruções do Chefe do Executivo relativas ao melhoramento dos planos de curto, médio e longo prazo de respostas a calamidades e incidentes, o Secretário para a Segurança realiza reuniões de acompanhamento periódicas com vista a assegurar a promoção efectiva de todos os trabalhos. Actualmente, foram concretizados progressivamente os trabalhos relacionados com o aperfeiçoamento de infra-estruturas, o reforço de coordenação, a optimização de divulgação de informações, a aquisição de equipamentos de resposta a emergências de socorro e de salvamento, o desenvolvimento de treino e simulação. As autoridades de segurança esforçar-se-ão numa decisão sobre a revisão do regime de protecção civil antes do fim do presente ano, apresentando propostas sobre a criação de um serviço especialmente responsabilizado pela coordenação dos trabalhos de contingência a calamidades e incidentes, bem como o enquadramento jurídico para o funcionamento do respectivo regime.

II. Reforço contínuo de implementação do dispositivo policial e respectivas acções de execução, daí resultando uma redução consecutiva e significativa dos crimes considerados graves e um controlo eficaz nas infracções leves, bem como demonstrando uma melhoria notável na segurança da sociedade

Durante o corrente ano, atendendo à situação geral da segurança pública e após avaliação e análise científica e sistemática das diversas informações, as autoridades de segurança elaboraram uma série de estratégias de segurança prospectiva, especificamente destinados aos seus organismos dependentes a fim de levar a cabo as operações de execução da lei de forma eficaz: Tendo coordenado reciprocamente com a Polícia do Interior da China na cooperação transfronteiriça; Desvendando casos de fogo posto com celeridade; Combatendo activamente, impedindo a propagação dos crimes relacionados com o jogo; Intensificando dispositivo policial para purificar eficazmente o ambiente dos casinos; Criando e desenvolvendo o mecanismo e pondo em prática as diligências de reforço da segurança dos casinos; Introduzindo alterações à legislação para combater os crimes de droga em todos os vertentes; Desmantelando com sucesso redes criminosas, assegurando assim a segurança da sociedade; Divulgando amplamente, prevenindo burla telefónica; Tomando iniciativa na revisão de diplomas legais, coordenando com dinamismo a acção contra branqueamento de capitais; Implementando o policiamento que passa por colocar "a tecnologia ao serviço do trabalho policial" para elevar o nível de técnica de investigação.

Reforçando cooperação para combater o levantamento de dinheiro através do uso ilegal de cartão de crédito; Coordenando e comandando nas operações contra imigração ilegal, tendo sido conseguidos resultados notáveis; Optimizando o sistema, melhorando a análise de informações; Realizando encontros periódicos para definir políticas contra os crimes de droga; Efectuando acção de prevenção criminal no Inverno, assegurando ambiente seguro durante os dias festivos; Operação "Trovoada 17", juntos no combate a crimes considerados graves; Recolhendo informações para garantir a realização das 6.as eleições legislativas com sucesso e investigando a origem combatendo constantemente a exploração de pessoas.

Sob o incitamento contínuo e supervisão rigorosa da Secretaria para a Segurança, as suas corporações e organismos desenvolveram operações activas, implementaram políticas no âmbito de segurança e alcançaram os resultados previstos, tendo produzido resultados eficazes na prevenção e combate aos crimes considerados graves e às actividades delituosas que afectam a vida da população. Entre os meses de Janeiro e Agosto do corrente ano, a situação geral de segurança de Macau tem-se mantido estável. Nesse período a polícia de Macau instaurou 9.951 inquéritos, tendo aumentado 298 inquéritos, em comparação com 9.653 do ano transacto, o que representa um acréscimo de 3,1%. As actividades delituosas que exercem influência sobre a vida da população (furto, roubo, etc.) baixaram significativamente, enquanto os crimes graves violentos (homicídio, ofensa grave à integridade física, rapto etc.) continuaram a apresentar baixa taxa de ocorrência ou mesmo taxa zero. Paralelamente, as autoridades policiais mediante fiscalização e implementação de dispositivo eficaz conseguiram reprimir com sucesso a tendência de propagação dos crimes relacionados com jogo à sociedade comunitária, originada pelo ajustamento verificado nas receitas arrecadadas do sector do jogo.

III. Iniciação do trabalho legislativo relativo ao regime de cibersegurança e do novo modelo de progressão das carreiras. Conclusão da criação de base de dados sobre a circulação de substâncias perigosas. Iniciação da implementação do mecanismo de comando e de coordenação de incidentes. Concretização gradual dos resultados obtidos com o estabelecimento de regimes

As autoridades de segurança concretizaram os objectivos definidos para o ano de 2017, tendo activado o trabalho legislativo relativo ao regime de cibersegurança e à revisão do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau (EMFSM), criando a base de dados sobre a circulação de substâncias perigosas, iniciando a execução do mecanismo de controlo e coordenação de incidentes, bem como obtendo bons resultados na salvaguarda da segurança da vida e dos bens da população.

O Secretário para a Segurança coordenou e organizou, sob a orientação do Chefe do Executivo, o grupo de trabalho conjunto e interdepartamental para estimular conjuntamente a criação do sistema de cibersegurança e promover activamente o trabalho legislativo relativo à criação do regime de cibersegurança em Macau e ao estabelecimento de um serviço de cibersegurança para a PJ, tendo concluído basicamente a redacção da lei estrutural e dos respectivos diplomas legais de cibersegurança e irá realizar consultas públicas no fim do ano de 2017, relativas à respectiva legislação.

Para aperfeiçoamento do texto do projecto de lei relativo à revisão do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau e à criação do novo modelo de progressão das carreiras, o grupo de trabalho especializado pela revisão do EMFSM efectuou a análise e o estudo na base das opiniões recebidas no ano passado durante o período da consulta, tendo apresentado opiniões de revisão e estudado também a integração das carreiras dos SA e o seu regime disciplinar no novo regime. Actualmente o aperfeiçoamento do texto do projecto-lei está basicamente na fase de conclusão e foi aprovado no Conselho Executivo, esforçar-se-á à entrega à Assembleia Legislativa para apreciação no princípio do ano 2018.

No ano transacto, alcançou-se a formação gradual do modelo de trabalho relativo à gestão uniformizada, com a criação da base de dados sobre a circulação de substâncias perigosas e o início de aplicação do mecanismo de controlo e coordenação de incidentes, isto para além da divulgação constante dos resultados relativos à reformulação do respectivo regime regulamentar. O Chefe do Executivo decretou, no dia 13 de Março do corrente ano, o despacho que mandou regulamentar a importação, exportação e trânsito das substâncias perigosas, bem como o controlo e coordenação operacionais no local de incidente que envolva essas substâncias, com vista a garantir a segurança dos cidadãos da RAEM. O Chefe do Executivo autorizou também a construção de armazéns provisórios para substâncias perigosas em dois terrenos afastados das habitações, situados respectivamente na Avenida Marginal Flor de Lotus e na Estrada do Dique Oeste em Coloane.

O CB está a coordenar os serviços competentes para estudar o projecto de construção das futuras instalações de armazenagem, esperando que se possa definir o projecto e o planeamento de construção com a brevidade possível. Entretanto, a DSFSM ajudou o CPSP a criar, com os serviços competentes, o modelo de comunicação por e-mail para tratamento de informações de comunicação de tais substâncias, concretizando o rastreamento das substâncias perigosas.

Quanto ao modelo de controlo e coordenação de incidentes de substâncias perigosas, o CB, os SA e a DSAMA, nos termos das respectivas leis orgânicas, responsabilizam-se pelo controlo e a coordenação das operações nas áreas terrestre, marítima ou portuária, respectivamente. A par disso, com vista de reforçar a capacidade de controlo e de coordenação interdepartamental para incidentes de substâncias perigosas, o CB continua a efectuar os exercícios de simulação de acidentes com substâncias perigosas com elevados riscos, melhorando constantemente as soluções de emergência e as medidas de intervenção, de diversos tipos, para reduzir os riscos de ocorrer o incidente.

IV. Concretização gradual do novo conceito de policiamento, promoção por iniciativa das acções de execução da lei, promovendo o rigor na disciplina das corporações policiais e aplicando uma gestão adequada

As autoridades de segurança continuam a concretizar os três conceitos policiais de "policiamento activo", "policiamento comunitário" e "policiamento de proximidade". Este novo modelo de gestão policial foi concretizado de modo estável, com a promoção bem sucedida de fiscalização comunitária e auto-fiscalização, daqui resultando uma bem sucedida politica

inspectiva, assegurando com eficácia a integridade e credibilidade do corpo policial. As forças e serviços de segurança empenharam-se em concretizar os novos conceitos policiais, estabelecendo o novo modelo de execução da lei, e obtendo resultados notáveis no que concerne à adequação de medidas convenientes à melhoria da imagem das corporações policiais.

Por um lado, as autoridades de segurança tratam sempre com rigor as matérias relacionadas com a disciplina e intensificando a transparência. Por outro lado, dão importância a política de "liderança orientada para a polícia" e à introdução da cultura orgânica flexível, a fim de realizar a estabilidade a longo prazo e colocar uma base sólida para o estabelecimento do corpo de execução da lei, competente, com integridade e alta eficiência. Através das reuniões periódicas e não periódicas, bem como por despachos internos, o Secretário para a Segurança continua a exigir dos dirigentes dos seus serviços o levantamento dos problemas encontrados na gestão policial e que apresentem soluções oportunas para a sua resolução concreta, supervisionando constantemente as chefias e intensificando a gestão das unidades, a fim de tomar medidas preventivas. O Secretário exige ainda aos serviços que apresentem mensalmente os mapas estatísticos relativos aos processos disciplinares, bem como os relatórios sobre a respectiva tramitação, para reforçar a gestão e fiscalização no âmbito de disciplina. Os serviços convocam também os elementos de várias categorias para reuniões e actividades periódicas, intensificando a comunicação de trabalho e transmitindo a consciência de integridade e obediência à lei dos superiores aos subordinados.

V. Realização contínua dos trabalhos de segurança junto da juventude. Cooperação favorável e eficiente entre as famílias, escolas e a polícia. Incremento de acções de sensibilização educativa. Iniciação à educação cívica sobre o tema da segurança do Estado

Com a implementação do dispositivo global do governo da RAEM, as autoridades de segurança têm vindo a dar muita atenção ao trabalho relativo ao crescimento saudável dos jovens, ao longo do ano passado, todas as forças e serviços, mediante a cooperação com os serviços governamentais competentes, escolas e organizações comunitárias, têm dado atenção e prestado apoio aos jovens para resolver os seus problemas que surgem durante a adolescência encaminhando-os numa direcção positiva na vida. Através de diversos canais de divulgação e do aproveitamento dos novos meios de comunicação social que os jovens gostam de utilizar, realizaram-se actividades diversificadas como colóquios, palestras, discussões colectivas, visitas e entrevistas e competições, entre outros, para influenciá-los positivamente e lançar energia positiva que permita a esta geração conhecer melhor o trabalho policial atraindo mais jovens a juntar-se à força policial.

O Secretário para a Segurança vem referindo que os jovens são o futuro da RAEM, a polícia e toda a população assumem a responsabilidade colectiva de ajudar o crescimento saudável dos jovens. Os vários serviços na tutela da Secretaria para a Segurança desenvolveram bastante trabalho a esse respeito, nomeadamente: O mecanismo "Rede

de Comunicação com as Escolas" e o projecto "Guia juvenil para combater o crime" organizados pela Polícia Judiciária; O "Mecanismo de ligação entre a polícia e escolas" e o projecto "Sementeira Policial" do CPSP; o "Acampamento para experimentar a vida dos instruendos" organizado juntamente entre a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau e o CPSP; Os Serviços de Alfândega recebem visitas de jovens e promovem a protecção do direito de propriedade intelectual junto dos jovens e a "Aula experimental da actividade dos bombeiros" organizado pelo Corpo de Bombeiros. Aproveitando a cooperação entre famílias, escolas e polícia na divulgação educativa e desenvolvendo constantemente o trabalho de segurança junto de jovens para que se possa estimular toda a sociedade a tomar iniciativa a dar atenção aos jovens, ajudando-os a crescer, a desenvolver os seus talentos e a obter sucesso.

Além disso, o Gabinete do Secretário para a Segurança, por ocasião da comemoração do Dia da Educação da Segurança Nacional, a 15 de Abril, criou uma coluna "Tu e a Segurança" na sua página electrónica, de forma a sensibilizar os cidadãos para a segurança do Estado. O GSS divulga, em tempo oportuno, informações sobre a segurança do Estado na coluna acima referida, esperando que todos colaborem para garantir a segurança do Estado e da RAEM. Actualmente, até Novembro foram publicados 8 artigos.

VI. Resultado relevante da cooperação no policiamento regional, melhoria contínua entre as relações de polícia e cidadão. Melhoria na comunicação entre a polícia e a imprensa. Cooperação conjunta das diversas forças para a garantia da eficácia da promoção da segurança pública

No último ano, as autoridades de segurança continuaram a empenhar-se no desenvolvimento da cooperação policial entre as diferentes regiões e diferentes países, procurando resolver com as outras autoridades policiais vários problemas associados à segurança. Com a coordenação da Secretaria para a Segurança, as relações de cooperação estabelecidas entre os serviços desta tutela e os serviços congéneres do continente, de Hong-Kong e de outros países e regiões, tem renovado continuamente o seu modelo, enriquecendo constantemente os conteúdos, alargando os horizontes e criando sinergias que garantem a segurança regional, que permitem obter resultados notáveis na cooperação policial entre regiões e entre países. O mecanismo de prevenção conjunta vem aperfeiçoando progressivamente e tem desmantelado as associações criminosas que auxiliam a migração e as entradas ilegais, conseguindo assim preservar com sucesso a ordem pública de Macau.

Os serviços subordinados à Secretaria para a Segurança deram continuidade ao planeamento do trabalho no domínio do policiamento comunitário que teve início há dois anos e irá ser optimizado, promovendo a missão policial com intervenção da comunidade, juntando com eficácia as forças policiais e comunitárias, esforçando-se para reduzir a distância entre a polícia e a comunidade e promover a cooperação, tendo obtido resultados satisfatórios nesse domínio. O conteúdo do programa televisivo "Polícia e Cidadão, a mesma missão" foi melhorado este ano para reforçar a interacção com a comunidade e desde que iniciou, a 25 de Julho de 2015, até finais de Outubro deste ano, foram emitidos 42

episódios. As autoridades de segurança e a TDM realizaram uma série de actividades para assinalar o 2.º aniversário do início deste programa televisivo em Julho, a fim de aprofundar o policiamento comunitário e dar mais um passo na sensibilização da prevenção e combate ao crime. No dia 8 de Fevereiro, realizou-se, o grande espectáculo cultural "Tranquilidade Macau" – Sarau de confraternização do Ano Novo Lunar de 2017, e através do mesmo espectáculo, foi revelada, pela primeira vez, a "face suave" da corporação policial através de actividades culturais e artísticas de grande envergadura. Com a realização desse evento, aprofundou-se a relação entre a polícia e comunidade e expôs-se uma cena em que a polícia e os cidadãos se juntaram como uma família. As Forças e Serviços de Segurança sob a tutela da Secretaria para a Segurança continuam a promover a participação da população na prevenção e combate à criminalidade, desenvolvendo de modo diversificado as propagandas e a melhoria contínua das relações entre polícia e comunidade, sobretudo no que diz respeito às acções de prevenção criminal e de propaganda, através do policiamento comunitário as autoridades desenvolveram imensas acções específicas de sensibilização e de prevenção criminal, a consciência de prevenção criminal da população melhorou de forma evidente, a ocorrência de crime também foi reduzida com eficácia.

Dependendo das mudanças verificadas no ambiente da execução da lei e no ambiente de visitas feitas pela imprensa, os serviços, desde que a lei o permita, continuam a facilitar as visitas da comunicação social, para promover o entendimento, compreensão e apoio entre a polícia e a imprensa e melhorar esta relação, tendo-se registado o reforço contínuo de cooperação entre a polícia e a imprensa.

VII. Concretização do estudo das técnicas do novo modelo de passagem fronteiriça e do estabelecimento do sistema de reserva de passagem fronteiriça, melhorando a capacidade de resposta às emergências e a optimização contínua do mecanismo de execução da lei no âmbito marítimo

Em articulação com o plano de acesso de veículos da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, as autoridades de segurança envidaram todos os esforços possíveis na coordenação com os serviços competentes da China continental, no estudo de novas medidas para aumentar a eficácia das passagens fronteiriças e aperfeiçoar os serviços de migração, bem como para concluir o estudo dos pormenores tecnológicos e dos equipamentos do novo modelo de passagem "Inspecção Fronteiriça Integral", a criação dum mecanismo de coordenação com os respectivos serviços do Interior da China, o estabelecimento do novo sistema de passagem fronteiriça, a determinação de exploração de softwares destinado ao novo modelo de passagem fronteiriça e a efectuação dos testes conjuntas dos programas para a optimização contínua destas inovadoras passagens fronteiriças.

Os serviços competentes da área da segurança fizeram um balanço da experiência adquirida, reforçaram, de forma contínua, a vertente tecnológica dos serviços de passagem fronteiriça. A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (DSFSM) e o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) iniciaram o trabalho de optimização do sistema informático de migração, incluindo a criação do segundo e terceiro sistema de

migração, para lidar, respectivamente, com uma avaria inesperada no sistema do servidor e na conexão de rede, bem como a implementação de operações, formação do pessoal etc., com vista a concluir a criação do sistema de redundância de migração para lidar com os incidentes inesperados de forma eficiente. No dia 17 de Julho, foi realizada uma simulação de incidentes relativamente ao sistema de migração do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco para examinar tanto a capacidade do pessoal de lidar com crises, como a comunicação e coordenação interna entre serviços.

Face às novas atribuições de gestão das áreas marítimas, às infraestruturas transfronteiriças e à organização das medidas de passagem fronteiriça, os Serviços de Alfândega além de ter mobilizado os recursos policiais para acompanhar as acções de segurança, de patrulhamento, de combate às actividades ilícitas e de salvamento no mar, procuraram ainda, através da optimização das instalações, o melhoramento dos equipamentos, o aumento da capacidade de utilização da tecnologia e intensificação da cooperação regional, o reforço integralmente as acções de execução da lei e de controlo na área marítima.

VIII. Reforço da cooperação com as associações cívicas para facilitar o papel dos serviços correccionais. Incremento do rigor e implementação de uma cultura de flexibilidade na gestão do pessoal. Promoção contínua da construção de infra-estruturas

Já passaram quase 2 anos desde que a DSC foi estabelecida em 2016. A DSC tem vindo a efectuar a optimização do seu trabalho e melhorar a sua execução, bem como a aprofundar a implementação do novo conceito de vigilância. No desenvolvimento constante do trabalho correccional, esta direcção não apenas se tem dedicado à inovação de uma cultura organizacional, aperfeiçoado de modo activo a regulamentação dos regimes. Na gestão do pessoal, reflecte a disciplina rígida e o carácter flexível que se começou a implementar. Entretanto, a DSC também tem dado continuidade à evolução estável do trabalho no que concerne à guarda da segurança e à reinserção social, e através de prestação de aconselhamento diversificado aos reclusos, tem-se empenhado em ajudá-los a reintegrar-se na sociedade e em reforçar a cooperação de todas as partes, no domínio da promoção do acompanhamento do Instituto de Menores. No que diz respeito à área de gestão, essa direcção tem dado muita importância à utilização da tecnologia para melhorar o trabalho, pretendendo assim intensificar a supervisão da segurança e a formação do pessoal, com o intuito de aumentar as suas capacidades profissionais.

A DSC presta elevada atenção ao aperfeiçoamento do trabalho na área prisional, correccional e do IM, bem como ao melhoramento da solidariedade comunitária. O Estabelecimento Prisional de Coloane (EPC) tem estimulado os reclusos a participarem nos serviços à comunidade, desenvolvendo o seu sentido de responsabilidade e de contribuição para os outros; cooperar com os departamentos educativos para realizar cursos de formação tendentes à expansão das oportunidades de aprendizagem para os reclusos, tem

vindo a promover, por meio da cooperação com instituições de várias áreas especializadas, formação profissional diversificada para possibilitar o incremento da sua competitividade no mercado de trabalho quando se reinserirem na sociedade.

Na prossecução de uma estratégia simultânea de acompanhamento e educação, a equipa auxiliar do IM tem providenciado apoio aos jovens internados na correcção dos erros para retomarem o caminho certo. No que toca ao trabalho de acompanhamento educativo orientado para os jovens internados para o ano 2017 está a ser gradualmente feito em conformidade com o calendário. Com o apoio total dos departamentos educativos, o IM abriu, no ano lectivo iniciado em Setembro de 2017, cursos do ensino secundário reformulados. Além disso, recrutou professores para suprir as carências de pessoal docente, com vista à abertura de um curso de formação mais abrangente para os jovens internados.

A DSC tem cooperado, de forma activa, com os departamentos de obras públicas, continuando a promover a construção de infra-estrutura, definindo um traçado completo e um esquema global para o desenvolvimento futuro. Envidando esforços na implementação da construção do novo Estabelecimento Prisional e na concretização da construção do novo IM, no sentido de se conseguir concluir as obras, o mais rápido possível.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2018 E MEDIDAS PRINCIPAIS

As autoridades de segurança propõem-se iniciar a construção de um sistema de "policiamento inteligente", estabelecendo uma estratégia de trabalho de carácter mais prospectivo, lançando bases para a melhoria gradual das respectivas infra-estruturas, a fim de reforçar o estudo da aplicação de dados relacionados à gestão integrada da sociedade, o que serve de auxílio na tomada de decisões sobre a gestão e ajustamento dos recursos existentes, modernizando os modelos de actuação. Por outro lado, para acompanhar o desenvolvimento do "policiamento inteligente" e da integração regional, serão aperfeiçoados, de uma forma ordenada, os mecanismos de gestão adequados à segurança pública, continuando a promover o novo modelo de trabalho policial, a reforçar a interacção entre polícia e população, aprofundar a cooperação policial regional, a melhorar o regime e a implementação da cultura policial e fomentar a confiança mútua, através de uma participação conjunta na gestão da segurança pública, concretizando-se os conceitos de desenvolvimento do Governo da RAEM sobre "cidade segura" e "cidade inteligente".

CAPÍTULO I
TECNOLOGIA E DECISÃO: APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA E APOSTA NA ESTRATÉGIA DA EXECUÇÃO ACTIVA

As autoridades de segurança irão iniciar a aplicação de novas e inovadoras tecnologias, nomeadamente o estudo e desenvolvimento da aplicação da tecnologia dos megadados.

Irão ainda melhorar o sistema de controlo da segurança de Macau, através da colaboração entre serviços pertinentes na construção de um sistema de segurança das diversas áreas, que permitirá, de forma ordenada, o desenvolvimento do policiamento inteligente. Deste modo, o centro de gravidade do trabalho policial ultrapassará as barreiras de uma mera execução da lei concretizada uma prevenção criminal e actividade de investigação dos crimes, para um posicionamento de prevenção, concretizando um modelo de polícia proactiva, que aproveite a capacitação dos seus agentes de uma forma científica, reforçando a potencialidade de previsão, prevenção e reacção contra os diversos tipos de crimes, tais como os crimes de terrorismo e ataque cibernético. As autoridades de segurança esperam que no decurso do próximo ano este estudo se possa integrar no projecto geral de desenvolvimento de "cidade inteligente" do Governo da RAEM, confirmando-se, a seu tempo, o plano preliminar e o cronograma geral para a sua conclusão.

I. Aproveitar tecnologia avançada para iniciar o desenvolvimento do projecto de megadados

Estudar-se-á a criação de um grupo de trabalho inter-departamental na área da segurança, que visa definir uma estratégia de desenvolvimento adequada às exigências desta área, estabelecendo um modelo e especificações do padrão da troca de dados, para que se realize, no futuro, utilização geral dos dados disponíveis.

As autoridades policiais irão continuar o trabalho de análise da possibilidade da partilha de recursos no âmbito dos dados policiais, efectuando assim um planeamento eficaz tanto a nível de melhoria da eficiência da aplicação como do valor da respectiva utilização, para aumentar assim globalmente a eficácia do seu trabalho.

II. Prestar elevada importância à noção de perspectiva nas decisões e realizar com eficiência os trabalhos de contingência

A Secretaria para a Segurança irá, por um lado, coordenar todos os serviços subordinados nos trabalhos e acções de formação, intercâmbio técnico de informações e de gestão, por outro lado, coordenará todos os serviços subordinados nos trabalhos de definição das estratégias e medidas policiais a usar e planos de resposta às emergências, garantindo a velocidade da sua reacção e a capacidade de resiliência em situações críticas.

III. Criar uma unidade contra-terrorismo e promover a proactividade desta valência

As autoridades de segurança irão iniciar um estudo sobre a criação de um regime e sistema de prevenção do terrorismo, e pretendem criar uma divisão subordinada à PJ em 2018, responsável pelo alarme prévio e investigação dos crimes de terrorismo salvaguardando a segurança nacional e do território de forma mais profissional, proactiva e eficaz.

As Forças e Serviços de Segurança irão, de acordo com as bases existentes, acelerar o estudo e a construção da plataforma de comunicação pública, para efectuar a coordenação e o aperfeiçoamento no âmbito dos planos de contingência, acções de formações anti-

terrorismo e equipamentos, para que possam atempadamente organizar operações de combate e tomar medida de prevenção.

Irão continuar a dar apoio ao Chefe do Executivo no congelamento de activos, continuarão a efectuar investigação sobre o financiamento ao terrorismo e o financiamento de armas de destruição em massa. E, a fim de manter sob controlo os riscos de segurança serão tomadas medidas preventivas de impedimento de entrada de terroristas em Macau.

IV. Reduzir os riscos de rede e esforçar-se para garantir a respectiva segurança

No âmbito da alteração à Lei orgânica da PJ, será criada uma nova subunidade na PJ, responsável pela cibersegurança. Essa subunidade irá colaborar com o Centro de Cibersegurança que será criado posteriormente, para prevenir e responder às ameaças da cibersegurança a nível técnico. Já começou a realizar o trabalho preparatório, nomeadamente no âmbito do pessoal, material e estudo, de forma a satisfazer as necessidades do pessoal dessa subunidade.

A PJ continuará a adquirir sistemas de segurança de informações e equipamentos de cibersegurança avançados, para dar melhor e mais rápido apoio técnico à investigação do crime informático e à peritagem forense. A PJ irá trocar informações com as polícias das regiões vizinhas e de outros países inteirando-se da evolução deste tipo de ataques, para que possa tomar medidas de prevenção efectivas e rápidas. Ao mesmo tempo, irá reforçar as inspecções à rede para combater os crimes públicos praticados através da Internet.

CAPÍTULO II
REVISÃO E REFORMA: REVISÃO TOTAL, REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL

No período da catástrofe de tufão "Hato", verificou-se haver espaço para melhoramento notório do regime de funcionamento da coordenação de operações e modelo de trabalho do Centro de Operações de Protecção Civil. Por isso, as autoridades de segurança desenvolveram planos de trabalho de curto, médio e longo prazo, com vista ao respectivo melhoramento, bem como de melhor apetrechamento, reforçando a capacidade de resposta da estrutura de protecção civil. Tendo em conta a criação e desenvolvimento do projecto da "polícia inteligente", desenvolve-se um novo modelo de governação de segurança, reforça-se a consciência da sociedade e as capacidades de resposta, de prevenção e de alerta, de execução e de coordenação de operações dos diferentes tipos de calamidades da entidade de protecção civil, elevando a eficiência de contingência do sistema de protecção civil, garantindo uma prevenção e resposta eficazes em incidentes de calamidades.

I. Criar um serviço independente, concretizando o funcionamento permanente de protecção civil

O Governo planeia criar, dentro da área de segurança, um serviço independente, de funcionamento permanente, que se responsabilize especialmente pela prevenção

e pela resposta a catástrofes naturais e incidentes de segurança, tanto como do seu acompanhamento. As autoridades de segurança sugeriram construir um novo edifício para o Centro de Protecção Civil e Coordenação de Contingência na Península de Macau, sendo que o actual Centro de Operações de Protecção Civil de Pac On se tornará um centro de protecção civil e de acções de resposta das ilhas, passando a ser uma unidade redundante daqueloutro. Antes da entidade e do edifício acima referidos entrarem em funcionamento, o Governo apetrechar-se-á, o mais rápido possível, de dispositivos, materiais e equipamentos de resposta e de resgate ao Centro de Operações de Protecção Civil existente para o que se procurará um edifício, existente ou construído de raiz, para respectivo armazenamento provisório.

II. Conferir mais competências para a promoção de forte coordenação de protecção civil

Através da legislação, clarificar a relação dos poderes da direcção e gestão da entidade de protecção civil e coordenação de contingência, bem como a relação dos poderes de direcção e comando dos serviços e subunidades após ter activada a estrutura de protecção civil. Também se propõe que, no regime jurídico futuro, sejam definidos claramente as atribuições, deveres dos membros da estrutura de protecção civil e as responsabilidades a assumir pela sua violação, bem como definir as competências de emergência que as autoridades possam aplicar. Através da futura legislação propõe-se que se punam sanções administrativas e criminais aos actos de divulgação de rumores falsos sobre situações de catástrofe.

Pretendemos que no ano próximo, iniciar o trabalho de legislação, através de um processo urgente.

III. Desencadear de forma contínua os trabalhos de sensibilização e educação para reforçar a consciência de contingência e respostas a riscos

As autoridades de segurança irão providenciar o trabalho de sensibilização, sobre segurança de protecção civil, a longo prazo, aos respectivos serviços subordinados e outros membros da estrutura de protecção civil e definirão, o modelo de divulgação das últimas informações sobre tufão, durante o período do içar do sinal de tufão, especialmente quando o funcionamento de redes de comunicações ficar prejudicado.

IV. Intensificar treinos e exercícios de simulação integrais para aumentar a capacidade de contingência e respostas da protecção civil

Os SPU irão com os membros da estrutura da protecção civil estabelecer o "mecanismo de teste de comunicação mensal". O Centro de Operações de Protecção Civil e os membros da estrutura da protecção civil irão elaborar um plano mais perfeito com vista a facilitar a realização exercícios conjuntos de grande dimensão face às situações de incidente de segurança grave, testando e cultivando as capacidades de resposta conjunta dos respectivos serviços, bem como procedendo as respectivas revisão e avaliação. Os SA, conjuntamente

com os serviços de assuntos marítimos, vão realizar treinos e exercícios de prevenção de tufão, de contra incêndios e de calamidade com os diversos sectores da sociedade, bem como conjuntamente com o Corpo de Bombeiros, treinos e exercícios de resgate e salvamento nos parques de estacionamento inundados, elevando a capacidade de eficiência de prevenção de calamidade e de resgate.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI: APERFEIÇOAMENTO DA DISPOSIÇÃO E MELHORAMENTO DA EFICÁCIA DO TRABALHO DE EXECUÇÃO DA LEI

Face a uma nova conjuntura de segurança global, iremos impulsionar o policiamento inteligente, o que trará enormes benefícios, em particular, a nível da disposição dos recursos destinados à execução da lei e à gestão da segurança, aperfeiçoando a eficiência e o resultado dessas tarefas e garantindo a segurança do pessoal, contribuindo assim para construir uma cidade totalmente segura.

Além disso, as forças e os serviços de segurança também irão manter em avaliação o trabalho policial existente, ajustar atempadamente a disposição ou intensificar a coordenação em matérias da prevenção e combate à criminalidade e do controlo da segurança. Por um lado, unirão as forças e colocarão os recursos de forma mais científica, racional e eficaz consoante situações e fases em que está em risco a segurança pública, aumentando ainda mais a eficácia do trabalho e, por outro lado, efectuarão, em termos da gestão, organização e recursos disponíveis, os preparativos necessários para responder às tendências da criminalidade e aos novos desafios para a segurança.

I. Aperfeiçoamento da disposição e melhoramento da eficácia do trabalho de execução da lei

(1) Prevenção e combate aos crimes graves

A Secretaria para a Segurança continuará a incentivar os SPU a desempenhar o seu papel de coordenação, assegurando que os SA e o CPSP possam efectuar, respectivamente, controlo marítimo e litoral e terrestre efectivos, bem como a PJ desenvolverá o controlo e a investigação eficaz dos grupos criminosos de imigração e entrada ilegal, em prol da garantia da segurança marítima e litoral e da ordem da migração. Os SPU manterão a coordenação das "operações invernais" realizadas pela PJ e pelo CPSP e continuarão a participar nas acções conjuntas das polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau – "Trovoada 18".

Manterão os contactos próximos, mediante mecanismos de comunicação, com diversos sectores deste âmbito e com a colaboração dos grupos de policiamento comunitário, para combater as associações criminosas a tempo, impedindo a invasão das forças do mal no campo escolar, bem como intensificando o combate aos crimes de fogo posto, violência doméstica e tráfico humano.

(2) **Prevenção e combate aos crimes de droga**

Os SPU irão continuar a coordenar os SA, a PJ, o CPSP e a DSC, para definirem juntos as estratégias de prevenção e controlo ao narcotráfico, bem como organizarem acções de formação sobre o seu controlo e combate. Os SA e as autoridades policiais irão aperfeiçoar o planeamento de combate ao narcotráfico marítimo e em diversos postos fronteiriços, intensificar a cooperação policial e troca de informações bem como concentrar as suas investigações nas contas bancárias dos elementos mais importantes dos grupos, a fim de interceptar os movimentos dos capitais ilegais. A par disso, irá aumentar rusgas específicas na comunidade ampliando-se, assim, a rede efectiva de combate a este tipo de criminalidade.

(3) **Prevenção e combate aos crimes ligados ao jogo**

Para aperfeiçoar constantemente a distribuição das forças policias, consolidar a coordenação centralizada e elaborar os melhores planos de resposta às emergências, a PJ continuará a aproveitar-se do mecanismo de destacamento de agentes para efectuar patrulhamentos de 24 horas e rusgas surpresas nos casinos no intuito de combater principalmente os crimes ligados ao jogo sobretudo a agiotagem e o sequestro. Graças ao novo sistema de comunicação com os casinos que foi criado este ano, poderá ainda intensificar a cooperação com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos e os departamentos de segurança e de supervisão dos casinos, no sentido de dominar atempadamente a situação da segurança, bem como prevenir e combater com estes a criminalidade que ocorre nos casinos.

(4) **Prevenção e combate ao crime informático**

A PJ irá manter a cooperação com as polícias do continente na repreensão de crimes relacionadas com mensagens spam sobre o jogo online divulgadas mediante estações emissoras simuladas, bem como irá reforçar a comunicação com os departamentos de segurança dos casinos, os sectores bancários, as instituições emissoras de cartões de pagamento, as casas de penhores, as lojas que aceitam o pagamento com cartão e as polícias do continente de forma a combater os crimes que dizem respeito à utilização das máquinas POS da China continental para levantar dinheiro com cartões bancários.

(5) **Concretizar o conceito "utilizar a tecnologia para melhorar o trabalho policial"**

No próximo ano, ficarão concluídas a 2.a e 3.a fase do "Sistema de Monitorização Digital da Cidade" e serão instaladas 601 câmaras, os SPU irão elaborar planos de revisão do sistema e as respectivas medidas.

A PJ procederá constantemente ao teste de desempenho e teste de comparação para determinar o melhor resultado dos reagentes biológicos, paralelamente e, neste contexto, serão introduzidos novos aparelhos de identificação qualitativa, enriquecendo assim os métodos de análise. Irá ainda optimizar o sistema de gestão das provas materiais e outras bases de dados criminais, favorecendo a maior partilha de recursos e a análise de combinação e comparação dos casos.

Com o objectivo de proporcionar o apoio e a garantia necessária ao cumprimento das funções, O CPSP irá, no próximo ano, introduzir oficialmente a câmara portátil que servirá como um dos equipamentos de serviço dos agentes que estão na linha de frente.

II. Intensificar a cooperação entre diversos serviços, investigando e combatendo com alta eficiência os crimes com apoio técnico inteligente

Os SPU e a PJ continuarão a manter-se em comunicação e a cooperação com os órgãos judiciais, instituições de fiscalização financeira e de informação bem como os sectores financeiros a nível de apoio nas acções de inspecção direccionadas às actividades de branqueamento de capitais, no sentido de criar uma base de dados centralizada sobre branqueamento de capitais.

A PJ continuará a participar e desenvolver acções de divulgação e formação em colaboração regional, entre departamentos ou sectores no que diz respeito ao combate de crimes económicos nomeadamente a burla de investimento e informática, das casas de câmbio clandestinas e outras.

III. Promover uma prevenção total, diminuindo de modo contínuo o número dos crimes leves

As autoridades policiais irão reforçar rusgas nas zonas diferentes bem como a comunicação com os responsáveis dos departamentos pertinentes, empresas e casinos para prevenir e combater crimes relacionados com falsificação de documentos, casamentos falsos, burlas sobre quotas de trabalhadores não residentes e furto, irão também fortalecer a cooperação com os serviços competentes na prevenção e combate às pensões ilegais e na execução da lei do trânsito, para garantir a tranquilidade da vida e a segurança da deslocação dos cidadãos.

IV. Reforçar a coordenação nos trabalhos de execução da lei, salvaguardando em geral a segurança da sociedade

As Forças e Serviços de Segurança continuarão a proceder, atempadamente, à avaliação da eficácia das estratégicas e medidas, de modo a salvaguardar os resultados da protecção civil, da gestão de multidões e de manutenção da ordem dos postos fronteiriços, a melhorar a coordenação entre eles, a optimizar a comunicação entre as organizações de moradores das diferentes zonas, garantindo o papel que essas estratégicas e medidas devem prover quando necessário.

Os Serviços de Alfândega irão reforçar o contacto com as operadoras do terminal marítimo de mercadorias, pescadores e as tripulações a fim de reduzir o acontecimento de incidentes no mar.

O CB continuará a examinar os programas de operações de resgate, a intensificar acções de salvação a nível transfronteiriço com os serviços homólogos das regiões

adjacentes, a optimizar os preparativos e as medidas para responder às epidemias, melhorar constantemente os equipamentos individuais e outros instrumentos contra o fogo e de resgate, intensificando a capacidade e o nível de resposta.

A DSFSM irá criar um novo sistema denominado "Sistema de gestão de informações de casos de crises". O novo sistema inteligente planeará o seu funcionamento a título experimental em 2018 e os trabalhos da sua optimização serão procedidos em 2019.

CAPÍTULO IV
INOVAÇÃO E REGIME: PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO, APERFEIÇOANDO UM CONJUNTO DE REGIMES DE EXECUÇÃO DA LEI

O modelo de governação de segurança é um modelo que está em articulação com o novo conceito de policiamento inteligente, assim, as autoridades de segurança continuarão a ajustar as ideias e o pensamento da estruturação de equipa policial e a melhorar os respectivos regimes, o regime do pessoal das Forças e Serviços de Segurança esteja em harmonia com o modelo policial moderno no âmbito de gestão, de coordenação, de comando e de execução do sistema do conceito de policiamento inteligente, bem como satisfazendo às necessidades futuras das forças relativas à segurança das áreas marítima e terrestre; Além disso, as autoridades de segurança também desejam que, aproveitando a oportunidade de realização de estudo para participar activamente nos trabalhos de criação ou de reforma de um conjunto de regimes que envolvem a participação dos serviços interdepartamentais, a fim de impulsionar a formação do sistema de policiamento inteligente.

Pelo que, as autoridades de segurança desejam intensificar, com os serviços das respectivas áreas de governação, a promoção da iniciativa legislativa, bem como se empenham com maior esforços para concluir, no tempo mais curto possível, a criação do sistema de cibersegurança e o aperfeiçoamento de todos os regimes necessários que visam fiscalizar o sistema de gestão de segurança, a fim de salvaguardar a segurança da sociedade de Macau em geral.

I. Concluir o processo legislativo, concretizando o novo regime jurídico adaptado à evolução da sociedade

Tendo em consideração a semelhança existente nos regimes de carreira e de disciplina entre os alfandegários dos Serviços de Alfândega e as Forças de Segurança, as necessidades surgidas no desenvolvimento do policiamento inteligente em todas as áreas de polícia, bem como a exequibilidade no âmbito de técnica jurídica e a eficiência na revisão legislativa, as autoridades de segurança decidiram integrar também o regime do pessoal dos SA no projecto de revisão do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau. O Conselho Executivo concluiu a discussão estratégica sobre as respectivas orientações

legislativas e os conteúdos essenciais do projecto e após o trabalho de aperfeiçoamento do texto do projecto, as autoridades de segurança esforçar-se-ão para que o mesmo seja entregue, o mais rápido possível, no ano 2018 à Assembleia Legislativa para a sua apreciação.

A Polícia Judiciária irá estudar a actualização do quadro do pessoal de direcção e chefia, bem como a revisão da carreira especial do pessoal de investigação criminal e da carreira do adjunto-técnico de criminalística.

II. Iniciar um conjunto de trabalho legislativo, estabelecendo o centro de cibersegurança

O projecto de lei relativa à cibersegurança está agendado no plano legislativo do ano 2018. Depois de realização de análise e estudo minucioso sobre as opiniões apresentadas no prazo de consulta realizado no quarto trimestre do ano 2017, esforçar-se-á para que o mesmo projecto consiga entrar no processo legislativo em o tempo mais curto possível.

O projecto define claramente os deveres e as responsabilidades a assumir pelas respectivas entidades quanto à questão de cibersegurança, bem como concretiza, na esfera de gestão de administração, todos os trabalhos relativos à cibersegurança. No respectivo regulamento administrativo, abordam-se as competências fiscalizadoras e as regras de funcionamento de cibersegurança de Macau, definindo também os assuntos relacionados com a distribuição de trabalhos pelas entidades fiscalizadoras, o planeamento de construção do centro de advertência e de emergência de cibersegurança. O centro contará com a participação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, Polícia Judiciária e da Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações e irá fornecer aos operadores das infra-estruturas assistência técnicas ao sistema cibernética e emitir alertas.

III. Promover a cooperação entre as várias áreas de governação, aperfeiçoando o regime de gestão de segurança

Através de realização de estudos e análises para definir a opção de estratégias políticas, coordenar o modelo de trabalho e os critérios de segurança e formulando, de modo geral, a opção legislativa, promovendo a elaboração de um regime jurídico favorável a uma gestão centralizada, a fim de as propostas legislativas e o projecto de lei sejam elaborados antes no fim do ano 2018.

O Corpo de Bombeiros irá alargar os meios de comunicação relativa às substâncias perigosas e manter contacto com os serviços competentes, para fiscalizar os locais de depósito e o do uso das substâncias perigosas, proceder a um aperfeiçoamento contínuo das medidas de emergência e contingência das substâncias perigosas, conforme a situação de circulação e de mudança em número dessas substâncias, a fim de garantir o controlo eficaz relativo à segurança dessas substâncias por diferentes serviços do Governo, continuará também a cooperar na promoção de revisão do Regulamento.

IV. Harmonização com o planeamento do Governo, promovendo em conjunto a renovação de regimes

As autoridades de segurança irão cooperar activamente com a construção do regime de megadados do Governo da RAEM e a nova fase do trabalho de ajustamento de estruturas das carreiras do governo.

As autoridades de segurança irão fazer uma revisão geral sobre o Regulamento de Armas e Munições, aperfeiçoando as matérias relacionadas com a gestão de armas e munições e a fiscalização dos seus portadores, a fim de garantir a segurança da população em geral.

As autoridades de segurança irão também iniciar o trabalho de revisão sobre o regime jurídico de entrada e saída pela passagem fronteiriça, melhorando o mecanismo de prevenção de situações anormais e de capacidade de respostas, preenchendo atempadamente o vazio legal existente, por forma a aumentar a eficiência na gestão e na execução dos trabalhos dos respectivos serviços relacionados com a entrada e saída pela passagem fronteiriça.

Para estar em articulação com o desenvolvimento de técnicas de megadados e do conceito do policiamento inteligente, espera-se que a proposta de revisão da Lei de combate à criminalidade informática da PJ sejam definido na segunda metade do próximo ano, esforçando-nos, entretanto, por entregar o regime jurídico relativo a base de dados do ADN à Assembleia Legislativa num tempo mais curto possível, a fim de estar equipado de melhores recursos para enfrentar todos os desafios que surjam no seu trabalho com o desenvolvimento de tecnologia informática.

CAPÍTULO V
GESTÃO E CULTURA: REFORÇO NO ÂMBITO DE GESTÃO, PROMOVENDO A CULTURA DE POLÍCIA MODERNA

As autoridades segurança continuarão a promover os três conceitos de policiamento moderno: policiamento activo, policiamento comunitário e policiamento de proximidade e, aproveitando a concretização e o aperfeiçoamento de todas as medidas de execução da lei e do regime de gestão, elevar ininterruptamente o nível de precisão e de transparência dos trabalhos de execução da lei e de gestão. Fá-lo-emos com demonstração pública de rigor, seriedade e sentido de responsabilidade, valores que prosseguimos ao garantir a segurança da sociedade, a qualidade de serviços prestados ao público, a disciplina do pessoal e a gestão interna das corporações, constituindo e aperfeiçoando uma cultura policial moderna activa e progressiva, saudável, e prometedora e dedicada ao trabalho de execução de lei para servir melhor o público, transformando os conceitos acima referidos em convicção e acção própria de cada um dos agentes e fazendo, ainda, com que toda a sociedade se preocupe, apoie e colabore com os trabalhos policiais, bem como fazendo com que todo o pessoal constitua se identifique a sua corporação ou serviço, a fim de promover o desenvolvimento

moderno das forças de segurança de Macau, garantindo eficazmente a governação e a estabilidade da sociedade.

I. Concretizar o conceito de policiamento, aperfeiçoando os novos modelos de trabalho policial

A polícia continuará a realizar reuniões periódicas para rever de modo contínuo todas as formalidades actuais de apresentação de denúncias, bem como a estudar o desenvolvimento e a criação de mais itens de serviço electrónico; O CB manter-se-á em comunicação com a Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar os serviços reconhecidos da carta de qualidade, revendo periodicamente a situação do seu cumprimento, recolhendo as opiniões dos seus utentes e melhorando os respectivos serviços; Com vista a melhorar as instalações dedicadas para os visitantes, a DSC irá instalar na sala de recepção um sistema electromagnético a fim de facilitar a comunicação a quem padeça de deficiência auditiva.

II. Garantir o funcionamento do projecto "O alarme de polícia sempre soa", mantendo de modo contínuo o cumprimento rigoroso da disciplina das corporações

O Secretário para a Segurança irá continuar a alertar todas as Forças e Serviços de Segurança para o cumprimento rigoroso da disciplina e não tolerará qualquer acto violador da lei e da disciplina; através da coluna "Alarme sempre soa" evidenciará junto da sociedade que todo o pessoal sob sua tutela tem o dever de cumprir rigorosamente a lei e prestar atenção à sua conduta ética, servindo como exemplo no âmbito no que se refere ao cumprimento da lei; Reforçar a sua colaboração com a Comissão de Fiscalização de Disciplina das Forças e Serviços de Macau, procedendo a uma melhor fiscalização e gestão interna nas forças e serviços de Macau e protegendo bem a imagem das corporações e a sua própria imagem, a fim de salvaguardar o profissionalismo e a dignidade das entidades de execução da lei.

III. Fiscalizar e implementar rigorosamente o mecanismo da supervisão, reforçando o regime de gestão rígida

O Secretário para a Segurança continuará a exigir a todas as forças e serviços de segurança que procedam a uma revisão séria e completa no âmbito de fiscalização interna e gestão de trabalho das corporações, a fim de colmatar eficazmente as lacunas existentes, corrigir as falhas e os erros, assegurar a legitimidade, a seriedade e o profissionalismo dos serviços públicos. Os SA continuarão a aperfeiçoar o regime geral de inspecção, bem como a proceder a uma fiscalização mais completa sobre a situação de cumprimento dos deveres de todos os alfandegários; A PJ vai alertar o seu pessoal para cumprir com rigor a disciplina e executar os seus trabalhos nos termos legais, cumprindo rigorosamente os regulamentos e instruções de trabalho; O CPSP irá reforçar a fiscalização dos trabalhos, aumentar a frequência da emissão de ordens secretas de fiscalização, inspeccionar de forma aleatória o funcionamento de subunidades da linha de frente, delegar ou subdelegar com prudência as competências; O CB irá instalar progressivamente sistemas electrónico de assiduidade em todos os postos de operação.

IV. Harmonizar com a implementação do princípio da "liderança orientada para a polícia", introduzindo uma cultura de empreendedorismo saudável

O Secretário para a Segurança continuará a instar todos os dirigentes das forças e serviços de segurança a tomar uma atitude de mútua compreensão, respeito, apoio e colaboração para tratar de modo correcto as relações de trabalho; O pessoal da linha da frente e os dirigentes têm que aproveitar todos os mecanismos de comunicação para tratar os problemas existentes no trabalho, chegar a consenso para uma melhor coordenação e resolução, permitindo assim a transmissão eficiente dos sentimentos e aspirações dos subordinados aos superiores e à fluência das ordens dos superiores aos subordinados; Para além disso, continuará a aproveitar as diversas plataformas de intercâmbio para fortalecer a teoria de policiamento do território, bem como a trocar as experiências adquiridas no trabalho, aliviar a pressão sentida no trabalho do pessoal, aumentar o nível da moralidade individual, reforçar o sentido de união e de pertença e estabelecer a imagem activa da polícia moderna.

CAPÍTULO VI
RELAÇÕES E ACÇÕES DE COOPERAÇÃO: RELAÇÃO INTEGRAL, ESTABELECIMENTO DE UM NOVO MODELO DE COOPERAÇÃO

As autoridades de segurança continuarão a desenvolver a cooperação policial regional e internacional, consolidando, aprofundando e inovando o mecanismo de cooperação e de intercâmbio com o interior da China, Hong Kong e com outros Países e regiões, enriquecendo e incrementando os conteúdos das relações de cooperação com as demais entidades policiais congéneres. Só assim, promovendo um bom funcionamento da intercomunicabilidade de informações e partilha de recursos, a fim de responder com eficiência e de forma mais pragmática às questões de segurança, se pode zelar, em conjunção de esforços, pela segurança regional e garantir a estabilidade contínua e o desenvolvimento próspero de Macau sob a influência dos factores complexos internos e externos. Nós promovemos, nos limites da lei, a transparência dos assuntos policiais, articulando e apoiando cabalmente as reportagens e a recolha de informações policiais por parte dos profissionais de comunicação social. Sob a premissa da lei, procurando prestar, tanto quanto possível, um ambiente mais seguro e conveniente para os trabalhos dos profissionais da comunicação social e facultar-lhes informações policiais mais completas, bem como aceitando com franqueza a monitorização e as suas críticas bem-intencionadas da comunicação social bem como dos diversos sectores da sociedade.

I. Em articulação com o desenvolvimento integral, inovando a cooperação policial regional

As autoridades de segurança continuarão a participar activamente no trabalho de negociações do acordo de cooperação judiciária em matéria penal, a negociar com os serviços congéneres das regiões e países adjacentes e, de acordo com as necessidades

mútuas de garantir a segurança local e regional, a procurar expandir os horizontes de cooperação, inovando nos termos da lei o modelo de cooperação, enriquecendo o seu conteúdo e melhorando ininterruptamente o mecanismo de cooperação, assegurando em conjunto a estabilidade de segurança regional.

II. Promover o conceito de "Polícia e cidadão, a mesma missão", densificando com eficiência as sinergias resultantes da colaboração das autoridades policiais e dos cidadãos

O Gabinete do Secretário para a Segurança irá coordenar com os serviços e corporações sob sua tutela na colaboração com a TDM com vista à análise da forma e do conteúdo da produção conjunta do programa televisivo "Policia e Cidadão, a mesma missão", com base nos inputs que a sociedade nos fez chegar sobre o programa e procurará melhorar o modelo, o conteúdo e a forma de apresentação, reforçando a interacção entre polícia e cidadão, desejando que este programa se possa adaptar às necessidades reais do público e aprofundar a cooperação entre ambas as partes, a fim de atingir um bom resultado na governação de segurança. Através de diversas apresentações e da realização de actividades de jogo procurarmos estabelecer uma imagem positiva das corporações e dos serviços de segurança, reforçando a confiança mútua entre polícia e cidadão.

III. Desenvolver acção de divulgação diversificada e incentivar a promoção de interacção entre polícia e cidadão

As forcas de segurança e entidades policiais irão continuar a melhorar e actualizar as informações em websites dos serviços, pretendendo-se, através da construção de uma plataforma de informações dos serviços policiais, a divulgação da actualidade e o resultado do trabalho policial; Aproveitando as vantagens dos novos media, construirão uma nova plataforma para os trabalhos de comunidade policial, através de som, texto, imagem e vídeo de curta-metragem, transmitindo ao público, em tempo útil, as informações policiais. A polícia irá lançar mão de diferentes formas e meios para reforçar os trabalhos de divulgação, tomando mais acessíveis as suas informações, mesmo para aqueles que a pretendem ignorar, procurando atrair a sua atenção para as informações de prevenção e combate da criminalidade, assim protegendo em conjunto a segurança da sociedade.

IV. Promover a colaboração entre a polícia e a imprensa e elevar com eficiência a cooperação entre as partes

A secretaria para a segurança e as forças e os serviços sob a sua tutela irão continuar a empenhar-se em conceder mais comodidade às reportagens desde que autorizadas pela lei, de modo a satisfazer ao máximo o direito de informação do público. A polícia continua a divulgar em tempo oportuno a informações sobre os trabalhos policiais através dos meios televisivos, rádio, jornais, entre outros media, bem como a responder o mais rápido possível a assuntos que estejam na ordem do dia sobre a governação da área da segurança, a fim de aumentar o reconhecimento dos cidadãos bem como esclarecer as dúvidas circuladas nas comunidades; Para além de realizar as conferências de imprensa diárias e especiais, a polícia

manterá a publicação oportuna de comunicado de imprensa em relação a qualquer evento de grande importância, bem como implementará uma linha especial, de 24 horas, para responder as questões de interesse jornalístico.

CAPÍTULO VII
PASSAGEM FRONTEIRIÇA E IMAGEM: PASSAGEM FONTEIRIÇA TECNOLÓGICA, OPTIMIZAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA

As autoridades de segurança através dos métodos de "polícia inteligente" procuram concretizar o desalfandegamento com qualidade e eficiência, por forma a aumentar a competitividade e elevar a imagem de cidade turística internacional que se pretende para Macau, bem como proporcionar uma segurança e garantia eficientes. Para articular com a aplicação do novo modelo de passagem fronteiriça, denominado, "Inspecção Fronteiriça Integral", as autoridades de segurança irão, no próximo ano, usar a avaliação de dados de risco nas fronteiras, deitando mão do desenvolvimento tecnológico para elevar a eficiência de desalfandegamento. Será reforçado o apoio técnico para garantir o funcionamento normal das fronteiras, elevando a gestão dos fluxos de passagem fronteiriça e a capacidade global, a eficiência de gestão e o nível de segurança de prevenção, bem como o controlo dos serviços alfandegários, para que os postos fronteiriços, mesmo quando sobrecarregados, possam aliviar os procedimentos e facultar um tratamento com qualidade e eficiência, garantindo um bom funcionamento a par da segurança do movimento das pessoas e de mercadorias. Para além disso, com a iniciação dos trabalhos preparatórios do projecto "policia inteligente" procederão a estudos e análise dos diferentes tipos de dados relativamente ao desalfandegamento, por forma a encontrar um modelo eficaz de gestão para os postos fronteiriços, bem como através da aplicação da ciência à gestão e eficaz configuração dos recursos dedicados à execução da lei, pôr em prática a elevação da qualidade dos serviços aduaneiros e de desalfandegamento.

I. Reforçar o apoio técnico, aperfeiçoando de modo contínuo o sistema de redundância

No próximo ano, os Serviços de Alfandega de Macau irão estabelecer um novo centro de dados, que funcionará em simultâneo com o antigo, fazendo com que possam funcionar ao mesmo tempo a conservação de dados, a criação de bases, a aplicação, o acesso a rede e transferência de dados, bem como assumir em tempo real as actividades de controlo, no caso de um dos centros entrar em falência; No próximo ano, a DSFSM continuará a aperfeiçoar os equipamentos de desalfandegamento do posto fronteiriço da parte Macau do Ponte Hong Kong / Zhuhai / Macau. Actualizará os equipamentos e os servidores dos sistemas de passagem electrónicos dos diversos postos fronteiriços, garantindo a capacidade de carga do sistema de migração e a capacidade de respostas quando se encontrar com falhas no sistema; E, ainda, continuará a ampliar o espaço do centro de base de dados do CPSP e, ao mesmo tempo, reforçará a capacidade de monitorização do seu

sistema de informação, actualizará a respectiva rede de fibra, intensificando a estabilidade do sistema de redundância de memória e o efeito de poupança de energia.

II. Iniciar a passagem fronteiriça tecnológica, implementando o novo modelo da passagem fronteiriça

As autoridades de segurança irão implementar em conjunto com os demais serviços da RAEM envolvidos e seus congéneres do interior da China, o modelo de desalfandegamento que será igualmente aplicado no Novo Posto Fronteiriço Guangdong-Macau, bem como será estudada a possibilidade de alargar esta aplicação para outros postos e destinatários, assim resultando gradualmente o incremento da facilitação de desalfandegamento; Continuarão a estabelecer o sistema de gestão de risco global e através da técnica de megadados proceder à exploração e à análise projectiva, aumentando a eficácia na decisão, na gestão, na investigação, bem como nas operações in loco e na análise de informações, ao mesmo tempo acelerando o ritmo da passagem fronteiriça de empresários que respeitem a lei; irão instalar o sistema de controlo automático para viaturas sem passageiros dentro do sistema existente de controlo automático, acelerando o ritmo de desalfandegamento dos automóveis.

III. Optimizar os dispositivos das forças policiais, elevando a qualidade dos serviços de passagem nos postos fronteiriços

Providenciaremos a alocação de agentes policiais com responsabilidade na gestão de segurança e no ordenamento do trânsito, tanto no interior da fronteira como no seu exterior, bem como elaboraremos com antecedência planos de prevenção, a fim de reforçar a comunicação e a colaboração com os serviços congéneres, evitando quaisquer conflitos de gestão; iremos estabelecer postos policiais em determinadas zonas, prestando um melhor serviço de apoio policial nos terminais marítimos para iates, bem como proceder a uma avaliação do actual modelo de agendamento prévio de migração que consta do projecto vigente para o turismo individual com embarcação de recreio, procurando verificar se o projecto se adapta ou não ao desenvolvimento necessário do terminal marítimo; o quadro de polícia de turismo irá abranger mais pontos turísticos quentes; ainda este ano e no próximo, serão adquiridos "postos de polícia itinerantes" (veículos multifuncionais que dispões vários equipamentos policiais).

IV. Estabelecimento de uma gestão inteligente, incrementando a capacidade de execução da lei na área marítima

1. As autoridades de segurança irão instalar um sistema de monitorização inteligente que abrange em toda a zona costeira de Macau, pondo em prática um funcionamento conjunto com o sistema monitorização de radares, a fim de proceder, ao mesmo tempo, ao alerta e ao seguimento de pistas, caso detecte situações anómalas, possuindo maior flexibilidade na monitorização de segurança; criar-se-á um grupo marítimo de reacção rápida, o qual será composta por elementos que possuam uma série de cursos de formação, nomeadamente, mergulho, técnicas de recurso a armas de fogo e técnicas de anti-motim,

reforçando a capacidade de monitorização e de protecção de segurança da área marítima de Macau dos SA.

CAPÍTULO VIII
CORRECÇÃO E RECUPERAÇÃO: PROMOÇÃO DA RECUPERAÇÃO, CRIAÇÃO DE UM NOVO MODELO CORRECCIONAL

A Direcção dos Serviços Correccionais continua a aproveitar mais os contributos dos diferentes sectores profissionais e as instituições de prestação de serviços sociais locais, para ajudar os reclusos e menores internados a recuperar a auto-estima e conseguirem uma boa reinserção na comunidade; através da promoção da aplicação de megadados policiais, aumentar a eficácia das políticas correccionais, ampliando, simultaneamente os meios científicos e tecnológicos em ordem a reforçar o controlo da ordem prisional e erradicar os factores de perturbação da reinserção social dos reclusos, contribuindo para a melhoria da gestão prisional; continuará a prosseguir o projecto de reorganização dos serviços de segurança e de acordo com as necessidades reais, introduzir os equipamentos de segurança electrónica para consolidar a segurança do Instituto de Menores, bem como continuará a optimizar a formação profissional do pessoal educativo, e a garantir que o software e hardware se adaptem com o futuro, a longo prazo, do IM.

I. Aproveitar a disponibilidade da sociedade quanto ao reforço de reinserção social

A DSC vai co-organizar com os profissionais de diversas áreas e organizações sociais locais a realizarem uma série de workshops temáticos sobre reinserção social e vida saudável para os reclusos e os internados, preparando-as para sua reinserção; encorajando-os a participar activamente nos trabalhos de serviços voluntários, para restabelecer o valor de auto-estima dos mesmos; através de diversos canais, incentivar a participação de mais entidades empregadores na participação, oferecendo-lhes uma oportunidade de independência económica, diminuindo, assim, a taxa de reincidência.

II. Incremento de meios tecnológicos, fortalecendo a capacidade de gestão e controlo no estabelecimento prisional

Estudar a criação de uma plataforma de megadados para o estabelecimento prisional e de acordo com os resultados previstos decidir quais as medidas de segurança, de apoio social, acções de formação educativa e profissional que vai aplicar, aumentando assim a eficiência dos trabalhos correccionais; Introduzir novos modelos de equipamentos, a fim de aumentar a capacidade de combate à entrada de produtos proibidos no estabelecimento prisional; reorganizar uma série de acções de formação nomeadamente cursos de busca, anti-motim e escolta, convidando outras corporações e serviços correccionais das zonas vizinhas para continuar a aprimorar as suas capacitações profissionais; estabelecer um plano pleno de contingência, a fim de aperfeiçoar e melhorar a capacidade de resposta às crises do EPC e IM.

III. Aperfeiçoar a supervisão rigorosa, promovendo a regulamentação do serviço prisional

Aperfeiçoar o regime, de modo contínuo, a fim de punir com rigor e severidade quaisquer actos ilícitos ou infracções disciplinares; Continuar a realizar trabalhos periódicos de auditoria interna por unidades específicas, melhorando continuamente a eficiência administrativa e reduzir a carga de trabalho do pessoal; Continuar a colaborar com o Comissariado contra a Corrupção para a realização de palestras sobre a integridade no intuito de consolidar a consciência de anti-corrupção do pessoal, sempre com espírito de honestidade e integridade; ministrar cursos de formação de ética profissional para elevar a consciência do cumprimento das tarefas de forma correcta, a fim de incutir energia positiva e valores correctos.

IV. Implementar a gestão flexível, melhorando a identificação profissional do pessoal

Iniciar o trabalho da alteração do regime de carreiras do Corpo das guardas prisionais e do regime de carreiras do pessoal tutelar educativa do Instituto de Menores, no intuito de impulsionar o moral e atrair mais jovens para se juntarem a esta equipa prisional; Continuar a reforçar as diferentes formas de comunicação entre a direcção e os subordinados, compreender profundamente a situação de trabalho do pessoal bem como as suas necessidades, aumentando a confiança mútua, melhorando e elevando o ambiente e a eficiência de trabalho; construir uma compreensão mútua, uma cultura de organização harmoniosa, apoiar e cooperar para reforçar a identidade e reconhecimento da sua profissão.

CAPÍTULO IX
RESPONSABILIDADE E EDUCAÇÃO: ASSUMIR A RESPONSABILIDADE, ARTICULANDO OS TRABALHOS EDUCATIVOS DOS JOVENS

Sob a coordenação do Chefe do Executivo, as corporações e os serviços da tutela da Secretaria para a Segurança elaboraram um plano completo dos trabalhos relacionados com os jovens, incluindo planeamento mais sistemático e operações mais conscientes, de acordo com a situação concreta e as respectivas características de trabalho, tendo pesquisado de forma contínua o modelo de trabalho adequado e necessário para o crescimento dos jovens, desenvolvendo diferentes actividades de sensibilização de segurança.

No próximo ano, as autoridades de segurança irão continuar a desenvolver as potencialidades das suas corporações e serviços e de acordo com a curiosidade e os anseios dos jovens perante os trabalhos policiais, através das estratégias de execução da lei e de sensibilização, realizarão mais actividades interessantes de educação, de sensibilização e de experimentação, envidando esforços conjuntos com os diversos sectores da sociedade, apoiando e ajudando o desenvolvimento saudável dos jovens, consolidando a consciência de que reside neles o futuro da sociedade e do País, para tanto lhes convocando o sentido de responsabilidade quanto ao cumprimento do quadro normativo vigente e a ordem

pública por própria iniciativa e vontade, apreciando e participando nos trabalhos de defesa da segurança do Estado e de Macau.

I. Cumprir a responsabilidade social, ajudando o crescimento e o sucesso dos jovens

Sob a coordenação do Gabinete do Secretário para a Segurança, os serviços sob sua tutela continuarão a desenvolver os trabalhos de sensibilização sobre a prevenção de delinquência juvenil, para reforçar a interacção e o diálogo com os jovens, além disso, elaborarão estratégias de desenvolvimento juvenil no sentido de se articular com os trabalhos dos serviços educacionais, co-organização com as escolas de palestras temáticas, sensibilizando-os para continuar a prestar apoio nos trabalhos de prevenção da criminalidade e fortalecendo a equipa para a prevenção da criminalidade juvenil.

II. Aproveitar as sinergias comunitárias, cultivando a prevenção e a repressão da criminalidade

Os SPU irão colaborar com as instituições de ensino primário e secundário e de ensino superior na organização de visitas de estudo para que os jovens possam reforçar o seu sentido de responsabilidade social; os SA planeiam convidar trimestralmente diferentes associações e organismos comunitários para promover palestras de promoção de direito e reuniões de intercâmbio; A Polícia Judiciária planeia convidar eminências da sociedade civil no sentido de compartilharem as suas experiências para que exerça uma influência positiva na comunidade juvenil. O CPSP vai inventariar de uma forma proficiente as últimas tendências dos jovens, procurando atrair talentos para entrar na equipa policial; Através da realização de palestras, o Corpo de Bombeiros vai continuar a enriquecer os conhecimentos de segurança contra incêndios e a consciência de responsabilidade social dos jovens.

III. Desenvolver relação de cooperação entre serviços para realização de actividades experimentais de acampamento policial

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau e o Corpo de Polícia de Segurança Pública vão continuar a organizar o acampamento policial durante as férias de verão do próximo ano, para promover a relação entre a polícia e o cidadão e estabelecer uma boa imagem da equipa policial; A Polícia Judiciária vai iniciar o trabalho de colaboração com os SPU, o CB e o CPSP, para que os membros do Projecto Juvenil para Combater o Crime, possam conhecer, não somente os trabalhos de investigação criminal da PJ, mas também sentir e conhecer os trabalhos de execução da lei dos diferentes órgãos policiais.

IV. Aproveitar a comunhão de esforços para melhoramento dos resultados educacionais dos jovens

Os SA vão continuar a cooperar com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a Direcção dos Serviços de Economia, cultivando um valor positivo para com os jovens, protegendo em conjunto os direitos de propriedade intelectual; A DSC vai participar na actividade de apresentação de emprego organizada pela DSEJ, alargando o conhecimento

dos jovens sobre o trabalho diário dos agentes prisionais e aumentando a transparência dos seus trabalhos; A ESFSM em colaboração com as forças e serviços da área de segurança organizará, um acampamento de treino de disciplina policial, com o objectivo de lhes incutir os valores fundamentais para uma vida afastada dos comportamentos desviantes, contrapondo-lhe a importância de servir a sociedade.

Conclusão

No próximo ano, o pessoal da área de segurança empenhar-se-á em cumprir de forma rigorosa os princípios e as linhas de acção governativa definidas pelo Chefe do Executivo e pelo Governo da RAEM. De acordo com os objectivos e exigências governativas determinadas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2016 - 2020) da RAEM, iremos aproveitar as oportunidades de desenvolvimento geradas pela informatização da sociedade, o que conduzirá à implementação gradual da inovação do modelo policial e ao aperfeiçoamento, de forma contínua, dos diferentes sistemas de segurança. Será continuamente elevada a sensibilidade perante diferentes situações de segurança, bem como o grau de cientificidade e de eficácia na execução da lei e gestão das tarefas securitárias; Envidaremos todos os esforços para criar condições de participação dos cidadãos, dando-lhes a iniciativa e a oportunidade de serem parceiros na resolução das questões de segurança pública, fazendo com que cada indivíduo tenha a consciência de unir a própria segurança com a segurança geral do Estado, colaborando com a polícia e, de mãos dadas, envidar esforços conjuntos para eliminar os factores instáveis que perturbem a prosperidade e a estabilidade da sociedade de Macau, com o intuito de promover o seu desenvolvimento contínuo e o do Estado, elevando a um elevado nível de segurança mais garantida.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

No domínio da Saúde

Em 2017, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (adiante designada por Governo da RAEM) persistiu na aplicação do princípio de "um tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção", tendo implementado de forma ordenada e completado praticamente todas as acções governativas no domínio da saúde. No Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020) (adiante designado por Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM), foram fixadas pelo Governo da RAEM 10 metas de desenvolvimento para o domínio da saúde, sendo a taxa de conclusão superior a 80% em 2017. Os Serviços de Saúde estão empenhados em concretizar as metas fixadas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, elevando permanentemente o nível dos serviços médicos prestados, mediante o aperfeiçoamento contínuo do sistema de saúde.

O Governo da RAEM tem atribuído grande importância às ameaças provocadas por diversas doenças transmissíveis, executando, de forma rigorosa, a Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis, acelerando a construção de instalações destinadas a dar resposta a situações de emergência, reforçando o mecanismo de comunicação e coordenação e o mecanismo de prevenção e de operações inter-regionais. Para maior segurança dos residentes, procedeu-se à suspensão de importação de aves vivas, à optimização dos critérios referentes aos níveis de alerta de doenças transmissíveis, à entrada em funcionamento do Centro Clínico de Saúde Pública, à intensificação das medidas de prevenção e controlo contra doenças transmissíveis graves, designadamente, febre de dengue, SIDA e tuberculose, bem como o fortalecimento da barreira imunológica, através da ampliação dos destinatários da vacina contra a gripe.

O Governo da RAEM tem optimizado os trabalhos no âmbito da avaliação e tratamento da demência, alargado o número de utentes atendidos através da Linha Aberta de Apoio na Saúde para Idosos, criou o Centro de Reabilitação Pediátrica e tem promovido empenhadamente políticas de aleitamento materno, com vista a reforçar os cuidados médicos destinados a grupos específicos, nomeadamente idosos, crianças e mulheres. Os Centros de Saúde voltaram a merecer a acreditação de "Centros Clínicos Diurnos", o que revela que o nível de assistência médica e a qualidade de serviços prestados atingiram um padrão internacional. A oferta de serviços médicos tem sido reforçada, mediante a integração dos recursos existentes, a elevação da capacidade de tratamento de pacientes em estado crítico, a utilização flexível de enfermarias e de blocos operatórios, o aumento de prestação dos serviços médicos, bem como o empenho na elevação da qualidade dos exames laboratoriais. Além disso, foi dada continuidade à implementação do mecanismo conjunto de "Prevenção de quatro níveis, interligados estreitamente aos tetracíclicos" para a prestação de serviços de saúde mental, à concessão de vales de saúde para intensificar a cooperação com instituições médicas sem fins lucrativos.

Sob o tema "Macau – um lar feliz e sadio" e com o efeito sinergético criado pela colaboração estabelecida entre todos os serviços sob a tutela do Secretário para os

Assuntos Sociais e Cultura, o Governo da RAEM tem implementado uma série de actividades com vista à promoção da saúde e à construção de uma cidade saudável. Ademais, continuou a ministrar o curso de autogestão de doenças crónicas, a promover a cessação tabágica, a recomendar a prática de exercício físico nos locais de trabalho, bem como a elaborar guias de alimentação saudável próprios para o território, de modo a encorajar a adopção de um estilo de vida saudável. Foi lançado o Programa de Rastreio do Cancro Colorrectal, de forma a alcançar o objectivo de detecção e tratamento precoce, e foi aproveitado o resultado do inquérito sobre o estado de saúde da população de Macau para a elaboração e ajustamento das políticas de saúde. Foi dada continuidade aos trabalhos referentes à transplantação de órgãos e à formação de profissionais de saúde, bem como criado o grupo de trabalho para a promoção da doação de órgãos, impulsionando de forma ordenada a doação e transplante de órgãos. A revisão do novo Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo foi aprovada de forma a melhor proteger a saúde dos residentes.

Tem sido prosseguida a estratégia de desenvolvimento da "medicina inteligente", através do aperfeiçoamento de aplicações móveis e do lançamento do programa eHR, sendo atingidos os objectivos de facilitar a vida aos residentes e de partilha de recursos. Partindo do Programa "A minha saúde depende de mim", e através de um serviço conveniente para monitorização da sua própria saúde, foi impulsionada a construção do Ficheiro de Saúde Individual.

Até à primeira metade do ano de 2017, a taxa geral de conclusão do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde foi de 40%. O Governo da RAEM está a acompanhar de perto as obras de construção e de remodelação interior do Edifício de Especialidade de Saúde Pública, do Centro de Saúde de Seac Pai Van, em Coloane, do Centro de Saúde da Praia do Manduco e do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde; Por outro lado, a entidade competente pela construção envidou todos os esforços para proceder ao lançamento do concurso relativo à construção das superestruturas do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas antes do final deste ano, e a obra de construção do Centro de Reabilitação de Ká-Hó foi já concluída neste ano. Foi implementado o Regime Jurídico do Erro Médico, foram publicadas as Instruções para a Utilização de Técnicas de Procriação Medicamente Assistida, foi realizada a consulta da proposta de lei das Técnicas de Procriação Medicamente Assistida, foi dada continuidade à revisão do Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde, contribuindo para o aperfeiçoamento dos regimes legais no âmbito da saúde.

Em 2017, o Governo da RAEM criou a Comissão Técnica da Academia de Ciências Médicas de Macau, para reforçar a formação dos médicos especialistas, procedendo à admissão de 40 internos do internato complementar e de 46 internos do internato geral. Mediante o incentivo aos profissionais de saúde para participação na formação em serviço, a realização periódica de *workshops* de formação na área da medicina tradicional chinesa e a incumbência de instituições académicas de Hong Kong para avaliação do sistema de saúde de Macau, foi elevado o nível geral dos serviços médicos. Foram envidados todos os esforços para articular-se com a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" e com o Plano de

Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, participou-se no projecto de *Hospital twinning partnerships*, lançado pela OMS, reforçou-se o intercâmbio técnico em medicina tradicional chinesa entre Fujian e Macau, bem como, continuou-se a consolidar a cooperação nas áreas dos serviços de saúde, técnica médica, treinamento de talentos com instituições médicas do Interior da China, Hong Kong e países de língua portuguesa e desenvolveu-se e aprofundou-se o mecanismo de cooperação de saúde bilateral, promovendo-se conjuntamente o desenvolvimento de cuidados de saúde regional a longo prazo.

Durante a calamidade causada pelo tufão do dia 23 de Agosto, os Serviços de Saúde activaram o mecanismo de contingência para dar resposta às situações de emergência, assegurando o funcionamento normal do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário e dos Centros de Saúde. Para além disso, através da permanência incansável dos profissionais de saúde da linha da frente no local de trabalho, foram atendidas um grande número de situações de emergência e prestados tratamentos de urgência. Com vista a prevenir um surto de doenças transmissíveis na comunidade, após a catástrofe, foram enviados trabalhadores para realizar em grande escala a desinfestação e eliminação de mosquitos nos pontos críticos. Por outro lado, o reforço de informações sobre a saúde também permitiu, efectivamente, impedir a propagação de doenças transmissíveis.

Em 2018, o Governo da RAEM continuará a seguir o princípio de "um tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção" e concretizará o objectivo do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, esforçando-se na elevação do nível geral dos serviços médicos prestados e reforçando os trabalhos associados à prevenção de doenças e à promoção da saúde, de modo a aperfeiçoar ainda mais o bem-estar dos residentes no âmbito da saúde e a promover o desenvolvimento do sistema de saúde a longo prazo.

Na vertente da prestação de serviços médicos destinados a idosos, mulheres e crianças, será reforçado o investimento de recursos. Assim, serão criados serviços de avaliação da saúde de idosos nos Centros de Saúde, reforçando a gestão da saúde dos mesmos e, com a entrada em funcionamento do Centro de Avaliação e Tratamento da Demência, procurando, empenhadamente, tornar Macau "uma cidade amiga da demência" e pioneira a nível regional. Após a entrada em funcionamento do Centro de Reabilitação Ká-Hó, será aumentada a capacidade de oferta de camas para reabilitação, satisfazendo as necessidades dos idosos e dos doentes de reabilitação quanto às camas hospitalares. Serão envidados todos os esforços para a manutenção de baixas taxas de mortalidade materna e neonatal, reforçadas de forma abrangente as medidas destinadas ao saudável nascimento e crescimento de crianças, intensificado o trabalho de exames de diagnóstico pré-natal, aumentados os parâmetros dos testes de doenças hereditárias em recém-nascidos, aperfeiçoados os serviços de rastreio auditivo para recém-nascidos, com vista a promover e melhorar a saúde das grávidas e da nova geração. Além do aperfeiçoamento constante dos diversos trabalhos ligados ao tratamento precoce, será desenvolvida uma plataforma inter-serviços de dados referentes à avaliação conjunta pediátrica, reforçada a alocação de

terapeutas, promovidas acções de formação e encorajados os encarregados de educação a participarem na reabilitação pediátrica, com vista a alcançar um melhor resultado do tratamento precoce. Ademais, as obras de remodelação interna do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde serão concluídas e o centro entrará em funcionamento no 2.º trimestre de 2018, estando também prevista a entrada em funcionamento do Hospital de Reabilitação de Ká-Hó, sendo a distribuição das instalações médicas ainda mais aperfeiçoadas de modo a prestar serviços de saúde adequados e convenientes aos residentes.

Será implementado o Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo, que foi revisto em 2017. Em resposta às novas mudanças inerentes ao desenvolvimento urbano e estilo de vida, será promovido o projecto "Restaurantes saudáveis", como incentivo para os residentes criarem um estilo de vida saudável. Na continuação da implementação do programa "A minha saúde depende de mim", será reforçada ainda mais a interacção com os utentes, enviando, de forma activa, mensagens informativas sobre a saúde específicas para os utentes. Simultaneamente, através de aplicações complementares informativas, será reforçada a gestão de informação da saúde individual que, além de chamar a atenção dos residentes para a própria saúde, também concretizará o objectivo estratégico de promoção da saúde. Dado o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde ter sido promovido há quase 10 anos, o resultado da sua execução será avaliado e aperfeiçoado de modo a elevar a eficácia desta medida.

Com base na experiência bem sucedida obtida no âmbito da prevenção e controlo de doenças transmissíveis, o Governo da RAEM continuará a dedicar-se à consolidação da linha de contingência na área da saúde pública, através de uma monitorização estreita de situações endémicas de diversas doenças transmissíveis graves, da reserva de medicamentos, da construção de mais instalações médicas de alto padrão de prevenção e protecção, do reforço da equipa local de contingência na área da saúde pública e do fortalecimento do mecanismo inter-regional de comunicação de informações. Será planeada a ampliação do programa sentinela de vigilância das doenças transmissíveis, de modo a abranger as clínicas privadas, procedendo à vigilância activa e à detecção precoce de situações de surto de doenças transmissíveis na comunidade, a fim de reforçar continuamente a gestão do risco de doenças e melhorar a eficácia e a eficiência da capacidade de resposta. Será preparada e promovida a criação de uma Equipa Médica de Resposta de Emergências acreditada pela OMS, de modo a elevar a capacidade conjunta para responder a situações de emergência em saúde pública de grande escala.

Será promovida a construção do sistema de saúde a partir de um investimento em *hardware* e *software*, o qual servirá de suporte e orientação para a construção de uma cidade saudável. Continuarão a ser acompanhadas as obras inerentes ao Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, nomeadamente aceleração da construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. De acordo com o novo Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde e os respectivos diplomas complementares, a Comissão Técnica da Academia de Ciências Médicas de Macau promoverá o reconhecimento de qualificações profissionais dos médicos

especialistas, integrando o recrutamento de recursos humanos, de modo a criar uma equipa de saúde de alta qualidade.

As funções do Centro de Colaboração da OMS para a Medicina Tradicional serão desenvolvidas por completo, impulsionando a formação profissional deste sector e promovendo o seu desenvolvimento em Macau. O Governo da RAEM irá participar, de forma activa, na iniciativa "Uma Faixa e Uma Rota" e no Planeamento e Construção da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, e reforçará o intercâmbio e a cooperação com instituições médicas das cidades das províncias de Guangdong, Fujian, entre outras do Interior da China, e com instituições médicas dos países de língua portuguesa. Continuará a ser reforçada a coordenação e ligação com a OMS e a Comissão Nacional de Saúde e Planeamento Familiar, de forma a promover, em conjunto, o desenvolvimento sustentável do sector da saúde.

Após o balanço da experiência de resposta à catástrofe do tufão, os Serviços de Saúde irão melhorar ainda o sistema de contingência para responder a situações de emergência em saúde pública, organizando regularmente simulacros de saúde e de prevenção contra incêndios de elevada escala, de forma a aumentar a capacidade de resposta a situações de emergência por parte dos profissionais de saúde da linha da frente.

No domínio da Educação

Em 2017, após a conclusão dos trabalhos legislativos sobre a lei do Regime do Ensino Superior, o Governo da RAEM promoveu, ordenadamente, o processo legislativo dos vários diplomas complementares, tendo concluído o texto da Orientação sobre a Revisão dos Cursos e aperfeiçoado, de forma constante, as outras orientações de avaliação, a fim de criar uma boa base para o futuro desenvolvimento do ensino superior de Macau.

Foi realizado, com sucesso, o primeiro Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau – Disciplinas de Línguas e Matemática. Houve um aumento do número de vagas nas instituições do ensino superior da China para os estudantes recomendados pelas instituições de ensino de Macau e o Governo da RAEM colaborou e coordenou, de forma empenhada, os trabalhos referentes ao primeiro Exame Unificado e ao aumento do número de vagas. Além disso, lançaram-se o Plano de Apoio de Pagamento dos Juros ao Crédito para a Formação Linguística de Graduados do Ensino Superior e a Plataforma de Serviços para Bolsas de Mérito, Bolsas de Estudo, Bolsas-empréstimo e Apoios Financeiros atribuídos pelos Serviços Públicos, tendo sido concluída a atribuição do Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior, no sentido de dar apoio aos estudantes na frequência dos cursos superiores.

Continuou-se a promover o desenvolvimento dos estudantes do ensino superior em diversas áreas, incentivando-os a realizar e participar em actividades diversificadas, nomeadamente, actividades alusivas à iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". Prestou-se apoio às instituições do ensino superior na melhoria das suas instalações, na realização dos projectos

de investigação científica e na promoção do desenvolvimento profissional dos docentes e dos investigadores. Continuou-se a promover a cooperação entre as instituições do ensino superior e a implementação do Projecto dos Financiamentos Especiais para Formação de Quadros Qualificados Bilingues em Chinês e Português e para a Cooperação do Ensino e da Investigação das Instituições do Ensino Superior de Macau. A Universidade de Macau criou o Centro de Ensino e Formação Bilingue Chinês-Português e o *Institute of Collaborative Innovation,* no intuito de formar mais quadros bilingues e inovadores para Macau.

Tendo em conta a conclusão do processo legislativo relativo ao Regime do Ensino Superior, as instituições do ensino superior têm acompanhado, de forma empenhada, os trabalhos de revisão dos seus estatutos e outros regulamentos relacionados, e adoptado várias medidas para aumentar, constantemente, a qualidade do ensino.

Em 2018, o Governo da RAEM irá prosseguir as linhas orientadoras "Promover a prosperidade de Macau através da educação" e "Construir Macau através da formação de talentos", assim como concluir, ordenadamente, os diplomas complementares da lei do Regime do Ensino Superior. No intuito de criar condições favoráveis para a boa implementação da lei do Regime do Ensino Superior, serão criadas as novas estruturas orgânicas, nomeadamente, o Conselho do Ensino Superior e o Fundo do Ensino Superior, será ajustada a organização e o funcionamento dos serviços na área do ensino superior e será revista a aplicabilidade dos procedimentos existentes, introduzindo as melhorias necessárias. Além disso, continuar-se-á a aperfeiçoar as orientações de avaliação e a optimizar o conteúdo da proposta preliminar do plano de desenvolvimento do ensino superior a médio e longo prazo, para que sejam lançados alicerces sólidos ao desenvolvimento estável do ensino superior de Macau.

Será optimizada a programação do Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau – Disciplinas de Línguas e Matemática e continuar-se-á a prestar aos estudantes informações diversificadas sobre os cursos superiores. Manter-se-á a atribuição do Subsídio de Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior e a prestação de apoio ao pagamento de juros a créditos para a formação linguística realizada no exterior no sentido de apoiar os estudantes no prosseguimento dos seus estudos e para o acesso ao ensino superior. Manter-se-á o contacto com os estudantes do ensino superior, incentivando-os a realizarem e participarem em actividades diversificadas, a fim de enriquecer as experiências de aprendizagem, aumentar os seus conhecimentos sobre o País e Macau e alargar a sua visão internacional.

Continuar-se-á a apoiar as instituições de ensino superior na optimização das condições de ensino e de investigação científica, assim como na promoção do desenvolvimento profissional tanto dos docentes como dos investigadores. Em simultâneo, motivar-se-ão as instituições do ensino superior a aproveitarem as oportunidades trazidas pela iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", pelo desenvolvimento da região metropolitana da Grande Baía de Guangdong–Hong Kong–Macau e pelos mecanismos de cooperação regional, que contribuirão para a intensificação do intercâmbio e da cooperação entre as

instituições do ensino superior locais e do exterior. Promover-se-ão os trabalhos relativos ao desenvolvimento de Macau numa base de formação para os quadros bilingues em chinês e português e numa base de educação e formação turística, formando os quadros profissionais em correspondência às estratégias de desenvolvimento de Macau.

Quanto ao ensino não superior, o Governo da RAEM concretizou, em 2017, as linhas orientadoras "Promover a prosperidade de Macau através da educação" e "Construir Macau através da formação de talentos" e, de acordo com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento e o Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino não, Superior de Macau (2011-2020) (adiante designado por Planeamento Decenal do Ensino), aperfeiçoou activamente o ambiente educativo e concretizou de forma programada o projecto "Obra de céu azul", resolvendo gradualmente a questão das escolas que funcionam em pódios de edifícios; através de um esforço interdepartamental, iniciou-se, com sucesso, a concepção do projecto do Centro Juvenil de Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas do Tap Seac; foi concluída a adjudicação da obra e dos serviços de consultadoria das instalações educativas no lote CN6a, em Seac Pai Van, e constituiu-se um grupo de trabalho para desenvolver acções de formação, planear os cursos, determinar os respectivos regulamentos e orientações, bem como efectuar a preparação de equipamentos, entre outros.

Relativamente ao desenvolvimento do sistema educativo, impulsionou-se a adesão de várias escolas ao sistema de escolaridade gratuita, tendo a taxa de cobertura das unidades escolares integradas na escolaridade gratuita aumentado de 89%, no ano lectivo anterior, para 94%, no ano lectivo de 2017/2018. Foram aperfeiçoados vários diplomas legais na área da educação, foi concluído o projecto da revisão do Estatuto das Escolas Particulares e iniciado o processo legislativo; foi iniciada a consulta pública sobre a revisão do diploma legal no âmbito do ensino técnico-profissional; foi impulsionada a alteração do Regime Educativo Especial, e tendo como referência o Quadro da Organização Curricular da Educação Regular, elaboraram-se os currículos do ensino especial.

A reforma curricular do ensino não superior entrou numa nova etapa, tendo sido publicadas, oficialmente, as "Exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral" e as "Exigências das competências académicas básicas do ensino secundário complementar", implementadas no ano lectivo de 2017/2018, no 1.º ano do ensino secundário geral e no 1.º ano do ensino secundário complementar; foi intensificado, de forma activa, o ensino da História da China e impulsionada a elaboração de material didáctico de História para o ensino secundário. Foi concluída a construção da plataforma de informação inovadora "Educação e *Internet +*" e um *website* de informações, disponibilizando recursos e apoios ao pessoal docente.

No que respeita à educação do amor pela Pátria e por Macau, foi reforçado o ensino da cultura tradicional chinesa, organizada a deslocação do pessoal docente a Qufu, em Shandong, para participar no "Programa de formação em cultura tradicional chinesa". Foi

dada continuidade a actividades de experimentação em assuntos nacionais, para jovens de Guangdong e Macau, e ao curso de formação de educação sobre assuntos nacionais, entre outras actividades, de modo a aumentar o amor dos alunos pela Pátria e por Macau.

Relativamente à formação de quadros qualificados bilingues em chinês e português, foi implementado, pela primeira vez, o programa de ensino bilingue chinês-português nas escolas oficiais e, através das bolsas especiais do plano das "Bolsas de estudo para o ensino superior", foi dada continuidade ao apoio de alunos na frequência de cursos do ensino superior, nomeadamente, de estudo de língua portuguesa, de língua e cultura portuguesas e de tradução chinês-português, tendo as vagas aumentado cerca de 67% em comparação com o ano lectivo transacto. Foram criadas 20 vagas de bolsas especiais para a frequência dos cursos de licenciatura em contabilidade, finanças e direito, pelos alunos em Portugal.

Na vertente da educação contínua, foi lançada, com sucesso, a terceira fase do "Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo (2017-2019)", proporcionando, de forma contínua, subsídios aos residentes, e foi promovido o desenvolvimento do regime de qualificação profissional de Macau, criando, assim, uma sociedade de aprendizagem.

Foi estendido o âmbito da cobertura do subsídio de estudo aos alunos de Macau que frequentam escolas em Guangdong, tendo o número de cidades abrangidas pelo referido subsídio, no ano lectivo de 2016/2017, aumentado de cinco para sete.

No âmbito da juventude, foi concluído e publicado o relatório de avaliação intercalar da Política de Juventude de Macau (2012-2020), adiante designada por Política de Juventude de Macau. Através de uma cooperação estreita com os serviços responsáveis pelos assuntos de juventude do Interior da China, foram aperfeiçoados os trabalhos de formação de líderes e membros das associações de estudantes do ensino secundário e das associações juvenis. Aproveitaram-se as oportunidades de participação e apoio de Macau na construção de "Uma Faixa, Uma Rota" e apoiou-se, com sucesso, o estabelecimento de relações de cooperação entre associações juvenis e várias entidades não governamentais das regiões envolvidas. Realizou-se, pela primeira vez, o Festival Internacional de Música da Juventude, tendo sido convidados jovens de países e regiões que ficam ao longo dos itinerários incluídos na iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" para realização de exibições, em Macau, tendo-se estabelecido uma ponte de amizade através da música.

Em articulação com a construção de Macau como "Cidade Saudável", concluíram-se a criação e os trabalhos de divulgação da "Plataforma de orientação educativa para a saúde dos alunos do ensino primário e secundário de Macau", avançando, deste modo, para uma nova etapa nos trabalhos de educação para a saúde dos alunos de Macau.

Tem sido dada cada vez mais importância à educação sobre assuntos nacionais e da RAEM e à educação cívica, tendo cultivado nos jovens o reconhecimento e o sentimento de amor pela Pátria, realizou-se o "Fórum de Juventude" sob o tema da transmissão do espírito

do "4 de Maio" e uma série de actividades neste âmbito; mais de três mil jovens e alunos de Macau participaram em diversas aprendizagens e intercâmbios, durante as férias de Verão, em diversos locais do Interior da China.

Concluiu-se uma série de projectos de intercâmbios e de formação destinados aos jovens, realizou-se, de forma contínua, o acampamento militar de Verão, a jornada de educação da defesa nacional, as actividades educativas ao ar livre e de experiência para a vida, entre outras. Promoveu-se uma série de sessões de partilha, com o tema "Aumento dos conhecimentos jurídicos e da cultura chinesa", para líderes e membros das associações juvenis, realizou-se, pela primeira vez, em cooperação com a Federação dos Estudantes *All-China*, a formação e preparação de quadros de liderança das associações de estudantes do ensino secundário. Iniciaram-se, de forma bem-sucedida, trabalhos no âmbito de assuntos juvenis, em termos da divulgação do respeito pelos pais e idosos, participação nas actividades sociais e a contribuição para a sociedade, que cultivaram nos jovens valores correctos e energia positiva.

No âmbito do ensino não superior, em 2018, serão implementadas, de forma contínua, as linhas de acção governativa "Promover a prosperidade de Macau através da educação" e "Construir Macau através da formação de talentos", e em articulação com a construção da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, serão promovidas, de forma ordenada, diversas missões relativas ao desenvolvimento do ensino não superior definidas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento, procurando-se incrementar a taxa de conclusão do Planeamento Decenal do Ensino para 83% e aumentando, adequadamente, o investimento no financiamento educacional, de modo a optimizar o sistema da escolaridade gratuita.

No âmbito legislativo, o diploma legal do ensino técnico-profissional será alterado, o trabalho legislativo do diploma legal sobre o ensino especial será iniciado, o regime do subsídio do ensino recorrente será publicado e o diploma legal sobre o estatuto do pessoal docente das escolas oficiais será alterado. Será também iniciado o plano piloto de avaliação interna das escolas. Será acompanhado o teste do "Programa internacional de avaliação de alunos" (PISA 2018) e a análise dos seus resultados e através da sua comparação, a nível internacional e regional, e assim conhecer, de forma científica, o desenvolvimento da literacia de leitura dos alunos.

Será continuado, de forma gradual, o projecto "Obra de Céu Azul", dando início ao trabalho de preparação de reconstrução das instalações da Escola Primária Luso-Chinesa do Bairro Norte, procurando-se, com esforço, assegurar os terrenos para uso educativo, de acordo com as solicitações em termos de vagas escolares. Serão impulsionadas, de forma ordenada, as obras de construção do Centro Juvenil de Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas do Tap Seac e das instalações educativas no lote CN6a, em Seac Pai Van.

Quanto à educação do amor pela Pátria e por Macau, será reforçada a divulgação da "Constituição Nacional" e da "Lei Básica", bem como sobre os assuntos nacionais e da

RAEM, aumentando, em maior grau, os trabalhos educativos relativos à bandeira, emblema e hino nacionais, de acordo com a legislação nacional e local, de modo a elevar nos alunos o sentimento de pertença à Pátria e à nação. Em simultâneo, conforme as funções de Macau enquanto "Base de intercâmbio e cooperação no âmbito cultural", serão promovidas uma série de actividades, de forma a ampliar o intercâmbio com o exterior, e em cooperação com os serviços envolvidos, incentivando os jovens alunos a sentirem a cultura chinesa como a predominante e conhecerem o Centro Histórico de Macau e os seus valores mais importantes, cultivando, neles, desde pequenos, a consciência para a salvaguarda do património cultural e o respeito pelas características de Macau, de coexistência de diversas culturas, alargando também os seus horizontes culturais. Serão alargadas as formas e os conteúdos no âmbito de cooperação educativa na área da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, e o âmbito de aplicação do Programa de Subsídio de Propinas para Alunos Residentes de Macau que Frequentem Escolas na Província de Guangdong será estendido, o mais rápido possível, a todas as cidades da mesma província.

Será promovida, com entusiasmo, a reforma curricular, estendendo o âmbito de execução das "Exigências das competências académicas básicas" ao segundo ano do ensino secundário geral e ao segundo ano do ensino secundário complementar. Será reforçado o ensino da História da China, estudando a elaboração das "exigências das competências académicas básicas", exclusivamente para a disciplina de História do ensino secundário geral e complementar; os materiais didácticos da disciplina de História do ensino secundário, que serão utilizados, a partir do ano lectivo de 2018/2019, no 1.º ano do ensino secundário geral e no 1.º ano do ensino secundário complementar, serão elaborados e publicados. Será impulsionada, de forma activa, a criação de materiais didácticos locais, concluindo o trabalho de revisão dos materiais didácticos de Língua Portuguesa do ensino primário e da Educação Moral e Cívica do ensino secundário geral, concluindo também a elaboração dos materiais didácticos das Actividades de Descoberta do ensino primário, promovendo a elaboração de materiais didácticos de Língua Chinesa do ensino primário, bem como a revisão da Educação Moral e Cívica para o ensino secundário geral e complementar e iniciando a elaboração dos materiais didácticos da Língua Chinesa para o ensino secundário. Será igualmente construída uma "Plataforma de estudos educativos de excelência", no sentido de encontrar novas dinâmicas e novos destaques para os trabalhos no âmbito dos estudos educativos.

Será duplicada a preparação dos quadros qualificados de língua portuguesa, continuando a fomentar, nos ensinos primário e secundário geral das escolas oficiais, o "Programa de ensino bilingue Chinês-Português", disponibilizando aos alunos melhores condições e recursos para a aprendizagem de línguas.

Quanto à prevenção de desastres, socorro e à respectiva educação, será estudada a viabilidade de utilizar as instalações educativas para servirem como centros para sinistrados, elaborando, para as escolas, instruções de resposta a eventuais calamidades e de primeiros socorros, bem como uma lista dos seus recursos materiais de reserva, impulsionando a

educação para a segurança e a realização de simulacros no meio escolar, generalizando os conhecimentos e competências de prevenção e redução de desastres, bem como de resposta em casos de emergência.

No âmbito dos trabalhos da juventude, em 2018, em articulação com o desenvolvimento da Pátria e de Macau, será acompanhada, de forma contínua, a situação de execução do plano de acção da Política de Juventude de Macau, coordenando, em maior grau, o respectivo trabalho dos serviços de origem dos membros do grupo interdepartamental de acompanhamento. Quanto ao "Plano de subsídio às actividades anuais das associações juvenis", este será optimizado para disponibilizar mais apoio ao desenvolvimento destas associações. Por outro lado, as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pela Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau serão plenamente aproveitadas, encorajando as associações juvenis de Macau a estabelecerem uma relação de cooperação não governamental com as suas congéneres das regiões que se localizam ao longo dos itinerários incluídos na iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" e com as cidades da Grande Baía.

O "Plano de visitas de compromisso conjunto" será implementado com o intuito de promover a educação cívica e os conhecimentos sobre o regime jurídico e a educação sobre os assuntos nacionais e da RAEM, através da realização de intercâmbios, investigação, acções de formação, fóruns, acampamentos de novas experiências, competições, entre outras formas, permitindo aos jovens adquirir conhecimentos mais aprofundados sobre a Constituição Nacional e a Lei Básica, a história e cultural nacional, a defesa nacional e diplomacia, bem como as políticas nacionais mais importantes, de modo a aprofundar os conhecimentos sobre a História e a Cultura Chinesa, bem como a Pátria. Será realizado um espectáculo juvenil para comemorar o 25.º aniversário da promulgação da Lei Básica da RAEM, para que os jovens possam conhecer o grande sucesso alcançado em Macau com a implementação do princípio "um País, dois sistemas".

Serão coordenados os trabalhos voluntários dos jovens, continuando-se a organizar acções de formação destinadas aos voluntários e o respectivo plano de incentivo, reforçando o intercâmbio com os outros países e regiões em relação aos trabalhos voluntários, para que os jovens possam aplicar a energia positiva nos trabalhos voluntários. Com vista a encorajar a atenção e a participação dos jovens em assuntos sociais, serão organizadas, de forma contínua, actividades que envolvam interactividade e intercâmbio com os membros do Governo e personalidades da sociedade, enriquecendo as sessões de diálogo "Encontro com os jovens", entre outras.

Será dada continuidade à promoção da generalização das ciências, das artes e actividades de lazer no ensino, entre outras actividades, disponibilizando apoios aos concursos e actividades de intercâmbio das várias áreas, de modo a desenvolver as potencialidades individuais dos jovens. Os jovens de alguns países ou regiões que ficam ao longo dos itinerários incluídos na iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" serão convidados para participar no "Fórum de Juventude 2018" e no "Festival Juvenil Internacional de Dança 2018", como forma de impulsionar a interactividade e o intercâmbio entre os jovens

de diversos países e regiões. As funções da plataforma educativa para a saúde serão reforçadas, impulsionando, de forma contínua, as actividades de protecção dos olhos e dos dentes e realizando actividades nos intervalos entre as aulas, no sentido de promover o desenvolvimento saudável, físico e mental, dos alunos.

No domínio da Acção Social

A fim de se articular com as políticas definidas no "Plano de Desenvolvimento Quinquenal (2016-2020) da Região Administrativa Especial de Macau", no ano de 2017 foram concretizados, de forma contínua, os trabalhos destinados a apoiar os grupos vulneráveis, no sentido de concretizar "Macau – um lar feliz e sadio".

No que diz respeito ao apoio social, até ao final do ano de 2017 será concluída a avaliação e classificação de cerca de 10 000 casos relativos a pessoas com dificuldades económicas que carecem de ser apoiadas e será criada uma rede de apoio comunitário para as camadas vulneráveis, a fim de elevar o rigor na concessão do apoio social. Em Setembro, procedeu-se à atribuição de mais uma prestação do subsídio de apoio económico regular aos beneficiários de Macau, tendo-se dado continuidade ao Programa de Inclusão e Harmonia na Comunidade (Subsídio Especial para a Manutenção de Vida destinado aos três tipos de famílias em situação vulnerável). De igual modo, foi dada continuidade à atribuição do subsídio para idosos, do subsídio de invalidez e do subsídio provisório de invalidez, tendo sido mantido o Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo.

A respeito dos serviços familiares e comunitários, têm vindo a ser desenvolvidas acções de sensibilização, de educação e divulgação jurídica sobre a Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, a par de ter sido lançada uma base central de dados estatísticos de violência doméstica, que permite o conhecimento das situações e da tendência da violência doméstica de forma mais precisa. Foram criados mais um centro de abrigo, um centro de serviços de retiro e reflexão para pessoas do sexo masculino e um centro de serviços familiares e comunitários integrados, com vista a reforçar a prevenção e o apoio em casos de violência doméstica. A propósito da salvaguarda dos direitos e interesses das mulheres e crianças, procedeu-se a um novo estudo sobre a "Condição da Mulher em Macau" e lançou-se a "Base de Dados sobre a População Infantil de Macau".

No tocante aos serviços de apoio a crianças e jovens, foram realizadas obras para a criação e ampliação de creches, pelo que, até ao terceiro trimestre de 2017, as vagas nas creches perfizeram um total aproximado de 10 000, o que satisfez as necessidades dos serviços de creches das cerca de 7 000 crianças de Macau com dois anos de idade. Ademais, 34 creches subsidiadas foram mobilizadas para a auto-avaliação dos seus serviços. Foram realizadas acções formativas sobre a identificação precoce das crianças com necessidades especiais, foi lançado um plano-piloto para a avaliação dos serviços dos lares de crianças e jovens e criado em Macau o primeiro Pavilhão de Estreitamento da Relação entre Pais e Filhos.

Relativamente aos serviços de apoio a idosos, foram concretizadas um total de 217 medidas de curto prazo, no âmbito do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016-2017). O primeiro equipamento social de cuidados específicos, integrado e diversificado para idosos, irá entrar em funcionamento em finais de 2017. Foram proporcionados serviços de apoio ao domicílio e em moldes comunitários, em conformidade com as necessidades dos idosos que se encontram na lista de espera para lares. Foi dada continuidade à optimização dos diferentes serviços de apoio a idosos, nomeadamente, foram realizadas acções de formação sobre os cuidados prestados aos idosos no domicílio, bem como foi realizado o teste de saúde para idosos e um estudo temático sobre a vida dos idosos. A fim de reconhecer o contributo das pessoas idosas para com a sociedade e perpetuar o valor da sociedade no que respeita ao respeito pelos idosos e à obediência aos pais, o Governo da RAEM instituiu, através da Ordem Executiva n.º 87/2017, o nono dia do nono mês do ano lunar como Dia do Idoso.

A respeito dos serviços de reabilitação, foram praticamente concluídas um total de 152 medidas de curto prazo (2016-2017), no âmbito do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio. Foram elaboradas as "Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM", tendo sido prestado apoio às instituições subsidiadas que prestem serviços de reabilitação para a melhoria das condições neles existentes, no sentido da criação de um ambiente sem barreiras. No que se refere às informações para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, tem-se vindo a organizar diversos tipos de formação e a financiar as instituições para que estas desenvolvam o programa de aplicação no telemóvel. Iniciou-se o estudo sobre o desenvolvimento a nível comunitário, dos serviços de reabilitação mental e sobre a prestação dos serviços de alojamento aos deficientes mentais. Foi definida a criação de um lar com serviço de acolhimento permanente para os doentes mentais reabilitados, bem como a mudança de instalações de um equipamento vocacionado para a prestação de serviços de reabilitação para crianças.

No que se refere aos serviços de prevenção dos distúrbios do vício do jogo, foram continuamente reforçadas as acções de sensibilização a nível comunitário. Alargou-se o público-alvo do "Plano de promoção da boa gestão financeira", que abrange os estudantes do quinto e sexto ano do ensino primário e do ensino secundário elementar. Através da organização de cursos profissionais e de *workshops,* aumentou-se o nível profissional do aconselhamento relativo aos distúrbios do jogo, bem como foi estabelecido um mecanismo de encaminhamento de casos relativos ao jogo.

No que diz respeito ao serviço da prevenção da toxicodependência, através da Casa de Educação de Vida Sadia, organizaram-se actividades educacionais sobre prevenção do abuso de drogas para mais de 30 000 pessoas, a par de se ter continuado a disponibilizar um curso de educação de vida sadia aos alunos dos últimos anos do jardim-de-infância até ao sexto ano do curso primário. Motivaram-se as instituições de tratamento da toxicodependência na prestação de apoio aos encarregados de educação dos toxicodependentes. Além disso, foi optimizada a proposta relativa à suspensão de penas

para fins de abstenção da droga, bem como foi reforçado o desenvolvimento positivo e a resistência à droga por parte dos toxicodependentes após a reinserção social.

No âmbito dos serviços de reinserção social, estabeleceram-se equipas especiais e o "Programa educativo específico", envidando todos os esforços na prestação de assistência aos reclusos no seu ingresso no mercado de trabalho. Lançou-se o "Programa relativo ao Direito" com matéria educativa, destinado a jovens delinquentes. Criou-se um "Grupo de apoio psicológico a jovens" e o "Plano de recrutamento para os internados antes da sua saída do Instituto de Menores".

Em consequência do tufão "Hato", o Governo da RAEM, juntamente com os serviços na área de acção social, empenhou todos os esforços no sentido de prestar apoio aos grupos vulneráveis e tendo sido abertas as instalações sociais. Procedeu-se à abertura de um centro para abrigo do vento e criou-se uma linha aberta que funciona 24 horas por dia. Além disso, prestou-se apoio urgente a idosos isolados com necessidade de cuidados domiciliários. Criou-se um plano de apoio financeiro urgente, no intuito de ajudar as instituições sociais afectadas pelo tufão a reestabelecerem o mais breve possível o seu normal funcionamento. Acompanhou-se a situação dos familiares das vítimas e foi-lhes prestado aconselhamento. Prestou-se, ainda, apoio à realização de acções de formação sobre o restabelecimento psicológico da comunidade após a catástrofe.

Em 2018, o Governo da RAEM continuará empenhado em proteger os grupos sociais vulneráveis, ampliar a rede de serviços comunitários e melhorar os serviços sociais de diversos tipos, com vista à promoção de uma relação harmoniosa no seio familiar.

No âmbito do apoio social, de acordo com o resultado da avaliação e classificação das famílias economicamente carenciadas ou que se encontram perto do limiar da pobreza, definir-se-ão, com as que reúnem condições, um plano de eliminação da pobreza. Continuar-se-á a implementar o Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo e o Programa de Inclusão e Harmonia na Comunidade para consolidar a rede de apoio social para os casos que se encontram perto do limiar da pobreza. Em simultâneo, manter-se-á a atribuição do subsídio para idosos e do subsídio de invalidez, com vista a manifestar o carinho para com os idosos e as pessoas portadoras de deficiência.

Em relação aos serviços familiares e comunitários, através da cooperação entre diversos bairros, lançar-se-ão novos serviços de apoio à família, que acompanhem a evolução das necessidades ao longo do tempo, e proceder-se-á a acções educativas e promocionais junto da comunidade, de modo a prevenir e tratar, de forma mais eficiente, os casos de famílias em risco. Coordenar-se-á o estabelecimento das metas de desenvolvimento das mulheres de Macau e do respectivo planeamento, com vista a promover o desenvolvimento dos trabalhos inerentes aos assuntos das mulheres.

No tocante aos serviços de apoio a crianças e jovens, será garantida, através de cooperação com as instituições não-governamentais, uma oferta adequada das vagas nas creches e uma distribuição racional, a par de se implementar a medida de admissão

prioritária das crianças provenientes de famílias em situação vulnerável. Através do Pavilhão de Estreitamento da Relação entre Pais e Filhos, promover-se-á uma melhor relação entre pais e filhos e a criação de uma família harmoniosa com o conceito de "cuidado mútuo entre diferentes gerações e convívio entre idosos e crianças". Serão intensificados os serviços da Equipa de Intervenção Comunitária para Jovens, com vista a reforçar os trabalhos inerentes à prevenção e tratamento dos casos de risco com que os jovens se deparam.

A respeito dos serviços de apoio a idosos, coordenar-se-ão os respectivos Serviços, tendo em vista o lançamento das medidas de médio prazo (2018-2020) do Plano Decenal de Acção. Criar-se-á o serviço urgente de teleassistência no espaço exterior e o mecanismo de comunicação, de maneira a poder prestar os serviços de apoio aos doentes com demência e às suas famílias, a par de se criar um sistema de acção conjunta para o acompanhamento dos casos de idosos com demência que se encontrem perdidos. Paralelamente, reforçar-se-á o trabalho de divulgação e sensibilização sobre a protecção dos direitos e interesses das pessoas idosas e realizar-se-á o "Estudo sobre a procura dos serviços de cuidados permanentes às pessoas idosas e o respectivo planeamento".

Quanto aos serviços de reabilitação, promover-se-ão activamente as medidas de médio prazo (2018-2020) no âmbito do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio. Realizar-se-ão estudos e reforçar-se-ão os serviços de apoio domiciliário. Proceder-se-á ao estudo e definição dos critérios e do regime de avaliação aplicáveis aos serviços de internamento prestados às pessoas deficientes pelos respectivos equipamentos. Realizar-se-á um estudo sobre a procura e o desenvolvimento dos serviços de assistência a pessoas deficientes em matéria de equipamentos de apoio. Lançar-se-á um programa específico de apoio domiciliário para portadores de deficiência. Ademais, continuar-se-á a cooperar com as instituições não-governamentais, no sentido de prestar serviços de apoio profissional às famílias com crianças com necessidades especiais, bem como desenvolver-se-á o projecto de vagas inclusivas em creches.

No que se refere aos serviços de prevenção e tratamento dos distúrbios do vício do jogo, proceder-se-á à instalação de Quiosques Informativos sobre o Jogo Responsável em instalações sociais e públicas e realizar-se-ão acções de sensibilização na comunidade, a fim de prevenir que a população se torne viciada nas apostas desportivas. Concomitantemente, promover-se-á o aconselhamento prestado através da *Internet*, ampliando assim a rede de aconselhamento para fazer face aos distúrbios do vício do jogo, por forma a que tanto os residentes como os visitantes de Macau, afectados pela problemática do jogo, possam, com prontidão, ter acesso a informações e serviços de apoio.

Relativamente aos serviços de prevenção e tratamento da toxicodependência, aprofundar-se-ão acções educativas no âmbito do combate à droga, destinadas desde a população infantil até à idosa. Reforçar-se-ão acções de sensibilização junto dos encarregados de educação e aprofundar-se-á a identificação dos jovens toxicodependentes nos serviços de cuidados de saúde primários, com vista ao tratamento precoce, permitindo

desta forma prestar o mais cedo possível aconselhamento e tratamento aos consumidores de droga de alto risco.

Relativamente aos serviços de reinserção social, em colaboração com as instituições não-governamentais, realizar-se-ão diversas acções de divulgação a nível comunitário, no sentido de promover a aceitação dos ex-reclusos. Recorrer-se-á à tutela educativa e aos testemunhos prestados pelos reclusos, no sentido de elucidar os jovens delinquentes sobre as responsabilidades e as consequências advenientes da prática de infracções, assim como reforçar-se-á o seu sentido de pertença à comunidade, através de participação em acções de formação na área do voluntariado, actividades ou serviços que visem contribuir para o bem da sociedade.

Proceder-se-á, com empenho, ao acompanhamento da produção dos diplomas legais complementares relativos ao "Regime de acreditação profissional e inscrição para assistente social". Além disso, será lançado o programa específico de auditoria das contas dos equipamentos sociais subsidiados por entidade terceira e serão apoiados os mesmos a reforçar a sua gestão administrativa, o planeamento da carreira profissional do pessoal e a protecção social após aposentação, entre outros. Paralelamente, organizar-se-ão acções de formação, no sentido de promover o desenvolvimento dos serviços sociais rumo à profissionalização.

Com a experiência obtida na resposta aos efeitos causados pela passagem do tufão "Hato", no dia 23 de Agosto, criar-se-á, em conjunto com as associações de serviço social, um mecanismo de colaboração para a resolução de situações de crise e proceder-se-á à mudança e ao aperfeiçoamento do Centro de Sinistrados, por forma a aperfeiçoar os trabalhos inerentes à contingência de catástrofes e ao alojamento urgente.

No domínio da Segurança Social

O aumento do montante mensal das contribuições do regime da segurança social, de 45 patacas para 90 patacas, e a aprovação, na especialidade, da proposta de lei do Regime de Previdência Central não Obrigatório pela Assembleia Legislativa, em 2017, simbolizaram que o regime de segurança social de dois níveis está a desenvolver-se de forma firme e programada. A nova lei orgânica do Fundo de Segurança Social (FSS) entrou em vigor em meados do ano, no sentido de disponibilizar recursos de forma mais eficaz para a concretização da execução dos trabalhos relacionados com o Regime da Segurança Social do primeiro nível e o Regime de Previdência Central não Obrigatório do segundo nível. Além disso, foi concluído o estudo sobre a conversão do "Subsídio provisório de invalidez" como medida permanente e dado início ao processo da revisão da Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social).

Na vertente da concretização das medidas relacionadas com o bem-estar da população, em 2017, abriram-se de forma contínua as contas individuais de previdência aos residentes de Macau qualificados e atribuiu-se uma verba a título de repartição extraordinária de

saldos orçamentais, no valor de 7 000 patacas. Houve um total de 370 mil beneficiários e foi envolvida uma dotação no valor de 2,73 mil milhões de patacas. A verba acumulada numa conta individual bem como o rendimento de juros por 8 anos consecutivos podem atingir, no máximo, 60 000 patacas.

Realizou-se, de forma empenhada, a promoção dos serviços electrónicos, melhoraram-se os procedimentos administrativos e aumentou-se a eficácia dos trabalhos. Cerca de 650 empresas realizaram, através dos meios informáticos, a declaração de dados de contribuições e o respectivo pagamento para mais de 93 000 trabalhadores permanentes locais, representando 33,2% da totalidade dos contribuintes.

Em 2018, promover-se-á com todo empenho a implementação do Regime de Previdência Central não Obrigatório, concretizando o Regime de Segurança Social de dois níveis, a fim de proporcionar uma melhor protecção de vida aos residentes aposentados. Assim, em primeiro lugar, será levado a cabo o trabalho de articulação entre "Plano de fundos de pensões privados" e o Regime de Previdência Central não Obrigatório, encorajando as grandes empresas, as empresas concessionárias, bem como as instituições e entidades subsidiadas pelo Governo a serem as primeiras a aderirem ao regime. Para além disso, será criada uma plataforma de informações *online* destinada aos residentes para consultarem, de forma mais conveniente, informações pessoais, disponibilizando informações relevantes relacionadas com os instrumentos de aplicação prestados pelas entidades gestoras de fundos, com o objectivo de os residentes realizarem a opção de investimento mais adequada à sua própria situação.

Relativamente ao aperfeiçoamento da protecção social para os portadores de deficiência, continuar-se-á a acompanhar o processo de revisão legislativa sobre a conversão do "Subsídio provisório de invalidez" numa medida permanente, bem como o início dos respectivos trabalhos de acompanhamento, no sentido de que os deficientes possam, igualmente, aderir e auferir de todos os benefícios do regime da segurança social vigente, demonstrando a justiça e a prestação de protecção do regime. Em paralelo, será lançado ainda o "Programa relativo ao incentivo de trabalho de beneficiários da pensão de invalidez", através da criação duma medida que permita aos beneficiários da pensão de invalidez exercerem trabalhos temporários e de um mecanismo que permita aos beneficiários que exerçam trabalho temporário possam voltar com brevidade a auferir novamente da pensão de invalidez, de modo a constituir a autoconfiança dos portadores de deficiência e aumentar a sua motivação inerente à reinserção dos deficientes no mercado laboral.

Será dada continuidade à promoção dos serviços de informatização, acrescentando aos quiosques automáticos mais uma função de utilização de *Quick Pass* ou *Macau Pass* para pagar as contribuições do regime facultativo, de modo a colocar à disposição dos residentes meios de pagamento diversificados. Em paralelo, será concluído o trabalho de reestruturação e optimização das instalações do FSS na freguesia de São Lázaro, com vista a prestar aos residentes um ambiente mais acessível e confortável. Além disso, em resposta ao planeamento do Governo da RAEM, será estudada a possibilidade de criação de postos

de atendimento do FSS nas ilhas, a fim de prestar aos residentes daquela zona os serviços relacionados com a segurança social de forma mais acessível.

No domínio do Turismo

No ano de 2017, o Governo da RAEM acelerou o ritmo da construção de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, concluiu os trabalhos de estudos e elaboração do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, bem como anunciou e publicou o relatório do Plano, que se dedicou à elaboração dos objectivos, as estratégias e os planos de acção relacionados, no sentido de fornecer instruções para o futuro desenvolvimento sustentável da indústria turística de Macau. Promoveu-se, continuamente, o Plano de Desenvolvimento para o Turismo Comunitário e a Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau, com vista à realização progressiva do objectivo de diversificação dos produtos turísticos. Deu-se continuidade à organização ou co-organização dos eventos e festividades, e foi concluído o inquérito da avaliação da eficácia das diversas actividades de grande envergadura.

No âmbito da gestão da indústria do turismo, deu-se prioridade ao aperfeiçoamento da legislação da área do turismo, exerceu-se rigorosamente as funções de fiscalização, efectuou-se constantemente inspecção e fiscalização aos estabelecimentos e actividades sujeitos ao licenciamento e à intervenção dos Serviços de Turismo, bem como procurou-se consolidar a consciência e importância do cumprimento da lei e da prestação de serviços de qualidade por parte dos operadores e agentes turísticos, e procedeu-se às acções de combate aos actos ilegais, de modo a promover o turismo de qualidade. Manteve-se uma colaboração estreita com o sector turístico para a emissão de licenças de novos hotéis e estabelecimentos de restauração e de bebidas, por forma a dar resposta a um novo pico de inaugurações no sector hoteleiro. Foi dada continuidade à implementação do Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade, a fim de optimizar o mecanismo de avaliação e atribuição de prémios aplicável aos sectores da restauração e das agências de viagens, e elogiar as empresas do sector turístico que prestaram serviços de qualidade. Foram organizados diversos cursos de formação e *workshops* junto dos trabalhadores da indústria turística, para incentivar a sua formação contínua e elevar o nível de serviços. Além disso, foi concluído o Inquérito sobre o Grau de Satisfação em Relação aos Serviços Prestados pela Direcção dos Serviços de Turismo.

Colaborou-se com os serviços na área de cultura e do desporto, entre outros, para reforçar a promoção dos produtos turísticos, tendo-se organizado pacotes turísticos para Macau, através de cooperação entre os representantes para os mercados no exterior e o sector turístico, por forma a desenvolver plenamente os efeitos sinérgicos. Coordenou-se os trabalhos de desenvolvimento e optimização do novo espaço emblemático de turismo e lazer "Anim'Arte Nam Van", tendo-se incentivado o desenvolvimento do projecto turístico-cultural "Anim'Arte Taipa", no sentido de demonstrar o ambiente de lazer de Macau. Continuou-se a adoptar o tema promocional "Sentir Macau – Ao Seu Estilo" para marcar

presença em exposições e feiras de turismo em todo o mundo. Organizaram-se várias campanhas promocionais de turismo de grande escala, como "Sentir Macau" na Malásia, em Hong Kong, na Coreia, nos Estados Unidos da América e em Taiwan, China, para fazer uma propaganda ampla do turismo de Macau. Organizaram-se regularmente visitas de estudo a Macau para os órgãos de comunicação social estrangeiros e a indústria de grande escala, para realizar sessões de apresentação de produtos turísticos e negociação. Prosseguiu-se com a construção da plataforma *"Macao Tourism News plus"*, e lançou-se, de forma programada, funções aperfeiçoadas.

Macau foi designada como cidade membro da Rede das Cidades Criativas da UNESCO na área da Gastronomia, tendo aproveitado a gastronomia como um elemento de intercâmbio cultural. Para melhor coordenar os trabalhos da candidatura, criou-se uma página electrónica oficial sobre a gastronomia de Macau e lançou-se um vídeo promocional, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável do sector da cultura gastronómica local. Em articulação com a iniciativa nacional "Uma Faixa, Uma Rota", reforçou-se a cooperação turística regional, tendo-se instalado exibições temáticas sobre o turismo da Rota da Seda Marítima da China nas feiras de turismo mais importantes em Macau. Organizaram-se, no Interior da China e no estrangeiro, promoções sobre os "itinerários multi-destinos", para divulgar os produtos do itinerário multi-destino e explorar conjuntamente os mercados de origem dos turistas internacionais. Fortaleceu-se a cooperação e o diálogo com os serviços de turismo do Interior da China e de Hong Kong e organizou-se o Seminário de Intercâmbio entre o Interior da China, Hong Kong e Macau sobre Turismo Integrado e Polícia Turística e a Reunião Anual de Trabalho 2017 da Comissão Conjunta de Trabalhos para Impulsionar a Construção de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Foi coordenada a deslocação de trabalhadores dos serviços de turismo dos países de língua portuguesa a Macau para fazerem estágios e realizado um estudo destinado aos visitantes do mercado do Brasil. Ao nível da cooperação com organizações internacionais de turismo, participou-se em várias conferências dessas organizações, para elevar o envolvimento de Macau em actividades turísticas internacionais.

Em 2018, os Serviços de Turismo empenhar-se-ão em promover a concretização das estratégias e recomendações do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, para estimular os serviços da indústria do turismo a direccionarem-se no desenvolvimento duma "formação gradual em grande formato do turismo e lazer".

Aproveitar-se-ão as oportunidades trazidas pela participação activa do Governo da RAEM na construção de "Uma Faixa, Uma Rota", envidar-se-á esforços para reforçar a cooperação entre os membros da Aliança do Turismo da Rota da Seda Marítima da China e promover-se-á o desenvolvimento do turismo regional. Proceder-se-ão a estudos, no âmbito do turismo, sobre as regiões integradas na Rota da Seda Marítima, colaborando com os serviços do turismo de Guangdong, Fujian e Guangxi, no sentido de explorar itinerários típicos internacionais e produtos turísticos, promovendo produtos de "itinerário multi-destino" nos países integrados na "Uma Faixa, Uma Rota". Apoiar-se-á a formação de pessoal de turismo dos países de língua portuguesa e fomentar-se-ão os trabalhos de

construção para a Plataforma de Serviços de Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Em articulação com a estratégia relativamente à construção do grupo das cidades da Grande Baía de Guangdong–Hong Kong–Macau, será reforçada a comunicação com as cidades da Grande Baía e criada uma marca turística desta região, de modo a construir, conjuntamente, o destino turístico da Grande Baía, promovendo em conjunto os produtos de itinerário múlti-destinos da Grande Baía no Interior da China e nos mercados turísticos no exterior. Aproveitar-se-á a oportunidade de inauguração da Ponte Hong Kong–Zhuhai–Macau, para compor produtos turísticos de rotas temáticas, incluindo rotas históricas, culturais, gastronómicas, a fim de atrair turistas internacionais a realizarem passeios turísticos transfronteiriços. Usufruir-se-á de experiência em promoções turísticas realizadas a longo prazo em mercados exteriores e, em combinação com a optimização do "Sistema de Simplificação do Pedido de Visto para 144 horas", entre Macau e o Interior da China, realizar-se-ão promoções nos mercados do exterior com outras cidades da Grande Baía.

Implementar-se-á o conceito do turismo integrado para optimizar e elevar o ambiente do turismo e por meio da indústria turística, impulsionar e fomentar um desenvolvimento sócio-económico harmonioso. Aproveitar-se-á da melhor forma as características históricas e culturais de Macau, no enriquecimento de experiências do turismo cultural dos visitantes, a fim de tornar Macau num destino turístico de múltiplas estadias; impulsionar-se-á o turismo inteligente, de modo a melhorar o nível da prestação dos serviços, construir-se-ão os megadados de turismo, e reforçar-se-á a gestão da capacidade de recepção turística, com vista a fornecer melhores experiências turísticas junto dos visitantes e para optimizar e elevar, de forma global, o ambiente geral, de modo a transformar Macau numa cidade turística internacional com condições ideais de habitação, de emprego e de turismo.

Acompanhar-se-á a implementação do Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade, com a abertura de uma variedade de cursos de formação, *workshops* e seminários, para aumentar o nível de qualidade de serviços da indústria; melhorar-se-ão os diplomas legais na área do turismo e acompanhar-se-á de perto o trabalho de revisão e apreciação de diplomas relacionados; em articulação com o novo pico de inaugurações no sector hoteleiro, serão realizados os trabalhos relacionados com o licenciamento dos respectivos estabelecimentos; reforçar-se-á a gestão da indústria, por forma a realizar inspecções e fiscalizações dos estabelecimentos e actividades sujeitos ao licenciamento e intervenção dos Serviços de Turismo, tudo no sentido de promover o turismo de qualidade. Realizar-se-á o "Estudo dos efeitos dos órgãos de comunicação social sobre a marca turística e dos eventos de Macau", para servir como fundamento de referência para a futura elaboração de medidas de divulgação mais eficazes e melhoria das actividades.

Relativamente à possibilidade de ocorrência de incidentes imprevistos ou desastres, rever-se-ão os actuais mecanismos existentes de alerta antecipada e defesa civil, integrar-se-ão os recursos de prevenção de desastres turísticos, coordenar-se-ão medidas de resposta da indústria do turismo, a fim de garantir a segurança de turistas, bem como reduzir as possíveis consequências no sector do turismo.

Integrar-se-á o recurso histórico e cultural, para criar produtos de turismo cultural e comunitário de Macau. Enquanto cidade membro da Rede das Cidades Criativas da UNESCO na área da Gastronomia, Macau irá lançar uma série de iniciativas integradas no Plano Gastronómico para o ano 2018, de forma a celebrar a decisão da UNESCO. A "Gastronomia" será o tema principal para promover a imagem da cultura de Macau, adicionar-se-ão aspectos de gastronomia durante a realização dos diversos eventos. Através de actividades internacionais como o Fórum Internacional de Gastronomia de Macau e a *Asia's 50 BEST Restaurants Awards*, promover-se-á o desenvolvimento sustentável com base na criativa gastronómica.

Dar-se-á continuidade à organização de diversos eventos e actividades de grande dimensão, introduzindo elementos culturais e criativos, para criar uma "Cidade de Eventos e Festividades"; organizar-se-ão e apoiar-se-ão conferências internacionais de turismo e exposições de grande escala. Reforçar-se-ão os efeitos sinérgicos entre as áreas do turismo, cultura e desporto, apoiar-se-ão as associações locais a realizarem actividades culturais e artísticas, e moldar-se-á o ambiente cultural. De acordo com a definição, por parte do Governo Central, sobre a delimitação da área marítima de Macau, os Serviços de Turismo irão apoiar a indústria para lançar produtos turísticos marítimos, tal como os cruzeiros turísticos de lazer, bem como divulgar os mesmos produtos através de vários canais promocionais, de forma a criar uma marca de turismo marítimo de Macau, que permitirá aos visitantes experienciar a atmosfera de Macau como cidade de turismo costeiro, e também proporcionar diversas opções de entretenimento cultural para os residentes locais.

No domínio da Cultura

Em 2017, os serviços na área da cultura iniciaram a consulta pública da 2.ª fase do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau e o processo de classificação de um segundo grupo de imóveis. Em Março, foi anunciado o processo de classificação da zona de estaleiros navais de Lai Chi Vun. Em simultâneo, foi impulsionado, de forma ordenada, o restauro e a revitalização das antigas Oficinas Navais e da povoação da Nossa Senhora de Ká Hó (antiga leprosaria de Ká-Ho), bem como o desenvolvimento dos projectos da Casa Memorial de Xian Xing Hai, das vivendas situadas no cruzamento da Avenida do Coronel Mesquita com a Estrada de Coelho do Amaral, do Centro de Literatura de Macau e da nova Biblioteca Central. Face aos diferentes graus de danos causados pelos tufões aos imóveis classificados e equipamentos culturais de Macau, foram realizadas obras de restauro e de manutenção, de acordo com a gravidade da situação e a prioridade de cada. A Colecção "Chapas Sínicas" (Registos Oficiais de Macau durante a Dinastia Qing - 1693-1886) foi inscrita, com sucesso, no Registo da Memória do Mundo da UNESCO, o que se deveu, uma vez mais, à apresentação de uma candidatura conjunta pelo Arquivo de Macau e Arquivo da Torre do Tombo, de Portugal. No futuro, será explorado e desenvolvido o valor histórico e cultural deste precioso acervo documental. Concomitantemente, promoveu-se a regulamentação dos prazos de conservação dos arquivos administrativos de natureza comum e das técnicas de digitalização de documentos em suporte de papel.

Os serviços na área da cultura lançaram o Mapa de Leitura de Macau (designado originalmente como projecto de roteiro cultural das bibliotecas públicas de Macau), que consiste em traçar percursos de visita para promover o hábito de leitura, aproveitando a proximidade do património cultural com os Pontos de Leitura (como bibliotecas públicas e livrarias).

O Conservatório de Macau empenhou-se na generalização e na profissionalização da educação artística. A Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau realizaram actuações diversificadas e de qualidade. Mantiveram-se e aperfeiçoaram-se os programas e projectos de Formação de Recursos Humanos na Gestão das Artes, de Concessão de Subsídios para Realização de Estudos Artísticos e Culturais, de Palestras sobre Temas Culturais, de Especialização na Área Cultural e o Concurso para Jovens Músicos de Macau, entre outros, contando com a participação de 5 000 jovens estudantes e adultos.

Manteve-se a Série de Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau e apoiou-se a participação de marcas originais das indústrias culturais de Macau em feiras internacionais e nas actividades de intercâmbios inter-regionais. Sob a coordenação do Conselho para as Indústrias Culturais, o Instituto Cultural associou-se à Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, ao Fundo das Indústrias Culturais e ao Centro Pedagógico e Científico para as Indústrias Culturais e Criativas, do Instituto Politécnico de Macau, na elaboração do Relatório de Análise do Desenvolvimento das Indústrias Culturais de Macau, que se encontra concluído.

Com a inauguração oficial da Cinemateca Paixão, o Governo colaborou com o sector privado na promoção do desenvolvimento da cultura cinematográfica. Através da realização da Reunião de Trabalho do Sector Cinematográfico de Guangdong–Hong Kong–Macau, da Feira de Investimento na Produção Cinematográfica entre Guangdong–Hong Kong–Macau e da Reunião Anual do Cinema de Guangdong, promoveu-se o intercâmbio e a cooperação nas áreas da produção cinematográfica, investimento e financiamento, na zona metropolitana da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau.

Concluiu-se o Projecto de Melhoramento das Casas-Museu, deu-se continuidade à promoção dos trabalhos relacionados com o Centro Comercial da Praça do Tap Siac e lançaram-se, através da cooperação inter-serviços, concursos públicos para arrendamento de lojas para produtos culturais e criativos, no espaço "Anim' Arte Nam Van". O Instituto Cultural e o Instituto de Formação Turística lançaram o curso de *Certificate in Visual Art Marketing and Management* para a formação de quadros qualificados locais nessa área.

Em 2017, o Fundo das Indústrias Culturais procedeu ao aperfeiçoamento das formalidades relativas às candidaturas e lançará, no final do corrente ano, o "Catálogo de produtos das empresas financiadas pelo Fundo das Indústrias Culturais de Macau (2014 - 2016)". Com base nos relatórios dos projectos subsidiados e opiniões do sector, foi estudado o conteúdo do Regime de Prémios das Indústrias Culturais, cujas normas específicas se encontram em fase de elaboração.

Organizaram-se grandes eventos artísticos, como o Festival de Artes de Macau, o Festival Internacional de Música de Macau e o Festival Fringe da Cidade de Macau, bem como outros eventos artístico-culturais e de animação urbana. Através do Programa de Subsídios à Arte da Comunidade, promoveram-se a cultura e as artes na comunidade. Realizou-se, pela primeira vez, em 2017, uma série de palestras temáticas sobre as culturas dos países e regiões situados ao longo do percurso de "Uma Faixa, Uma Rota", com vista a aprofundar os conhecimentos e a compreensão dos residentes, sobretudo as camadas jovens de Macau, sobre as culturas desses países e regiões.

Em 2018, os serviços na área da cultura promoverão a realização de trabalhos no domínio cultural, de forma ordenada, nos termos do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM. Concluirão a elaboração do projecto do Regulamento Administrativo do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau e a actualização do relatório sobre o ponto de situação de salvaguarda do Centro Histórico de Macau, os quais serão submetidos à UNESCO através dos órgãos competentes da Administração Estatal do Património Cultural da China.

A conclusão da Casa Memorial de Xian Xing Hai está prevista para 2018. Continuar-se-á a impulsionar as obras de restauro dos edifícios da povoação de Nossa Senhora de Ká-Hó (antiga leprosaria de Ká-Hó) e os trabalhos preparatórios da construção do Centro de Literatura de Macau. Inscrever-se-ão, de forma ordenada, na Lista do Património Cultural Intangível, as manifestações inventariadas que reúnam as condições legais para tal e concluir-se-ão os procedimentos de classificação de um segundo grupo de bens imóveis e da zona dos estaleiros navais de Lai Chi Vun. Além disso, promover-se-á a divulgação da Lei de Salvaguarda do Património Cultural e a sensibilização, desde a infância, da importância da salvaguarda do património cultural, através da estreita cooperação com os serviços na área de educação, com foco nos professores e nas camadas jovens e estudantis. Reforçar-se-ão o investimento e a cooperação com instituições e associações da sociedade civil, relacionadas com a área do património cultural na preservação das características da cidade e na promoção da transmissão cultural.

Continuar-se-á a organizar os grandes eventos artísticos, como o Festival de Artes de Macau, o Festival Internacional de Música de Macau e o Festival Fringe da Cidade de Macau, bem como outros eventos de animação urbana, como a Parada Internacional de Macau, o Hush! Concerto na Praia e o Festival da Lusofonia. Em 2018, por ocasião do 30.º aniversário da fundação da Orquestra Chinesa de Macau, será realizada uma série de actividades para revelar os encantos da música.

Lançar-se-ão em todas as bibliotecas públicas, sob a alçada do Instituto Cultural, os "auto-serviços de empréstimo e devolução de livros" e prolongar-se-á o horário de funcionamento das bibliotecas. Além disso, promover-se-á, através da cooperação inter-serviços, a construção da nova Biblioteca Central. No que diz respeito a museus, continuar-se-á a colaborar com entidades museológicas de renome, nacionais e internacionais, como o Museu do Palácio Imperial de Pequim, o Museu de Xangai, o Museu Britânico do Reino Unido, os museus de Portugal, da Rússia e da França, com vista a permitir à população,

sobretudo as camadas jovens, conhecer mais profundamente o grande valor e significado da história e cultura.

Os serviços na área da cultura empenhar-se-ão na defesa e promoção da diversidade e da harmonia, tão características da cultura de Macau. Concretizar-se-á o papel de Macau como uma base de cooperação e diálogo, na promoção da coexistência de culturas, tendo a cultura chinesa como dominante. Continuar-se-á a implementar o Programa de Subsídios à Arte da Comunidade e o Programa Excursionando Pelas Artes, para proporcionar mais plataformas públicas de exibição e actuações aos artistas locais, fomentando assim a promoção da cultura e das artes na comunidade.

Lançar-se-á o Programa de Distribuição no Exterior das Publicações Culturais de Macau, de forma a alargar os canais de distribuição e venda das publicações locais fora da RAEM. Continuar-se-á a promover a Série de Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau, incluindo os de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-metragens, de Subsídios à Criação de Amostras de *Design* de Moda e de Subsídios à Produção de Álbuns de Canções Originais. Além disso, lançar-se-á oficialmente o Serviço de Coordenação para Requerimento de Licenças de Filmagem, para simplificar os procedimentos para requerimento de licenças de filmagem em Macau por parte de requerentes locais e estrangeiros.

Concluir-se-ão as obras de modificação do Centro Comercial da Praça do Tap Siac (Casa de Vidro) e as obras do Pavilhão n.º 2 das antigas Oficinas Navais, e promover-se-á a sua ocupação através de realização de concursos públicos. Impulsionar-se-ão ainda o restauro e o planeamento das vivendas situadas no cruzamento da Avenida do Coronel Mesquita com a Estrada de Coelho do Amaral.

O Fundo das Indústrias Culturais lançará o Regime de Prémios das Indústrias Culturais e medidas de subsídios específicos, incluindo o plano de auxílio ao desenvolvimento cultural e criativo dos bairros comunitários, destinado às micro, pequenas e médias empresas sediadas nesses bairros e, em sintonia com o planeamento do desenvolvimento da zona metropolitana da Grande Baía Guandong–Hong Kong–Macau e a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", iniciará o plano de auxílio à cooperação das empresas das indústrias culturais.

Manter-se-ão e aperfeiçoar-se-ão os mecanismos de formação de recursos humanos, como os programas de Formação de Recursos Humanos na Gestão das Artes, de Concessão de Subsídios para Realização de Estudos Artísticos e Culturais, de Especialização na Área Cultural e o projecto de Palestras sobre Temas Culturais, com vista a promover a formação dos quadros qualificados locais. O Conservatório de Macau continuará a promover a generalização e a profissionalização artística da dança, da música e do teatro. A Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau assumirão a responsabilidade de divulgar e generalizar a educação musical.

Será dada continuidade aos trabalhos inerentes à criação do Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Lusófono. Desenvolver-se-ão mecanismos de intercâmbio cultural regulares,

através da organização de reuniões, fóruns e exposições culturais com participação de dignidades. Através de mecanismos e plataformas como o Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau, o Acordo de Cooperação Cultural entre Guangdong–Hong Kong–Macau, o Plano de Desenvolvimento de Intercâmbio e Cooperação Cultural entre Guangdong–Hong Kong–Macau 2014-2018 e a Reunião de Cooperação Cultural do Grande Delta do Rio das Pérolas e, em sintonia com a concretização de "Um Centro, Uma Plataforma", promover-se-á uma maior participação em intercâmbios e cooperações culturais no âmbito da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" e da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, fomentando um novo patamar de desenvolvimento do movimento cultural de Macau.

No domínio do Desporto

Em 2017, o Governo da RAEM continuou a aprofundar os trabalhos relativos ao desporto para todos e do desporto de alto rendimento, por forma a desenvolver plenamente a função social do desporto. Continuou a manter uma cooperação estável com as associações de estrato social mais baixo e através da expansão das actividades do desporto para todos, reforçou a consciência da prática desportiva dos residentes. Incentivaram-se as famílias a participarem nas actividades desportivas em família, por forma a promover uma relação harmoniosa no seio da família. Deu-se continuidade à prestação de apoio às associações desportivas na preparação dos jovens atletas, proporcionando assim reservas de atletas suficientes para o desporto de alto rendimento. Com a implementação do Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite, foram reforçados os efeitos da formação, elevando a competitividade dos atletas, por forma a envidarem os esforços necessários para a obtenção de bons resultados. Continuou-se a optimizar o modelo e conteúdo de formação das escolas de formação desportiva e procurou-se cativar jovens atletas para participarem em formações das referidas escolas. Por outro lado, continuou-se a apoiar a formação contínua dos dirigentes desportivos, treinadores e árbitros, com vista a aumentar o nível profissional geral do desporto de alto rendimento.

Através da combinação de elementos desportivos, turísticos, culturais e criativos, promoveram-se grandes eventos desportivos e a criação de marcas de grandes eventos desportivos, enriquecendo as experiências diversificadas de turismo e entretenimento dos residentes e turistas. O Grande Prémio de Macau 2017 continuou a contar com o apoio e o reconhecimento da Federação Internacional de Automobilismo (FIA). A Prova de F3 e a Taça de GT continuaram a ser a "Taça do Mundo de F3" e a "Taça do Mundo de GT" da FIA e a Corrida da Guia Macau foi considerada como uma das jornadas do Campeonato do Mundo de Carros de Turismo da FIA *(WTCC)*, o que revela o alto reconhecimento do Grande Prémio de Macau a nível do automobilismo internacional. Além disso, o Encontro de Mestres de Wushu, pela primeira vez organizado em 2016, foi bem acolhido pelos residentes e turistas, pelo que, em 2017, o Governo continuou a organizar este evento e introduziu melhorias gerais na organização das actividades, envolvendo mais provas interessantes, contribuindo

para a criação, com sucesso, de um evento desportivo temático sobre wushu e para a divulgação da quintessência da China.

De acordo com o resultado do relatório da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2015, implementaram-se as actividades promocionais no âmbito do desporto, melhorando a condição física dos residentes. Através de diferentes meios promocionais, divulgaram-se junto dos residentes os conhecimentos sobre a aplicação de dados científicos à prática desportiva, prestaram-se serviços regulares de consulta de saúde aos idosos, incentivando-os a criarem hábitos de vida saudável.

Intensificou-se o intercâmbio desportivo a nível regional. Com o protocolo de cooperação e intercâmbio no âmbito do desporto com a cidade de Zhuhai, celebrado em 2017, e os protocolos de cooperação e intercâmbio com diversas províncias e cidades da China, fomentou-se interacção positiva entre os jovens atletas de Macau e os seus congéneres da China, aumentando, deste modo, a competitividade dos atletas locais. Continuou-se a prestar apoio às associações desportivas na organização de delegações desportivas para a participação em eventos desportivos internacionais, incentivando-as a participarem em reuniões e seminários de nível internacional, por forma a reforçarem o intercâmbio com agentes desportivos do exterior.

Convidaram-se diferentes sectores sociais para expandirem em conjunto a rede das instalações desportivas públicas e procedeu-se à melhoria dos espaços desportivos públicos, em prol do desenvolvimento sustentável do desporto para todos e do desporto de alto rendimento. Procedeu-se à recolha e actualização dos dados relativos às instalações desportivas existentes em Macau, por forma a proporcionar uma base científica para o planeamento de instalações desportivas no futuro. Continuou-se a manter uma estreita comunicação e cooperação com os serviços na área de obras públicas, acompanhando-se o andamento das obras de construção de diferentes instalações desportivas.

Devido aos efeitos do tufão "Hato", as instalações desportivas públicas foram danificadas em diferentes graus. Os serviços na área do desporto procederam de imediato à verificação e reparação gerais das instalações danificadas, tendo algumas sido reabertas ao público após a respectiva reparação, por forma a satisfazer ao máximo a necessidade de prática desportiva dos residentes. A reabertura ao público das instalações desportivas onde se registaram danos mais graves está prevista para o primeiro semestre de 2018, após a conclusão das obras de reparação.

Em 2018, o Governo da RAEM continuará a promover o desporto para todos e a cooperar, através de diversas formas, com as associações da sociedade civil para a organização de diferentes actividades desportivas, destinadas a diferentes grupos de residentes, em particular os jovens, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência, a fim de criar na população o interesse pela prática desportiva e o hábito de prática do desporto por iniciativa própria, promovendo assim a participação de toda a população no desporto. Organizar-se-ão acontecimentos desportivos com características únicas e continuar-se-á a cooperar com os serviços competentes, com as associações desportivas e com os

organismos privados na organização de grandes eventos desportivos, por forma a combinar os elementos desportivos, turísticos e culturais, desenvolvendo os efeitos do turismo desportivo.

Prestar-se-á apoio às associações desportivas na optimização do mecanismo de gestão e de formação, na formação contínua dos agentes desportivos e no aumento da eficácia das orientações das equipas de treinadores, em prol do desenvolvimento profissional e sustentável do desporto de alto rendimento. Será valorizado o desenvolvimento dos mecanismos de formação de atletas e de reserva de quadros qualificados, melhorado o nível de gestão das selecções e reforçada a preparação dos jovens atletas de diferentes categorias. Continuar-se-á a sensibilizar as associações desportivas a preparar os jovens atletas através da concessão de apoio financeiro e procurar-se-á que as escolas de formação desportiva funcionem como plataforma de acesso às selecções da RAEM. Prestar-se-á apoio às associações desportivas na organização de delegações desportivas para participarem nos eventos desportivos internacionais e na preparação dos atletas para os Jogos Asiáticos de 2018.

Em sintonia com o desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de alto rendimento, proceder-se-á à constante optimização e expansão da rede das instalações desportivas públicas, convidando diversas entidades, organismos e escolas que possuam instalações desportivas adequadas para aderirem à rede das instalações desportivas públicas. Manter-se-á a cooperação com os serviços na área de obras públicas, acompanhando e promovendo as obras de construção das instalações desportivas, proporcionando-lhes pareceres especializados referentes ao planeamento de espaços desportivos. Proceder-se-á à formação e à disponibilização de trabalhadores responsáveis pela gestão das instalações e procurar-se-á proporcionar mais instalações desportivas aos residentes e atletas.

Continuar-se-á a desenvolver a medicina desportiva no âmbito da aplicação de dados científicos na prática desportiva dos residentes e da prestação de apoio na formação de atletas. Através de diferentes meios de comunicação, proporcionar-se-ão aos residentes informações sobre a aplicação de dados científicos à prática desportiva, orientando-os a aumentarem a eficácia dos exercícios físicos. Aprofundar-se-á o recurso à medicina desportiva em função da formação de atletas do desporto de alto rendimento. Através da prestação de serviços no âmbito da medicina desportiva, nomeadamente a orientação nutricional e o exame de capacidades, evitar-se-ão eventuais lesões desportivas, permitindo-se apoiar os atletas a terem boa condição física e com capacidade para participarem nas formações e competições desportivas. Continuar-se-á a reforçar a sensibilização dos atletas sobre a antidopagem, de modo a salvaguardar a saúde física e mental dos atletas e o espírito desportivo do jogo limpo. Para promover a investigação científica na área do desporto e aumentar o nível profissional dos agentes desportivos locais, organizar-se-á, em 2018, um seminário sobre ciência desportiva em Macau.

Será dada continuidade à promoção do intercâmbio desportivo a nível regional. Promover-se-á a participação de agentes desportivos em eventos, reuniões e em formações

desportivas internacionais e convidar-se-ão atletas do exterior para participarem em competições ou eventos desportivos de grande envergadura, realizados em Macau. Procurar-se-á fomentar a cooperação e intercâmbio desportivo com os países e regiões abrangidas pela iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". Será dada continuidade à cooperação e intercâmbio desportivo com as províncias e cidades da China e a Região Administrativa Especial de Hong Kong e intensificar-se-á o intercâmbio com as cidades da zona metropolitana da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, pondo em prática a complementaridade das vantagens regionais e do aproveitamento mútuo dos recursos.

Área de Transportes e Obras Públicas

PREFÁCIO

A acção governativa na tutela dos Transportes e Obras Públicas tem seguido um caminho claro desde a tomada de posse deste Governo e que implicou, naturalmente, o estabelecimento de prioridades, dada a complexidade inerente ao planeamento e gestão de um espaço urbano tão particular como o nosso.

Garantir o bem-estar da população e qualificar, simultaneamente, a área urbana da nossa Região têm sido as nossas grandes metas. E são elas que têm guiado as nossas acções, com base agora nas orientações traçadas no primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau, tendo em consideração o nosso posicionamento estratégico como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Ao longo de 2017, a intervenção nesta tutela continuou focada nas áreas que mais afectam a vida da população.

No âmbito da mobilidade, que compreensivelmente merece especial atenção da população, foi dada continuidade à implementação de medidas que visam, por um lado, incentivar uma utilização mais racional dos veículos privados e, por outro, favorecer o transporte público, mesmo cientes de que subsistirão questões incontornáveis de congestionamento associadas à escassez do espaço urbano e ao crescimento natural da cidade.

Continuámos a melhorar a rede de autocarros, entraram em operação mais táxis, foram disponibilizados mais lugares de estacionamento, as respectivas tarifas foram actualizadas, promovendo-se o pagamento electrónico das mesmas, manteve-se a aposta no desenvolvimento das redes pedonais e em acelerar as obras do Metro Ligeiro. Entrou também em funcionamento o novo Terminal de Passageiros da Taipa e foi iniciado um estudo sobre o futuro do sector da aviação local.

Ao nível da habitação, foram identificadas as necessidades futuras neste âmbito, com a conclusão de um estudo, que guiará a acção governativa daqui em diante, estarão concluídas, até ao final do ano, as obras de aterro da Zona A, onde serão construídas 28 mil fracções públicas, foram terminados os trabalhos de revisão do regime jurídico da habitação social, será concluída a selecção dos agregados familiares para a atribuição de novas fracções e aberto um novo concurso, no final do ano.

Promover uma sociedade de baixo carbono é um dos pilares da nossa acção política, pelo que foi concluído e será implementado um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para os próximos dez anos.

Lançámos ainda o concurso público para a elaboração do Plano Director e foram iniciadas as obras da Zona de Administração de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Certos da importância das tecnologias de informação e comunicação, do papel que desempenham e que podem desempenhar e de que a digitalização não se trata apenas de uma tendência, mas de um factor chave de competitividade, cumpre-nos criar as condições para que possamos responder a estes desafios, pelo que foi criada a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, encarregue de prosseguir essa mesma meta. Tem sido também feita uma aposta na disponibilização de cada vez mais informações nas páginas electrónicas dos serviços desta tutela, em prol de uma maior transparência da acção governativa.

Compreendemos a pressa que, por vezes, a população sente, mas tudo tem o seu tempo próprio. Estamos cientes das expectativas e necessidades dos nossos residentes e, de olhos postos no futuro, continuaremos a assumir o compromisso de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para construir bases sólidas, tendo em vista um desenvolvimento urbano mais sustentável.

BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2017

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Após a conclusão do estudo relativo às orientações estratégicas urbanísticas, a tutela dos Transportes e Obras Públicas deu início, em 2017, ao concurso público internacional para a elaboração do Plano Director de Macau.

1.1. NOVOS ATERROS

Continuar a promover o estudo de planeamento da Zona A dos Novos Aterros, cujo estudo sobre o «Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau», que inclui a Zona A, foi concluído pela DSSOPT em 2017, como previsto. Para tal efeito, foi efectuada uma análise técnica aprofundada, com base no plano conceptual, tendo-se conseguido um planeamento completo e viável e apresentado propostas sobre ajustamentos e medidas de optimização eventualmente necessárias para os projectos existentes ou em fase de planeamento.

Foram promovidos os trabalhos respeitantes ao planeamento da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B e da Zona E1 que abrangem a definição das redes viárias, do posicionamento das infra-estruturas e da finalidade dos lotes de terreno.

1.2. QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

O estudo de viabilidade do empreendimento foi submetido ao Governo Central e, na sequência da resposta das autoridades nacionais, em Julho do corrente ano, revela-se necessária uma análise aprofundada das condições para a abertura das rotas marítimas,

pelo que a entidade responsável pelo projecto irá apresentar propostas e a construção da quarta ligação Macau-Taipa não poderá, assim, ter início em 2017, como previsto.

1.3. RENOVAÇÃO URBANA

Foi aceite pelo Chefe do Executivo, em 2017, a proposta de criação de uma empresa de capitais públicos para promover os trabalhos de renovação urbana. Deste modo, o Conselho para a Renovação Urbana (CRU) encontra-se a proceder a um estudo mais aprofundado sobre a constituição, estrutura orgânica e forma de funcionamento dessa empresa.

O CRU entrou em pleno funcionamento e concluiu, em 2017, a discussão sobre as percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução, bem como sobre o plano de alojamento provisório, entre outros assuntos, tendo submetido as respectivas propostas ao Governo.

Foi criado o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Inspecção das Partes Comuns de Edifícios das classes P e M, no âmbito do Fundo de Reparação Predial.

1.4. GESTÃO DE SOLOS

O Governo da RAEM, através da construção de novos aterros e da reversão de terrenos não aproveitados e ilegalmente ocupados, tem vindo a aumentar a reserva de terrenos.

Até 30 de Setembro, o ponto de situação das concessões de terrenos sujeitas à declaração de caducidade era o seguinte:

	Número de despachos	**Área (m2)**
Incumprimento contratual	24	92932
Impossibilidade de renovação das concessões provisórias	33	381212
Total	57	474 144

Quanto aos diplomas legais complementares da Lei de Terras, será concluída, em 2017, como previsto, a elaboração do regulamento administrativo relativo ao processo de concurso público para a concessão de terrenos, bem como do regulamento administrativo que define a composição e as competências da Comissão de Terras. Por outro lado, foi iniciada, conforme planeado, a elaboração dos regulamentos administrativos relativos ao "Método de Fixação do Montante da Taxa Anual e da Caução de Concessão de Uso Privativo" e ao "Método de Fixação do Montante da Taxa de Ocupação por Licença".

1.5. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

As informações geográficas e cadastrais dos terrenos da RAEM são indispensáveis ao planeamento urbanístico e à gestão de solos, apoiando os trabalhos de definição

das políticas, as acções governativas, o ordenamento do território, o aproveitamento dos terrenos e o desenvolvimento urbano.

Os dados da Rede de Informação Cadastral relativos aos terrenos, planeamento, registo, património cultural, entre outros, continuarão a ser actualizados. Paralelamente, foram integradas as informações relativas ao património cultural, bens imóveis classificados e respectivas informações de terrenos.

Após a clarificação por parte do Governo Central das áreas marítimas e das delimitações terrestres sob jurisdição da Região Administrativa Especial de Macau, e com a promoção do planeamento dos Novos Aterros, foram disponibilizadas informações sobre essas matérias na Rede de Informação Cadastral.

A DSCC lançou ainda mapas do sistema pedonal com circuitos e percursos indicativos, tendo criado uma página electrónica para o efeito, em prol da primazia das deslocações a pé.

Por outro lado, continua a ser promovida a aplicação da tecnologia de posicionamento por satélite em áreas especializadas e o estudo sobre a sua aplicação na vida quotidiana, prestando-se os respectivos serviços aos residentes.

1.6. ÁGUAS TERRITORIAIS

Em articulação com os trabalhos da Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, dirigida pelo Chefe do Executivo, referente à gestão dos 85 km2 de área marítima, a tutela dos Transportes e Obras Públicas irá aperfeiçoar o hardware e software, bem como melhorar os trabalhos de gestão marítima, nomeadamente aumentando o número do pessoal dos serviços de assuntos marítimos e reforçando a formação profissional na área de salvamento marítimo e de gestão de tráfego marítimo. Por outro lado, serão estreitados os laços com os serviços marítimos das regiões vizinhas, no sentido de incrementar a qualidade da gestão marítima.

A par disso, prevê-se que o "Estudo relativo à Escolha do Local para Deposição do Material Dragado nas Águas na Área de Jurisdição da RAEM" seja concluído antes do final do ano.

2. INFRA-ESTRUTURAS

Em 2017, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continua a promover e a acelerar diversas obras públicas e a construção de infra-estruturas. Por outro lado, procura-se concluir, até ao final do ano, a revisão da proposta de Deontologia Profissional e Regime Disciplinar de Arquitectos, Engenheiros e Urbanistas.

2.1. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

O fornecimento de areia para as obras da Zona A foi sucessivamente retomado entre Dezembro de 2016 e Junho de 2017. O aterro da Zona A será concluído em 2017, como previsto no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.

Foram iniciados os trabalhos de elaboração do projecto do aterro da Zona C e de obtenção de propostas para o projecto do dique da Zona D. Quanto às obras de aterro da Zona E1, estas foram concluídas no terceiro trimestre, como previsto.

Relativamente à empreitada da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, foram iniciadas, como previsto, as obras das superestruturas e das restantes infra-estruturas da Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau, procurando-se que as mesmas sejam concluídas, em simultâneo, com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2.2. METRO LIGEIRO

O Governo da RAEM continua a promover os trabalhos para a criação da empresa de capitais públicos que sucederá ao Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT). Deste modo, em articulação com a entrada em funcionamento, em 2019, da linha da Taipa do Metro Ligeiro, o GIT tem vindo a promover os trabalhos preparatórios para a sua exploração, que abrangem, para além da criação da empresa, a conclusão da consulta pública sobre a proposta de Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro, que serve de referência à elaboração do respectivo diploma.

Linha da Taipa

Com a conclusão das obras de construção civil do viaduto ao longo do traçado e das 11 estações da Linha da Taipa, o Governo da RAEM deu início aos trabalhos de montagem dos sistemas e equipamentos, nomeadamente a construção da base de circulação na superfície do viaduto, a instalação dos sistemas de guiamento, de fornecimento de energia eléctrica, de sinalização, entre outros, sendo que as primeiras carruagens chegarão a Macau ainda este ano.

Por outro lado, a construção da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro entrou numa fase de plena execução, prevendo-se que a estrutura principal seja basicamente concluída no final do ano, de forma a iniciar-se seguidamente a instalação dos sistemas e equipamentos dos comboios.

Ligação Taipa-Macau

Foi concluída, em 2017, como previsto, a alteração do projecto da Estação da Barra, prevendo-se o início das obras da parede de contenção ainda no corrente ano.

Em simultâneo, foram promovidas as obras da estrutura principal do Centro Intermodal de Transportes da Barra, tendo sido iniciadas em 2017, como previsto, as obras da estrutura principal das caves.

Linha de Seac Pai Van

Foi iniciada em 2017, como previsto, a elaboração do projecto da Linha de Seac Pai Van.

2.3. HABITAÇÃO PÚBLICA

Foram concluídas, em meados de 2017, como previsto, as obras do Edifício do Bairro da Ilha Verde, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Fai Ieng e ainda do Edifício Iat Fai, na Taipa, que disponibilizam, no total, 3458 fracções de habitação económica.

No entanto, devido à ocorrência de tufões durante o mês de Agosto, parte das instalações sofreram danificações, carecendo de obras de reparação, pelo que o prazo de entrega foi afectado.

Em 2017, foram concluídos quatro projectos de habitação económica, designadamente:

Nome do Edifício	T1	T2	T3	Número total de fracções
Bairro da Ilha Verde	345	1577	434	2 356
Cheng Tou	0	378	0	378
Fai Ieng	0	336	100	436
Iat Fai	0	288	0	288
Número total de fracções	345	2 579	534	3 458

Foram ainda concluídas, em 2017, como previsto, as obras do edifício de equipamentos sociais no Lote CN6b de Seac Pai Van, tendo sido iniciado o processo de entrega do parque de estacionamento, do centro de saúde e de idosos, entre outros, que estão integrados no edifício com dez pisos.

Foi lançado em 2017, como previsto, o novo concurso público para a habitação social da Tamagnini Barbosa, cujo processo de adjudicação foi concluído. Quanto à 2.ª fase da habitação social e do pavilhão desportivo de Mong-Há, as obras foram retomadas em 2017, como previsto.

Quanto aos projectos de habitação pública em curso, foi elaborada a PCU da primeira fase da habitação pública para a Zona A dos Novos Aterros que abrange a construção de cerca de 7000 fracções, contudo, em cumprimento das deliberações tomadas na 41.ª Reunião do Comité do Património Mundial da UNESCO sobre a salvaguarda do património do Centro Histórico de Macau, a calendarização do respectivo projecto será, de certa forma, afectada. Simultaneamente foi iniciado o estudo de viabilidade do projecto de habitação pública para a Avenida Wai Long, o qual envolve matérias como impacto ambiental, trânsito, circulação do ar, entre outras avaliações, iniciando-se posteriormente a elaboração do projecto. Relativamente ao terreno na Avenida de Venceslau de Morais, foi iniciada a elaboração dos projectos.

2.4. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO

Quanto à primeira fase da construção do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau, o novo mercado abastecedor foi entregue à entidade utilizadora em 2017, pelo que os

trabalhos de demolição do antigo mercado avançarão ainda este ano. O projecto do novo acesso Guangdong-Macau será continuamente promovido através da cooperação Guangdong-Macau.

2.5. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

Após a conclusão do "Estudo de Viabilidade da Comporta do Porto Interior" e do "Estudo do Plano Geral de Protecção contra Inundações (marés) e de Drenagem na Zona Marginal do Porto Interior de Macau", foram submetidos, em Março de 2017, ao Governo Central os respectivos conteúdos e obtida a resposta por parte das autoridades nacionais. Por conseguinte, será dado início à prospecção geotécnica e estudo específico. O Governo da RAEM irá manter a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, promovendo o projecto em causa através da cooperação regional.

Com o intuito de aliviar o problema das inundações do Porto Interior, foram iniciados os trabalhos de Concepção da Obra de Aperfeiçoamento para Prevenção e Escoamentos, a Título Provisório, de Inundações no Porto Interior, prevendo-se a sua conclusão antes do final do ano.

2.6. TERMINAIS MARÍTIMOS

O início das obras de demolição do terminal marítimo provisório ocorreu no seguimento da entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa.

2.7. TÚNEL DE KÁ HÓ

Uma vez resolvido o problema relativo ao transporte de explosivos, a obra do túnel de Ká Hó foi retomada em 2017, como previsto.

2.8. HOSPITAL DAS ILHAS

A empreitada do Hospital das Ilhas é dividida em duas fases, sendo que a primeira abrange a construção de seis edifícios, nomeadamente o Instituto de Enfermagem, Edifício Residencial para Trabalhadores, Hospital Geral, Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço e Edifício do Laboratório Central, enquanto a segunda inclui apenas a construção do Hospital de Reabilitação, em relação ao qual não há ainda qualquer projecto.

As obras de fundações da primeira fase dos seis edifícios encontram-se concluídas.

As obras da superestrutura do Instituto de Enfermagem já foram iniciadas, todavia, as obras do Edifício Residencial para Trabalhadores serão adiadas e a respectiva adjudicação só será iniciada após a transferência da oficina de reparação e manutenção dos helicópteros, devido à questão do limite de altitude de voo.

Uma vez recebidos e aprovados os projectos das superestruturas dos restantes quatro edifícios, nomeadamente do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço e do Edifício do Laboratório Central, a tutela dos Transportes e Obras Públicas dará início ao processo de adjudicação das obras com a maior brevidade possível.

2.9. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da segunda fase do novo estabelecimento prisional foram continuamente promovidas.

2.10. EDIFÍCIO DE DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Foi iniciada, em 2017, como previsto, a segunda fase das obras de demolição das edificações existentes no terreno para a construção do Edifício de Doenças Infecto-contagiosas.

2.11. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS

As obras de fundações estarão basicamente concluídas no final do ano. Com a conclusão dos trabalhos de adjudicação, as obras da superestrutura serão iniciadas antes do final de 2017.

2.12. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

No âmbito da criação de instalações de fornecimento de electricidade nos bairros antigos, até 2017, foram sucessivamente construídos 5 postos de transformação em espaços abertos que se encontram em funcionamento. Quanto aos 4 locais escolhidos para a criação de postos de transformação junto de pontos de recolha de resíduos, as obras serão iniciadas, logo após a conclusão dos projectos.

Em 2017, foram promovidos os trabalhos de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que contribuirá para a optimização da ligação entre as redes eléctricas de Guangdong e Macau, assegurando um fornecimento de electricidade seguro e estável a longo prazo.

Relativamente à optimização da rede eléctrica local, será basicamente concluída até ao final de 2017, como previsto, a construção das subestações de 110 kV no Centro Hospitalar Conde de São Januário e na Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, tendo também sido iniciadas as obras de engenharia civil da subestação do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.

Tendo em conta a demolição da Central Térmica de Macau e o facto de algumas unidades de geradores mais antigos da Central Térmica de Coloane terem deixado de funcionar, procedeu-se, em 2017, ao estudo sobre a criação de geradores a gás natural na Central Térmica de Coloane, com vista a complementar a geração de energia eléctrica de Macau e a incrementar o recurso a fontes de energia limpa.

Por outro lado, o Governo da RAEM está a rever a questão relativa ao fornecimento de electricidade de Macau, que abrange uma análise, em conjunto com o Interior da China, sobre a solução para a reserva de energia em situações críticas, o aperfeiçoamento dos geradores de reserva nas principais infra-estruturas de Macau, bem como o aumento adequado do volume de geração de electricidade a nível local.

Foi solicitada à CEM pelo GDSE uma nova análise, ainda este ano, sobre a localização das instalações de fornecimento de energia e as medidas de prevenção contra inundações.

2.13. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A 4.ª conduta de abastecimento de água a Macau é um projecto promovido, em conjunto, pela Província de Guangdong e Macau, prevendo-se que o segmento no Interior da China seja concluído em 2017, tendo sido iniciadas as obras do segmento de Macau.

Por outro lado, a obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de PingGang – Guang Chang será iniciada ainda este ano.

A construção da estação de tratamento de água de Seac Pai Van foi lançada em 2017.

2.14. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

Entrou em funcionamento no corrente ano, como previsto, a Estação Postal do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Entretanto, os trabalhos preparatórios para a abertura da Estação Postal do Fai Chi Kei estão já em curso. Esta nova estação vai incluir o serviço de Cacifo Electrónico para uma maior conveniência da população e turistas na utilização de serviços postais.

Não foram concluídos, em 2017, como previsto, os trabalhos de elaboração da proposta de diploma legal relativa ao licenciamento do Triple Play, também designado por convergência, devido à necessidade de um aprofundamento do projecto inicial, após uma nova análise ao ambiente actual do mercado de telecomunicações. Presentemente, o quadro da proposta do "Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações" já se encontra confirmado, estando em curso os trabalhos de elaboração da proposta de lei.

A Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (CTT) fez vigorar medidas de supervisão e aperfeiçoamento do serviço "WiFi GO", incluindo a definição de critérios de selecção dos locais para a instalação dos pontos de acesso, bem como a criação de mecanismos de supervisão quanto à actualização dos equipamentos e à melhoria do serviço. Além disso, encontra-se em estudo a viabilidade da introdução de outros planos técnicos, por forma a reduzir os custos do serviço e, em paralelo, estabelecer um novo posicionamento do "WiFi GO", revendo-se as normas de gestão relativamente à instalação dos pontos de acesso de Wi-Fi nos espaços exteriores, com o intuito de encorajar mais entidades a prestarem o serviço de acesso à Internet via Wi-Fi.

Os CTT solicitaram às operadoras o aumento da capacidade das infra-estruturas de telecomunicações na resposta a condições atmosféricas adversas, bem como a revisão e melhoramento das medidas a curto prazo, nomeadamente dos mecanismos de divulgação de informações, de modo a reforçar, com a maior brevidade possível, as instalações de rede e a sua gestão, e a aumentar as capacidades de contingência e comunicação.

2.15. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Em 2017, foi basicamente concluída a construção da rede de gasodutos principais de gás natural na Taipa e Coloane, que será gradualmente estendida à Península de Macau, em articulação com o plano de fornecimento de gás natural nos Novos Aterros e na Península de Macau.

Quanto ao plano de expansão da frota de autocarros movidos a gás natural, aguarda-se a aprovação da concessão do terreno para a estação.

Uma vez que foram concluídos os procedimentos legais e formalidades relacionadas com a reestruturação de quotas da concessionária de importação e transporte de gás natural, o problema da importação de gás natural foi resolvido, tendo sido retomado o fornecimento em Março de 2017.

3. TRANSPORTES

No âmbito da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), continua a ser promovido o controlo do número de veículos. Em Setembro do corrente ano, o número total de veículos motorizados foi reduzido para cerca de 242 mil, o que equivale uma diminuição de cerca de 3%, face aos 250 mil veículos registados no início do ano.

3.1. SERVIÇO DE AUTOCARROS

O Governo da RAEM renovou um contrato de curta duração com uma das companhias de autocarros, uniformizando a data do termo dos contratos com as três companhias de autocarros.

Com base no princípio de incrementar a qualidade do serviço, a tutela dos Transportes e Obras Públicas tem estado empenhada no aperfeiçoamento do regime de exploração dos serviços de autocarros, adoptando medidas para o efeito, nomeadamente o reordenamento, fusão e extensão de carreiras, bem como o ajustamento das paragens e optimização das estações de correspondência, em articulação com as mudanças e desenvolvimento social, de forma a criar uma rede de autocarros mais aperfeiçoada.

3.2. SERVIÇO DE TÁXIS

Na sequência do concurso público para a atribuição de 250 licenças de táxis normais, realizado em 2016, os respectivos veículos já entraram em funcionamento. Por outro lado, em Abril, entraram em funcionamento, numa fase inicial, 50 táxis especiais, dos quais cinco são táxis para transporte de pessoas com mobilidade reduzida e 10 são veículos de grande porte. Os restantes 50 táxis têm vindo a entrar em funcionamento ao longo do corrente ano, ou seja, antes do prazo contratualmente previsto.

A proposta do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis será concluída antes do final do ano.

3.3. ESTACIONAMENTO

Em 2017, procedeu-se à actualização faseada do tarifário dos lugares de estacionamento providos de parquímetro e do tempo limite de estacionamento, sendo que 85% dos parquímetros existentes em Macau foram substituídos por novos equipamentos ao longo deste ano, processo que será concluído em 2018. Foram também implementadas, em 2017, a "Tabela de Taxas e Preços da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego", o encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória e novas normas relativas à emissão de gases de escape de veículos em circulação.

Com a entrada em funcionamento dos cinco parques de estacionamento públicos, designadamente os de Chun Su Mei, do Edifício Fai Ieng, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Iat Fai e do Edifício para os Idosos e de Saúde no terreno CN6d de Seac Pai Van, serão disponibilizados mais de 600 lugares de estacionamento para automóveis e motociclos, respectivamente.

Além disso, prevê-se aumentar o número de auto-silos públicos que permitem a utilização do sistema de pagamento electrónico para 34 até ao final do ano, de forma a prestar um serviço mais conveniente, simplificando-se o processo de pagamento das tarifas de estacionamento.

3.4. OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS

A fim de aliviar o impacto das obras na vida da população, o Grupo de Coordenação de Obras Viárias irá aprofundar o mecanismo de coordenação e aperfeiçoar o "sistema de gestão das obras viárias". Antes da execução das obras nas principais vias, será estudado o eventual impacto sobre as vias adjacentes, através de simulações em computador, de forma a encontrar soluções que reduzam o impacto sobre o trânsito. Por outro lado, o Grupo irá reforçar os trabalhos de divulgação das alterações de trânsito, a transparência das informações relativas às obras, bem como a aplicação de penalizações por atrasos na realização das mesmas, de forma a aumentar a fiscalização das obras nas vias públicas.

3.5. REDES PEDONAIS

O Governo da RAEM tem vindo a aperfeiçoar as redes pedonais. Após a conclusão do "Estudo de Viabilidade do Sistema Pedonal ao Redor da Colina da Guia", deu-se início ao procedimento de adjudicação da avaliação do impacto ambiental da obra.

Relativamente à ilha da Taipa, a fim de haver uma articulação com o funcionamento do Metro Ligeiro, foram iniciados os trabalhos de aperfeiçoamento do projecto da travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães na Taipa. Para além disso, foram concluídas as obras do passeio entre o Jardim do Lago e as vivendas do Carmo, na Taipa, facilitando o acesso pedonal dos residentes.

3.6. TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS DA TAIPA

O Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa entrou em funcionamento em Junho de 2017, apresentando uma área de 200 mil m2, 16 lugares de embarcações de

passageiros, 3 lugares multifuncionais, 127 canais de passagem fronteiriça e 936 lugares de estacionamento para veículos. O Terminal funciona 24 horas por dia e, na fase inicial da sua exploração, estão disponíveis 8 lugares de atracação, mantendo-se inalterados os itinerários e a frequência das viagens de embarcações existentes. O Terminal dispõe de uma zona de ligação entre os meios de transporte marítimo e aéreo, facilitando a circulação entre o Terminal e o Aeroporto. No futuro, com a articulação com o Aeroporto Internacional de Macau e a estação do Metro Ligeiro, o novo Terminal Marítimo poderá assumir a função de centro intermodal das ilhas, facilitando a ligação entre Macau, Hong Kong, a Região do Delta do Rio das Pérolas e outros países.

Com a entrada em funcionamento do Terminal, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água acompanha os trabalhos para o ordenamento do espaço físico, entretanto, as lojas e outras instalações no interior da infraestrutura serão exploradas sucessivamente.

3.7. AVIAÇÃO

Segundo o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, novos aterros com 172 hectares serão construídos entre os dois taxiways existentes no Aeroporto que ligam a ilha artificial da pista à extensão de estacionamento, tendo a respectiva solicitação sido submetida ao Governo Central, em Fevereiro. Depois de recebidos os pareceres dos ministérios e comissões nacionais, o Governo da RAEM pretende convidar os respectivos organismos a Macau, no quarto trimestre do corrente ano, para análise e discussão aprofundada dos pareceres apresentados.

A Autoridade de Aviação Civil encarregou uma empresa de consultadoria, para efectuar um estudo sobre o futuro do sector do transporte aéreo de Macau, de forma a analisar aprofundadamente o eventual impacto derivado da renovação ou da revogação do contrato de concessão celebrado com a Companhia de Transportes Aéreos Air Macau, S.A.R.L., prevendo-se que o estudo seja concluído no final do ano.

4. HABITAÇÃO

Visando a concretização do objectivo político "habitação para todos, bem-estar para todos", o Governo da RAEM tem-se empenhado na construção de habitação pública.

No sentido de responder às necessidades de habitação social dos residentes, o Instituto de Habitação (IH) procedeu à abertura, no corrente ano, de um novo concurso de habitação social, promovendo a política de habitação pública do Governo da RAEM assente no princípio de que a habitação social tem um papel primordial e a habitação económica um papel secundário.

4.1. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

De modo a garantir uma utilização racional dos recursos públicos e um planeamento adequado da construção de habitação pública, o IH está actualmente a analisar os

resultados do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau, efectuado por uma instituição académica, em Setembro do corrente ano, que servem de referência ao desenvolvimento de habitação pública de Macau a longo prazo.

Para além da construção futura de 28 000 fracções de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros, o Governo da RAEM pretende proceder, a curto e médio prazo, à construção de projectos de habitação pública de maior envergadura no terreno situado na Avenida de Venceslau de Morais, no qual se encontra actualmente edificada a Central Térmica da CEM, bem como nos terrenos situados na Avenida Wai Long, na Taipa.

4.2. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

No início de 2017, o IH concluiu os trabalhos de selecção dos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013 e, irá proceder, no 4.º trimestre do corrente ano, à abertura de um novo concurso de habitação social. Por outro lado, o IH tem vindo a proceder à pré-atribuição ou venda das fracções aos candidatos habilitados no concurso para aquisição de habitação económica de diferentes tipologias.

Em 2017, o IH concluiu a apreciação da titularidade de propriedade dos agregados familiares relativamente à habitação pública dos Edifícios da Alameda da Tranquilidade, do Lago On Son, Koi Nga, Ip Heng e Cheng Chong, tendo sido emitidos os termos de autorização aos agregados familiares habilitados, organizando-se, gradualmente, a celebração das escrituras públicas de compra e venda. Simultaneamente, já foi iniciada a apreciação da titularidade de propriedade dos agregados familiares do Edifício Cheng I, seguindo-se os respectivos trabalhos de celebração das escrituras públicas.

O IH tem-se empenhado nos trabalhos de fiscalização das habitações públicas, divulgando, na sua página electrónica, informações sobre a fiscalização e dados relacionados com os casos de infracção.

O Governo da RAEM atribui grande importância ao ambiente habitacional e instalações de apoio, tendo sido instaladas, em 2017, redes sem fios (wifi) gratuitas nas áreas públicas das habitações sociais. No âmbito do alargamento das instalações de serviços sociais nas habitações públicas, durante o corrente ano, foram instalados novos equipamentos sociais e instalações de apoio comercial, nos empreendimentos de habitação pública, visando a melhoria do ambiente comunitário. Por outro lado, o IH criou postos de informações nas áreas públicas da habitação social para divulgar notícias, facilitando o acesso às mesmas por parte dos arrendatários.

4.3. FUNDO DE REPARAÇÃO PREDIAL

Em 2017, no âmbito do Fundo de Reparação Predial, o Governo da RAEM criou o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Inspecção das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M, que visa melhorar o apoio técnico na inspecção dos edifícios baixos. Simultaneamente, através de vários planos financeiros do Fundo, o Governo continua a promover a criação de comissões administrativas e a realização de inspecções, reparações e manutenção dos

edifícios habitacionais, comerciais e industriais e, através da sua página electrónica, divulga os números de pedidos aprovados e dos montantes atribuídos referentes a cada um dos planos do Fundo.

4.4. APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

O IH está a acompanhar o trabalho de revisão do Regime Jurídico da Habitação Social, com os serviços da área da Justiça, procurando-se que a proposta de lei seja concluída no corrente ano. Simultaneamente iniciaram-se os trabalhos de revisão da Lei da Habitação Económica, sob o princípio da atribuição dos recursos de habitação pública de forma justa e razoável, tendo sido submetida a respectiva proposta de revisão do diploma.

Por outro lado, a proposta de Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios foi aprovada pela Assembleia Legislativa, entrando em vigor um ano após a sua publicação.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas, continuaram a ser reforçados, em 2017, os trabalhos no âmbito da gestão de resíduos e melhoria da qualidade do ar, tendo sido envidados esforços com diferentes quadrantes sociais para melhor promover a protecção ambiental e a redução de resíduos, continuando a ser alargada a rede de recolha, para maior conveniência dos residentes. Simultaneamente, foram definidas e implementadas várias políticas e medidas para a melhoria da qualidade do ar, tendo em vista a qualidade ambiental e a salvaguarda da saúde da população. Por outro lado, serão melhorados os trabalhos relativos à divulgação de alertas e de outras informações meteorológicas, em resposta a situações de risco extremo.

5.1. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Nos últimos anos, diversos países e regiões foram afectados por fenómenos meteorológicos extremos, sofrendo danos catastróficos a diferentes níveis e Macau não é excepção. Com o intuito de dar a conhecer ao público o ponto de situação o mais rapidamente possível para que possa adoptar medidas preventivas atempadas, foi reforçado o sistema de alertas meteorológicos, isto é, sempre que Macau esteja sob a influência de uma tempestade tropical, a DSMG divulgará informações sobre a possibilidade e o horário para a elevação do sinal de tufão e aumentará a frequência da divulgação de informações sobre a tempestade tropical e maré de tempestade.

Tendo em conta que os danos provocados pelas tempestades têm vindo a agravar-se nos últimos anos, a DSMG encontra-se a proceder ao estudo sobre uma nova classificação da intensidade das tempestades, bem como das marés de tempestade.

5.2. PLANEAMENTO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL DE MACAU (2010-2020)

O Governo da RAEM continua a incentivar a população a adoptar comportamentos pró-ambientais, através do reforço contínuo das acções de divulgação e sensibilização.

5.3. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 2017, foi dada continuidade à elaboração da "Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau", durante a qual foi concluído o "Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para 10 Anos" e respectivo Relatório de Análise, propondo a implementação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (2017-2026) nos próximos dez anos.

Redução de Resíduos

A DSPA já levou a cabo a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau. Paralelamente, a fim de financiar a aquisição dos equipamentos necessários ao exercício das actividades por parte do sector de recolha de resíduos, e com o objectivo de reduzir o custo e aumentar a eficácia operacional, foi elaborado, em 2017, o projecto do regulamento administrativo "Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos" e os respectivos documentos para a produção legislativa, de modo a promover a separação de resíduos sólidos e a redução de resíduos.

Os projectos dos regulamentos administrativos "Regime de Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau" e "Limitação do Uso de Sacos de Plástico", bem como os respectivos documentos para a produção legislativa já foram elaborados em 2017, e desenvolvidos os respectivos trabalhos legislativos. Além disso, continua a ser promovida, junto dos residentes, a redução do uso de plástico, tendo em vista a futura implementação da cobrança de uma taxa sobre os sacos de plástico.

Central de Incineração

Foi concluído o estudo de viabilidade da expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau, estando a ser elaborado o respectivo projecto, a par dos documentos do concurso.

5.4. ÁGUAS RESIDUAIS

Foi dada continuidade à elaboração do "Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau" e concluído o estudo prévio do projecto de melhoramento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. Tem sido promovida, de forma programada, o projecto preliminar de uma nova ETAR a sul do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

5.5. VEÍCULOS ABATIDOS E MATERIAIS INERTES RESULTANTES DE DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÕES

Quanto ao projecto de tratamento de veículos abatidos por meio da cooperação regional, o Governo da RAEM tem mantido a comunicação e coordenação com os serviços relevantes da Província de Guangdong, com base no "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no Âmbito da Protecção Ambiental". Actualmente estão

a ser promovidas a elaboração e a definição do programa de supervisão do respectivo mecanismo.

Quanto ao projecto relativo aos materiais inertes resultantes de demolições e construções, foi concluída, em 2017, a elaboração do plano da obra de melhoria das características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção. O concurso público para a empreitada será oportunamente realizado.

5.6. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

A fim de cumprir as obrigações previstas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e no Protocolo de Paris, foi iniciada a elaboração de uma minuta referente a Macau para a terceira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas e será estabelecido um mecanismo de verificação da eficácia da redução de emissões. Este mecanismo será gradualmente apresentado às grandes empresas que operam na Região.

Em 2017, as propostas de regulamento administrativo sobre os limites de emissão de poluentes atmosféricos pelos terminais de combustíveis, pela indústria farmacêutica e por outros estabelecimentos industriais, bem como os respectivos regimes de fiscalização foram elaborados e submetidos a processo legislativo. Por outro lado, foi dada continuidade aos trabalhos legislativos relativos às normas de emissão de poluentes atmosféricos provenientes da central térmica e das estações de tratamento de águas residuais e ao respectivo regime de fiscalização.

Foram implementadas, em 2017, as "Normas relativas à Gasolina Sem Chumbo e ao Gasóleo Leve para Veículos" e "Valores-limite de Emissão de Gases de Escape Poluentes dos Veículos em Circulação e Métodos de Medição". No âmbito do "Plano de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos e Ciclomotores com Motor a Dois Tempos", foram registados 5736 pedidos, que se traduziram, até 30 de Setembro, no abate de 5450 ciclomotores e motociclos, cuja maioria foi transferida para o exterior, mediante hasta pública. Por outro lado, está em curso a revisão das normas para a emissão de gases de escape por automóveis, ciclomotores e motociclos novos importados, com o intuito de melhor controlar a emissão de gases de escape dos veículos.

A DSMG deu início à recolha de dados relativos à qualidade do ar nas bermas das estradas, tendo criado uma estação temporária para a recolha de dados durante as horas de ponta, de forma a avaliar e acompanhar a situação.

Serão instalados, até ao final do ano, equipamentos de carregamento eléctrico para veículos ligeiros em cerca de 50 lugares de estacionamento nos parques públicos. Continuarão a ser analisados os critérios para a instalação de equipamentos de carregamento nos edifícios recém-construídos. Por outro lado, foi iniciada a substituição de luzes de rua tradicionais por luzes LED, para que, no final do ano, representem 10% da iluminação de rua.

5.7. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Com base nas opiniões dos diferentes sectores sobre a revisão da Lista de Tipos de Projectos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental e analisando a implementação desta lista a título experimental nos últimos anos, procedeu-se, em 2017, à sua actualização e revisão. Nesta revisão foram actualizados e esclarecidos alguns requisitos específicos para os projectos.

5.8. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS

A DSPA continua a promover a recolha de pilhas e baterias usadas, tendo sido aumentados os respectivos pontos de recolha para mais de 500. Simultaneamente, foi ainda introduzido, em 2017, o "Plano de Recolha de Computadores e de Equipamentos de Comunicações de Macau", para melhor promover a recolha e o tratamento inócuo de resíduos electrónicos.

5.9. RESÍDUOS ALIMENTARES

Em 2017, a DSPA deu continuidade ao alargamento da rede de recolha de resíduos alimentares, que abrange entidades governamentais, escolas, instituições privadas, entre outras, assim como aproveitou a máquina para o respectivo tratamento na Central de Incineração de Resíduos Sólidos para acolher e tratar mais resíduos alimentares. Por outro lado, nos novos projectos de habitação pública foi já incluída a recolha dos resíduos alimentares produzidos pelos moradores.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 2017, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continua a desenvolver os trabalhos de revisão das atribuições e de reajustamento dos serviços e das equipas de projecto. A fusão das competências da DSRT e da DSC num serviço denominado CTT foi iniciada em 1 de Janeiro de 2017. Por outro lado, o Governo da RAEM deu início aos trabalhos de criação de uma empresa pública para substituir o GIT que irá gerir a construção do Metro Ligeiro e proceder aos trabalhos preparatórios para a sua futura exploração.

A tutela dos Transportes e Obras Públicas tem vindo também a promover a aplicação de tecnologias, tendo desenvolvido serviços electrónicos para incrementar a eficiência dos respectivos serviços e responder às necessidades da população:

- A DSSOPT lançou, através da internet, o serviço de consulta "Pedido de Documento Autenticado de Projecto de Construção". Foi dada continuidade ao estudo sobre as questões jurídicas na aplicação dos serviços electrónicos a serem criados relativamente ao Regime de Qualificações nos Domínios da Construção Urbana e do Urbanismo.

- A DSAT disponibiliza, na sua página electrónica, a consulta de pedidos ou processos em curso.

- O IH lançou a primeira fase do serviço electrónico para pedidos de habitação pública, efectuados através do auxílio dos trabalhadores do IH, designadamente na introdução dos dados dos candidatos no sistema informático. O serviço electrónico abrange ainda os pedidos de obras de instalações apresentados pelos arrendatários de habitação social, requerimento ou declaração das licenças de mediador e agente imobiliário, bem como pedidos da licença de actividade comercial de administração de condomínios.

Os serviços da tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a promover melhorias ao nível da divulgação de informações nas respectivas páginas electrónicas, para que a população possa ser devidamente esclarecida quanto às políticas nesta área:

- Foi implementada, em 2017, a transmissão directa na internet das sessões abertas ao público das reuniões do CPU, em prol de uma maior transparência;

- Em 2017, foram disponibilizadas, nas páginas electrónicas dos serviços desta tutela, todas as informações relativas à adjudicação das obras públicas com valor superior a 10 milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas, mediante concursos públicos ou consultas, incluindo anúncios de concurso público, bem como resultados de abertura das propostas de concurso e de adjudicação;

- Quanto às obras públicas de maior envergadura, as informações relativas ao seu andamento foram disponibilizadas na internet pelos serviços competentes que as actualizam oportunamente;

- Os dados estatísticos relacionados com os trabalhos dos diversos serviços e com a população serão sucessivamente divulgados na internet, permitindo ao público o acompanhamento dos trabalhos do Governo.

Continua a ser promovida a racionalização de recursos e o aumento da eficácia de execução do orçamento da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

PIDDA do ano 2016	Orçamento	Despesa realizada	Taxa de execução
Projectos da tutela dos Transportes e Obras Públicas	8,57 mil milhões de patacas	7,53 mil milhões de patacas	88%
Projectos de outras áreas com apoio desta tutela	520 milhões de patacas	310 milhões de patacas	60%
Total	9,09 mil milhões de patacas	7,84 mil milhões patacas	86%

Em 2017, o número de funcionários e veículos dos serviços na tutela dos Transportes e Obras Públicas manteve-se no nível registado em 2016.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2018

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

A tutela dos Transportes e Obras Públicas irá concluir os trabalhos de adjudicação da elaboração do Plano Director de Macau em 2018, dando início aos respectivos trabalhos.

1.2. NOVOS ATERROS

Conforme o planeamento existente e em função do desenvolvimento urbano, promover-se-á o planeamento pormenorizado das Zonas A e E1 e, em articulação com as directivas do Governo em matéria de habitação pública, iniciar-se-á, de forma programada, a elaboração das plantas de condições urbanísticas dos lotes da Zona A.

1.3. QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

Na resposta do Governo Central relativamente ao estudo de viabilidade do empreendimento, foram solicitadas informações complementares sobre a segurança das rotas marítimas, pelo que a entidade responsável pelo projecto da quarta ligação Macau-Taipa irá prestar as mesmas para que o Governo da RAEM conclua, com a maior brevidade possível, os trabalhos, de modo a submeter uma nova proposta às autoridades nacionais, com o objectivo de dar início às obras em 2018.

1.4. RENOVAÇÃO URBANA

Procura-se criar uma empresa de capitais públicos para promover os trabalhos de renovação urbana.

Serão iniciadas as consultas públicas sobre as percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução e do plano de alojamento provisório.

Os trabalhos do CRU serão aprofundados, pelo que serão revistas as respectivas políticas fiscais e a legislação vigente, bem como serão implementadas medidas no âmbito da renovação urbana.

1.5. GESTÃO DE SOLOS

Actualmente, os terrenos que poderão fazer parte da reserva de terrenos envolvem os Novos Aterros, terrenos revertidos que estavam ilegalmente ocupados e os que estão sujeitos ao procedimento de declaração da caducidade.

A par do estudo sobre o aproveitamento dos Novos Aterros, o Governo continuará a combater os actos de ocupação ilegal de terrenos. Quanto aos terrenos cujo prazo de arrendamento ainda não terminou e que não tenham sido aproveitados dentro do prazo e no âmbito das condições contratualmente estipuladas, o Governo dará início ao procedimento de declaração da caducidade, nos termos da Lei de Terras.

No que diz respeito à legislação complementar da Lei de Terras, prevê-se que, antes do final de 2018, fiquem concluídos os projectos do regulamento do Método para Estipular as Taxas Anuais e Cauções pela Concessão de Uso Privativo e do Método de Fixação do Montante da Taxa da Ocupação por Licença.

Por outro lado, o Governo da RAEM procurará dar início ao concurso público para concessão de terrenos.

1.6. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

Em 2018, a Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC) continuará a desenvolver os recursos e a aplicação das informações geográficas da RAEM, no sentido de aprofundar a articulação dos dados geográficos relativos ao Governo, sociedade, economia, entre outros. Por outro lado, serão sucessivamente enriquecidos os recursos de informações geográficas da RAEM, fazendo com que os mesmos possam servir como base de dados mais abrangentes e aprofundados a serem aplicados em mais e diferentes áreas.

A DSCC irá intensificar a cooperação com os serviços competentes, de forma a promover o aprofundamento e a ampla aplicação de informações integradas relativas a canalizações subterrâneas e, através da planta de canalizações subterrâneas, prestar apoio aos serviços públicos para a supervisão e gestão das canalizações subterrâneas.

1.7. ÁGUAS TERRITORIAIS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas continuará a aprofundar a cooperação com o Interior da China, no âmbito dos assuntos marítimos, recursos hídricos e área oceânica, com vista a proceder aos trabalhos preparatórios, intensificar a ligação com as entidades das regiões vizinhas e elevar constantemente o nível de gestão das áreas marítimas. A par disso, consoante o resultado obtido no "Estudo da Escolha de Locais para Deposição do Material Dragado nas Áreas Marítimas sob Jurisdição da RAEM", serão acompanhados os trabalhos de criação da nova zona para deposição do material dragado, com vista a aliviar o problema de saturação do local existente para o efeito.

Em 2018, a DSPA irá assumir algumas funções de outros serviços, atendendo às necessidades dos trabalhos de gestão marítima. Assim, competirá à DSPA monitorizar a qualidade das águas costeiras de Macau e realizar um estudo sobre esta matéria.

2. INFRA-ESTRUTURAS

2.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

O Governo da RAEM continuará a promover a construção das infraestruturas e, conforme o Plano Quinquenal de Desenvolvimento, as obras da quarta conduta de abastecimento de água bruta a Macau deveriam estar concluídas em 2018, porém, com o intuito de prevenir a repetição de escavações nas vias, as obras serão iniciadas em simultâneo com o Plano de Fornecimento de Energia do Hospital do Cotai, pelo que, as mesmas não poderão ser concluídas na data prevista.

2.2. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

A tutela dos Transportes e Obras Públicas irá coordenar as necessidades de utilização da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B com as entidades utilizadoras. Por outro lado, será lançado o concurso público para a construção dos aterros da Zona C e iniciado o projecto do dique da Zona D.

2.3. METRO LIGEIRO

Serão promovidos os trabalhos para a criação da empresa de exploração do Metro Ligeiro e da legislação relacionada, tendo em vista a criação de um sistema de gestão e exploração deste meio de transporte.

Linha da Taipa

Tendo em conta que as obras da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro se encontram basicamente concluídas, o GIT irá promover a instalação dos sistemas e equipamentos dos comboios na Oficina, nas estações da linha da Taipa e na superfície do viaduto e organizar os trabalhos de transporte das carruagens para Macau, de forma a proceder aos respectivos testes.

Ligação Taipa-Macau

Após a alteração do projecto da Estação da Barra, que articulará as linhas da Taipa e da Península de Macau, serão iniciadas as respectivas obras de fundação, em 2018.

Em relação ao Centro Modal de Transportes da Barra, prevê-se que construção da estrutura principal da cave seja concluída em 2018.

Linha de Seac Pai Van

Será promovido o projecto da Linha de Seac Pai Van, dando-se simultaneamente início às obras preliminares para a ligação entre a Linha de Seac Pai Van e a Linha da Taipa.

2.4. HABITAÇÃO PÚBLICA

A tutela dos Transportes e Obras Públicas procurará acelerar as obras da habitação social Tamagnini Barbosa e da habitação social de Mong Há – Fase 2, que inclui o do Pavilhão Desportivo de Mong Há.

Quanto aos projectos de habitação pública em curso, serão sucessivamente elaboradas as PCU da segunda fase da habitação pública para a Zona A, que abrange cerca de 7000 fracções, e começará a ser elaborado o projecto da primeira fase, que abrange também cerca de 7000 fracções, contudo, em cumprimento das deliberações tomadas na 41.ª Reunião do Comité do Património Mundial da UNESCO sobre a salvaguarda do património do Centro Histórico de Macau, a calendarização do respectivo projecto será, de certa forma, afectada. Por outro lado, serão concluídos o estudo de viabilidade do projecto para a Avenida Wai Long e o projecto para a Avenida de Venceslau de Morais.

2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO

A empreitada do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau, que se integra nos projectos de cooperação Guangdong-Macau, engloba principalmente o novo posto fronteiriço (de Qingmao), o acesso transfronteiriço e o reordenamento do Canal dos Patos.

Foram entretanto iniciados os trabalhos de elaboração dos projectos do posto fronteiriço Qingmao do lado de Macau, procurando-se dar início às obras de fundações em 2018. O posto do lado de Zhuhai será iniciado após a aprovação da respectiva proposta por parte de Zhuhai.

Quanto ao reordenamento do Canal dos Patos, os trabalhos de elaboração do projecto só terão início após a homologação conjunta da proposta final pela Província de Guangdong e pela RAEM.

2.6. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

Tendo em conta que o projecto envolve a Província de Guangdong e a RAEM, considera-se indispensável a coordenação relativa aos métodos e formas de construção vigentes, procurando-se concluir a prospecção geotécnica e o estudo específico. O Governo da RAEM irá manter a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, promovendo em conjunto a implementação do projecto.

Será iniciada a obra de aperfeiçoamento para prevenção e escoamentos, a título provisório, de inundações no Porto Interior.

2.7. TERMINAIS MARÍTIMOS

Serão iniciadas as obras da terceira fase do Terminal Marítimo de passageiros da Taipa, que englobam a demolição do terminal provisório, a construção do edifício para o combate a incêndios, sistema de depósito e abastecimento de combustíveis, cais de combustíveis, via de ligação entre os meios de transporte marítimo e aéreo, entre outros.

2.8. TÚNEL DE KÁ HÓ

As respectivas obras serão promovidas em 2018, bem como será aberto o concurso para o traçado da ligação norte, no lado do Cotai.

2.9. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pela execução das obras do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, com uma área total de 77 000 m2 e uma área bruta de construção de 421 000 m2, e irá iniciar, o mais rapidamente possível, o respectivo concurso público, após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados.

2.10. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da segunda fase da construção do Novo Estabelecimento Prisional terão continuidade. Quando estiverem reunidas as condições necessárias, será iniciado o processo de adjudicação das obras da terceira fase.

2.11. EDIFÍCIO DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Será concluída, em 2018, a segunda fase da demolição das edificações existentes no terreno destinado à construção do edifício das doenças infecto-contagiosas. A tutela dos Transportes e Obras Públicas, sendo responsável pelos trabalhos de construção, irá lançar, o mais rapidamente possível, o concurso público, após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados.

2.12. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS

Será promovida a construção da superestrutura.

2.13. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Continuar-se-á a procurar, nos bairros antigos, espaços públicos adequados para a construção de novas instalações de distribuição de electricidade. Com a construção de alguns postos de transformação em espaços abertos, a título provisório, e com a inauguração e a entrada em funcionamento de novas edificações nas zonas em causa, encontram-se gradualmente melhorados os problemas relativos ao fornecimento de electricidade nos bairros antigos.

Serão revistas as instalações na zona baixa, de forma a minimizar as falhas de electricidade durante fenómenos meteorológicos extremos. Por outro lado, serão estudadas medidas a médio e longo prazo, nomeadamente a criação, em conjunto com o Interior da China, de fontes de energia separadas e o aumento do volume de geração de electricidade a nível local.

Será promovida a criação de geradores movidos a gás natural na Central Térmica de Coloane, possibilitando que o fornecimento local atinja os 50% em casos de emergência.

Quanto ao aperfeiçoamento das redes eléctricas de Macau, a construção da subestação, que irá satisfazer as necessidades do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, será concluída em 2018, como previsto.

Por outro lado, após a conclusão do trajecto e do plano de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica entre Guangdong e Macau, iniciar-se-á a construção das subestações e a colocação dos cabos eléctricos da interligação, em 2018.

A par disso, com o intuito de sensibilizar a população para a necessidade de poupança de energia, será estudado novamente o sistema de tarifas progressivas e será revista a forma de fixação de tarifas, bem como o nível de preço de outros grupos tarifários.

2.14. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Será promovido o segmento de Macau da quarta conduta de abastecimento de água a Macau e, após a sua conclusão, este será articulado com a actual rede, em prol da segurança no abastecimento de água.

Por outro lado, em articulação com a Província de Guangdong, procurar-se-á concluir a obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de Ping Gang-Guang Chang, em 2018, como previsto.

Será promovida, em 2018, a construção da Estação de Tratamento de Água de Seac Pai Van, com capacidade diária produtiva de 130 mil metros cúbicos. Com a sua conclusão, será possível responder ao aumento do consumo de água nas ilhas, garantindo a segurança no abastecimento de água.

Concluiu-se a revisão do Plano de Emergência para a Segurança do Abastecimento da Água de Macau, foram melhoradas as instalações existentes e foram adquiridos novos equipamentos, para melhor responder a incidentes graves de inundações. Será estudada a construção de reservatórios de água nas zonas mais elevadas de Macau, de forma a prolongar o abastecimento de água até 12 horas em casos de emergência. De igual modo, será promovida a criação do mecanismo de acção conjunta de resposta a catástrofes regionais, através do grupo especializado para o abastecimento de água Guangdong-Macau.

A tutela dos Transportes e Obras Públicas irá ainda promover as obras de ampliação do Reservatório de Seac Pai Van e da Barragem de Ká Hó.

2.15. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

Está prevista para 2018 a abertura da Estação Postal do Fai Chi Kei.

Em linha com os trabalhos de elaboração do Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações, serão recolhidas opiniões junto do sector, procurando, deste modo, que o diploma seja concluído, em 2018.

A qualidade do serviço de Wi-Fi de Macau continuará a ser aperfeiçoada e a sua cobertura alargada. Por um lado, serão devidamente alargados os serviços "WiFi GO" e, por outro, proceder-se-á a uma nova organização dos mesmos, de forma a melhor regulamentar e gerir os pontos de acesso, em prol do aumento do seu número.

Os CTT continuarão a instar as operadoras a executar, de forma mais aprofundada, os respectivos planos, incluindo o estudo do plano de fornecimento de electricidade de standby às infra-estruturas de telecomunicações chave, o aumento da capacidade das redes de telecomunicações móveis, a transferência das salas de máquinas das zonas baixas para outros lugares no âmbito da prevenção de inundações, bem como outras medidas a médio e longo prazo, com o intuito de aumentar, por diversas formas, as capacidades de contingência, sobretudo a prevenção de catástrofes e socorro.

2.16. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Será iniciada, conforme planeado, a construção de gasodutos na península de Macau, em coordenação com o plano de fornecimento de gás à península de Macau e às Zonas A e B dos Novos Aterros. Nesse sentido, após a confirmação de escolha de locais adequados

para a construção das câmaras de válvula nas extremidades do gasoduto submarino, que ligará a Taipa e a Península de Macau, serão lançados, o mais rapidamente possível, os trabalhos de projecto e construção do gasoduto submarino, para o alargamento da rede de fornecimento de gás à Península de Macau.

A fim de assegurar a estabilidade e o fornecimento de gás, foi determinado o terreno destinado à estação de armazenamento de emergência de gás natural liquefeito. Após a conclusão dos respectivos procedimentos para a concessão do terreno, a concessionária irá iniciar os trabalhos de construção.

Por outro lado, em articulação com o plano de expansão da frota de autocarros movidos a gás natural, uma vez determinada a localização da estação de abastecimento e concluído o respectivo procedimento da concessão de terreno, será iniciada, em 2018, a elaboração do projecto e a instalação da estação, que poderá satisfazer o abastecimento de 200 autocarros.

Em 2018, será estudada a viabilidade da ligação entre a rede de gasodutos de gás natural de Macau e a rede de Zhuhai, de modo a dispor-se de uma fonte de abastecimento para os casos de emergência, assegurando o fornecimento de gás natural a Macau, a longo prazo.

O Regulamento Técnico das Instalações de Abastecimento de Gás Canalizado em Edifício será revisto, de modo a que os edifícios que não estão equipados com sistemas centralizados de tubagens possam reunir as condições necessárias para o uso de gás natural, bem como para articular com as disposições de outros regulamentos técnicos respeitantes às redes de combustíveis. Prevê-se que esteja concluída em 2018 a respectiva proposta de revisão.

3. TRANSPORTES

3.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, o Governo irá promover o controlo do crescimento do número de veículos, a par do reforço contínuo da gestão dos veículos particulares, incentivando o seu uso razoável, para que a taxa de crescimento anual do número de veículos se fixe em 3,5% em 2020, correspondendo à meta estabelecida no Plano.

3.2. SERVIÇO DE AUTOCARROS

Em 2018, será tratada a questão relacionada com o termo de contrato com as três companhias de autocarros.

3.3. SERVIÇO DE TÁXIS

A DSAT irá fiscalizar, de forma contínua, as operações e a qualidade do serviço prestado pelos táxis especiais.

Por outro lado, serão lançados os concursos das licenças de 100 táxis normais e de táxis especiais.

3.4. ESTACIONAMENTO

Continuará a ser regulamentada a adjudicação dos serviços de gestão dos parques de estacionamento públicos, passando a realizar-se concursos públicos abrangendo mais do que um parque e prolongando o prazo da prestação de serviços, com o intuito de economizar os custos administrativos e aperfeiçoar a gestão dos parques. Por outro lado, será concluída a substituição de todos os parquímetros de Macau.

3.5. OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS

O Grupo de Coordenação de Obras Viárias irá optimizar, de forma contínua, em colaboração com outros serviços públicos e as concessionárias de serviço público, o sistema de gestão de obras viárias. Será, assim, analisado, com base nos dados disponíveis, o impacto da execução das obras no trânsito das zonas envolventes, sendo definidas medidas de contingência, em conjugação com os dados do sistema de gestão de acidentes de viação do Centro de Controlo e Informação de Tráfego. Procurar-se-á reduzir o impacto causado à população durante a execução das obras viárias, através da divulgação, por várias vias, de informações sobre as obras e desvio de trânsito.

3.6. REDES PEDONAIS

Após a conclusão da avaliação do impacto ambiental referente ao "Estudo de Viabilidade do Sistema Pedonal ao Redor da Colina da Guia", serão iniciados os trabalhos da fase posterior, de acordo com os resultados obtidos. Por outro lado, quando forem aperfeiçoados os projectos, será aberto o concurso público para a travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, que fará ligação à estação de Metro Ligeiro do Estádio de Macau, melhorando-se a rede pedonal da Taipa.

3.7. AVIAÇÃO

Quanto aos trabalhos relativos ao Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, após a comunicação com os ministérios e comissões nacionais do Interior da China, o Governo da RAEM procura iniciar, em 2018, o estudo e proceder à respectiva revisão, tendo em consideração os pareceres do Governo Central.

Em simultâneo, a AACM e a CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. (CAM) estabeleceram um mecanismo de coordenação e comunicação para diferentes fases de execução do Plano, onde a CAM elaborará uma calendarização dos trabalhos e o estudo do plano de financiamento.

A fim de reforçar a capacidade de resposta a fenómenos meteorológicos extremos, a AACM irá incumbir uma instituição de verificar os requisitos de concepção das novas instalações do aeroporto, estabelecendo os respectivos critérios para a infra-estrutura.

Em simultâneo, serão revistos e aperfeiçoados os diplomas legais vigentes, de forma a aperfeiçoar os fundamentos jurídicos na resolução de incidentes emergentes.

4. HABITAÇÃO

4.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o Governo da RAEM, em colaboração com a Assembleia Legislativa, dará início, em 2018, aos trabalhos de apreciação da revisão do Regime Jurídico de Habitação Social, e empenhar-se-á nos trabalhos de revisão do regime jurídico da habitação económica, para que as políticas de habitação pública possam melhor responder à situação actual e às necessidades do futuro desenvolvimento.

4.2. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Com base no princípio da tomada de decisão fundamentada em critérios científicos, o Governo da RAEM, aquando da definição das políticas de habitação pública, tem em consideração as necessidades a diferentes níveis. Uma vez concluído o relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau, o IH, com base nos resultados obtidos e na análise da influência do rápido desenvolvimento sócio-económico sobre a procura de habitação pública, empenhar-se-á na delineação de políticas, medidas e orientações relativas ao desenvolvimento de habitação pública, que servirão como alicerce para a definição de objectivos a médio e longo prazo.

4.3. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Em conformidade com a política de habitação pública, que assenta no princípio de que a habitação social tem um papel primordial e a habitação económica um papel secundário, o Governo da RAEM irá acelerar os trabalhos de apreciação e aprovação dos pedidos de habitação pública, apoiando as famílias com maiores necessidades na resolução do problema habitacional.

O IH irá proceder, em 2018, à atribuição antecipada ou venda de fracções de diferentes tipologias aos candidatos de habitação económica, e acompanhará os trabalhos do novo concurso para a atribuição de habitação social, aberto no 4.º trimestre de 2017, a fim de publicar a lista definitiva dos candidatos.

Em 2018, o IH irá acompanhar os trabalhos de ocupação das fracções do Edifício do Bairro da Ilha Verde, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Fai Ieng e do Edifício Iat Fai e continuará a apreciar a situação dos agregados familiares que já adquiriram habitações económicas quanto à questão da titularidade de propriedade. Deste modo, serão emitidos os termos de autorização aos agregados familiares habilitados, de forma a organizar a posterior celebração das escrituras públicas de compra e venda. Em simultâneo, o IH irá empenhar-se nos trabalhos de fiscalização e gestão de habitação pública.

O IH irá proceder às obras de reabilitação e melhoramento do Bairro Social da Taipa e do Bairro Tamagnini Barbosa, de modo a optimizar o ambiente da habitação pública. Quanto às novas habitações públicas, serão aperfeiçoadas as instalações destinadas a pessoas com mobilidade reduzida, bem como serão reservados espaços para instalações sociais e comerciais, com o intuito de proporcionar aos residentes um melhor ambiente comunitário.

4.4. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

O IH tem vindo a assistir os proprietários das habitações económicas na criação de comissões administrativas, de modo a que seja dado cumprimento às responsabilidades de gestão das partes comuns dos edifícios.

Com a entrada em vigor do Regime Jurídico de Administração das Partes Comuns de Condomínios, o IH irá proceder continuamente aos trabalhos de licenciamento, disponibilizando serviços electrónicos para o efeito. De igual modo, os trabalhos de fiscalização serão acompanhados, bem como serão divulgadas as informações relativas à administração de edifícios, através da internet, de forma a promover o desenvolvimento e profissionalismo do sector, em prol da melhoria da qualidade da gestão dos edifícios.

Uma vez que os documentos a submeter para o pedido e a renovação da licença da actividade de mediação imobiliária são idênticos, o Governo, com o intuito de evitar a repetição dos mesmos, pretende simplificar os respectivos trâmites e procedimentos, em 2018.

4.5. APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

O Governo da RAEM pretende submeter à apreciação da Assembleia Legislativa, em 2018, as propostas do Regime Jurídico da Habitação Social e da revisão da Lei da Habitação Económica.

Também se procurará publicar o regulamento administrativo complementar da Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios ainda em 2018.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

5.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

A protecção ambiental reveste-se de grande importância para um desenvolvimento sustentável. Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento, a DSPA irá promover os trabalhos relativos ao concurso público para a expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau.

Em 2018, será concluído o Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau. Em conformidade com o referido Plano, será realizado o concurso público para a optimização, operação e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau.

Por outro lado, será promovido, de forma programada, o projecto preliminar da nova ETAR a ser construída a sul do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Em 2018, será efectuada uma avaliação intercalar da situação dos equipamentos de carregamento eléctrico para veículos ligeiros instalados em 119 lugares de estacionamento de 26 parques públicos, de forma a determinar o ritmo de expansão dos mesmos.

Com base no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no Âmbito de Protecção Ambiental, o Governo da RAEM continuará, em colaboração com os serviços competentes da Província de Guangdong, a promover a elaboração e a definição do programa de supervisão de transferência inter-regional de veículos obsoletos, e dará início aos trabalhos de planeamento e concepção das instalações de pré-tratamento.

No âmbito do projecto relativo aos materiais inertes resultantes de demolições e construções, será realizada, em 2018, a obra de melhoria das características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, dando seguimento aos trabalhos preparatórios para o tratamento destes materiais por meio da cooperação Guangdong-Macau. Uma vez concluída a melhoria das características geotécnicas do Aterro, será iniciada, de forma programada, a construção de depressões para o depósito das cinzas volantes solidificadas.

Procurar-se-á introduzir, em 2018, o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos, com vista a favorecer o desenvolvimento saudável e sustentável do sector de recolha de resíduos. Continuarão, por outro lado, a ser promovidos os trabalhos legislativos dos regulamentos administrativos sobre o Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau e Limitação do Uso de Sacos de Plástico e será continuamente promovida a redução do uso de plástico junto dos residentes, de modo a melhor preparar a futura implementação da cobrança de uma taxa sobre os sacos de plástico e a divulgação das leis.

5.2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Serão lançados, de forma programada, o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos e o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos de Tratamento de Resíduos Alimentares, incentivando a redução da produção de resíduos sólidos, bem como a sua reciclagem e reaproveitamento. Será concluída, em 2018, a Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau.

5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

A DSPA dará início à elaboração do projecto de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Coloane, continuando a proceder à investigação geológica, concepção preliminar, avaliação do impacto ambiental e documentação para o concurso público da ETAR da ilha artificial e respectivas condutas de águas residuais.

5.4. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS

Após o processo de pré-tratamento, os resíduos electrónicos de Macau são transportados para outras regiões para serem reciclados. Tendo em conta a complexidade e diversidade de certos produtos electrónicos, revela-se necessária a criação de instalações de recolha de diferentes tipologias. Deste modo, será realizado um estudo sobre a viabilidade de construção de instalações integradas de recolha e, consoante os resultados obtidos, será posteriormente iniciada a elaboração do respectivo projecto.

Por outro lado, através do Plano de Recolha de Computadores e de Equipamentos de Comunicações de Macau e do Plano de Recolha de Pilhas e Baterias Usadas de Macau, a DSPA continuará a sensibilizar os residentes para a protecção ambiental, tendo em vista a redução de resíduos, a sua reutilização e reciclagem, bem como o alargamento da rede de recolha.

5.5. RESÍDUOS ALIMENTARES

A DSPA continuará a alargar a rede de recolha de resíduos alimentares produzidos pelos hotéis, instituições, escolas, agregados familiares e estabelecimentos de restauração. Por outro lado, será elaborado o projecto de regulamento administrativo Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos de Tratamento de Resíduos Alimentares, no sentido de incentivar as instituições com espaço disponível a instalar, por conta própria, os equipamentos para o respectivo tratamento, e será escolhida a parcela no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção para as instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares, dando início aos respectivos trabalhos de concepção.

5.6. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Com a entrada em vigor do Acordo de Paris, os esforços mundiais para enfrentar as alterações climáticas vão entrar numa nova fase. Tendo em vista a redução das emissões de carbono, o Governo da RAEM vai incentivar as empresas a melhorar o sistema dos gases de efeito de estufa. No entanto, para cumprir as obrigações previstas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o Governo vai concluir a minuta referente a Macau para a Terceira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas da China.

Continuar-se-á a proceder à melhoria das normas de emissão para o controlo das fontes fixas de poluição do ar, de modo a implementar, em 2018, o regulamento administrativo sobre as normas de emissão de poluentes atmosféricos pela central térmica e pelas estações de tratamento de águas residuais e o respectivo regime de fiscalização.

O sector hoteleiro é o foco de atenção da RAEM no âmbito da meta de redução de emissões, pelo que, em 2018, o Governo irá promover uma auditoria ao sector nesta área, e estabelecerá uma directriz. Simultaneamente, será realizado um estudo sobre os métodos de monitorização dos factores de emissão.

Em relação à questão da qualidade do ar nas bermas das estradas, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos deu início a uma investigação. Para reforçar a

monitorização, a DSMG vai adquirir, em 2018, mais equipamentos e seleccionará dez locais com níveis de poluição do ar relativamente elevados para aí instalar estações de vigilância que funcionem durante 24 horas, de modo a melhor avaliar a qualidade do ar nas bermas das estradas.

Por outro lado, as luzes de rua tradicionais continuarão a ser substituídas por luzes LED, impulsionando-se a poupança energética e a redução de emissões.

5.7. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas será reforçada a previsão, bem como os alertas e informações meteorológicas, de forma a melhor responder futuramente a fenómenos meteorológicos extremos. Com o intuito de alargar a área sob observação meteorológica, a DSMG irá criar mais postos meteorológicos automáticos, especialmente nas zonas que foram mais danificadas pelo tufão e naquelas com maior densidade populacional, e irá rever os aparelhos de medição do nível do mar e as respectivas zonas a instalar, criando mais postos consoante as necessidades, de forma a aperfeiçoar a rede de observação.

Por outro lado, a DSMG irá estudar a viabilidade de alteração do critério de avaliação da velocidade do vento para determinar os sinais de tufão, bem como aumentar a largura da banda de informações, exclusiva para informações meteorológicas e que se liga com a Província de Guangdong, de forma a elevar a capacidade de previsão e alerta de catástrofes meteorológicas, e será reforçado o intercâmbio de informações meteorológicas com Hong Kong.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a ser desenvolvidos, em 2018, os trabalhos de revisão das atribuições dos serviços e de criação de uma empresa que irá gerir os trabalhos relativos ao Metro Ligeiro e proceder à preparação da sua futura exploração.

A aplicação de tecnologias, nomeadamente dos serviços electrónicos, continuará a ser promovida, com vista a responder, de forma mais eficaz, às necessidades da população, bem como a elevar a eficácia administrativa:

- A DSSOPT irá alargar o leque de serviços electrónicos, estudando a possibilidade de se proceder, através da internet, à declaração dos dados relativos aos equipamentos de elevador, bem como à consulta do andamento dos pedidos relativos ao cadastro das redes públicas de drenagem;
- A DSCC irá introduzir os métodos de pagamento electrónico nos respectivos serviços.

Em 2018, os serviços da tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a promover melhorias ao nível da divulgação de informações nas respectivas páginas

electrónicas, ou seja, serão disponibilizados os dados relativos aos ajustes directos de obras públicas avaliadas em mais de dez milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas.

Os dados estatísticos relacionados com os trabalhos dos diversos serviços serão periodicamente disponibilizados na internet, facilitando a sua pesquisa e o conhecimento dos mesmos por parte da população.

Continuarão a ser investidos esforços, em 2018, na racionalização de recursos, procurando-se controlar o número de veículos dos serviços e o número de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos. Simultaneamente, aquando da substituição de veículos nos serviços desta tutela, continuará a ser privilegiada a aquisição de veículos ecológicos.

A tutela dos Transportes e Obras Públicas pretende manter o número de trabalhadores no nível de 2015, continuando a empenhar-se na promoção dos projectos de infra-estruturas para responder ao célere desenvolvimento de Macau. Contando com cerca de 3400 funcionários efectivos, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continuará a proceder ao aumento da proporção do pessoal intermédio e superior, de forma a aumentar a eficácia dos trabalhos. Acreditamos que as linhas de acção governativa traçadas serão cumpridas.

CONCLUSÃO

Pensar hoje, atempadamente, o futuro. Planear para afectar eficazmente os recursos, sem desconsiderar, nesse processo, o elevado nível de incerteza intrínseco ao natural desenvolvimento da nossa Região e da sociedade global, cada vez mais acelerado.

Os planos estão traçados e em curso, perspectivando-se simultaneamente o futuro, que não pode, porém, ser perspectivado de forma isolada. Ele terá de ter em conta a integração regional, com destaque para a estreita cooperação que se tem mantido e que continuará a ser reforçada com a província vizinha de Guangdong na área dos Transportes e Obras Públicas.

Em 2018, será criada a empresa que explorará o Metro Ligeiro. Enquanto meio de transporte eficiente, fiável e ambientalmente sustentável, entendemos que o Metro Ligeiro deve assumir um papel estratégico nas soluções de mobilidade, pelo que estamos a trabalhar no sentido de abrir, pela primeira vez, uma linha ferroviária em Macau, capaz de servir as necessidades da população e dos visitantes.

Ainda ao nível da mobilidade, será abordada, no próximo ano, a questão da renovação dos contratos com as companhias de autocarros, concluiremos a substituição de todos

os parquímetros por novos equipamentos e será revisto o Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis.

Quanto à habitação, será revista a Lei da Habitação Económica e procurar-se-á atribuir as fracções sociais e económicas disponíveis aos agregados familiares seleccionados, com a maior brevidade possível.

Não esquecemos a protecção ambiental, que continuará a ser outra das prioridades das Linhas de Acção Governativa para 2018. Neste campo, será terminado o Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau e a avaliação e estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos, de modo a reforçar a nossa capacidade de tratamento de resíduos.

Serão, também, iniciadas as obras no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, no âmbito do projecto relativo ao tratamento dos materiais inertes resultantes de demolições e construções.

Tendo em vista uma melhor adaptação às alterações climáticas e preparação para a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, será feita uma aposta, ao longo do próximo ano, no reforço dos trabalhos de previsão e alerta e ao nível da divulgação das respectivas informações, de modo a permitir à população tomar as devidas medidas preventivas.

Em prol de uma maior transparência da acção governativa, tem sido feita uma aposta na disponibilização de cada vez mais informações nas páginas electrónicas dos serviços desta tutela, pelo que, além das adjudicações de obras públicas avaliadas em mais de dez milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas, passarão, no próximo ano, a ser também disponibilizados os dados relativos aos ajustes directos.

As Linhas de Acção Governativa traçadas devem mobilizar não só o Governo, mas também a sociedade, implicando mudanças de comportamentos, por um lado, e opções políticas, por outro, que moldarão a nossa actuação futura. Continuaremos, assim, a apostar na comunicação e na sensibilização para um cada vez maior envolvimento da população.

Perante o incontornável cenário de incerteza que caracteriza o mundo em rápida mudança em que vivemos, é necessário garantir a flexibilidade dos planos e acções, permitindo um continuado ajustamento à mudança. Para tal, continuará a ser privilegiado o envolvimento dos técnicos, das associações, dos agentes políticos e da sociedade nos debates das várias matérias que esta tutela abrange, procurando-se obter o maior consenso sempre que possível, pois as cidades devem ser feitas e pensadas por e para todos os que a habitam.

ANEXOS

Tabela I – Estudos em curso

DSSOPT	1.	Comporta na Zona do Porto Interior – Obras de sondagem e estudo específico
	2.	Avaliação de impacto ambiental da construção do sistema de ligação pedonal na Guia
	3.	Construção do túnel submerso nas laterais da Ponte Nobre de Carvalho
	4.	Elaboração do Plano Director de Macau
GDI	5.	Viabilidade de Habitação Pública na Avenida Wai Long
GIT	6.	Linha da Ilha de Hengqin do Metro Ligeiro de Macau
DSAT	7.	Qualidade do serviço de Táxis
	8.	Tecnologia de Monitorização Integrada e de Recolha de Dados nos Cruzamentos
	9.	Optimização dos cruzamentos com semáforos no Bairro da Areia Preta e Iao Hon
	10.	Aumento do número de cruzamentos equipados com o sistema de ajustamento automático da duração das sinalizações, no âmbito do sistema de controlo centralizado
DSPA	11.	Inquérito sobre a Qualidade dos Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da RAEM (2016-2019)
	12.	Inquérito e normas de gestão sobre o sistema ecológico de Macau
	13.	Fiscalização dos POPs de Macau e implementação da "Convenção de Minamata sobre Mercúrio"
	14.	Proposta de fiscalização de qualidade de água na área marítima de Macau
	15.	Regime de cobrança de taxa sobre resíduos urbanos
	16.	Ponto experimental para equipamentos de tratamento de fumos oleosos

	17.	Avaliação e revisão da Prevenção e controlo do ruído ambiental
	18.	Revisão das normas de emissão de gases de escape de veículos e avaliação de eficácia das medidas para controlo de emissão de gases de escape poluentes dos veículos
	19.	Elaboração de instruções para a resposta aos impactos ambientais emergentes
DSAMA	20.	Observação da ondulação das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM e análise dos respectivos dados
	21.	Padronização de normas técnicas relacionadas com água potável e água reciclada
CTT	22.	Projecto-Piloto de Reconhecimento Mútuo de Certificação Electrónica entre a RAEM e a Província de Guangdong
	23.	Auditoria de segurança e ensaio de pressão de carga do sistema de banda larga sem fios - WiFi GO
	24.	Segurança da radiação radioeléctrica em Macau
	25.	Principais indicadores referentes ao desempenho das redes de telecomunicações
AACM	26.	Viabilidade da liberalização do transporte aéreo de Macau
	27.	Impacto das obras de aterro no aeroporto sobre a ecologia das águas adjacentes e a prevenção de inundações
GDSE	28.	Situação da Eficiência Energética na RAEM de 2017

Tabela II - Projectos em curso (cujas obras se estimam em mais de 100 milhões de patacas)

DSSOPT	1.	Centro de veículos apreendidos da PSP no Cotai
	2.	Edifício do Departamento Policial das Ilhas do Lote BT29b, Taipa
	3.	Edifício Policial de Coloane e Complexo de Instrução da Unidade Especial de Polícia
	4.	Escola de Polícia e Estádio
	5.	Escola de Bombeiros
	6.	Comando do Corpo de Bombeiros e Posto Operacional de Coloane
	7.	Novo Estabelecimento Prisional de Macau (Fase III)
	8.	Acessos Pedonais e Instalações de Lazer junto do Reservatório de Seac Pai Van
	9.	Superestrutura do Edifício do Ministério Público
GDI	10.	Edifício da Administração no Lote 6K da ZAPE
	11.	Sistema de Monitorização Digital da Cidade (Fase IV)
	12.	Novo Edifício dos Serviços de Alfândega da Taipa
	13.	Novo Edifício do CPSP e da UTIP na Zona E1 dos Novos Aterros
	14.	Habitação Pública na Avenida de Venceslau de Morais
	15.	Arruamento Principal do Eixo Central da Zona A dos Novos Aterros
	16.	Construção do Aterro e do Dique da Zona C dos Novos Aterros
	17.	Construção do Dique da Zona D dos Novos Aterros
	18.	Reordenamento do Terminal Subterrâneo das Portas do Cerco
	19.	Túnel de Ká Hó - Coloane - Traçado da Ligação Norte
	20.	Concepção Preliminar das Obras da Quarta Ligação Macau – Taipa
GIT	21.	Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro
DSPA	22.	Concepção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau
	23.	Obras no aterro de cinzas volantes

	24.	Concepção preliminar das obras de aperfeiçoamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau
	25.	Obras de recuperação no aterro de cinzas volantes
	26.	Concepção preliminar das obras de expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau (Fase III)
	27.	Construção do dique a sul dos aterros para resíduos de materiais de construção e melhoria das características geotécnicas

Tabela III – Obras em curso com valor superior a 100 milhões de patacas

DSSOPT	1.	Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial Entre a China e os Países de Língua Portuguesa
	2.	Nova Sede do Pelotão Cinotécnico da UTIP
	3.	Novo Estabelecimento Prisional de Macau (Fase II)
	4.	Lar de Idosos e do Hospital de Convalescença em Ká Hó
	5.	Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Rua da Praia do Manduco
	6.	Edifício da DSAMA
	7.	Arruamentos e Redes de Drenagem Junto da Estrada Flor de Lótus, Cotai
	8.	Arruamentos e Redes de Drenagem da Zona E2 dos Novos Aterros
	9.	Concepção e Execução das Obras de Melhoramento do Emissário de Águas Residuais das Zonas ZAPE e NAPE
	10.	Fundações do Edifício do Ministério Público
GDI	11.	Concepção e Execução das Obras do Edifício Multifuncional do Governo em Pac On
	12.	Sistema de Vigilância Digital (Fase IV)
	13.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Instituto de Enfermagem
	14.	Centro de Formação e Estágio de Atletas
	15.	Habitação Social de Tamagnini Barbosa
	16.	Habitação Social de Mong Há (Fase II) e Reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong Há
	17.	Construção do Aterro e do Dique da Zona C dos Novos Aterros
	18.	Túnel de Ká Hó
	19.	Túnel de Ká Hó – Traçado da Ligação Norte
	20.	Instalações Complementares do Terminal Marítimo da Taipa

	21.	Viaduto elevado entre o Pac On e a Zona E2
	22.	Viaduto elevado da Rotunda da Piscina Olímpica
	23.	Novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau (posto fronteiriço de Qingmao)
	24.	Reordenamento do Canal dos Patos
	25.	Reordenamento do Terminal Subterrâneo das Portas do Cerco
GIT	26.	Segmento do Centro da Taipa do Metro Ligeiro
	27.	Segmento do Cotai do Metro Ligeiro
	28.	Segmento do Posto Fronteiriço da Taipa do Metro Ligeiro
	29.	Superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro
	30.	Estação de Metro Ligeiro da Barra
	31.	Centro Intermodal de Transportes da Barra
DSPA	32.	Concepção e Construção da Linha de Produção da Instalação de Triagem de Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções
	33.	Concepção e construção das instalações de pré-tratamento de veículos abatidos
DSAMA	34.	Instalação da quarta conduta de abastecimento de água a Macau

Comissariado contra a Corrupção

Parte I – Retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos em 2017

Em 2017, com o objectivo de assegurar a integridade, a justiça e a imparcialidade das eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) definiu como prioridade a prevenção e repressão da corrupção eleitoral e das actividades ilícitas conexas, bem como a promoção de umas "Eleições Limpas". Simultaneamente, o CCAC continuou como sempre a exercer as suas funções na área da investigação e resolução de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude nos sectores público e privado, analisando alguns actos administrativos no que respeita à sua legalidade ou regularidade em diversos serviços públicos e apresentando sugestões de correcção sempre que se entendeu tal como necessário. As acções de divulgação e sensibilização comunitárias foram concretizadas tal como planeadas, enquanto o intercâmbio e a cooperação regionais e internacionais continuaram a ser desenvolvidos no âmbito do combate à corrupção e da provedoria de justiça.

I. No âmbito do combate à corrupção

Até ao final de Setembro de 2017, o CCAC recebeu um total de 1.069 queixas e denúncias e 1.202 pedidos de consulta, entre as quais 516 queixas e denúncias e 686 pedidos de consulta foram alvo de tratamento da área do combate à corrupção. Em 2017, constituindo trabalho prioritário a prevenção e repressão dos crimes de corrupção eleitoral e das actividades ilícitas conexas no âmbito das eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa, o CCAC actuou em conformidade com a estratégia definida para a acção governativa e com a Lei Eleitoral recentemente revista, no sentido de assegurar que as eleições fossem realizadas de forma íntegra e justa.

Para facilitar a participação conjunta dos cidadãos na salvaguarda da integridade das eleições, em 18 de Março de 2017, foi criada uma linha vermelha, conjuntamente pelo CCAC e pela Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, para a apresentação de queixas e denúncias relativas às eleições. Esta linha telefónica teve atendimento, durante as 24 horas do dia, por pessoal do CCAC, recebendo as queixas e denúncias dos cidadãos. Em simultâneo, uma plataforma *online* foi também aberta conjuntamente para a apresentação de queixas relativas às eleições. Até 17 de Setembro, o CCAC recebeu, através destas vias conjuntas, um total de 206 queixas e denúncias, para além de 252 pedidos de consulta, todos relacionados com as eleições para a Assembleia Legislativa. É de referir que, entre as queixas e denúncias recebidas, 128 casos foram recebidos através da plataforma *online*, o que excedeu o total de 78 casos recebidos através da linha vermelha. Tal demonstra que a facilidade fornecida pela plataforma para a apresentação de queixas *online*, que permite o carregamento de imagem e texto, contribuiu para incentivar os cidadãos a participar na fiscalização da realização das eleições de forma mais activa.

Em prol de uma execução efectiva da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, muitas acções foram realizadas pelo CCAC de forma profunda e pormenorizada. Para lidar com

os trabalhos relativos às eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa, foram introduzidos ajustamentos globais e foi adoptada uma estratégia rigorosa e, perante todos os candidatos, o CCAC continuou a executar a lei assumindo uma atitude imparcial e de tolerância zero para com comportamentos violadores da lei, investigando todos os casos detectados. A par de investir grandes esforços nas acções de prevenção, o CCAC insistiu no combate aos diversos actos ilícitos relacionados com a corrupção eleitoral. Entre Março e Setembro de 2017, o CCAC realizou um total de 5.089 acções de fiscalização para o combate à corrupção eleitoral. Destas, 2.907 acções foram referentes a restaurantes e locais para banquetes, 1.850 relativas a locais onde as associações realizaram actividades, 332 relativas a actividades relacionadas com a atribuição de subsídios ou viagens, entre outras. Em 17 de Setembro, o próprio dia de votação, o CCAC intensificou particularmente as acções de fiscalização *in loco* e na Internet, sendo que um total de 1.900 acções de fiscalização foram realizadas *in loco* no próprio dia de votação. Destas, 665 acções foram referentes a restaurantes e locais para banquetes e 1.235 acções relativas a serviços de transporte para os eleitores e relativas a pontos da cidade onde se encontravam muitas pessoas reunidas. Simultaneamente, foi criado, entre o CCAC e uma entidade operadora de uma plataforma social *online*, um mecanismo de comunicação e cooperação no sentido de reforçar as acções de fiscalização na Internet. Com os esforços empenhados do CCAC e das diversas entidades relevantes da área da segurança, a cooperação consciente das diversas listas de candidatura e das suas equipas, bem como com a fiscalização exercida conjuntamente por todos os cidadãos de Macau, verificou-se, nestas eleições para a Assembleia Legislativa, uma melhoria significativa no que diz respeito às situações suspeitas de corrupção eleitoral e de outras irregularidades, o que veio demonstrar um progresso significativo relativamente ao ambiente de eleições íntegras na sociedade de Macau, quando em comparação com as eleições anteriores.

Para além de combater com firmeza e rigor os crimes de corrupção eleitoral, em 2017, o CCAC continuou a combater da mesma forma os crimes de corrupção e os crimes conexos de fraude tanto no sector público como no sector privado, incluindo os crimes funcionais mais comuns e todos aqueles relacionados com a obtenção fraudulenta de dinheiros públicos e dos relacionados com os diversos subsídios atribuídos pelo Governo. Para além disso, colaborando com os órgãos judiciais de forma empenhada, o CCAC concluiu os trabalhos, de grande complexidade, conducentes à apresentação de prova relacionada com o caso que envolveu um ex-titular do Ministério Público. A conclusão deste processo representou o alcance do objectivo da defesa da justiça e, para além disso, demonstrou a determinação e a capacidade de combate à corrupção do Governo da RAEM.

II. No âmbito da provedoria de justiça

Entre Janeiro e Setembro de 2017, o CCAC recebeu 553 queixas e denúncias e 516 pedidos de consulta no âmbito da provedoria de justiça. O CCAC continuou como sempre a exercer as suas funções no âmbito da provedoria de justiça em cumprimento da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau e de outras disposições legais aplicáveis, fiscalizando a gestão funcional e os procedimentos

administrativos dos serviços públicos e das entidades equiparadas, verificando a legalidade e a racionalidade das respectivas decisões administrativas, emitindo recomendações sobre situações ilegais ou inadequadas ocorridas no funcionamento dos serviços públicos, nomeadamente no que respeita a decisões tomadas que prejudiquem os direitos legítimos dos residentes, e solicitando consequentemente aos respectivos serviços públicos que procedam à sua correcção nos termos da lei.

Para além disso, o CCAC instaurou também inquéritos relativos a casos que foram alvo de atenção da população ou que estavam relacionados com os interesses vitais dos residentes, a título de exemplo, o caso da integração obrigatória, ou não, dos cônjuges dos candidatos à habitação económica no agregado familiar e o do recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços por parte do serviço competente para lidar com os assuntos culturais. Recursos de diversas áreas foram mobilizados para o efeito e análises jurídicas foram feitas de forma rigorosa e com base nos factos apurados, no sentido de responder às dúvidas e exigências dos residentes e prestar esclarecimentos e apresentar sugestões e planos para a resolução dessas questões aos serviços públicos de forma atempada.

Quanto às eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa, para além de definir uma estratégia rigorosa e pormenorizada para a execução da lei, foram realizadas muitas acções de divulgação. Materiais de divulgação específicos foram elaborados e palestras foram realizadas, com destinatários diferentes, para dar a conhecer ao público a importância da realização de umas eleições íntegras, bem como foram divulgadas as disposições legais da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa recentemente revista para que os cidadãos actuassem em respeito pelo seu cumprimento, no sentido de salvaguardar a integridade, a justiça e a imparcialidade das eleições. No que diz respeito às formas de divulgação, tendo em atenção o desenvolvimento das técnicas de comunicação e as mudanças de hábitos dos residentes no que respeita à recepção de informações, o CCAC recorreu, para além dos meios de comunicação social tradicionais, também e de forma plena às redes sociais e outros métodos modernos, para que informações correctas relativas às eleições fossem transmitidas à sociedade em tempo útil.

Para além disso, foi feito pelo CCAC um balanço sobre a implementação do "Plano para uma Gestão Íntegra", analisando as questões encontradas na promoção deste plano e procurando conhecer os métodos adoptados e as dificuldades enfrentadas pelas regiões vizinhas na promoção de projectos semelhantes, no sentido de definir a melhor forma de colaboração com os serviços públicos na concretização do "Plano de Construção Conjunta da Integridade".

III. No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

Em 2017, o CCAC desenvolveu uma série de acções de sensibilização específicas, consideradas eficazes, com vista à realização de umas "Eleições Limpas". Até ao final de Setembro, foram organizadas 15 sessões de esclarecimento sobre a Lei Eleitoral para a

Assembleia Legislativa, contando com a participação de 2.069 pessoas, de entre deputados, membros e apoiantes das listas de candidatura das eleições para a Assembleia Legislativa, população em geral, trabalhadores da função pública, pessoal docente e não docente de estabelecimentos de ensino, e membros de diversas associações. Nas sessões de esclarecimento, foram feitas apresentações relativas ao conceito de "Eleições Limpas" e bem assim à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, procurando-se resolver as dúvidas apresentadas pelos participantes de forma interactiva. Para além disso, entre Março e Junho, o CCAC organizou 28 sessões de actividades itinerantes de teatro sobre "Eleições Limpas" em colaboração com 18 escolas, com a participação de 4.018 alunos.

Em Junho, o CCAC seleccionou 83 alunos, do 3.° ano do ensino secundário geral ao 3.° ano do ensino secundário complementar, para serem integrados no "Grupo de Voluntários para as Eleições Limpas 2017". Após participarem nas respectivas actividades de formação, os jovens prestaram apoio ao CCAC na realização das 5 sessões da actividade denominada "Estação Itinerante Comunitária para Eleições Limpas 2017", as quais tiveram lugar nas zonas de maior concentração de residentes, com o objectivo de promover, junto dos mesmos, os valores relativos às "Eleições Limpas".

Em articulação com a adesão ampla às novas redes sociais por parte do público, o CCAC lançou uma conta própria na aplicação WeChat, no sentido de transmitir aos cidadãos, de forma mais directa, mensagens relativas às "Eleições Limpas". Para além disso, o CCAC prosseguiu na divulgação de informações sobre "Eleições Limpas" para toda a sociedade através dos mais variados meios, nomeadamente da produção de publicidade promocional, do envio de pessoal para apresentar informações na rádio e em programa informativo televisivo e ainda da produção de outros materiais publicitários.

A par da dedicação à divulgação do conceito de "Eleições Limpas", o CCAC tem vindo a implementar de forma ordenada acções constantes de sensibilização para a integridade. Entre Janeiro e Setembro, o CCAC organizou várias palestras e colóquios dirigidos aos trabalhadores da função pública, aos trabalhadores de sociedades comerciais, à generalidade dos cidadãos, aos jovens e estudantes do ensino primário e secundário, tendo sido realizadas um total de 266 sessões com a participação de 15.919 pessoas. Para além disso, o CCAC continuou a organizar várias actividades de sensibilização para a honestidade entre os jovens, nomeadamente a "Semana da Integridade" nas escolas secundárias, a Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas, a Nova Geração Íntegra — Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário e a Actividade "Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme" entre outras, bem como participou no bazar do "Dia Mundial da Criança" organizado pela Federação das Associações dos Operários de Macau.

Entre Janeiro e Setembro, o número das queixas e denúncias e dos pedidos de consulta e de informação, recebidos nas delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa, totalizou os 652. Em comparação com os 603 casos do mesmo período do ano 2016, registou-se um aumento de 49 casos.

IV. No âmbito do intercâmbio e da cooperação com o exterior

Em 2017, o CCAC continuou a realizar actividades de intercâmbio e de cooperação com o exterior, nomeadamente tendo enviado delegações para realizarem visitas a alguns serviços específicos da província de Zhejiang, da cidade de Beijing, de Zhuhai, de Foshan, de Jiangmen, de Zhongshan e de Hong Kong, e enviou uma representação a Pyeongchang, Coreia do Sul, para participar na 15.ª Sessão Plenária e Seminário Internacional da Associação Asiática de Ombudsman (AOA), na qual um representante do CCAC realizou uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido pelo CCAC no âmbito da defesa e promoção dos direitos individuais, e da garantia dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos. Para além disso, o CCAC enviou também pessoal a Viena para participar, juntamente com a delegação da China, nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, à Universidade Nacional de Polícia da China, na cidade de Shenyang da província de Liaoning, para participar no Curso de formação profissional de técnicas de investigação criminal, no 2.º Fórum e Conferência Internacional da Interpol.

Da mesma forma, foram recebidas, respectivamente, pelo CCAC as delegações do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Governo Popular da Província de Hunan, da Procuradoria Popular da Província de Fujian, da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, do Tribunal Popular do distrito novo de Hengqin da Cidade de Zhuhai, do Tribunal Popular de Segunda Instância da Cidade de Zhongshan, da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, da Comissão contra a Corrupção da Malásia, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, do Departamento de Investigação da Agência de Investigação de Práticas Corruptas de Singapura, do Ombudsman da Tailândia entre outras. O CCAC e as referidas delegações trocaram experiências de trabalho nestes intercâmbios com vista a reforçar a sua relação de cooperação.

Parte II – Linhas de Acção Governativa para 2018

Em 2018, o CCAC insistirá nos princípios da promoção de uma actuação sempre dentro da legalidade, da imparcialidade e do empenho na investigação de todos os casos, combatendo com firmeza todos os tipos de crime de corrupção. A par disso, o CCAC continuará a aperfeiçoar as acções no âmbito da provedoria de justiça, salvaguardando a legalidade e a racionalidade dos serviços públicos e da administração pública, atendendo às questões levantadas pelos residentes relativas aos serviços públicos, no sentido de proteger os direitos e interesses legítimos dos cidadãos. Serão investidos esforços na implementação do "Plano de Construção Conjunta da Integridade" juntamente com os sectores público e privado, sendo que o intercâmbio e a cooperação regional e internacional serão também intensificados.

I. No âmbito do combate à corrupção

(1) O CCAC continuará como sempre a empenhar-se no combate a todos os tipos de crime de corrupção e uma atenção particular será dada aos actos de corrupção que poderão surgir relacionados com os projectos que envolvem interesses relevantes da sociedade de Macau, no sentido de concretizar activamente o objectivo claro do combate à corrupção e da promoção da integridade.

(2) Proceder-se-á a um balanço das experiências adquiridas e dos resultados alcançados nos trabalhos de execução da lei, bem como das dificuldades reais enfrentadas, relativamente às eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa, com o objectivo de lançar uma base mais sólida para o aperfeiçoamento dos trabalhos relativos à execução da lei no combate à corrupção eleitoral face a futuras conjunturas que estarão sempre em constante mudança e desenvolvimento.

(3) Haverá um incremento ao nível dos diversos tipos de equipamentos e apoio técnico, bem como uma distribuição dos recursos mais flexível. Também os recursos tecnológicos serão constantemente actualizados, na área dos trabalhos de investigação no âmbito do combate à corrupção, para fazer face a crimes de corrupção que se vêm tornando cada vez mais "inteligentes" e dissimulados.

(4) Procurará elevar-se a capacidade profissional, a responsabilização, bem como as regalias e benefícios da equipa do combate à corrupção. Serão reforçados os conhecimentos do pessoal nos âmbitos da informática forense, das técnicas de investigação criminal e na área jurídica, bem como da sua aplicação, no sentido de aumentar globalmente os níveis de desempenho do pessoal na execução da lei.

(5) Reforçar-se-á a ligação estreita e a cooperação efectiva com as autoridades da área da segurança e os agentes de autoridade dos países e regiões vizinhos, para o incremento do esforço conjunto no combate a crimes de corrupção transfronteiriços.

II. No âmbito da provedoria de justiça

(1) Instaurar, por iniciativa própria, inquéritos sobre questões relacionadas com a administração pública e os serviços públicos e que têm sido alvo da atenção particular da população, procedendo a uma análise profunda com vista a verificar a existência, ou não, de problemas estruturais na acção governativa ou nos serviços prestados e apurar os motivos pelos quais estes, por vezes, não correspondem às aspirações dos residentes e propondo nesse sentido a introdução das necessárias melhorias.

(2) Continuará a promover o "Plano de Construção Conjunta da Integridade", através do qual será intensificada a cooperação com os serviços públicos, procurando analisar os motivos pelos quais determinados procedimentos administrativos representam um maior risco da prática de actos de corrupção ou de se verificarem ilegalidades

administrativas, no sentido de valorizar plenamente a eficácia deste mecanismo de trabalho para a prevenção de crimes funcionais e da prática de ilegalidades administrativas.

(3) Continuará a colaborar com entidades privadas, para que os trabalhadores dessas entidades entendam a importância de uma gestão honesta e íntegra, recorrendo à realização de palestras e outros meios considerados adequados, no sentido de criar em conjunto um ambiente social íntegro e justo.

(4) Será aperfeiçoada a gestão interna, intensificando o sentido de missão do pessoal de todos os níveis, optimizando a qualidade das acções de provedoria de justiça, por forma a corresponder, de uma forma cada vez mais eficaz, àquelas que são as expectativas dos residentes.

III. No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

(1) Continuará a realizar as acções de sensibilização para a integridade destinadas aos trabalhadores da função pública, fortalecendo uma consciência de autodisciplina e do cumprimento da lei, no sentido de diminuir os riscos de violação da lei.

(2) Reforçará a sensibilização e a divulgação da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, promovendo o desenvolvimento de uma gestão honesta e da ética empresarial no sector privado.

(3) Reforçará as acções de sensibilização para a integridade destinadas à juventude e à população em geral, recorrendo a uma combinação entre os meios de comunicação social tradicionais, as novas redes sociais e a plataforma na Internet, no sentido de facilitar a recepção de mensagens relativas à integridade e ao cumprimento da lei por parte dos cidadãos das mais diferentes faixas etárias.

(4) Valorizará as funções das Delegações relativamente à proximidade com a comunidade, alargando de forma activa o conjunto de relações comunitárias e procurando sempre o apoio e a participação dos diversos sectores da sociedade na construção de uma sociedade íntegra, no sentido de construir em conjunto uma rede social íntegra.

IV. No âmbito do intercâmbio e da cooperação com o exterior

(1) Alargará de forma activa o intercâmbio e a cooperação com serviços das áreas do combate à corrupção e da provedoria de justiça do Interior da China e das regiões adjacentes, procurando um efeito de progresso conjunto, no sentido do incremento do esforço global do CCAC.

(2) Continuará a participar de forma activa em conferências, reuniões e actividades de formação a nível internacional e regional, com vista a elevar os conhecimentos profissionais e as competências do pessoal do CCAC em áreas específicas.

(3) Empenhar-se-á na coordenação com a Pátria nos trabalhos de avaliação relativos à conformidade dos Estados Partes com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Comissariado da Auditoria

Execução das Linhas de Acção para 2017

De harmonia com os objectivos das linhas de acção "Implementação progressiva do planeamento e construção conjunta de um bom lar" delineados pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), o Comissariado da Auditoria (CA) tem desenvolvido, no ano em curso, múltiplos esforços pautados pelos princípios da legalidade, objectividade e rigor na planificação das actividades de auditoria, nomeadamente, na definição das acções prioritárias com vista a proporcionar uma acção governativa mais transparente, identificar eventuais riscos procedimentais, aumentar a eficácia da auditoria para uma governação científica, promover a implementação das políticas públicas e contribuir para o aprofundamento da reforma da administração e das finanças públicas, procurando, deste modo, salvaguardar os interesses do Governo da RAEM, assegurar a elaboração adequada da Conta Geral, bem como aumentar a eficiência, a eficácia e a economicidade na gestão dos recursos públicos.

Com base na experiência acumulada, o CA mediante reforço integrado sobre o acompanhamento eficaz dos resultados de auditoria tem promovido a aceitação de auditoria e incentivado os sujeitos de auditoria na correcção dos seus problemas com base nas sugestões de auditoria, contribuindo assim para uma melhor aplicação dos recursos públicos e o aperfeiçoamento contínuo dos serviços a prestar ao público.

Ampliar a cobertura e aprofundar o alcance da auditoria financeira e actualizar o sistema de auditoria informática

A auditoria às contas do Governo é um trabalho permanente do CA. Em 2017, tal como nos anos anteriores, o CA auditou as contas com incidência na legalidade, fiabilidade e eficácia das receitas e despesas, tendo concluído o «Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2016» conforme a calendarização estabelecida. O CA procedeu à auditoria financeira à totalidade dos serviços públicos e organismos da RAEM, incluindo a Conta Central, as contas de gerência das entidades autónomas e dos serviços dotados de autonomia administrativa e a conta de gerência da Reserva Financeira. Acresce, ainda, que o CA auditou *in loco* a Caixa do Tesouro e a Reserva Financeira e seleccionou por amostragem vários serviços integrados e entidades autónomas para efeitos de a auditoria *in loco*.

Além de proceder aos controles recorrentes, o CA tem vindo a incentivar os serviços públicos a implementarem medidas de controlo interno de gestão financeira e, deste modo, garantir um maior rigor no cumprimento da lei e a efectivação de boas práticas de gestão.

Em sintonia com a política de informatização dos procedimentos administrativos promovida pelo Governo, e tendo em atenção as condições efectivas sob as quais os *trabalhos* de auditoria são realizados, o CA aplicou em pleno o Programa Informático de Auditoria *in loco*, desenvolvido com o apoio do Gabinete de Auditoria Nacional (GAN). Em 2017, tendo em consideração a situação efectiva, o desenvolvimento tecnológico e a

perspectiva de desenvolvimento do regime financeiro público de Macau, o CA estudou a viabilidade de actualizar e optimizar o programa informático de auditoria, a fim de que o mesmo acompanhe a evolução dos tempos e contribua para uma maior eficiência na execução de auditorias.

Estar atento ao bem-estar da população e acompanhar o aperfeiçoamento dos assuntos auditados

O CA supervisiona regularmente a gestão e a aplicação de recursos públicos por parte dos serviços e organismos públicos. Com a experiência adquirida na realização de auditorias específicas e de resultados, conjugada com a situação real de Macau, o CA tem vindo a concentrar-se em promover a implementação de políticas para condução dos procedimentos de auditoria, nomeadamente a realização de estudos na fase preparatória, a escolha de assuntos a serem auditados, a execução de controles de auditoria e a divulgação de relatórios. Em articulação com o objectivo da acção governativa para a "construção conjunta de um bom lar", o CA tem dado prioridade às auditorias de resultados com incidência nas questões relacionadas com o quotidiano da população, visando não só detectar omissões e erros relacionados com a definição e execução das políticas por parte dos serviços públicos, como também alertar os mesmos para um melhor conhecimento das suas responsabilidades, bem como a prestar atenção para a resolução atempada dos problemas de maior impacto no bem-estar da população, tendo em consideração uma perspectiva conjuntural na definição de soluções eficazes para uma pronta e rigorosa correcção de problemas.

No desenvolvimento das acções de auditoria, o CA observa com rigor as normas e instruções da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) e cumpre os princípios de independência, objectividade e imparcialidade. Ao mesmo tempo, os critérios de valoração a aplicar na auditoria são estabelecidos segundo a legislação em vigor ou os estatutos e regulamentos definidos pelos próprios sujeitos a auditoria. É responsabilidade do CA reflectir os factos apurados nos exames de auditoria, verificar se os serviços exercem as suas funções conforme a lei e se os recursos públicos são aplicados de forma eficiente. No exame de auditoria, o CA nunca aplicou outro critério distinto de valoração das normas e regulamentações definidas pelos próprios serviços públicos. Tem-se constatado que determinados sujeitos a auditoria não tomaram em devida consideração os trabalhos de acompanhamento e aperfeiçoamento depois da divulgação dos relatórios, tendo mesmo alguns expressado em público que os padrões do CA eram difíceis de cumprir, ou revelavam uma interpretação diferente dos critérios de trabalho. Tudo isto, por um lado, demonstra uma insuficiente consciência do importante contributo da auditoria pública para a execução da acção governativa e, por outro lado, reflecte a resistência perante as recomendações de fiscalização e a falta de motivação dos serviços públicos. Assim sendo, o CA continuou a optimizar os seus trabalhos e melhorar a qualidade dos relatórios de auditoria, persistindo firmemente nos bons princípios e práticas de auditoria, por forma a que os serviços públicos aceitem de forma receptiva ser supervisionados e empenhados na resolução dos problemas apurados na auditoria.

Para obter melhores resultados nos trabalhos de auditoria, no ano em curso, o CA começou a analisar e acompanhar os assuntos que foram divulgados nos relatórios de auditoria, com vista a apurar se os serviços públicos tomaram em consideração as opiniões e sugestões de auditoria emitidas pelo CA para aperfeiçoamento da sua gestão ou no exercício das suas funções. Subsequentemente, através de análises científicas foram definidas medidas de acompanhamento que visam não só detectar objectivamente os problemas, como também promover a sua correcção ou eliminação e o correlativo aperfeiçoamento do desempenho dos serviços públicos.

Tal como nos anos anteriores, o CA estudou a viabilidade de realizar auditorias concomitantes nas diversas fases de execução dos grandes empreendimentos projectados para Macau, tendo sido alcançados avanços significativos ao nível de técnicas profissionais ao longo dos últimos anos, pelo que os resultados deste estudo originaram oportunamente a realização de auditorias, permitindo assim que as auditorias sejam efectuadas de forma concomitante para assegurar a fiscalização e o aperfeiçoamento em tempo real.

Para elevar a qualidade da auditoria, o CA aplicou em todos os projectos medidas de controlo de qualidade. O CA dispõe ainda de uma estrutura de auditoria interna que funciona com autonomia e é responsável por verificar os procedimentos de trabalho, assegurando, assim, a exactidão e a confiabilidade dos relatórios de auditoria.

Divulgar o papel efectivo da auditoria e promover a formação profissional para o alargamento da visão técnica

O CA tem vindo a consolidar os laços de cooperação com os serviços públicos, tendo organizado, em 2017, 42 acções de sensibilização na forma de palestras ou *workshops*, com o objectivo de divulgar a importância e legitimidade da auditoria pública e promover uma maior consciencialização da necessidade de uma boa gestão do erário público, nas quais participaram cerca de 1200 funcionários.

O CA atribui grande importância em estreitar boas relações de cooperação e de confiança mútua com os serviços públicos. Assim, o CA continuou a incluir os auditores nas actividades de divulgação da cultura de auditoria para intensificar o intercâmbio de opiniões sobre as práticas de gestão financeira e auscultar as críticas dos funcionários públicos às tarefas desenvolvidas pelo CA, promovendo assim um intercâmbio recíproco e de interesse comum.

Relativamente à formação do pessoal, no ano em curso, o CA continuou a contar com a colaboração técnica do GAN, nomeadamente através da realização na Universidade de Auditoria de Nanjing do curso de aperfeiçoamento contínuo na área da auditoria informática, no qual participou pessoal técnico do CA.

O CA criou um regime que pretende incentivar a autoformação e reforço das competências técnicas dos seus profissionais, bem como a promover uma atitude proactiva no estudo das teorias de auditoria e na reflexão das experiências adquiridas, a fim de

introduzir novas ideias para a dinamização dos trabalhos de divulgação da cultura de auditoria, bem como para o aperfeiçoamento contínuo e estável da equipa de auditoria.

Participar activamente no intercâmbio profissional e conhecer a tendência do desenvolvimento da auditoria pública

No âmbito do intercâmbio profissional, com o grande apoio do GAN, o Comissário da Auditoria, na qualidade de membro da delegação da China, participou no XXII Congresso da INTOSAI, que teve lugar na capital dos Emirados Árabes Unidos, Abu Dhabi. No âmbito de intensificação das relações com as instituições congéneres de auditoria dos Países de Língua Portuguesa, o Comissário foi convidado para participar no V Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu na cidade de Funchal, em Portugal, tendo sido apresentada uma comunicação.

O CA enviou ainda dirigentes e pessoal técnico para participar, nomeadamente, no Seminário de Auditoria para as Instituições Superiores de Auditoria localizadas ao longo do percurso de "Uma Faixa, Uma Rota" realizado em Nanjing, no "Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau" que decorreu em Taipé, e no Fórum de Auditoria Cantão-Hong Kong-Macau realizado na província de Guangdong, por forma a fortalecer o intercâmbio com os profissionais das instituições congéneres.

Reforçados os recursos humanos e ampliados e melhorados os espaços de trabalho, o CA passou a poder dedicar maior atenção a aperfeiçoar a gestão interna e a aprofundar a reestruturação orgânica, com vista a criar uma equipa de auditoria de qualidade e de eficiência elevada, apta a assumir trabalhos de auditoria de superior exigência técnica.

Melhorar as instalações do Comissariado e estabelecer procedimentos para elevar a eficiência de gestão

Devido à mudança do local de trabalho no próximo ano, a coordenação das obras das novas instalações e a preparação da mudança são tidos como trabalhos prioritários do CA no decurso do ano de 2017. Com a criação de um grupo de trabalho que reúne regularmente para assegurar a boa execução das obras e possibilitar a antecipação, o mais cedo possível, dos trabalhos de mudança e a planificação das respectivas soluções de resposta, pretende-se deste modo reduzir o impacto na execução normal das actividades de auditoria.

Relativamente ao aperfeiçoamento da gestão administrativa interna para assegurar a execução das funções com exactidão e eficiência, no ano em curso, o CA actualizou as instruções para a condução de vários procedimentos de trabalho com vista a estreitar cooperação entre colaboradores dos diferentes departamentos e a especificar os detalhes da execução de trabalhos. Além disso, o CA, conforme o plano estabelecido, levou a cabo o aperfeiçoamento da estrutura da rede, dando continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Contabilidade Pública e do Sistema de Gestão Electrónico de Arquivo de Auditoria, tendo sido alcançado o objectivo da melhoria da gestão interna.

Linhas de Acção Governativa para 2018

Em 2018, o CA continuará a prosseguir as suas actividades sob os princípios de objectividade, imparcialidade e pragmatismo, executando as acções de auditoria dentro do enquadramento legal e institucional definidos com vista à detecção de problemas. Tendo como principais objectivos promover a implementação de políticas públicas e identificar situações de desperdício e afectação indevida dos recursos públicos, o CA irá redobrar esforços para cumprir com maior eficácia a função de fiscalização que lhe compete.

Com a aprovação da Lei do enquadramento orçamental, o CA irá efectuar as devidas diligências para assegurar a transição do actual regime orçamental para o novo regime. O CA irá acompanhar de perto a implementação do regime actualizado de administração financeira pública, para que os trabalhos de auditoria financeira decorram sem sobressaltos, garantindo o seu âmbito de cobertura e intensificando a sua profundidade e amplitude. O CA vai ainda reforçar o âmbito de recolha e a análise de amostras das contas junto dos serviços públicos, detectando as deficiências típicas e apresentando as respectivas sugestões correctivas.

Com base na experiência resultante da aplicação do "Programa Informático de Auditoria *in loco*" na realização dos trabalhos de auditoria de contas e em articulação com o conteúdo da nova Lei do enquadramento orçamental, o CA vai continuar a estudar soluções viáveis para a actualização e renovação desse Programa e, com base nos conhecimentos práticos adquiridos, planear a próxima fase de desenvolvimento do Programa. O CA vai estudar metodologias para tratamento de um volume considerável de dados com vista a apoiar os trabalhos de auditoria de resultados.

O CA vai reforçar o planeamento das auditorias de resultados, específicas e concomitantes, centrando a atenção na planificação integral das actividades para melhor afectação de recursos de auditoria, definido tarefas prioritárias, particularmente, a realização de projectos que facilitem o Governo na prevenção de riscos, na promoção do desenvolvimento e na implementação das políticas públicas. O CA irá adoptar medidas para tornar mais rigorosos os processos tendentes a identificação e aprovação dos objectos de auditoria, tendo em conta aperfeiçoar o processo de elaboração dos relatórios de auditoria e melhorar a coordenação e gestão de cada projecto. Por outro lado, irá aplicar tecnologias para optimizar as técnicas de elaboração dos relatórios de auditoria, de modo a atingir uma avaliação objectiva, apresentando os pontos cruciais e as sugestões viáveis.

Para responder às necessidades decorrentes de tarefas prioritárias de auditoria, o CA continuará a valorizar a aprendizagem e incentivar a formação contínua, bem como a reforçar a cooperação com o GAN, com a Universidade de Auditoria de Nanjing e com o Tribunal de Contas de Portugal na organização de cursos de formação ajustados aos seus recursos humanos de auditoria, para elevar o desempenho técnico e as capacidades integradas das equipas de auditoria.

O CA vai continuar a implementar e aperfeiçoar os procedimentos padronizados de gestão interna para assegurar o funcionamento eficaz dos procedimentos de comunicação interna, assim como rever sistematicamente o funcionamento administrativo, efectuando uma análise aprofundada para efeitos de optimização da própria estrutura orgânica, actualizando as suas competências e atribuições, procedendo subsequentemente à afectação adequada de tarefas e dos recursos existentes, em consonância com o futuro desenvolvimento do Governo da RAEM.

No ano de 2018, o CA vai continuar a estreitar o relacionamento com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia e a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a fim de trocar experiências, manter e intensificar o intercâmbio com o exterior e participar em eventos internacionais no âmbito da temática da auditoria pública.

O CA vai continuar a realizar palestras e *workshops* sobre a cultura de auditoria para que os trabalhadores dos serviços públicos conheçam melhor os trabalhos de auditoria pública. O CA continuará a desenvolver as acções de auditoria para a promoção da boa governança pública e para reforço da gestão e da transparência dos serviços públicos, e do papel da auditoria na prevenção da ocorrência de problemas graves. Além disso, o CA vai continuar a promover a cultura de auditoria junto dos estabelecimentos de ensino superior e das associações, divulgando as funções de fiscalização exercidas pelo CA para reforçar o apoio aos cidadãos, de modo a criar uma sociedade atenta ao desempenho administrativo e à valorização dos recursos públicos.

O CA mantém uma linha telefónica e uma caixa de correio electrónico exclusivas, através das quais os cidadãos podem apresentar as suas opiniões sobre a qualidade dos serviços prestados pelos serviços e organismos públicos. As opiniões recebidas são acompanhadas pelo CA ou encaminhadas para os competentes serviços públicos para tratamento, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado.

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2018

— Síntese —

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2018 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2018 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo		**Despesa Ordinária Integrada do Governo**	
RECEITAS CORRENTES	**104,603,955,100.00**	01-01 Governo da RAEM	20,520,700.00
		01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	307,365,400.00
01 - Impostos directos	91,404,437,800.00	01-03 Conselho Executivo	33,444,500.00
		01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	39,639,800.00
02 - Impostos indirectos	4,730,072,200.00	01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	55,034,600.00
		01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	37,917,800.00
03 - Taxas, multas e outras penalidades	1,593,248,300.00	01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	86,035,100.00
		01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	28,215,200.00
04 - Rendimentos da propriedade	722,487,900.00		
		01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	13,386,600.00
05 - Transferências	4,766,744,000.00	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	4,919,100.00
06 - Venda de bens duradouros	2,154,600.00	01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	22,595,500.00
07 - Venda de serviços e bens não duradouros	1,266,979,100.00	01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	13,217,700.00
08 - Outras receitas correntes	117,831,200.00	01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	54,202,700.00
		01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	65,920,800.00
RECEITAS DE CAPITAL	**3,430,631,300.00**	01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	39,176,600.00
		01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	114,389,600.00
09 - Venda de bens de investimento	2,022,778,900.00		
		01-23 Gabinete de Informação Financeira	39,496,800.00
10 - Transferências	-	01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	601,115,500.00
		01-28 Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau	51,569,600.00
11 - Activos financeiros	388,601,900.00		
		01-29 Delegação Económica e Cultural de Macau	16,376,200.00
13 - Outras receitas de capital	986,917,100.00	01-30 Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	76,253,400.00
14 - Reposições não abatidas nos pagamentos	32,333,400.00	01-31 Comissão de Desenvolvimento de Talentos	13,450,200.00
		01-32 Comissão de Perícia do Erro Médico	13,426,700.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2018 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2018 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo	**108,034,586,400.00**	01-33 Centro de Mediação de Litígios Médicos	3,207,000.00
		03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	502,134,200.00
		05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	6,505,000,100.00
Rendimentos dos Organismos Especiais		07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	195,121,200.00
		09-00 Direcção dos Serviços de Finanças	510,184,400.00
11-00 Receitas legais e transferências do OR	10,139,762,000.00	11-00 Pensões e Reformas	9,321,000.00
		12-00 Despesas Comuns	23,014,197,300.00
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços	467,118,800.00	13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	247,819,400.00
		14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1,872,906,400.00
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	5,352,412,900.00	18-00 Direcção dos Serviços de Identificação	346,034,400.00
		19-00 Direcção dos Serviços de Economia	224,321,000.00
14-00 Outros rendimentos	95,010,700.00	20-00 Direcção dos Serviços Correccionais	617,478,000.00
Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais	**16,054,304,400.00**	21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	941,170,300.00
		22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	119,931,400.00
		23-00 Direcção dos Serviços de Turismo	327,908,300.00
Ajustamento	4,918,946,800.00	24-00 Gabinete de Comunicação Social	134,119,400.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	50,482,400.00
		26-00 Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos	297,723,400.00
Receita Global	**119,169,944,000.00**	27-00 Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,029,153,500.00
		28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	5,264,742,000.00
		29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	493,038,000.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	613,300.00
		31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	89,002,100.00
		32-00 Polícia Judiciária	1,008,229,100.00
		33-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	361,844,600.00
		34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	265,537,200.00
		35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	485,400,300.00
		37-00 Instituto do Desporto	204,421,300.00
		38-00 Instituto Cultural	843,673,400.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2018 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2018 Proposta
		40-00 Investimentos do Plano	21,148,341,100.00
		50-00 Contas de Ordem - Consignações, Comparticipações e Transferências Orçamentais	4,778,946,800.00
		50-03 Fundo de Acção Social Escolar	394,487,000.00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	43,128,100.00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	2,400,055,600.00
		50-06 Fundo de Turismo	735,450,300.00
		50-07 Instituto de Acção Social	3,579,916,900.00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	6,715,000.00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	55,983,700.00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	220,767,400.00
		50-17 Imprensa Oficial	138,112,000.00
		50-21 Fundo Correccional	6,031,100.00
		50-23 Instituto de Habitação	476,325,400.00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	95,917,200.00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	689,775,100.00
		50-27 Comissariado contra a Corrupção	357,638,700.00
		50-28 Serviços de Saúde	7,565,045,900.00
		50-29 Universidade de Macau	2,338,957,600.00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	855,651,700.00
		50-32 Fundo do Desporto	812,929,700.00
		50-33 Fundo de Cultura	534,350,700.00
		50-35 Conselho de Consumidores	46,991,700.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	427,573,800.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	50,976,100.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	7,393,100.00
		50-41 Comissariado da Auditoria	188,888,900.00
		50-42 Gabinete do Procurador	435,354,300.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	612,074,600.00
		50-44 Assembleia Legislativa	188,227,800.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	2,536,659,800.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	3,347,800.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da	228,051,000.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2018 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2018 Proposta
		Tecnologia	
		50-49 Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2,445,000.00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	90,015,000.00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	73,624,200.00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	817,399,400.00
		50-53 Fundo dos Pandas	7,390,800.00
		50-54 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	37,316,800.00
		50-56 Fundo das Indústrias Culturais	222,893,500.00
		50-57 Fundo de Garantia de Créditos Laborais	188,003,600.00
		Despesa Ordinária Integrada do Governo	**101,111,538,700.00**
		Gastos dos Organismos Especiais	
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	584,275,000.00
		50-15 Caixa Económica Postal	44,359,000.00
		50-18 Fundo de Pensões	2,446,425,900.00
		50-20 Fundo de Segurança Social	4,758,192,700.00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	2,688,937,000.00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	8,284,000.00
		50-45 Fundação Macau	2,886,240,000.00
		50-55 Fundo de Garantia de Depósitos	3,125,000.00
		Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais	**13,419,838,600.00**
		Ajustamento	4,918,946,800.00
		Despesa Global	**109,612,430,500.00**
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	
		Saldo do Orçamento Central	6,923,047,700.00
		Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	2,634,465,800.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	**9,557,513,500.00**
Receita Global	**119,169,944,000.00**	**Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício**	**119,169,944,000.00**